

Sérgio Paulo Moraes

EMPOBRECIMENTO E “INCLUSÃO SOCIAL”:

vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História, sob a orientação da Profª. Drª. Yara Aun Khoury.

Doutorado em História Social

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo
2007

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Heloísa de Faria Cruz

Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário Cunha Peixoto

Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida

Prof. Dr. Rinaldo José Varussa

Prof.^a Dr.^a Yara Aun Khoury
(Orientadora)

À
Noemia Arantes Morais e à
Paulo Roberto Morais
... meus pais

AGRADECIMENTOS

À professora Yara Aun Khoury, por ter orientado este trabalho. Pela dedicação, paciência, confiança atribuída e principalmente pelas leituras sempre atentas de todos os rascunhos, entrevistas e textos que produzi. A você Yara, meus sinceros agradecimentos.

Ao amigo professor doutor Paulo Roberto de Almeida, por tudo (mesmo!). Às professoras Déa Fenelon, Célia Rocha, Heloisa Helena Pacheco, Dilma Andrade, Laura Antunes Maciel, Marta Emília Jacinto Barbosa, Regina Ilka Vasconcelos, Dalva Oliveira e demais membros do Projeto PROCAD/CAPES (que deu origem ao livro “Muitas Memórias, Outras Histórias”) e da Linha Trabalho e Movimentos Sociais (INHIS/UFU), agradeço pela honra e a oportunidade de praticar historiografias e histórias com vocês.

Agradeço particularmente às professoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto que, gentilmente, aceitaram participar da minha banca de qualificação. Suas observações em muito contribuíram para a consolidação deste trabalho.

Ao professor doutor Rinaldo José Varussa, e demais membros da banca por terem aceitado o convite.

Aos entrevistados, aos funcionários do arquivo público, às diversas secretarias da PUC/SP. Agradeço especialmente à Betinha da secretaria de Pós-Graduação em História, ao pessoal da CopyArt (Uberlândia), à Fernanda, pela transcrição das fitas, à Vânia, pela revisão e a todos que participaram direta ou indiretamente deste trabalho.

A Capes, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela Bolsa PROCAD.

Ao compadre Sérgio e a comadre Márcia (pais da Giovanna), pelo estímulo.

À meus avós, pais e irmãos, pelo apoio e por tudo mais. À Daniela, a Maryane e a Ana Laura (Respondendo a sua pergunta: *o papai acabou a tese, filhota*), meu amor e meus mais sinceros agradecimentos. Estendo esta conquista a vocês.

RESUMO

Este estudo acompanha transformações no viver em Uberlândia, entre 1980 e 2004.

Essas mudanças ocorreram em função de várias conjunturas que evidenciaram a luta pelo “direito à cidade” e as discussões sobre a *fome* como um novo fenômeno histórico, fazendo com que a pobreza e os pobres se destacassem no horizonte político e social da cidade.

Nesse aspecto, o jornal local *Correio* funcionou como ponto de intersecção, de divulgação de idéias e explicações para a existência, permanência e visibilidade alcançada pela pobreza na vida urbana.

Entre as explicações possíveis, sobressaíram-se noções de “ignorância”, de desprezo pelos bens e valores culturais, de propensão à alta natalidade, de predisposição ao álcool e às drogas.

As análises dessas noções foram vistas como expressão das lutas de classe no interior de uma dinâmica cultural que determinava um lugar no *social* aos pobres.

Nesse sentido, a pesquisa dimensiona modos pelos quais o poder público interveio na despolitização e no desarranjo das lutas implementadas pelos pobres na cidade, consubstanciados na implementação e regulamentação de políticas de distribuição de apoio financeiro.

O trabalho busca, então, compreender memórias e histórias produzidas nesse processo de transformação, atentando para os modos como as políticas públicas contribuíram na ordenação e na construção de sentidos de pobreza implementadas durante aqueles anos.

Por meio das narrativas orais, busca-se compreender como os beneficiários viveram, experimentaram e elaboraram consciências sobre as tensões e relações firmadas com religiosos, doadores e agentes do serviço público, tensões e relações que foram traduzidas em modos de comportamento e em expectativas sobre o futuro.

Palavras-chave: Vida Urbana, Empobrecimento, Trabalhadores, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study follows transformations in the living at Uberlândia, between 1980 and 2004.

These changes had occurred in reason of some conjunctures that had evidenced the fight for the “right for city” and the debates on the hunger as a new historical phenomena, making the poverty and the poor persons be under focus in the politician, social city horizon.

At this aspect, the local newspaper *Correio* had functioned as intersection point and it had worked as ideas spreading and explanations for the existence, permanence and visibility reached by the poverty in the urban life.

Among the possible explanations, it had surfaced notions as “ignorance”, disdain for the cultural goods and values, propensity to the high natality and predisposition to the alcohol and drugs.

The analyses of these notions had been seen as class fight expression inside on a cultural dynamics that determined a place at the *social* one to the poor persons.

In this direction, the research consider ways by which the public power had intervened in the unpolitization and disarrangement of the fights implemented for the poor persons in the city, concretized in implementation and regulation of financial support distribution politics.

Thus, this study aims to understand memories and histories produced in this transformation process, attempting for ways by which the public politics had contributed to the ordinance and poverty senses construction during those years.

By means of the verbal narratives, we aims to understand how the beneficiaries had lived, experienced and elaborated consciences on the tensions and relations firmed with religious, givers and public service agents, tensions and relations that had been translated to behavior ways and expectations on the future.

Keywords: Urban Life, Impoverishing, Workers, Public Politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1	
<i>As novas visões de cidade: a construção da pobreza</i>	24
CAPÍTULO 2	
<i>Construído e reconstruído pobrezas</i>	67
CAPÍTULO 3	
<i>Pertencimento e enunciação da pobreza na vida urbana</i>	117
CAPÍTULO 4	
<i>Narrativas de empobrecimento e “inclusão social”</i>	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	208
ACERVOS, FONTES E BIBLIOGRAFIA	
	215

INTRODUÇÃO

A permanência, a moradia, o trabalho e a vida de pessoas consideradas pobres na cidade de Uberlândia têm motivado a preocupação e a intervenção de diversas instâncias sociais, políticas e culturais locais. Muitos agentes sociais contribuíram e contribuem ainda para a elaboração de esclarecimentos e de planos de ação sobre a pobreza, tentando educar, conscientizar e, até mesmo, politizar os sujeitos em situação de miséria e carência.

O interesse em pesquisar sobre o tema *pobreza* adveio de questionamentos que surgiram ao fim de um estudo anterior. Em pesquisa sobre a vida e trabalho de carroceiros em Uberlândia, buscou-se compreender como uma atividade que tendia extinguir-se – por pressões sociais múltiplas – foi sendo transformada e reinventada de forma permanente pelos trabalhadores que dela viviam. No emplacamento, cujo objetivo subjacente era apreender carroças e multar os condutores que “sujassem” a cidade, os carroceiros acreditavam estar sendo reconstituídos espaços e relações de trabalho que se degradaram, seja pela diminuição de carretos, pela concorrência das caçambas de entulho ou por mudanças nos fazeres com carroças, que passavam a ser identificadas como veículos de “catadores de papel” etc¹.

As narrativas orais, elaboradas no decorrer do ano de 1997, apontavam fatores positivos em relação ao exercício de tarefas que não proporcionavam

¹ MORAIS, Sérgio Paulo. TRABALHO E CIDADE: TRAJETÓRIAS E VIVÊNCIAS DE CARROCEIROS NA CIDADE DE UBERLÂNDIA. (1980-2002). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia. 2002.

rendimentos significativos aos catadores, mas que lhes garantiam tanto a sobrevivência (mesmo com escassez) quanto à permissão de estarem “andando corretamente”².

As narrativas evidenciaram também diferentes tensões e disputas que existiam entre trabalhadores que utilizavam carroças na cidade. Entre as disputas, destacou-se a concorrência com os meninos que catavam papel, com tiradores de entulhos e com trabalhadores de diversos outros segmentos que se apropriavam das oportunidades de vida dos trabalhadores em questão, a exemplo das empresas de “caçambas” utilizadas na construção civil³.

Ao rever fontes e transcrições da pesquisa, percebi que alguns trabalhadores sentiam-se injustiçados por não receberem do poder público e de vários outros segmentos que viviam na cidade a atenção que diziam merecer. Em algumas entrevistas, encontram-se posicionamentos que ressaltam o valor do trabalhar em detrimento ao “pedir”, ou viver “com o que é dos outros”. Estas falas emaranhavam-se a reivindicações pela “liberdade” de se trabalhar nos bairros, nas vilas e no entorno do centro da cidade.

Wilson Pereira, sujeito de pesquisa, trabalhava com carroça quando o emplacamento começou a vigorar. Ele retirava entulhos e coletava materiais recicláveis. Em 1997, durante entrevista realizada por Ana Magna Couto⁴, Wilson discordava dos que viviam de doações e considerava o ato de pedir uma prática desonesta:

[...] os outro já é acostumado ás vez a catá um papel, as vezes é acostumado, de pur exemplo ir na casa dum fulano lá, o fulano pega e... “O fulano! Vem cá mi arrumá um copinho de arroz, um copinho de açúcar”, ai ele arruma, ai então, já facilita mais prá ele num facilita? Então ele arruma um arroz, outro arruma um açúcar, um arruma um café, outro arruma uma banha, então... ele tá pegando,

² Ver MORAIS, S. P. *Trajetórias de Vida e Trabalho de Carroceiros na Cidade* (Uberlândia – 1970/1998). In. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olho D’Água. 2004. p. 225-246.

³ *ibid.*, p. 233.

⁴ COUTO, Ana Mágna da Silva. TRABALHO, QUOTIDIANO E SOBREVIVÊNCIA: CATADORES DE PAPEL E SEUS MODOS DE VIDA NA CIDADE – UBERLÂNDIA – 1970-1999. 2000, Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2000.

usando o que é do outro na atividade dele; agora, igual prá mim aqui que é seis boca... eu que tem que agi mesmo... a mode de num me passá farta e tem o trabaio prá minha vida, agora se for prá mim andá todo dia, na casa dum, naca dum outro, prá pegá um copinho dum, um copinho do outro, o cara tem que disconfiá, um copinho de arroz num dá fazê prá seis pessoa,... né; então, já vamô tê poca gente, duas pessoa, treis pessoa, ai um copinho de arroz dá prá almoçá e jantá... ai ele banca o esperto, ele vai prá cima, e o qui gasta mais vão prá baixo, mas se usá pur exemplo, se todo dia fô na casa dum pega um arroz, pega um feijão, pega um trem outro... eu posso falá vô fica aliviado, vô ficá rico... porque eu vô lá Butelão entrego 150 quilo de papel dá 150 real... 3000 quilo de papel dá 150 real. Eu busco trem na casa dos outro, gasto 50, guardo 100, eu posso guardá... mas eu num faço isso, num tenho essa capacidade de fazê esse negócio, eu tem que trabaíá, eu sei que tem que trabaíá... é tudo que pussuiu, graças a Deus é do meu suor.⁵

Posta essa fala, depreende-se um limite moral separando as concepções do trabalhar e do pedir. Wilson Pereira considerava-se “remediado” e, mesmo, “passando falta”; compreendia a pobreza como uma característica “dos aleijados”, “dos cegos”, ou de pessoas sem forças para trabalhar.⁶

Como referido, o emplacamento significou para os trabalhadores uma revalorização da atividade. Foi um período em que os “antigos” valores do “tempo das carroças” pareciam possíveis de serem revividos⁷.

⁵ Wilson Pereira de Jesus. **Entrevista concedida a Ana Magna Couto.** Uberlândia: 29 de junho de 1997. (COUTO, A. M. Arquivo de pesquisa, 2000). Na data da entrevista, era casado, tinha 57 anos de idade, quatro filhos, e era morador do bairro Lagoinha, bairro considerado periférico e local tradicionalmente conhecido como área de moradia de carroceiros. Prestava outros serviços como carroceiro. Quando criança, morou na roça e antes de começar a catar papel trabalhou como servente de pedreiro. Afirmava que devido a grande quantidade de coletores na cidade, os materiais estariam cada vez mais escassos e menos valorizados, uma vez que o “quilo do papel foi muito reduzido”. (Dados fornecidos pela pesquisadora).

⁶ Ana Mágna: Então, me fala uma coisa: por que o senhor acha que existem pessoas que são pobres e pessoas que são ricas ? Por que o se.../ Wilson Pereira: Minina! Pobre tem... pobre tem, até numa relação igual a minha não é pobre, é remediado, porque o pobre, que eu acho que é pobre, é o cego e o alejado que num sabe andá... mais... é onde eu falo procê que num tem... agora a farta todo mundo passa, né”. ibid., 29 de junho de 1997.

⁷ “Tempo das carroças” refere-se a um período em que a atividade fazia circular mercadorias para as mais diversas regiões da cidade. Ver sobre isso em: CALVO, Célia Rocha. **MUITAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE UMA CIDADE: LEMBRANÇAS E EXPERIÊNCIAS DE VIVERES URBANOS – UBERLÂNDIA (1938-1990).** 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

Em um trecho da transcrição de uma outra entrevista, realizada no mesmo dia em que Wilson Pereira havia sido entrevistado, encontrei a seguinte perspectiva:

Sérgio Paulo: Como o senhor se considera... carroceiro...

Joaquim Sebastião: Eu sou trabalhador.. coisa que muitos ai não é... igual aquele homem e aquela mulher ai da frente... eles não tem filho... não tem nada... é forte.. num trabalha.. e todo sábado chega gente trazendo coisa pra eles comer... agora mesmo parou dois carro ai de frente... você não viu? Trouxe cesta e tudo...

Sérgio Paulo: Não, não vi...

Joaquim Sebastião: Eu trabalho...muito...de dia.. tem de noite se deixá... e nunca ninguém veio aqui me ofertar uma cesta.. uma roupa, um calçado para os menino, nada... eu que devia ganha.. tenho filho pra criar.. e tudo..⁸

Primo e vizinho de Wilson Pereira, Joaquim Sebastião Filho mostrava-se irritado pela ajuda dada ao vizinho que não trabalhava. Concebia a si mesmo como um trabalhador, e interpretava que, justamente por trabalhar, seria ele quem “deveria receber cestas básicas”.

Algumas questões surgiram após a releitura dessas entrevistas, entre elas: quais significados políticos e históricos emanavam dos pontos de vista percebidos no discurso das entrevistas? Os valores relativos ao trabalho e à caridade estavam em transformação? Seria esta uma situação eminentemente econômica, comum a trabalhadores que pouco remunerados por suas atividades?

No fim do ano de 2002, quando apresentei proposta de pesquisa ao Programa de Pós-graduação em História da PUC de São Paulo, tinha o intuito de

⁸ Joaquim Sebastião Filho. Uberlândia, 29 de junho de 1997. (MORAIS, S. P. Arquivo de pesquisa; entrevista 3, fita 1, 2002). Tal como Wilson Pereira de Jesus, Joaquim Sebastião Filho, em 1997, era casado, tinha 58 anos, quatro filhos e era morador do bairro Lagoinha. Havia morado grande parte de sua vida na roça, vindo para Uberlândia em 1995, período em que iniciou o trabalho com carroças. Segundo ele, a opção por viver no perímetro urbano adveio da necessidade de um melhor tratamento para uma de suas filhas, que, em suas palavras, era deficiente. Além deste fato, dizia que, durante os anos vividos no meio rural, trabalhou “em tudo” sendo até “gerente de empreiteiro”.

contribuir para o esclarecimento destas outras dinâmicas que envolviam as relações entre trabalho (trabalhadores) e pobreza (pobres) na cidade de Uberlândia.⁹

Um dos princípios dos quais o projeto partiu dizia respeito às maneiras de organizar valores, experiências e trabalho de segmentos sociais urbanos que faziam uso de certos programas públicos, tal como “Bolsa Escola”¹⁰ e “Pró-pão”.¹¹

Inicialmente eu buscava encontrar sujeitos definidos por intermédio do **trabalho** que realizavam, ou seja, famílias que lavavam e vigiavam carros; vendiam verduras e frutas em esquinas; comercializavam passes de ônibus, sucos, salgados, jogos e loterias, cartões telefônicos, artesanatos, brinquedos; distribuíam panfletos nos sinais; transportavam pessoas e mercadorias; pessoas que possuíam algum parente com carteira assinada ou que eram eles próprios portadores daquele documento, assim como pedreiros e empregadas domésticas, dentre outros.

Por meio de seis entrevistas feitas no ano de 2004 com pais de alunos bolsistas ou beneficiários de programas sociais, deparei-me com situações e entrechos sociais que me fizeram recompor alguns focos anteriores.

Sem dúvida, estava tratando com famílias de pedreiros, trabalhadores rurais e empregadas domésticas. Entretanto, esses trabalhadores apresentavam-se como pessoas “carentes”. Suas narrativas distanciavam-se das temáticas sobre o trabalho. Ao

⁹ Refiro-me ao projeto: MORAIS, S. P. TRABALHO, CULTURA E VIDA URBANA - DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E EXCLUSÃO SOCIAL (UBERLÂNDIA – 1980-2001). Uberlândia: Pontifícia Universidade Católica: 2002. (Projeto de Pesquisa).

¹⁰ A Bolsa Escola foi [...] “criada pela Medida Provisória 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, aprovada pelo Congresso Nacional em 27 de março e sancionado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, através da Lei 10.219, de 11 de abril de 2001 [...]. O universo de atuação da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola foi delineado a partir da constatação de que o Brasil tem hoje cerca de dez milhões de famílias que vivem com renda de até ½ salário mínimo mensal per capita. Em conjunto, essas famílias abrigam cerca de onze milhões de crianças na faixa etária de seis a quinze anos. Com o aumento de recursos, a Bolsa Escola poderá atender, em 2001, a praticamente todas essas crianças. O programa pretende chegar a 10,7 milhões de crianças e adolescentes de seis a quinze anos e a 5,9 milhões de famílias”. Segundo informações obtidas no site, em Uberlândia 6.789 famílias eram atendidas pelo programa Bolsa Escola (em 2002). Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/home/bolsaesc/default.shtm>>. Acesso em 12/08/2002.

¹¹ O Pró-Pão é “[...] um programa cujo objetivo é proporcionar às famílias carentes que residem no Município de Uberlândia a possibilidade de adquirir mensalmente uma cesta contendo produtos básicos a preço subsidiado; este subsídio vai até 20% (vinte por cento) do valor da cesta”. Disponível em: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>. Acesso em 29/09/2002.

invés disso, preferiam dramatizar suas rotinas por meio de relato de doenças, histórias pessoais de “má sorte” e lamentações, em um discurso que se aproximava do discurso de panfletos produzidos e distribuídos por “mendigos” em sinaleiros da cidade.¹²

Em diversas reuniões e missões de trabalho do Projeto *PROCAD Cultura, Trabalho e Cidade – Muitas Memórias, Outras Histórias*¹³ tivemos a oportunidade de discutir formas de utilização das fontes orais sob perspectivas diversas de uma “História Social” que considera a cultura enquanto forma e elemento das várias dimensões de lutas de classes.

A professora Yara Aun Khoury avaliou e pontuou questões relativas aos trabalhos realizados em torno do projeto em texto intitulado *Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História*¹⁴.

Sobre o uso da história oral, Yara Khoury dizia que poderia ser “[...] um meio de aproximação de modos específico de como as pessoas vivem e interpretam os processos sociais, de como estas especificidades influenciam a dinâmica histórica”¹⁵.

Um fator importante das reflexões sobre a história oral dentro das concepções de História Social se faz através da análise dos sujeitos históricos, considerados como sujeitos sociais, distintos da ótica do indivíduo liberal e de um ser “coletivo”, disperso em meio a multidões, descaracterizado de consciência.

¹² Tratava-se de pequenos pedaços de papéis que eram entregues aos motoristas. A prática tornou-se comum em Uberlândia, no período em que entrevistei os “beneficiados”. Em alguns destes panfletos lia-se: “Estou pedindo uma ajuda para comprar arroz e feijão para meus (03) três filhos menores. Não importa o tamanho da ajuda. O importante é que é dado de coração. Aceito vale transporte e vale refeição. DEUS LHE PAGUE.” “Devolva o papel, por favor”. Bilhete digitado. Recolhido em 6 de março de 2004. Semáforo, cruzamento da Av. João Pinheiro com João Pessoa, Uberlândia/MG. “Prezado Amigo! Estou pedindo ajuda para comprar leite nam do meu filho que é caro. Moro em um barraquinha, que molha tudo por dentro quando chove. Não importa o tamanho da ajuda, o importante é ser dado de coração. DEUS ABENÇÕE A TODOS. Obrigada!” Panfleto entregue em semáforo do cruzamento entre as avenidas Rondon Pacheco e João Naves de Ávila. Uberlândia: 8 de março de 2004.

¹³ **Cultura, Trabalho e Cidade – MUITAS MEMÓRIAS, OUTRAS HISTÓRIAS.** (Projeto PROCAD financiado pela Capes – 0035/009).

¹⁴ KHOURY, Y. A. *Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História*. In: FENELON, Déa Ribeiro; 2004. op. cit. p. 116-138.

¹⁵ ibid., p. 117.

Nosso propósito de lida com as narrativas como práticas que se forjam na experiência vivida e que, também, intervêm nela, nos coloca o desafio de adotar e desenvolver procedimentos que nos possibilitem apreender o trabalho da consciência incorporá-lo na explicação histórica. Ao narrar, as pessoas interpretam a realidade vivida, construindo enredos sobre essa realidade, a partir de seu próprio ponto de vista. Nesse sentido, temos esses enredos como fatos significativos que se forjam na consciência de cada um, ao viver a experiência que é sempre que é sempre social e compartilhada, e buscamos explorar os modos como narrativas abrem e delineiam horizontes possíveis na experiência social.¹⁶

Compreendida como “*práticas que se forjam na experiência vivida*”, ou como “*linguagem social*”,¹⁷ tal como as demais fontes, as narrativas orais trazem experiências vividas e trabalho de consciências sobre a realidade vivida.

Portanto, não interessou à pesquisa entrar no mérito da “verdade” ou a “inverdade” de narrativas. Mais significativo foi perceber como elementos de uma cultura urbana, mediados por relações de vida e normas sociais, apareceram recompostos e resignificados em experiências amplas narradas de modo individual.¹⁸

Por meio das narrativas, busquei revelar dinâmicas que colocaram grande número de trabalhadores urbanos na condição de “dependentes”. Uma dependência não apenas financeira, imposta por um quantitativo de renda, mas, sobretudo, uma vinculação a normas relativas a certos papéis sociais conferidos pelo processo histórico aos que viveram (e vivem) nas periferias de Uberlândia.

Neste aspecto, as fontes orais tenderam a “presentificar” os limites, as aceitações e as dissidências instituídas por uma dinâmica de empobrecimento que dissimulava as desigualdades sociais e imprimia responsabilidade (das violências, das

¹⁶ ibid., p. 125.

¹⁷ Ver sobre “linguagem social” em: WILLIAMS, Raymond. *Língua. Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 115.

¹⁸ KHOURY, Yara Aun. *Narrativas orais na investigação da História Social*. **Projeto História**. N° 22. EDUC, SP. Junho 2001. pp.79-103.

baixas taxas de crescimento econômico e da própria pobreza), nos últimos trinta anos, aos pobres.

A utilização do “presente” como dimensão de diálogo mostrou-se como um elemento importante na utilização das fontes orais, vista tanto como documentação histórica, quanto como forma de delinejar as tensões políticas vividas pelos narradores. Este segundo ponto revelou problemáticas para a pesquisa, interferiu no processo de pesquisa, e no trato com as demais evidências.

Os encontros e a forma de localizar cada entrevistado ocorreram em circunstâncias particulares. Somente consegui me aproximar de bolsistas por meio de contatos realizados mediados por escolas e servidores públicos que mantinham contato com estes sujeitos. Outro fator que caracterizou o “momento” da entrevistas foi a coincidência das gravações com um período de cadastramento dos beneficiários de programas sociais pela Prefeitura de Uberlândia.

Pensei inicialmente que estas circunstâncias iriam conduzir as narrativas para respostas curtas ou para silêncios. Entretanto, por meio delas se produziu um elaborado material de como aquelas pessoas encaravam e “os de outras classes” lidavam com estes.

Nesse ponto, comecei a desconfiar das fragilidades e das absolutas carências que me foram apresentadas e pude melhor colocar as narrativas em diálogo com os acontecimentos que ocorriam e com as formas pelas quais os narradores se colocavam nestas dinâmicas.

Ao invés de tomar as falas apenas como “penúrias”, busquei nelas as diversas memórias que criavam enredos e histórias de empobrecimento, que se relacionavam com exigências dos programas sociais e com aspectos que eram socialmente compartilhados como “boa” pobreza, dentre eles, não roubar, viver a vida de forma honesta e frugal, ter disposição para “aceitar a vida como ela é”.

A leitura da obra “As Utilizações da Cultura”, de Richard Hoggart foi bastante significativa para que eu pudesse perceber esses meandros narrativos, bem

como essas elaborações de classes, organizadas como modos de lidar com assistentes sociais, membros da polícia, jornalistas e pesquisadores, pessoas vistas como de “outras” classes¹⁹.

As narrativas me fizeram buscar outras fontes que revelassem os meandros das dinâmicas vividas por esses sujeitos na cidade. Utilizei, assim, no primeiro capítulo, um conjunto de registros de reuniões de unidades públicas de formação e orientação aos filhos dos pobres, conhecidas em Uberlândia como UOMENS.

Nesse capítulo e nos demais capítulos foram utilizadas fontes da imprensa diária produzida na cidade, preservadas e disponibilizadas para a consulta no Arquivo Público Municipal²⁰.

¹⁹ HOGGART, Richard. **As Utilizações da Cultura. Aspectos da Vida da Classe Trabalhadora com Especiais Referências a Publicação e Divertimento.** Coleção Questões. 2 volumes. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

²⁰ Pesquisei em dois jornais de circulação local: o **Primeira Hora** – anos de 1982 a 1988, quando o jornal encerrou suas atividades, ligado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); apoiou e divulgou as ações feitas pela Prefeitura de Zaire Rezende (1983-1988). Sobre esta administração ver: JESUS, Wilma PODER PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS – UBERLÂNDIA (1982-2000). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2002. Ver também o jornal **Correio** – anos de 1980/1990/2000. O nome deste último jornal foi modificado algumas vezes durante este período. Até 1986 o jornal era denominado *Correio de Uberlândia*. Em 1991 o periódico passa a se chamar Correio do Triângulo. E finalmente em 1995 a nomenclatura torna-se apenas *Correio* e se mantém assim. Os proprietários também são diversos ao longo do tempo e suas conotações políticas variaram entre UDN (União Democrática Nacional), PDS (Partido Democrático Social), e suas proles: PPB (Partido Progressista Brasileiro, atual Partido Progressista), PFL (Partido da Frente Liberal). Atualmente pertence aos proprietários da Companhia Telefônica Brasil Central (CTBC), também proprietária da Gráfica SABE e da ABC propaganda. As conotações políticas são importantes para entender os modos com que as notícias são tratadas pelos diferentes jornais. No entanto, explico como utilizei as fontes no decorrer desta apresentação e nos demais capítulos desta tese. Durante todo o texto cito este Jornal por sua nomenclatura mais recente: *Correio*. Sobre as mudanças e os sentidos políticos atribuídos às mudanças internas deste órgão de imprensa, ver: PACHECO, Fábio Piva. MÍDIA E PODER: REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DO AUTORITARISMO NA POLÍTICA – UBERLÂNDIA - 1960-1990. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia. 2001. Entre outras visões sobre do *Correio*, têm-se várias perspectivas. Segundo Célia Rocha, tratava-se de uma “porta voz do regime militar”. Ver: CALVO, Célia Rocha. Muitas memórias, outras histórias de uma cidade. Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. In. FENELON, Déa Ribeiro. 2004. op. cit. p.160. Segundo Antunes Medeiros, “Devo ressaltar que a escolha majoritária do Jornal *Correio*, e não de outros, além do fato de ser o único que cobre integralmente meu recorte cronológico, deu-se, também, por ser um órgão estreitamente ligado ao grupo político MDU ‘Movimento Democrático de Uberlândia. Grupo de extrema direita que, no período estudado ficou 12 anos consecutivos no poder, além de outros períodos alternados, considerado politicamente como ‘a situação’ na cidade’”. Ver MEDEIROS, E. A. de. TRABALHADORES E VIVERES URBANOS: TRAJETÓRIAS E DISPUTAS NA COMPOSIÇÃO

Procurei seguir duas posições metodológicas em relação à análise das fontes de imprensa. A primeira advém da compreensão de que um jornal diário, mesmo local, constitui-se um veículo de comunicação que abarca uma quantidade significativa de notícias, fotografias, propagandas e editoriais que tratam de diversas e fragmentadas temáticas, para um público diversificado. À medida que a produção e a circulação deste se faz, elas apresentam, dialogam, analisam, produzem noções sobre a realidade e se tornam, dialeticamente, elementos constituídos por forças que interagem e se opõem na dinâmica social.

A realização dessa relação dialética jornalismo-realidade interferiu na difusão de noções e propostas hegemônicas sobre como se deveriam ser tratados os pobres que viviam na cidade. Esse movimento tomou forma através da visibilidade dada àqueles sujeitos e aos territórios que ocupavam na cidade, a partir da idéia de “empobrecimento”.

Entretanto, não houve um *continuum* de representações sobre os bairros, sobre as formas de trabalho, entre outros. Em determinados momentos, por exemplo, após as primeiras ações da “Campanha Contra a Fome”, impetrada pela “Ação da Cidadania”, os bairros periféricos foram apresentados como locais de engenhosidade, de criatividade e de certa beleza, lugar em que jornalistas encontravam encanto em particularidades, tais como o modo como as donas de casa arrumavam as xícaras de café sobre a mesa.

Em momentos outros, em que se expandiam as favelas e o número de assaltos aumentava, os locais de moradia eram vistos como “fétidos”, cheios de “lama podre”. Modos distintos de apresentar os pobres também ocorreram e se modificaram nestes últimos 20 anos. No período em que a cidade vivia o processo inflacionário, nos anos finais da década de 1980, bóias frias, varredores de rua, entre outros, eram consultados sobre a qualidade nutricional de suas marmitas.

Naqueles anos, o jornal *Correio* tratava o risco de fome que as pessoas viviam como deficiência nutricional e sugeria a mudança da carne vermelha pela carne de frango e por alimentos que possibilissem um nível de alimentação considerado suficiente pelos jornalistas. Durante as campanhas contra a fome notícias sobre os pobres deram lugar a notícias sobre as toneladas de alimentos, roupas, calçados e materiais escolares distribuídos pelos mais diferentes bairros da periferia de Uberlândia.

A fome e as discussões políticas em torno dela ficaram subsumidas nas notícias sobre shows, eventos esportivos, peças de teatro e em tudo que significasse doação aos pobres. A pobreza e as desigualdades foram tratadas como aspectos naturais da vida urbana, o que permitiu ações do poder público para regulamentar, após as “ações de cidadania” o modo de vida dos pobres que pretendiam morar e trabalhar na cidade.

Em períodos mais recentes, os pobres retornam à cena em campanhas individuais lançadas pelo próprio jornal *Correio*. Notícias sobre catadores de papel que não conseguiam pagar contas de energia, de professores que migraram à procura de emprego e não encontraram e pessoas que tiveram suas casas derrubadas pelo vento foram apresentadas junto a pedido de auxílio aos leitores.

Entretanto, as novas imagens e construções sobre a pobreza se firmaram nas propagandas da Prefeitura sobre os programas sociais. Jovens e sorridentes donas de casas apareceram segurando cartões eletrônicos, casais posaram para fotos em frente à porta de bancos, ou apertando as mãos de gerentes e de secretários municipais.

Uma segunda preocupação metodológica (decorrente da primeira) diz respeito aos lugares aos quais aqueles sujeitos foram alocados, ou “incluídos”, na visão do jornalismo, e de diversas categorias sociais. A leitura dos jornais frente a contribuições teóricas dos autores E. P. Thompson, Raymond Williams, Richard

Hoggart, Stuart Hall, Jesús Martin-Barbero, entre alguns outros, permitiram-me perceber a criação de redes hegemônicas de controle e de dominação social²¹.

Vista nesta pesquisa em direta relação com a noção de cultura, dentro de difíceis condições materiais vividas pelos pobres em/de Uberlândia, a cultura está “enraizada na realidade social, impregnada de um sentido intenso, por meio do qual as pessoas se expressam, reagem, exercendo, ou não, suas possibilidades criativas, forjando os processos de mudança social”.²²

Pensamos no trabalho metodológico com a cultura a partir da alegoria do “feixe” de E. P. Thompson, “um emaranhado de atividades e atributos” que necessita ser “desfeito” para que se possa

[...] examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.²³

Neste aspecto, o jornal *Correio* funcionou como ponto de intercessão e de divulgação de idéias e explicações para a existência e a permanência da pobreza na cidade. Entre as explicações possíveis, sobressaíram-se noções de “ignorância”, de desprezo pelos bens e valores culturais, de propensão à natalidade, de predisposição ao álcool e às drogas. As análises destas noções foram vistas como expressões das lutas de classe, no interior de uma dinâmica cultural que determinava aos pobres um lugar no social.

²¹ Mais especificamente em: THOMPSON. E. P. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros** (Uma Crítica ao Pensamento de Althusser). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. _____ . **Formação da Classe Operária Inglesa**. 3 volumes, Trad. Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Introdução: Costume e Cultura. In: **Costumes em Comum**. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. WILLIAMS, R. op. cit. 1979. HOGGART, Richard. op. cit, 1973. HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte/Brasília: Editora da UFMG e UNESCO, 2003. MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

²² KHOURY, Y.A. op. cit. 2001, p. 79-104.

²³ THOMPSON. E. P. op. cit. 1998, p. 22.

Estas construções tornaram-se importantes para a compreensão das práticas sociais que eram apresentadas pelo *Correio*. Pois, interferiu (e interfere) nas diferentes concepções e intenções de debates e combates à pobreza. Esta interferência não se deu diretamente nas ações e no desenvolvimento dos programas, que eram múltiplos e que continham diversas matrizes políticas. Ela se realizou no âmbito da apresentação feita nos jornais, por meio de esforços distintos colocados como assistencialismo, como caridade ou benevolência.

O título da tese traz o termo “inclusão social” entre parênteses, pois em Uberlândia as recentes práticas promovidas em nome dos pobres tenderam a despoliticizar os movimentos sociais, os debates sobre a fome na cidade e as relações de trabalho dos considerados mais pobres. Primeiramente, porque os pobres não foram descobertos pela mídia e demais categorias sociais não pobres para serem, então, incluídos na cidade; eles se fizeram personagens na luta pela moradia, pela saúde pública, transporte, ou pelo “direito à cidade”, além de separar a pobreza em “pobres que querem mudar de vida”, e pobres vistos de forma pejorativa como “desnaturados”, sem emprego, migrantes recentes, ou que não querem que seus filhos estudem e tenham uma vida melhor.

O “incluir” teve uma conotação grosseira de fazer parecer, deixar a entender, ou criar expectativas de que em Uberlândia as políticas públicas fariam com que beneficiários e outras classes tivessem as mesmas experiências sociais, basicamente fundadas no consumo e na acessão social.

Este estudo especifica a pobreza na cidade de Uberlândia, em um determinado período histórico de “empobrecimento”. Ao longo dos capítulos, espero mostrar que as questões em torno das políticas públicas possuíram um chão social específico, com desenvolvimento circunscrito a relações determinadas de vida na cidade.

A tese foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, “As novas visões de cidade: a Construção da Pobreza”, analiso os recentes processos político e social de produção de pobreza, visto pela ótica da imprensa como “empobrecimento da cidade”.

Nele, busco recompor a mudança no perfil de cidade, discutindo o enfraquecimento do mito da “cidade progresso”. Esse mito, tão caro à historiografia da cidade, foi corroído pelo processo inflacionário, diminuição do consumo, entre outros fatores.

Exmino, também, a maneira pela qual os pobres passaram a ser vistos como agentes desta “crise”, ao serem representados pela imprensa local como trabalhadores inefficientes, mal formados e de baixa renda.

No segundo capítulo, “Construído e Reconstruído Pobreza”, trabalho com produções de significados sobre a pobreza a partir de práticas de grupos sociais e de administrações públicas que possuíram e dirigiram projetos distintos para os pobres em Uberlândia, a partir de 1990.

Destacam-se neste capítulo as ações realizadas na cidade pela “Ação da Cidadania”, as quais colocaram a discussão sobre a fome na pauta política e social de Uberlândia. Evidenciam-se, também, as rápidas ações do poder público para retirar de cena as dimensões políticas estruturadas no período, cabendo à prefeitura de Paulo Ferolla, do Partido da Frente Liberal, reorganizar os perfis de pobres e de pobreza que interessava à normalidade urbana.

Em “Pertencimento e Enunciação da Pobreza na Vida Urbana”, terceiro capítulo, analiso as formações dos espaços vividos pelos pobres na cidade. Por meio da imprensa, recomponho as dimensões do termo *cidadania* e *pertencimento social* no interior de processos e disputas pela vida na cidade.

Neste capítulo, discuto aspectos da cultura urbana que fizeram com que os bairros periféricos e seus moradores sofressem ações de “combate à violência”, “campanhas pela paz” e outras práticas que visavam diminuir os índices locais de criminalidade.

No quarto capítulo, “Narrativas de Empobrecimento e ‘Inclusão Social’”, trabalho com fontes orais, entrevistando beneficiários de programas sociais e buscando significados e interpretações da pobreza e do viver na cidade.

Examino, assim, as tensões e as relações firmadas com religiosos, doadores e agentes do serviço público, traduzidas em modos de comportamento, em expectativas quanto ao futuro e em organizações de enredos que “justificavam” os recebimentos dos benefícios Bolsa Escola, da Renda Cidadã, Vale-gás, dentre outros.

Capítulo 1

As novas visões de cidade: a construção da pobreza

O Jornal Correio publicou nos últimos anos matérias que trataram Uberlândia como uma cidade solidária, na qual tem vivido

[...] pessoas que agem individualmente, em grupo ou por meio de organizações não governamentais. Elas atuam nos mais diversos cantos de Uberlândia para melhorar a qualidade de vida de quem precisa de ajuda. A repórter Izabel Mendes foi para as ruas e descobriu que a cidade tem um número muito significativo de moradores que, decididamente, não ficam esperando que o governo resolva todos os problemas sociais. Hoje, na edição dos 116 anos da cidade, o Correio revela parte da história desta cidade que tem como personagens pessoas muito simples e verdadeiramente interessadas no bem estar da comunidade.¹

Esta edição de “aniversário”, por exemplo, listou (como “parte da história desta cidade”) serviços, situações e personagens que se esforçavam para amenizar a vida de pacientes com câncer², melhorar a qualidade de vida de presidiários³,

¹ Uberlândia Solidária. Especial, 116 anos. *Jornal Correio*: 31/08/2004. p. A1.

² Decisão e amor amenizam sofrimento. *ibid.*, p. A17.

³ Trabalho de enfermeiro melhora a qualidade de vida de presidiários. *ibid.*, p. A21.

auxiliar crianças nas atividades escolares⁴ e aliviar o sofrimento dos mais necessitados.⁵

Este último ponto foi o de maior relevância. Frente as difíceis condições apresentadas, a pobreza se relevou como um problema que poderia ocasionar vários outros.

Como Dom Quixote, o herói do livro de Miguel de Cervantes, Isabel Cristina Gomide, responsável pela Casa do Caminho (instituição que serve alimento e presta serviços educacionais aos moradores de um bairro periférico), trava uma luta sem trégua com ventos que sopram em direção contrária à sua vontade. Mas se os monstros da loucura de Quixote eram apenas moinhos de vento, os de Isabel são bem mais reais: os monstros da droga, da prostituição infantil, da marginalidade, da pobreza extrema. Ela os combate com amor e com sopa. Suas armas são a disciplina, a educação, o carinho de mãe e as cestas básicas. No campo de batalha, ela se defronta com inimigos, gente que a acusa de explorar a pobreza para arrecadar dinheiro em benefício próprio. E os ataques muitas vezes são lançados por vizinhos e parentes de crianças que chegam a agredi-la moralmente. Ela conta que já foi vítima de agressão física por parte de uma pessoa bêbada que a atacou quando não recebeu o alimento que pediu – mas ela não tinha para dar.⁶

A pesquisa: “Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia” tornou-se um referencial bastante utilizado pelo Correio para compor um quadro alarmante de pobreza na cidade.⁷ Segundo a pesquisa, divulgada em 2001,

⁴ Educadora atende crianças que necessitam de reforço escolar. *ibid.*, p. A9.

⁵ Família Machado alivia sofrimento em dois bairros. Especial, 116 anos. *Jornal Correio*: 31/08/2004. *ibid.*, p. A16. ONG ajuda pobres a construir casas. *ibid.*, p. A24. Sopa ameniza fome no Joana D’Arc. *ibid.*, p. A26.

⁶ Crianças aprendem o caminho de casa. *ibid.*, p. A20.

⁷ LEME, H. J. de C; NEDER, H. D. (coord.). CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS DE UBERLÂNDIA. Uberlândia: UFU, novembro 2001. Sob a responsabilidade conjunta do NEDRU – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano, do NEST – Núcleo de Estudos de Economia Social e do Trabalho e do CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível no site da Prefeitura Municipal de Uberlândia: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>, pesquisado em 25/06/2002.

Uberlândia apresenta um índice de pobreza populacional de 43,3%, conforme os dados levantados entre abril e julho de 2001, o que representa uma população de 194.886 pessoas pobres no município. Em termos de família esse percentual é de 39,9%, abrangendo um total de 43.381 famílias pobres em Uberlândia. [...] Os dados (aferidos) mostram que 10,7% da população de Uberlândia são considerados como população indigente, ou seja, estão abaixo da linha de indigência apresentada neste trabalho. Esse percentual corresponde a 12.101 famílias (8,9%), compondo um total de 49.800 pessoas. O hiato de renda permite conhecer a distância média entre a renda dos pobres/indigentes e a linha de pobreza/indigência. No caso de Uberlândia, o hiato de renda está indicando que, no período da pesquisa de campo, a renda média dos pobres equivalia a 58,38% do valor da linha de pobreza, ou seja, em média, os pobres ganham cerca de R\$85,00. No caso dos indigentes, o hiato é de 32,97%, apontando que a renda média dos indigentes é aproximadamente 67,02% do valor da linha de indigência, ou seja, a renda média dos indigentes é R\$ 40,48. Para que os indigentes alcancem a linha de indigência seriam necessários R\$ 3.882.120,1 ao mês e R\$ 46.585.441,27 ao ano. A contribuição dos não indigentes para erradicar a indigência seria de R\$ 12,59 (ao mês)".⁸

Elegendo “variáveis” que circulavam entre condições de moradia (“*densidade de pessoas por dormitório maior que 3,5*”); tipo de construção (“*com material aproveitado*”); domicílio (“*particular improvisado, sem abastecimento de água, sem esgoto sanitário*”); condições de educação (“*Filhos menores fora da escola*”); condições de saúde (“*última ida ao dentista há mais de dois anos*”) etc.⁹, a pesquisa tinha um objetivo prático.

O interesse dos pesquisadores em produzir um diagnóstico “*sem disfarces da realidade social*” foi o de “*propiciar a Uberlândia uma melhor compreensão dos*

⁸ LEME, H. J. de C; NEDER, H. D. (coord.). 2001. *ibid.*, p. 64-65.

⁹ As variáveis apresentadas advieram de metodologias discutidas por várias fontes, entre elas: ALBUQUERQUE, R. C.; VILLELA, R. “O Brasil social: um balanço de duas décadas”. In: ALBUQUERQUE, R. C. (org.) *O Brasil social: realidades, desafios, opções*. Brasília, IPEA, 1993. BOLTVINIK, J. “El método de medición integrada de la pobreza. Una propuesta para su desarrollo”. Comercio Exterior, vol. 42, n.º 4, México, 1992. LOPES, J. R. B. “Brasil 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbanas”. Cadernos NEPP, n.º 25, Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, 1993.

seus próprios problemas”, oferecendo à “... *sociedade organizada e à administração municipal, subsídios importantes para a formulação e implementação das políticas públicas, no âmbito do planejamento governamental*”.¹⁰

Em outros termos, a pesquisa visou subsidiar a “*diretriz programática*” da administração municipal “... [para] o enfrentamento da questão social e a adoção de medidas compensatórias, para mitigar os efeitos das políticas macroeconômicas excludentes, adotadas na esfera federal”.¹¹

A temporalidade e os objetivos da pesquisa diziam respeito a um avançado ponto da relação entre o poder público, sociedade organizada e os pobres que viviam na cidade. Antes destes destaques sobre voluntariado e sobre a adoção de medidas compensatórias teve-se um longo trajeto de ajuste e remodelação da cidade-progresso em cidade-voluntária.

Até a década de 1980, Uberlândia tratou a pobreza como algo externo à cidade, oficializando por diversos modos uma noção de antipobreza sintetizada nos termos progresso e desenvolvimento, caracterizando-se como um município rico.

Nestas trajetórias, o “progresso” como noção e como categoria de análise da realidade social assumiu diferentes perspectivas para a historiografia. Através de análises de discursos constituídos na imprensa local e nacional, algumas pesquisas que tratavam de arquiteturas “eloquentes”, de projetos de urbanização, da alocação do município nas rotas das rodovias federais, de criação de uma “cidade industrial”, e mesmo de um proletariado local, revelaram a constituição ideológica de um espaço

¹⁰ LEME, H. J. de C; NEDER, H. D. (coord.). op. cit. 2001. p.3.

¹¹ idem.

burguês no qual relações de controle e de dominação se constituíam em prol de uma disciplina de comportamento urbano.¹²

Esta disciplinarização era conferida, em parte, a entidades particulares e públicas que agiam ostensivamente no espaço urbano, retirando e enviando para outras localidades migrantes e mendigos que transitavam principalmente pela região central da cidade. A raiz do problema centrava-se no modo como os pobres se movimentavam pelo país levando mazelas a regiões desenvolvidas, assim como estava, também, no despreparo de muitos em viver em um local cheio de oportunidades de bons trabalhos.

A prática disciplinar mais “indireta” era atribuída a uma imprensa local e nacional que negava a existência de mendigos e de pobreza na cidade. Estes historiadores tentavam denunciar uma atitude que impunha a todos que viviam em Uberlândia uma “imagem” de desenvolvimento que organizava socialmente as relações entre classes.

Deste modo, a finalidade da dominação burguesa seria a implantação do próprio “progresso”, favorecendo o crescimento da cidade. Neste caminho, alguns outros elementos ganharam destaque nas interpretações historiográficas, entre eles,

¹² Entre muitas produções acadêmicas que discutem a concepção de “progresso da cidade” encontram-se: SOARES, Beatriz R. DA CIDADE JARDIM AO PORTAL DO CERRADO: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES NO TRIÂNGULO MINEIRO. Tese de doutorado. ICH/USP. São Paulo. 1995. MACHADO, Maria Clara Tomaz. A DISCIPLINARIZAÇÃO DA POBREZA NO ESPAÇO URBANO BURGUÊS: ASSISTÊNCIA SOCIAL INSTITUCIONALIZADA – UBERLÂNDIA, 1965/1985. Dissertação de Mestrado. Dep. História /USP. SÃO PAULO., 1990. SIMONINI, Giselda C. da Silva. TELEFONIA: RELAÇÃO EMPRESA CIDADE. 1954-1980. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História. PUC/SP. SÃO PAULO., 1994. NUNES, Leandro José. CIDADE E IMAGEMS: PROGRESSO, TRABALHO E QUEBRA-QUEBRA – UBERLÂNDIA, 1950/1960. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História. PUC/SP. SÃO PAULO., 1993. RODRIGUES, Jane de Fátima. TRABALHO, ORDEM E PROGRESSO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A CLASSE TRABALHADORA UBERLANDENSE – SETOR DE SERVIÇOS – 1924-1964. Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História /USP. SÃO PAULO., 1989. ALVARENGA, Nízia Maria. AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES EM UBERLÂNDIA, UM ESTUDO DAS PRÁTICAS SOCIAIS E DAS ALTERAÇÕES NAS FORMAS DE SOCIALIZAÇÃO. Dissertação de Mestrado em Sociologia. PUC/SP. SÃO PAULO., 1988.

as concepções de modernidade e de identidades, que por um tempo constituíram explicações para a passividade (e um certo grau de concordância) do “povo” überlandense frente ao domínio dos coronéis.¹³

A concepção de “progresso” como organização das relações sociais, políticas e culturais em Uberlândia sofreu importantes contestações através de pesquisas que conseguiram alargar os campos das memórias e das histórias sobre a cidade. Destaca-se entre elas o trabalho de Célia Rocha Calvo, que a partir de diálogos realizados com trabalhadores buscou:

[...] produzir memórias com as quais fosse possível uma compreensão crítica do processo de transformação da cidade destacando a construção de temporalidades, de projetos e, sobretudo, de sujeitos que elegiam outros momentos, processos e lugares para cunhar os sentidos das mudanças da cidade, vislumbrando, assim, as articulações históricas entre as memórias hegemônicas e aquelas que foram produzidas na pesquisa e que tinham como referências as mudanças nos espaços territoriais e viveres cotidianos.¹⁴

A abertura de foco para perspectivas e olhares múltiplos e dissidentes possibilitou entender o tema “progresso” como uma forma, entre diferentes formas, de constituir um sentido (ou vários sentidos) de passado.

Ao utilizar narrativas orais, feitas através do diálogo com diferentes sujeitos, a pesquisa de Célia Calvo colocou em evidência memórias e práticas sociais que se destoaram de uma “memória dominante”, entendida como:

¹³ Ver sobre a utilização de tais conceitos em: DANTAS, Sandra Mara. *Entre o real e o ideal: a cidade que se tem e a cidade que se quer* (Uberlândia, 1900-1950). **Revista História & Perspectivas**. nº. 25 e 26, Uberlândia. EDUFU. jul./dez. 2001/jan./jun.2002. pp. 193-214.

¹⁴ CALVO, Célia Rocha. *Muitas memórias, outras histórias de uma cidade. lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia*. In. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo, Ed. Olho D’Água. 2004. p.156.

[...] um termo que aponta para o poder e a universalidade das representações históricas, suas conexões com instituições dominantes e o papel que desempenham na obtenção de consenso e na construção de alianças nos processos de políticas formais. Mas não queremos insinuar que as concepções do passado que se tornam dominantes no campo das representações públicas são monoliticamente instaladas, nem que possuem credibilidade em todo o lugar. Nem todas as representações que alcançam domínio público são ‘dominantes’. O campo está impregnado de construções do passado que muitas vezes estão em guerras entre si. A memória dominante é produzida no transcorrer dessas lutas e sempre está exposta a contestação. Quereremos insistir, entretanto, que existem processos de dominação real no campo histórico. Certas representações conseguem centralidade e se vangloriam enormemente; outras, são marginalizadas, ou excluídas ou reformuladas. Mas os critérios de sucesso aqui não são os da verdade: representações dominantes podem ser aquelas que são as mais ideológicas, as que mais obviamente correspondem aos estereótipos homogeneizados do mito.¹⁵

Os avanços alcançados foram expressivos para a recomposição e recolocação da importância dos sujeitos nas relações vividas. Fator este significativo para as disputas de memórias e de direito a outras histórias que se colocavam (colocam ou colocaram) no campo político, cultural e social do viver na cidade.¹⁶

¹⁵ GRUPO MEMÓRIA POPULAR. *Memória Popular: Teoria, Política e Método*. Transcrito com a permissão de Perks, Robert e Thomson, Alistair. *The Oral History Reader*. Nova York: Routledge, 1988. Tradução: Helen Hughes, Yara Aun Khoury. *ibid.*, p.284.

¹⁶ Uma significativa forma de analisar estes campos de conflito, está colocada no texto-projeto do PROCAD: “Cultura, Trabalho e Cidade” (aprovado pela Capes no ano de 2000), do qual surgiu através de discussões coletivas o livro (op. cit.) “Muitas Memórias, Outras Histórias”: “*a operação histórica requer um movimento não só retrospectivo, mas fundamentalmente prospectivo, pondo em causa as relações entre Memória e História. Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e da legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido que definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que se pudesse se estabelecer uma certa Memória para cunhar uma História ‘certa’. E ai está nosso campo de atuação como historiadores comprometidos no social. Conhecer sua história, mas para buscar as razões que os engendraram, buscando no presente o que resta do passado – tendo como horizonte a transformação no presente e a construção de um futuro diferente do que temos hoje*”. Projeto

Esta pesquisa foi ao encontro de uma conjuntura posterior a imagem de “riqueza”. O período temporal proposto incidiu sobre um “mito” (ou uma outra organização da memória social) de empobrecimento, que no período foi (ou ainda é) tão presente quanto o do progresso.

Em 2004, havia a idéia de que a cidade havia perdido a capacidade de manter-se economicamente sem crises.¹⁷

A imagem de Uberlândia como uma cidade próspera e, muitas vezes, imune às crises econômicas – fato incontestável até o fim da década de 90 – perdeu força nos últimos anos. O abalo foi ainda mais expressivo com a divulgação do censo econômico-social em 2001. O estudo da Universidade Federal de Uberlândia revelou, entre outras informações, que o Município possuía mais de 30 mil pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.¹⁸

Entre os indicadores que justificavam este outro “momento” tinham-se as quedas sucessivas no repasse do ICMS¹⁹ pelo Estado, o aumento populacional, o elevado índice de desemprego e a diminuição da média salarial dos profissionais qualificados.²⁰

A média dos salários pagos atualmente é outro fator que explica a perda do status de cidade economicamente superior. O secretário de Indústria e Comércio de Uberlândia, Olavo Vieira da Silva, não só admite a realidade adversa, como tem uma série de explicações para o fenômeno. Olavo Vieira lembra que a cidade viveu uma fase extremamente positiva no período compreendido entre o fim da década de 70 e início dos anos 80. Segundo ele, a criação da

PROCAD (0035/009). *Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias*. Capes/2000. p. 8.

¹⁷ TIAGO, Dione. Uberlândia perde o status de eldorado. *Jornal Correio*: 16/05/2004. p. A8.

¹⁸ *idem*.

¹⁹ ICMS: Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços. Ver sobre alterações de repasse e legislação sobre este imposto no estado de Minas Gerais em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms/> , pesquisado em 10/01/2007.

²⁰ Quando não se referia a diminuições crescentes na participação do PIB estadual. Ver sobre: Riqueza do Triângulo é marketing. MARCOS, Cláudio. *Jornal Correio*. 14/09/2003, p. A6.

Universidade Federal de Uberlândia acabou provocando uma verdadeira revolução no mercado imobiliário da cidade. ‘Como os salários pagos pela universidade eram muito bons, professores de todo o país foram atraídos para a cidade’, disse, ao completar que os investimentos imobiliários passaram a ser feitos em função deste novo mercado potencial. [...] ‘Com isso, nós tivemos na época um crescimento populacional de qualidade’, frisou.²¹

A passagem de imagem de riqueza e progresso para uma situação distinta, de reconhecimento dos pobres como componentes da realidade urbana, exigiu uma produção de significados sobre a geração de pobreza. Esse processo centraliza o que hoje se pode considerar como normalidade em torno da compreensão e da aceitação de uma cidade pobre e da renovação das normas de convivência para com a pobreza.

O empobrecimento e o voluntarismo se fizeram incorporados como um fenômeno urbano por múltiplos vieses; por distintas relações de forças e de lutas sociais. Porém, os registros e as oficializações de seu acontecer, assim como ocorrido com o mito do progresso, teve como centro enunciador os jornais: Primeira Hora e Correio.

Entretanto, as produções dos jornais da cidade apresentavam uma diferença significativa. Tido como um apoiador da administração Zaire Rezende (PMDB — 1983-1988), o Jornal Primeira Hora, acentuava a discussão econômica em textos que mostravam as rotinas das feiras, das donas de casa, dos pequenos comerciantes etc.

Entre os produtos que “pesavam” no bolso dos consumidores, o Primeira Hora ressaltava os que atingiam mais fortemente os pobres, tal como o pão:

[...] que dobrou (de preço) no último sábado e o presidente do Moinho 7 Irmãos, Osmar Carrijo, disse que esse não será o último deste ano. Decidido pela SEAF, o aumento do trigo será progressivo²², ou mesmo: “fubá²³ (63%), banha (61%), óleos de

²¹ TIAGO, Dione. Índice de desemprego salta de 3% pra 14% em mais de uma década. op. cit.: 16/05/2004. p. A8.

²² Pão dobrou de preço e deverá subir ainda mais. *Jornal Primeira Hora*: 28/06/1983. p.1.

algodão e amendoim (59,3%), toucinho (53,3%)[...]"."As carnes bovinas, [...] merecem um comentário a parte. Segundo demonstrou o CEPES, apenas nos últimos três meses o produto experimentou uma alta de 75%, em Uberlândia: 22% em julho, 26,2% em agosto e 38,6% em setembro [...]."²⁴

De acordo com o Jornal:

[...] o índice do custo de vida no mês de fevereiro (1984) foi o mais alto dos últimos doze meses em Uberlândia. Conseguiu até mesmo ultrapassar os 13, 25% do mês de setembro de 83. Ele chegou a 16,99%. Os produtos e serviços que apresentaram as maiores variações dentro dos grupos a que pertencem foram os seguintes: Serviços Públicos e de Utilidade Pública: energia elétrica, 33%; correspondência ECT, 30%. Alimentação: chuchu 155,97%, vagem, 101,99%, jiló, 76,96%; banha fresca, 50,16%. Produtos não alimentares: livros didáticos, 74,59%, camisa malha infantil, 67,73%; peças avulsas (xícaras), 46,77%; livros literários, 44,10%. Outros serviços: dentista, 77,78%; lubrificação, 29,61%, gasolina, 26,74%; exame clínico (raio X), 21,71%. As informações foram oferecidas pelo sub-gerente do CEPES, José Naves.²⁵

Em sua análise, o alto custo de vida trouxe mudanças significativas no cotidiano dos trabalhadores que faziam compras nas feiras.

'Anteriormente com pouco dinheiro você se dirigia à feira e conseguia com 2 mil cruzeiros encher a geladeira e hoje devido aos preços elevados este mesmo valor dá apenas para comprar o indispensável'. Esta afirmação é da dona-de-casa Maria das Graças Martins Ramos que semanalmente vai a feira e gasta aproximadamente mil cruzeiros'. Para economizar, Ana Elisa Alves Leal pretende brevemente formar uma horta no quintal de sua casa, plantando verduras para que 'o dinheiro gasto na feira seja utilizado para outras necessidades presentes da família'.²⁶

²³ Vale enfatizar que em novembro (1983) o fubá teve alta de 2% ao dia em seu preço.

²⁴ Alimentação puxando o custo de vida de setembro. *Jornal Primeira Hora*: 5/10/1983. p.1.

²⁵ Índice do custo de vida recorde: 16,99%. *Jornal Primeira Hora*: 2/03/1984. p.1.

²⁶ Sacolas vazias contam a história do povo. *Jornal Primeira Hora*: 1/05/1983. p. 5.

Isso propiciou uma diminuição no consumo de alimentos, de vestuário, de prestação de serviços, entre outros. No Primeira Hora, encontrava-se o debate sobre termos que apareciam somente como índices e porcentagens no Jornal Correio. Entre eles: desemprego e salário.

Hoje — dia Internacional do Trabalho — desemprego e o baixo índice de remuneração do trabalhador foram assuntos de destaque de alguns trabalhadores consultados pelo Primeira Hora na praça Tubal Vilela. As condições de trabalho e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores foram assuntos abordados pelos entrevistados em um plano que pode-se tirar idéia de como é a vida de quem trabalha em uma cidade de porte médio, como Uberlândia, em frente a uma crise econômica que é hoje um assunto nacional. Jordélia Tânia Dalali, 19 anos, vendedora considera o trabalhador que ganha apenas um salário mínimo ‘um sacrificado’ e esclareceu que ‘23 mil cruzeiros são insuficientes para qualquer pai de família, que paga aluguel e tem sobre sua responsabilidade toda manutenção da casa’. [...] Em termos salariais, o aposentado (Renato Azevedo, 70 anos) enfatizou que ‘principalmente os trabalhadores que ganham até 3 salários mínimos estão em péssimas condições, sacrificados e até passando fome’. Sobre sua condição de aposentado ganhando em torno de 100 mil cruzeiros mensais, Renato Azevedo declarou que ‘quase não dá para meu sustento e de minha família’.²⁷

Diante deste quadro, publicavam-se comentários sobre mudanças nos hábitos alimentares e no estilo de vida dos trabalhadores “empobrecidos”.

Marileuza Reducino diminuiu a sua freqüência nas feiras, o que anteriormente fazia regularmente, em função dos preços elevados dos produtos oferecidos, tais como: legumes, frutas e verduras. Como opção, a dona-de-casa, explicou que: ‘passei a consumir produtos mais baratos, como massas, pois o preço da carne e das verduras estão com preços muito elevados’; [...] sobre a qualidade dos produtos das feiras ela enfatizou ‘varia de acordo com o preço, se você tem condições de pagar mais compra produtos melhores, pois são os mais caros’²⁸. Já a dona-de-casa Lázara Maria Rodrigues de Abreu usa como tática não comprar produtos com

²⁷ Desemprego: a maior preocupação do trabalhador. *Jornal Primeira Hora*: 01/05/1983. p.1.

²⁸ ibid., p.1.

preços elevados em sinal de protesto e que devido ao custo de vida ‘a maioria das donas-de-casa se vê obrigada a eliminar alguns produtos de menos necessidade para se enquadrar dentro do orçamento familiar’; ela usa como alternativa a compra de produtos da safra, pois nestas épocas os preços são mais baixos.²⁹

A crítica do Jornal ao elevado preço dos produtos se baseava na questão da compra, da venda e da revenda de mercadorias entre produtores, atravessadores, vendedores e consumidores. Mesmo com publicações que valorizam o ponto de vista dos trabalhadores, apresentando questões sobre empregos e salários, a análise da crise econômica se findava nas relações de mercado e de produção de mercadorias.

A reportagem sobre a discussão de salário e desemprego terminou da seguinte maneira:

os feirantes se queixam que o movimento da feira caiu consideravelmente, em relação ao ano passado e vêem como solução, um maior incentivo do Governo aos produtores, para que sua produção aumente e vendam seus produtos a preços mais razoáveis ao feirante, para o repasse ao consumidor. O feirante Paulo César de Oliveira considerou que ‘o movimento nas feiras livres diminuiu em 80% em relação ao ano passado devido ao preço das mercadorias, sendo que para os feirantes a dificuldade se encontra em revender os produtos comprados diretamente do produtor’.³⁰

Por seu lado, o Jornal Correio, tido como um representante dos grupos autoritários, tem trabalhado a questão do “aumento” da pobreza como um fator advindo da própria cidade, registrando o “empobrecimento” da vida urbana através das perdas e dos receios de uma determinada categoria social: a classe média.

²⁹ idem.

³⁰ idem.

Em dezembro de 1985, por exemplo, um informativo do jornal tentava auxiliar os leitores sobre modos de administrar o dinheiro com maiores responsabilidades, para melhor organizar suas vidas financeiras. Dialogando com famílias que possuíam empregadas, zeladores e que presenteavam seus filhos em datas comemorativas, o jornal sugeriu a utilização da criatividade na hora de enfrentar os gastos de final de ano.

O leitor foi convidado a descobrir “*que (ele mesmo) poderia fazer algumas das lembranças, usando materiais baratos*”. Como dica, o texto aconselhou a dar presentes que tivessem utilidades, que poderiam ser usados nas viagens de férias. Como exemplo, o jornal indicou a compra de “*roupas, sapatos, maiôs [...] ou uma blusa para combinar com tal short e assim por diante*”.³¹

Mesmo sugerindo o corte nos artigos de luxo, os presentes de natal e as viagens de fim de ano eram assuntos publicáveis, naquela segunda metade de década. Contudo, alguns anos depois, muitos trabalhadores considerados pelo jornal como pertencentes a uma “classe média” passaram a “sentir” privações de certos produtos e serviços compreendidos como essenciais.

Localiza-se nestas circunstâncias um dos principais sintomas daquilo que seria aprofundado como o principal ingrediente da “crise”: a diminuição do poder de compra da categoria média da população frente a mudanças de seus próprios comportamentos.

Em fevereiro de 1990, o Correio mostrou sinais destas vertentes. Dizia respeito, sobretudo a substituição de tradicionais marcas de biquínis, bolsas e sapatos por etiquetas mais modestas e mais baratas.³²

³¹ Opinião. *Jornal Correio do Triângulo*: 19/12/1985. p.1.

³² Crise faz a classe média mudar hábitos de consumo. *Jornal Correio de Uberlândia*: 11/02/1990. p. A-4.

Um outro sinal dizia respeito à utilização de serviços. A contratação de diaristas em razão da dispensa de “empregadas domésticas” aparecia nos noticiários como mais um sintoma da perda do poder aquisitivo da “classe média”.

A classe média, que já teve empregada doméstica e que foi obrigada a abrir mão desse serviço em função da perda de poder aquisitivo tem agora uma outra opção para resolver problemas imediatos, os serviços do SINE (Sistema Nacional de Empregos). Em Uberlândia, continua grande a procura por diaristas que trabalham oito horas fazendo serviços gerais, faxina ou lavação de roupas. A cada mês a Central de Prestação de Serviços registra uma média de pedidos de trabalho para quarenta faxineiras, cinqüenta passadeiras, vinte e cinco lavadeiras e cinco para serviços gerais. [...] Hoje cento e trinta pessoas estão inscritas na Central para prestar serviços.³³

No enredo dos noticiários do Correio, a queda no consumo afetava mais profundamente as categorias compreendidas e citadas como “empregadoras”. Em dezembro de 1992, uma estatística feita pelo próprio Correio indicava que em cada dez pessoas inscritas por dia no SINE (Sistema Nacional de Emprego), “*quatro ou cinco (possuíam) segundo grau completo ou eram profissionais estáveis*”.

De acordo com o jornal, “*moças que concluíram o magistério, estudantes de fora, pessoas que foram gerentes de loja durante 15 anos*”, e mesmo, “*uma enfermeira, massagista, esteticista que dominava vários idiomas*”, se registraram no SINE atrás da oportunidade de fazer faxina, de passar roupas ou desempenhar outros serviços como diaristas.³⁴

³³ Diaristas ganham a “classe média”. *Jornal Correio do Triângulo*: 10/04/1991. p. B-1.

³⁴ GUARANYS, Ana. Crise atinge várias camadas sociais. *Jornal Correio do Triângulo*: 06/12/1992. p. 20.

Daisy Afonso, Secretária de Estado do Trabalho e da Ação Social, avaliava que o aumento de profissionais qualificados à procura de ocupações no SINE era um sinalizador “*da queda da qualidade de vida da população em geral*”.³⁵

A Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social de Uberlândia, Niza Luz,³⁶ concordou com Daisy Afonso, analisando que, “*embora sem números, percebe-se uma queda do nível de vida na cidade, pelo aumento do número de médicos, engenheiros, arquitetos e de outras categorias, que estão entrando para o mercado informal, abrindo padarias, vídeo locadoras, bancas de revistas etc*”.³⁷

A sensação de que a classe média estava redefinindo seus comportamentos foi comum em tal conjuntura. As notícias tentavam dar conta de detalhes que remexiam em hábitos e valores daqueles que a ela pertenciam, tal como as privações de produtos de limpeza, de cosméticos e de higiene pessoal.

Neste aspecto, a opção em utilizar absorventes ou toalhinhas, ou fazer uso do primeiro apenas para sair de casa “*em função do custo do artigo*”, significou para jornalistas do Correio um “*retrocesso absurdo*” e “*uma seqüela aberta na vida das mulheres*”.³⁸

O Jornal reforçou a interligação das perdas daquelas categorias com uma degradação mais ampla da vida na cidade, em artigos que passavam das análises da “*diminuição do poder aquisitivo; do empobrecimento do país ao longo dos anos de 1980; do processo de diminuição do salário, frente ao crescimento da inflação;*”³⁹

³⁵ GUARANYS, Ana. Secretaria diz que níveis sociais caíram. *Jornal Correio do Triângulo*: 30/08/1992. p.17.

³⁶ Niza Luz teve uma longa trajetória no cargo. Após prestar serviços na administração do PMDB (1983-1988), serviu à Administração de Virgílio Galassi (PPB 1989-1992).

³⁷ *Jornal Correio do Triângulo*: 30/08/1992. op. cit. p.17.

³⁸ Crise leva mulheres a mudança de hábitos. *Jornal Correio do Triângulo*: 11/10/1992. p. 11.

³⁹ Os salários, que implicavam em 50% do total da renda nacional no final da década de 1970, passaram a significar apenas 35% no início dos anos de 1990. FARIA, Ana Cristina. Classe média é uma espécie em extinção. *Jornal Correio do Triângulo*: 13/06/1993. p. 5.

das ortodoxias das políticas econômicas; da concentração de renda acentuada"; para mudanças nos valores de uma classe que cada vez mais perdia a "pose".⁴⁰

A assessora de imprensa, de 28 anos, Elida Azevedo, comentou que na década de 1970 seu pai sustentava seis pessoas (esposa e filhos) sem que isso 'pesasse no orçamento'. Segundo ela, em 1982, seu irmão começou a trabalhar para que eles não perdessem o padrão de vida. Para demonstrar a acentuada crise e recessão, desde 1978, a família não viaja mais reunida para passar férias.⁴¹

Perder a pose significou, também, abrir mão da renovação dos carros, das jóias, da forma de pagamento a vista, ou em poucas prestações.⁴² Fatores que pareciam ter um sentido importante para certos segmentos:

[...] este é o caso da Professora Universitária Suely Regina Delgrossi que tem o cargo de doutora titular, considerado o mais alto entre os docentes da UFU (Universidade Federal de Uberlândia). Ela disse que por volta de 1979 comprou um carro (zero km) e pagou em duas parcelas. Hoje, confessa que jamais compraria um veículo nestas condições. 'A aquisição de um automóvel, para mim, só se for através de um consórcio e olha lá', criticou.⁴³

⁴⁰ "Como se não bastasse o quadro econômico [...] a concentração de renda aumentou. Em 1981, 10% da camada mais pobre da população detinha 0,9% da renda nacional. No final da década estes mesmo 10% passaram ater 0,7% da renda. Para mostrar que há diferença significativa na distribuição de renda, o professor Heládio José Campos Leme (do CEPES – Centro de Documentação e Pesquisa Sócio Econômico, da Universidade Federal de Uberlândia) aponta que apenas 10% da população, que faz parte da classe mais alta, detém nada menos que 46% da renda nacional." idem.

⁴¹ idem.

⁴² Sobre jóias: "O movimento de penhor após a decretação do Plano Collor está de vento em popa, de 150 a 200 pessoas procuram as agências da Caixa Econômica Federal [...] para se esclarecerem sobre o penhor, a Instituição considera que em média 90 pessoas concretizam diariamente a operação". Plano Collor faz crescer movimento de penhor na CEF. *Jornal Correio do Triângulo*: 04/04/1991. p.B-3

⁴³ Processo de empobrecimento já dura uma década. *Jornal Correio do Triângulo*: 13/06/1993. p. 5.

Além de outros relatos, o artigo trabalhou com uma sensação de perda de esperanças no enriquecimento pelo trabalho, ou por outros meios que pareciam possíveis à “classe” em questão,

O contador Luísmar Alves de Oliveira, de 29 anos, que também está sentindo a queda do poder aquisitivo da população, prefere brincar um pouco com a crise econômica. Segundo ele, na década de 1970 o homem tinha três opções de enriquecimento. A primeira, através do próprio trabalho, depois ganhando na loteria e por último se casando com uma mulher rica. Hoje segundo ele, nenhuma das três propostas é viável. ‘Através do trabalho só dá para sobreviver, ganhando na loteria, nesses tempos em que todos procuram apostar na sorte, é mais difícil que achar agulha em palheiro, e mulher rica é ainda mais complicado porque os fazendeiros estão quebrados’.⁴⁴

Os jogos de loteria, por outro lado, ganharam espaço significativo no Jornal.⁴⁵ As longas filas nas agências, as possibilidades como os prêmios poderiam ser gastos, as acumulações de concursos sem acertadores apareciam como complemento às notícias que tratavam da recessão.⁴⁶

Quando as notícias passavam pelo crivo da “recessão”, personagens que geralmente eram conhecidos pela compreensão da movimentação financeira, ou figuras não tão reconhecidas no meio urbano eram levadas a analisar as “dificuldades financeiras” a partir de situações diversas.

Em novembro de 1992, um gerente de banco, um taxista e uma doméstica analisaram o comportamento sexual das pessoas que possuíam problemas

⁴⁴ idem.

⁴⁵ Tal como o caso de uma adolescente que sonhou no dia de Santo Antônio com os números sorteados pela Sena, mas, que por uma infelicidade trágica (falta de dinheiro) deixou de comprar o bilhete. Adolescente diz que sonhou com os seis números da Sena. *Jornal Correio do Triângulo*: 17/07/1991. p. 6.

⁴⁶ Jogos e sonhos. *Jornal Correio do Triângulo*: 24/09/1992. p. 13.

financeiros.⁴⁷ O Correio do Triângulo buscou um diagnóstico mais técnico do gerente de banco:

[...] o gerente Leônidas Gonçalves opinou que a crise financeira afeta principalmente a vida afetiva, diminuindo a dedicação das pessoas de quem mais gosta. ‘O relacionamento sexual é afetado por tabela, embora não cause impotência’, disse. [...] Segundo o gerente os brasileiros já aprenderam a sofrer tanto que as reclamações diminuíram consideravelmente. ‘Agora, as pessoas estão me parecendo mais resignadas e reagem apenas diante de choques financeiros, parece até que entraram em um processo letárgico’.⁴⁸

A partir da introdução dos demais entrevistados, o foco centrou-se nas narrativas das dificuldades em comprar alimentos, em pagar dívidas, entre outras experiências.

Para o taxista Juscelino Gomes da Silva [...], ‘muitas vezes o cansaço é tanto que não há tesão que sobreviva, ao contrário, desaparece’. Ele disse também que enfrenta uma verdadeira guerra dentro de casa devido à falta de coisas, o que acaba afetando a vida sentimental com a companheira’, alegou. [...] A domestica Célia Gonçalves, desquitada, afirmou que de ‘faltar mantimentos e dinheiro em sua casa, o restante entra em baixa também. O afeto acompanha a vida financeira, se não caminham juntas, as brigas tendem a prevalecer’.⁴⁹

O Jornal, entretanto, requereu uma dramatização mais profunda, que mostrasse desdobramentos que a diminuição do consumo poderia infligir na vida das pessoas. Em mesma página trouxe outro artigo, no qual casais trocavam tapas por razão da “*crise financeira*”.

⁴⁷ Recessão afeta vida de casais, diminui tesão e deixa sexo de lado. *Jornal Correio do Triângulo*: 13/11/1992. p. 19.

⁴⁸ idem.

⁴⁹ idem.

[...] A lavadeira Marta Alves, por exemplo, é recordista em brigas e já não causa espanto aos vizinhos, nem dá trabalho a Polícia Militar. ‘São discussões banais, a de hoje foi por causa de uma lata de leite em pó. Meu marido, Antônio Marcos Alves, pedreiro, gasta com cachaça e deixa de comprar o leite para as crianças, aí eu viro fera’, reclamou. A arrumadeira Selma Gonzaga também não se sente envergonhada de protagonizar brigas com o marido. ‘Aqui todo mundo sai no braço, é uma miséria que só vendo. Ninguém agüenta viver sem dinheiro. A gente discute para desabafar, quando apanho ainda saio satisfeita, porque meu marido não sai da confusão sem levar pancada. Ninguém socorre, nem chama a polícia. É aquele negócio, em briga de marido e mulher ninguém mete a colher’, diz sem nenhum constrangimento. O marido dela, Giovani Gonzaga, é mais reservado, prefere não comentar os atritos, mas confessa que se toda a vez que brigasse com a mulher a polícia fosse chamada, viveria mais na cadeia do que na fábrica onde trabalha em serviços gerais.⁵⁰

Neste ambiente de crise, as mudanças ocorridas no consumo tomavam uma significação mais austera à classe média, quando, além do leite, o Jornal tratava da diminuição no consumo de outros alimentos.

No Correio, como exemplo, encontravam-se reportagens sobre a venda de carne. No início de 1990, o consumo daquele produto diminuiu cerca 40% na cidade.⁵¹ Na ocasião, a equipe de jornalismo entrevistou uma empregada doméstica, chamada Maria José Lopes, que havia acabado de comprar três quilos de “patinho”. A carne foi comprada para a família de seu “patrão”. Para sua casa, a empregada comprava dois quilos por semana (“*sou eu, meu marido e meus três filhos*”), adquiria, segundo ela, “*só mesmo o necessário*” para o consumo de sua própria família.⁵²

A utilização do termo “necessário” frente a um quantitativo de dois quilos por semana para a alimentação de quatro pessoas, indicava um consumo menor de carne

⁵⁰ idem.

⁵¹ Consumo de carne cai 40% na cidade. *Jornal Correio do Triângulo*: 09/02/1990. p. 3.

⁵² idem.

para a segunda família. Entretanto, a matéria dava visibilidade à queda do consumo da cidade, não dissociando patrões de empregados, ou não conjeturando por níveis de rendimento. Mas nem por isso deixava de pesquisar sobre a falta da carne nas camadas consideradas mais pobres. Em reportagem sobre o trabalho de “bóias-frias” constatou-se que os entrevistados quase nunca comiam carne (“*O dia que tem carne a gente come, mas geralmente é mesmo arroz e feijão, só*”).⁵³

Em relação ao trabalho, a entrevistada Jussara Maria Auxiliadora disse preferir trabalhar na lavoura a cumprir as obrigações e rotinas de uma empregada doméstica e, talvez, comprar dois quilos de carne por semana.

A falta de carne nas marmitas dos trabalhadores rurais, ou a restrita quantidade comprada por outros trabalhadores que viviam na cidade, chamava a atenção de repórteres do Correio por uma razão tida como central nas discussões sobre a dieta dos pobres: a falta de (no caso da carne) proteínas, vitaminas, sais minerais, entre outros.

Para equilibrar a questão nutricional, o Correio apontava soluções econômicas, tais como a troca de produtos caros por mais baratos.

Uma das alternativas mais acessíveis é a substituição da carne bovina pela carne de frango, que custa em média NCz\$ 38,00 enquanto a carne de segunda custa, também em média, NCz\$ 44,00. Além de ser mais barato, o frango já fez parte do hábito alimentar da região e seu cardápio pode ser bem variado. Na falta da carne, nutricionistas e técnicos em alimentação aconselham uma alimentação cotidiana a base de cereais, ovos, legumes, verduras e frutas.⁵⁴

⁵³ A fala foi atribuída à trabalhadora Jussara Maria Auxiliadora, que completou: “*o importante é que o feijão esteja bem temperado, aí o arroz com feijão vai bem*”. Muito trabalho, sol quente e bóia-fria. Jornal *Correio do Triângulo*: 11/03/1990. p. 3.

⁵⁴ Frango, opção acessível e mais barata. Jornal *Correio do Triângulo*: 09/02/1990. p. 3.

Até os primeiros anos da década de 1990, a carestia dos alimentos causava a diminuição calórica dos indivíduos de “*baixa renda*”⁵⁵. Sob a ótica da imprensa isto foi possibilitado pela pouca capacidade que tinham para manterem constantes seus padrões de consumo e de vida.

Entretanto, outras conjunturas históricas propiciaram uma adjacente releitura dos significados de empobrecimento para a classe média. Estes outros ventos advieram de uma reorganização monetária e política iniciada em 1994, denominada “Plano Real”.

“*Real chega para ‘despencar’ inflação*”.⁵⁶ A notícia impressa no Jornal Correio no dia do “lançamento” da moeda trouxe exemplos de mercadorias e serviços que custariam menos de R\$ 1.⁵⁷

A ênfase dada ao combate da inflação e à volta da “capacidade de compras” marcaram o início de uma crescente divulgação da melhoria da qualidade de vida, legitimada pela possibilidade do aumento do consumo.

Um sintoma destas mudanças se fez claro nas notícias sobre as comemorações de fim de ano. Para o Correio, o décimo terceiro salário de 1992 foi perdido ao ser utilizado pela classe média tão somente para a aquisição de roupas e alimentos.⁵⁸ O mesmo não ocorreu no ano de 94,

[...] a classe média não tem dúvidas de que este ano a ceia natalina será mais farta, as árvores estarão cheia de presentes e as compras poderão ser feitas com a tranquilidade de quem vive em um país sem inflação. Acostumada aos shoppings e boutiques, a classe média vai ao paraíso com planos e moedas estáveis que garantem o cumprimento de um orçamento possível. ‘A gente não tem dúvida,

⁵⁵ Até mesmo em matérias sobre trabalhadores da prefeitura. “Reportagem do Correio encontraram praticamente arroz puro nas marmitas dos varredores de rua”. Ver sobre em: Anemia aumenta afastamento de servidores da Prefeitura. *Jornal Correio do Triângulo*: 21/08/1993. p.1-2.

⁵⁶ Real chega para ‘despencar’ inflação. *Jornal Correio do Triângulo*. 01/07/1994, p.1 e 9.

⁵⁷ Entre alguns serviços destacamos a passagem do ônibus coletivo taxada a R\$ 0,35. *ibid.*, p. 9.

⁵⁸ Por força do que chamou de “recessão”. Ver: GUARANYS, Ana. O 13º deste ano deverá comprar roupa e comida. *Jornal Correio do Triângulo*. 15/11/1992, p. 6.

sabe quanto vai gastar, não é como no passado em que comprávamos com juros altos', afirmou a professora Regina de Oliveira Firmino. Ela fez todas as compras de Natal no shopping, gostou dos preços e saiu cheia de sacolas. 'Acho que este natal não vai ser dos piores', garantiu. A também professora Cléria de Lourdes Correia Batista andou muito para encontrar os presentes que queria. Viu diferenças gritantes nos preços, mas se disse satisfeita com as compras. 'Encontrei camisetas com diferença de até 100% no preço', avisou. Cléria de Lourdes acredita que sua família terá um bom natal: 'não há Papai Noel gordo, mas teremos um Papai Noel médio'.⁵⁹

Naquele ano, o Clube de Diretores Lojistas registrou um aumento de 40% das vendas de seus associados.⁶⁰ O Correio não somente compartilhou das euforias de consumo, ele registrou também a indignação de muitos überlandenses com o Conselho Monetário Nacional⁶¹ pela medida que reduziu o prazo dos crediários (de 50 meses para 12) para inibir a volta da "inflação".⁶²

De acordo com a edição de 25 de fevereiro de 1995,

Para o médico Ricardo Borges 'não adianta regulamentar a economia do país e proibir a população de adquirir os bens que deseja'. Ele completou dizendo que a questão é complicada e não pode ser analisada unicamente sob o prisma econômico, mas a

⁵⁹ Classe média apostava em Natal de fartura. *Jornal Correio do Triângulo*. 24/12/1994, p.4.

⁶⁰ Vendas Crescem 40% no Natal. idem.

⁶¹"O Conselho Monetário Nacional (CMN), que foi instituído pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, é o órgão responsável por expedir diretrizes gerais para o bom funcionamento do SFN. Integram o CMN o Ministro da Fazenda (Presidente), o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Presidente do Banco Central do Brasil. Dentre suas funções estão: adaptar o volume dos meios de pagamento às reais necessidades da economia; regular o valor interno e externo da moeda e o equilíbrio do balanço de pagamentos; orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa". Esses trechos foram retirados do site <<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/CMN.Asp>>, em 1/09/2006.

⁶² Colocado em prática logo após a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a presidência do país. Sobre FHC ver: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/FHC>>, pesquisado em 23/8/2006.

interferência governamental na vida da população, mais uma vez obriga a renunciar aos seus sonhos de consumo.⁶³

A perspectiva de aumento de consumo não se restringiu somente a reportagens sobre os hábitos e sonhos da classe média. As divulgações de produtos que se tornaram “populares” assinalam uma crescente perspectiva de que os pobres consumiriam, ou, pelo menos, poderiam consumir mais alimentos.

A respeito dessas projeções:

Este mês, o Real completa dois anos. Só por ter controlado a inflação, que vem se mantendo perto de 1% ao mês, o brasileiro já teria motivos de sobra para comemorar este aniversário. No entanto, o mais importante não é o que o Real conseguiu diminuir, é o que ele conseguiu aumentar. O consumo de alimentos de uma forma geral aumentou 30%. O consumo de massas aumentou 16%, o de bolachas e biscoitos aumentou 30%, o de polpa de tomate aumentou 19%, o de iogurte aumentou 89%, o de feijão aumentou 87%, o de carne aumentou 96%, o de frango aumentou 80% e o de ovos aumentou 82%. Com o Real, 35 milhões de brasileiros entraram para o mercado de consumo. Com moeda forte e economia estável, o que aumentou foi a confiança do brasileiro, a possibilidade de planejar a longo prazo, de ter um projeto de vida com segurança de poder realizar. Porque, quando os brasileiros realizam seus sonhos, o Brasil realiza seu compromisso maior: ser uma nação mais justa. Em dois anos, o Real melhorou a vida de muita gente. Agora é caminhar para frente. O governo sabe disso e o povo também. BRASIL GOVERNO FEDERAL/BANCO CENTRAL DO BRASIL (CUIDAR DA MOEDA É NOSSO FORTE).⁶⁴

Estes quantitativos ignoravam um fator social significativo : as relações de vida e os modos como os trabalhadores pobres resolviam seus problemas de alimentação, de transporte e de moradia, os quais continuaram sob as mesmas

⁶³ Consumidor esnobe, pacote anticonsumo. *Jornal Correio do Triângulo*, 25/02/1995, p. 5.

⁶⁴ Publicidade. REAL. Mais do que uma moeda, um projeto para o Brasil. *Jornal Correio do Triângulo*, 4/07/1996, p. 7.

perspectivas e regras anteriores. Neste aspecto, um aumento de bolachas e biscoitos nas casas dos trabalhadores mais pobres não os retirou dos circuitos mais complexos de dominação, assim como não alavancou novamente a idéia e o mito de cidade-progresso.

O olhar econômico do Correio teve, nesta dinâmica, a eficácia de trabalhar com a perspectiva do aumento de consumo, em congruência com a incapacidade dos mais pobres de contribuírem para uma retomada de “crescimento” da cidade.

Desde a segunda metade da década de 1980, encontrava-se na imprensa uma compreensão de que o trabalho protegeria a cidade dos efeitos da derrocada econômica, que se fez presente na mídia em anos posteriores.

*“A crise ainda não chegou ao Triângulo Mineiro. Se trabalharmos com fé e dinamismo, ela nunca chegará.”*⁶⁵ A concepção do “trabalhar” enquanto contraposição a uma crise vindoura foi manifestada concomitantemente nas páginas dos jornais Correio e Primeira Hora de diversas maneiras. Neles, os temas relativos a possíveis atividades de trabalho se mostravam interligados a sujeitos que precisavam de estímulos, ou de serem iniciados de um modo afirmativo em atividades que os promoveriam dentro de ambiências urbanas.

Neste sentido, o trabalhar esteve interligado a uma reconstituição de viveres e de relações sociais que se desenlaçavam aos olhos do jornalismo local. Modos de abordar – e, de certa maneira, difundir – esta tendência encontrava-se em espaços destinados à publicidade:

[...] Para todos nós o Primeiro de Maio deve significar um marco encorajador na transformação da vida de uma grande parcela de nossa população, sujeita a uma existência abaixo das condições mínimas de dignidade, segurança e esperança no futuro. Lutamos

⁶⁵ Tal frase compôs espaços entre matérias do Correio durante várias semestres entre 1985 e 1986. *Jornal Correio de Uberlândia*: 27/12/1985. p.1; *Correio de Uberlândia*: 18/01/1986. p.5; *Correio de Uberlândia*: 28/01/86. p.1, entre vários outros dias.

por uma vida decente e tranqüila para todos que erguem com suas mãos abençoadas pelo trabalho o presente e o futuro desta cidade e região.⁶⁶

Este intuito também pode ser percebido em notícias sobre os cursos realizados por entidades de orientação a “menores”, tal como o de “*Formação de Babá*” realizado pela Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETAS)⁶⁷, em maio de 1986.⁶⁸ O curso teve o objetivo de lançar no mercado de trabalho⁶⁹ treze meninas na faixa etária de 14 anos. Num período em que a retirada do tempo de ociosidade de crianças (em prol de atividades remuneradas) significava tanto um aumento de recursos para suas famílias, quanto uma prevenção de crimes e de atos variados de violência.⁷⁰

Mas o trabalhar nestas perspectivas relacionava-se a mobilidade social? Injetaria mais dinheiro nas feiras? No comércio? Geraria melhores rendas e mais “empregos”?

No Jornal Correio, o mais comum era (e ainda é) fazer referência às modalidades de trabalho dos pobres como sendo representações alegóricas de uma vida difícil. Desse modo, o trabalho informal ou feito nas ruas aparecia nos jornais da cidade como um conjunto de afazeres penosos, e ilegais.

O vendedor de picolés Ary Medeiros Gomes, começou a trabalhar aos oito anos e afirma que será doutor quando crescer. ‘É bom

⁶⁶ PROPAGANDA. Supermercado Uberlândia/ Arroz Glória. *Jornal Primeira Hora*: 01/05/1986. p.8

⁶⁷ Tratava-se então da Secretaria Estadual Trabalho e Assistência Social.

⁶⁸ SETAS entrega certificado a treze babás. *Jornal Primeira Hora*: 01/05/1986. p.05.

⁶⁹ Na entrega dos certificados, a diretora regional Marlene Goulart enfatizou: “vocês, as que realmente aprenderam durante o curso, estarão capacitadas a disputar o mercado de trabalho, inclusive com a vantagem de apresentar um diploma, fornecidos pela SETAS, que goza de grande confiabilidade entre as mães de famílias”. idem.

⁷⁰ Um outro exemplo da forma de conceber a relação entre o trabalhar enquanto maneira de oposição a ociosidade de crianças, em: ICASU forma primeira turma de office-boys. *Jornal Primeira Hora*: 12/06/1986. p.1.

trabalhar com picolé, ter o próprio dinheiro e ajudar em casa. Eu ganho pelo menos R\$ 10,00 por dia, estudo em escola pública, no período da tarde e agora estou juntando dinheiro para comprar meu material escolar'. Ary contou ter sentido a necessidade de ajudar a família e decidiu arranjar uma ocupação. É difícil, mas gratificante. 'Às vezes ando bastante, porém quando o sol está muito quente vou até a Praça Tubal Vilela. O problema é a fiscalização da Prefeitura. A gente não pode se descuidar senão os fiscais podem tomar a mercadoria'. O garoto afirmou que os jovens são os consumidores mais assíduos dos picolés. 'Muitas vezes eu dou conselho aos garotos como eu para que não deixem de estudar. Hoje nós pagamos aluguel. No futuro, meus pais e irmãos terão casa própria e mais conforto porque serei doutor'.⁷¹

Além de Ary Medeiros, apareceram outros sujeitos naquela reportagem: o garçom Marco Antônio Vasconcelos, o engraxate Dário Rodrigo da Silva, 12 anos, (que abandonou a escola e não pretende retornar), José Antônio, "deficiente físico" e "vendedor de fitas K7" (pai de três filhos) e o lavador de carros João Angélico de Oliveira, com sete filhos e dezoito netos, os quais ajudava a criar por intermédio desta atividade.⁷²

Os mais velhos, tal como José Antônio, indicavam a baixa escolaridade como um fator determinante da péssima condição de trabalho em que viviam. Uma condição que não dizia respeito apenas a si próprio pois, também, significava uma conduta irregular no viver urbano.

Para garantir a alimentação, moradia e escola, trabalhadores autônomos de Uberlândia, tanto adultos quanto crianças, estão pelas praças, ruas e esquinas da cidade em busca de um futuro melhor. Esses profissionais encontram vantagens e desvantagens nesse tipo de trabalho, mas esperam vencer na vida. [...] Na quarta-feira, o garçom Marco Antônio Vasconcelos perdeu R\$ 800,00 em relógios. Ele informou que tentava vendê-los na Praça Tubal Vilela e foi impedido pelos fiscais da Prefeitura (Secretaria Municipal de Serviços Urbanos). 'Sou garçom profissional, trabalho a semana

⁷¹ FUTURO. Crianças vendem picolés e engraxam sapatos, dinheiro ajuda no sustento das famílias e nos estudos. *Jornal Correio do Triângulo*: 04/02/1996, p.9.

⁷² idem.

inteira, mas o salário é baixo. O cliente não dá mais gorjeta. Tenho três filhos, minha esposa não está trabalhando porque cuida da mãe doente. Decidi completar a renda familiar com a venda ambulante e aconteceu isso'. O garçom comentou que vendeu um aparelho de TV para comprar os relógios e revender. 'Hoje estou desorientado porque preciso pagar R\$ 100,00 para reaver a mercadoria apreendida, não tenho dinheiro e dependo da ajuda de outros ambulantes para retirar os relógios da seção de fiscalização e renegociá-los'. Marco Antônio lembra que os filhos começariam a estudar este mês, mas os materiais escolares ainda não foram comprados. 'Preciso fazer esse bico, é questão de sobrevivência, tenho que comprar o material escolar das crianças. Ao todo devo gastar R\$ 600,00. Não espero um grande futuro para mim, mas quero uma vida melhor para meus filhos'.⁷³

Neste ambiente de irregularidade, a educação aparecia nas narrativas apresentadas pela imprensa como um elemento contrário às atividades que não eram consideradas como trabalho, como a vigilância de carros.

Eles estão em todas as partes e alegam trabalhar para ajudar a família. [...] Segundo Eliane Pereira Clemente, Diretora da Divisão de Atendimento à Criança e ao Adolescente, estas crianças que fazem este tipo de serviço chegam a ganhar CR\$ 10,00 por dia, o que faz com que elas deixem de ir à escola para ter um ganho ainda maior, trabalhando todo o dia. Eliane comenta que este é um problema sério, de difícil solução, se não houver a participação de toda a comunidade. 'As pessoas não deveriam dar esmolas, mas elas o fazem para livrar suas consciências a respeito do problema', o que continua gerando um círculo vicioso. 'Enquanto são pequenos, todos ajudam e eles acostumam com dinheiro fácil. Depois crescem e ninguém quer saber de dar esmolas a marmanjos, por isso eles cometem crimes piores', alerta a diretora.⁷⁴

Os adolescentes F.M.S., 17 anos e R.H.P., 13 anos, quando entrevistados sobre o assunto tratado pela Diretora de Atendimento à Criança e ao Adolescente, ressaltaram que estavam trabalhando. O primeiro relatou que seu pai estava

⁷³ ibid., p.9.

⁷⁴ GUERRA, Sabrina. Meninos deixam escolas para vigiar carros. *Jornal Correio do Triângulo*: 26/05/1996. p. 9.

desempregado e sua mãe lavava roupa para sustentar a família, o dinheiro ganho servia para comprar pão e carne para seus irmãos. “*Se jogarem um centavo fora, eu pego*”.⁷⁵

O segundo disse que o pai trabalhava como policial em Uberaba e a mãe como salgadeira. Segundo o Correio, no dia da entrevista o menino estava com um olho roxo. “*De acordo com ele, foi um murro que um menor deu em seu rosto por ele estar trabalhando fora de sua área e horário. Ele explicou que as crianças que trabalham à tarde são agressivas e não aceitam concorrentes*”.⁷⁶

No entanto, esta idéia sobre a educação possuía duas vias interpretativas. Os ritmos de trabalho e os baixos rendimentos não permitiam aos pobres e, principalmente, aos seus filhos freqüentarem as escolas e/ou, por não terem os pais freqüentado escolas, as famílias se submetiam a longas jornadas ou a ocupações que não eram consideradas trabalho.

Eliane Pereira fazia referências ao ensino formalizado em escolas, sob a regência de professores e demais membros ligados à “educação”. Porém, esta perspectiva de estudo associava-se a elementos moralizadores e corretivos que visavam retirar os meninos das ruas. Este modo de compreender a função do ensino na vida dos pobres tinha por sua vez um referencial bastante estruturado na cidade: as “Unidades” de atendimento e orientação de “menores”, que “educavam” através do “trabalho”.

Neste aspecto, o Jornal Primeira Hora foi mais ativo no acompanhamento e na divulgação das Unidades de Orientação ao Menor - “UOMENS” :

[...] Em toda Unidade de Atendimento do Menor mantida pela Administração Municipal as crianças e adolescentes recebem alimentação completa. No cardápio alimentar constam, além do básico, leite, carne, ovos e frutas. Através da Metodologia da

⁷⁵ idem.

⁷⁶ idem.

“Educação pelo Trabalho” são desenvolvidas atividades ligadas ao esporte, recreação e educação.⁷⁷

As fotografias que acompanhavam o noticiado registravam meninas muito pequenas, com mãos minúsculas, enrolando grande quantidade de salgados, tendo suas cabeças cobertas com lenços desproporcionais. Para o Jornal, elas estavam sendo educadas pelo trabalho:

[...] As crianças trabalham, brincam e estudam. Acompanhadas de instrutores elas desenvolvem trabalhos de mercearia, horticultura e artesanato. Na mini marcenaria os menores confeccionam brinquedos de madeira e nas atividades de culinária as meninas fazem bolos, pão de queijo e outros petiscos. A produção na culinária geralmente é servida no café da manhã da UOMEN. No setor de artesanato são confeccionadas diversas peças que tem como matéria-prima básica palha de milho, madeira e sucata. Sobressaem nesta produção os cestinhos de madeira e flores de palha, sendo que estes cestinhos são confeccionados na mini marcenaria o que vem demonstrar a integração das atividades confeccionadas.⁷⁸

Nota-se que o método “Educação pelo Trabalho” não era um atributo exclusivo do poder público, uma rede de instituições “particulares” colocava o ato do trabalho no centro de suas prioridades educacionais. A Instituição Cristã de Assistência Social (ICASU)⁷⁹, que de longa data assistia aos pobres em Uberlândia, era uma delas.⁸⁰

⁷⁷ Creche do Bairro Roosevelt será inaugurada segunda-feira. *Jornal Primeira Hora*: 27/11/1987. p.3.

⁷⁸ Zaire inaugura amanhã mais uma Unidade de Orientação ao Menor. *Jornal Primeira Hora*: 5/03/1988. p.4.

⁷⁹ Instituição de caridade desvinculada do Poder Público, formada em 27 de novembro de 1967.

⁸⁰ O trabalho construía a vida, e em muitos casos materializava os espaços destinados às práticas sociais que professavam concepções como esta. Em 12 de outubro de 1986, A ICASU iniciou a construção do “Centro de Formação do Menor”, em uma ampla área de dezessete mil metros quadrados, doada pela Prefeitura Municipal. (Prefeitura e ICASU inauguraram centro de saúde para Menores. *Jornal Primeira Hora*: 18/09/1986. p.3.). “A estrutura que está sendo montada pela

Em 2004, investiguei um conjunto de atas das UOMENS. Aqueles registros revelavam-se temas em que o trabalho instituído de modo “educativo” caracterizou-se como um instrumento moralizador, propenso a instituir regras e condutas que deveriam ser reproduzidas no meio social.

Um dos mecanismos da transformação do trabalho em regras deu-se através do pagamento das crianças, fato não registrado nos jornais do período. Assim, por exemplo, as crianças que trabalhavam na horta recebiam uma fração do quantitativo de recursos obtidos com a venda daquilo que era produzido. As compras de sementes, de ferramentas, e outros entravam na composição da divisão do montante final. O mesmo ocorria com aqueles que fabricavam salgados, peças de marcenaria e outros artigos de artesanato.

De acordo com as atas, as próprias crianças ofereciam os produtos nos quarteirões e nos bairros próximos às Unidades. No entanto, existiram outras condições para que recebessem pelo trabalho, as crianças deveriam agir de modo correspondente com as normas da instituição.

Por intermédio do pagamento via-se o reflexo da obediência a normas sobre roubo, brigas, depredação e forma de comportamento. Receber ou não o dinheiro do trabalho significava cumprir ou não obrigações com a instituição, com a “equipe” e com outros segmentos da cidade.

ICASU, através do Centro de Formação e Recreação, abrange vários setores e áreas. A horta promoverá o contato do menor com a natureza, com a terra’, conta o presidente, ‘que vai produzir hortifrutigranjeiros para o consumo próprio, criar porcos com as sobras das seiscentas refeições diárias fornecidas pela ICASU, na represa vão criar peixe em função da criação de porcos’ (projeto apoiado pela UFU), os menores ‘terão campos de futebol de salão e grama, e o grande galpão. [...] Local em que educadores, assistentes sociais, psicólogos farão demonstrações sobre a importância de suas atividades”. ICASU promete terminar Centro de Formação em 1988. Jornal Primeira Hora: 24/11/1987. p.4.

Em janeiro de 1989, tratou-se em assembléia de um “*dinheiro [desaparecido] do caixa da horta*”. Na ocasião os quatro acusados não se pronunciaram⁸¹. Por esta razão, a “menor” Alessandra Ananias emitiu o encaminhamento: “*enquanto não aparecesse o dinheiro, os pagamentos e os passeios estariam cortados*”.⁸²

Outra assembléia foi chamada após a constatação de que o dinheiro não havia sido reposto. Nesta segunda reunião, o “menor” Alessandro encaminhou outra proposta: “*continuar a colônia de férias e ficar três meses sem receber. O dinheiro ficaria para a Unidade para a compra de materiais*”.⁸³ Como resultado: três menores votaram contra a proposição e quarenta e dois foram favoráveis a não receber.⁸⁴

Em correrias no interior da Unidade, “*brincadeiras em excesso*”, entradas no escritório da direção, desaparecimento de objetos, e em dezenas de outras circunstâncias se registrou, como represália, o não recebimento de dinheiro, ou a não participação em eventos e passeios.⁸⁵

O ensino do trabalho nas Unidades de Orientação, ou nas instituições particulares, e de atividades que eram constantes na vida da família destes meninos e meninas, possuía elementos de coerção, de regras e de valores que tentavam de alguma maneira reorganizar a vida dos filhos e dos próprios pais na cidade.

O esforço para educar os “menores” era contínuo. Tudo parecia necessário ensinar: limpeza do corpo e da casa; maneiras de tratar os filhos e os patrões; modos

⁸¹ Nos termos da ata: “[...] se calaram e nem ao menos se defenderam”. Ata da Sexta Assembléia. Assunto: Reunião Especial. Caderno de Ata: Assembléias dos Menores da Unidade III. (1989). 19/01/1989. p.005 (verso). Acervo UOMEN. Bairro Tibery. Uberlândia/MG.

⁸² Sobre o dinheiro a ata registra: “Alguém pegou a chave no escritório abriu o depósito da horta e pegou em média uns NCz\$ 2,60, deixando somente NCz\$ 0,40”. ibid., p. 005 (verso).

⁸³ Ata da Nona Assembléia. Assunto: Uma Proposta. Caderno de Ata: Assembléias dos Menores da Unidade III. (1989). 20/01/1989. p.006 (verso). Acervo UOMEN. Bairro Tibery. Uberlândia/MG.

⁸⁴ idem.

⁸⁵ Um número significativo destas punições está registrado na: Ata da Vigésima Sétima Assembléia. Assunto: não determinado. s/data. ibid.; p. 017 (frente). Acervo UOMEN. Bairro Tibery. Uberlândia/MG.

de cuidar de crianças; plantar; fazer salgados, pães de queijo, bolos, artesanato, portas, cadeiras, farinha, tijolos a partir da orientação de pedagogos e psicólogos; onde e como morar; como cuidar da higiene; como gastar dinheiro; entre outros.

Certos programas elaborados pelo poder público, para os jovens e adultos, foram apontados pelo Correio como modo comum de trabalho aos pobres. Além das atividades manuais que eram ensinados às crianças, montaram-se estruturas para o trabalho de mulheres nos bairros periféricos.

Para elas, o “trabalho do lar” foi a motivação da abertura de programas e práticas de ofícios, que de um modo ou outro já eram realizados em suas comunidades. Neste aspecto, as lavanderias comunitárias são exemplares:

Na lavanderia comunitária do bairro Tubalina trabalham 16 mulheres (oito lavam e oito passam) em sistema de cooperativismo. [...] Ela volta agora a funcionar normalmente com verba da Legião Brasileira de Assistência (LBA) da ordem de 50 mil cruzados, mão de obra e complementação do material de construção fornecido pela Prefeitura; o prédio recebeu novo telhado, ampliação e melhorias. Mais uma dependência foi ainda construída para a instalação de máquinas secadoras doadas pela Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.⁸⁶

Para o sexo masculino havia olarias, construídas por ex-moradores de favelas. A justificativa para que a escolha da fabricação de tijolos como uma atividade para ampliar a renda de muitos trabalhadores urbanos foi a metodologia “rudimentar” utilizada: “*constando de ‘barro amassado no pé e cortado manualmente na fôrma de madeira para ser em seguida queimado em caieiras’*”.⁸⁷

⁸⁶ Lavanderia comunitária do Tubalina volta a funcionar. *Jornal Primeira Hora*: 05/08/1987. p. 1.

⁸⁷ Prefeitura implanta olaria comunitária no Bairro Esperança. *Jornal Primeira Hora*: 20/07/1988. p. 5.

As atividades de cunho rural predominavam na constituição de referências sobre como deveria ser o trabalho dos – ou para os – pobres. Na percepção do jornalismo local e da administração pública, trabalhar a terra seria uma experiência que poderia ser compartilhada por aqueles que estavam em dificuldades devido à crise econômica.

O programa de abertura de trabalho a desempregados e pessoas de baixo rendimento – através do plantio em terrenos ociosos do município – demonstrava certas práticas construídas a partir de interpretações que associavam trabalho braçal à pobreza.

Desde outubro passado dez famílias cultivam terras ociosas da Prefeitura de Uberlândia e até o final deste ano o número chegará a sessenta. Esta utilização de terras é regulamentada por um contrato de permissão de uso de três anos. A implantação deste projeto pela administração Zaire Rezende surgiu da necessidade do governo municipal de procurar alternativas que amenizassem a crise social oferecendo condições às pessoas desempregadas e às de rendimento econômico de até três salários mínimos de trabalharem a terra.⁸⁸

Um “*Centro de Bairro*”, tal como o do “*Lagoinha*”, constituía-se como:

uma entidade civil sem fins lucrativos, feita sob a forma de um consórcio das seis associações de bairro localizadas na área de abrangência: Lagoinha, Leão XIII, Saraiva, Santa Luiza, Santa Mônica e Segismundo Pereira.⁸⁹

Construído com verbas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁹⁰, os “*Centros*” eram geralmente compostos por “*unidade de horticultura*,

⁸⁸ Terrenos ociosos da Prefeitura já estão sendo trabalhados por famílias locais. *Jornal Correio de Uberlândia*. 04/02/1986, p. 4.

⁸⁹ Centro de Bairro I agiliza prestação de serviços. *Jornal Primeira Hora*: 31/07/1987. p.5.

⁹⁰ “*Tal projeto se insere no Programa Cidades Intermédias da Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação Geral e é custeado em 700 mil dólares pelo BID*”. idem.

[...] unidade de produção de artefatos de concreto, de salão, rodos e vassouras e panificadora”.

Segundo o Primeira Hora,

A produção da horta atenderá prioritariamente os funcionários e a creche comunitária implementada nas instalações do prédio. Parte dessa produção será destinada à comercialização para a população de baixa renda dos bairros integrados pelo projeto ao Centro de Oficinas. Além dos núcleos de prestação de serviços já instalados como a lavanderia comunitária e a creche, as unidades de produção de farinha e a horta comunitária em vias de instalação no local, o Centro de Bairro Lagoinha terá em suas dependências oficinas comunitárias de produção de doces, artefatos de couro e marcenaria.⁹¹

A estrutura foi amplamente apresentada no Jornal. Mas o dia-a-dia do trabalho e a divisão dos recursos em dinheiro se distanciaram do idealizado. Quatro meses após a matéria antes citada, o Primeira Hora retornou ao Centro de Bairro Lagoinha e recebeu informações do Diretor Geral de que a fábrica de farinha era a “[...] única unidade do Centro que tem absorção de mão de obra assalariada e com produção comercializada com fins lucrativos”.⁹²

Segundo o diretor Antônio de Pádua:

Além de oferecer trabalho para as pessoas de baixa renda no Centro de Bairro, desde o mês passado vem desenvolvendo os cursos de cabeleireiro, manicure, pedicure e datilografia. Estes cursos com duração cada um entre dois e três meses. Com recursos da LBA de CZ\$ 684 mil a diretora do Centro de Bairro adquiriu todos os equipamentos, materiais necessários para o desenvolvimento dos cursos e salários dos instrutores.⁹³

⁹¹ idem.

⁹² Tratava-se de sete funcionários que produziam 800 quilos de farinha de mandioca e 70 quilos de polvilho diários. Centro de Bairro tem mais uma unidade de produção. *Jornal Primeira Hora*: 03/12/1987. p. 5.

⁹³ idem.

Retornamos por esse viés ao consumo e à ligação do trabalho dos pobres com a alimentação. Em maio de 1986, vinte e seis crianças plantavam na Unidade de Orientação do Menor, bairro Tibery, “[...] *alface, almeirão, mostarda, cenoura, beterraba, cheiro verde, cebola de cabeça, alho, quiabo, abobrinha, tomate, couve e rabanete.*” A produção colhida era “[...] *destinada ao consumo interno das crianças, sendo que ainda [levavam] uma parte para a escola onde [estudavam].*”.

⁹⁴

Nas UOMENS, a horta aparecia como um lugar de normas e “acerto de contas”. Um local em que o pomar e os canteiros serviam como instrumentos de instituição de regras. Na “*Primeira Assembléia*” de 12 de janeiro de 1989, após o término da discussão sobre o “*desaparecimento das sandálias da Celi*”, a ata registra uma dura decisão:

Todos participaram ativamente deste assunto e ficou decidido que só irá apanhar goiabas quando as mesmas estiverem maduras e também na presença e se um adulto deixar. Ficou decidido também pelos menores que quem não cumprir estas regras será punido e a punição será: não participar da atividade do passeio mais próximo a desobediência, isto porque iniciará a colônia de férias no dia 16/01 (indo até) 27/01.⁹⁵

Ao retomar algumas análises a respeitos dos modos de trabalhar de sujeitos que viveram a experiência de plantar produtos semelhantes, em circunstâncias históricas distintas, pode-se encontrar outros elementos que destacariam uma certa diferenciação na aprendizagem do plantio das UOMENS e do trabalho sem renda nos Centros de Bairro.

Em 1997, Wilson Pereira de Jesus registrou a seguinte narrativa:

⁹⁴ Educação e Trabalho Integrando os Menores. *Jornal Primeira Hora*: 17/05/1986. p. 1.

⁹⁵ Ver mais a respeito em: Ata da Primeira Assembléia. Assunto: 1) Sandália da Celi que sumiu da sala, et alli. 12/01/1989. ibid., p. 001. Acervo UOMEN. Bairro Tibery. Uberlândia/MG.

[...] no meu tempo era bão, com meus pais, tirando que nós morava numa fazenda ruim, a gente lá plantava o arroz, plantava o milho, o amendoim, o argilim, uma abóbora, uma coisa, então nós tinha aquela renda, né. Aquela renda nossa dava por ano, prá comer o ano inteiro. E ali você subia prá cima, se tinha o que cumê... se tinha prá vendê, prá você comprar uma roupa, um calçado, tratá dos filhos. Tudo tinha liberdade.⁹⁶

Naquele ano Wilson Pereira vivia como carroceiro na cidade. Suas principais atividades eram retirar entulhos e coletar recicláveis. Aos cinqüenta e sete anos, reelaborava vivências ocorridas na infância, numa época em que trabalhava na lavoura com os pais.

O entrevistado avaliava o trabalho com um sentido positivo, já que o mesmo trazia “*alimentação, renda para comprar uma roupa, um calçado e tratar dos filhos*”. Um conhecimento que compôs um sentido cultural do aprendizado e do próprio ato do trabalho como um experimento de oportunidades, ou como em suas palavras: “*ali você subia pra cima*”.

Não seria possível, com as evidências que disponho, apresentar um quadro mais otimista para os que participavam das UOMENS, da ICASU e, talvez, muitos daqueles que freqüentavam os Centros e os cursos daquelas unidades.⁹⁷ Trabalho e trabalhadores pareciam condicionados a regras de comportamento, de disciplina, ou mesmo a percepções de que deveriam realizar tarefas que lhes propiciassem imediatamente a alimentação.

Diante do que se apresentava, a comida era vista como o elemento principal da motivação ao trabalho. Naquela época de crise, chegou-se próximo de

⁹⁶ Parte da Narrativa de Wilson Pereira de Jesus. Entrevista concedida a Ana Mágna Silva Couto, op. cit. (Introdução) 29 de junho de 1997 (Arquivo da Pesquisadora Ana M. S. C. /2000). Nesse momento da entrevista Wilson Pereira se referia à vida na infância. COUTO, Ana Mágna da Silva. op. cit. 2000. Nesse momento, ele se referia à vida na infância.

⁹⁷ Os Jornais não apresentam experiências de pessoas que conseguiam abrir seus próprios negócios e que colocaram em prática os ensinamentos dos cursos.

compreender que os pobres poderiam trabalhar ou serem “educados” por meio do acesso direto ao alimento.

Os jornais locais, ao organizarem as narrativas através do trabalho difícil, do ganho exíguo, da jornada longa até o improvável sonho de um futuro melhor, mostravam, por um lado, as impossibilidades materiais para alcançar uma melhor condição de vida, e, por outro, metaforizavam as diferenças e as distâncias que existiam entre eles e os “menos” pobres.

Estas formas interpretativas desarranjavam as atribuições dos trabalhadores sobre o trabalho e sobre expectativas futuras, subordinavam as formas de sobrevivência e justificavam a pobreza pela falta de uma vida escolar e pela baixa capacidade de consumo que possuíam.

Algumas atividades, tais como a coleta de recicláveis, a venda de produtos nas ruas, os serviços de limpeza de terrenos vagos e outros se sobressaiam nas matérias sobre a pobreza. Entretanto, diziam mais respeito às vontades e aos esforços individuais na luta contra a mendicância do que a relações de trabalho, quando não expressavam relações de doação e bondade de outros sujeitos que auxiliavam os trabalhadores: “*o catador de papel Luiz (pintor) acredita que as pessoas, quando olham para ele e notam que não está embriagado sempre o ajudam doando papel, roupas e comida*”.⁹⁸

Pelo lado da excentricidade, os modos de sobrevivência dos pobres apareciam como elementos incomuns na cidade, centralizados nas ações de pessoas prodigiosas que se sobressaíam no panorama urbano.

Geraldo Paulino Vieira é um homem comum. Acorda cedo todos os dias e trabalha com afinco sempre que a possibilidade bate a sua porta. Um homem pobre como a maioria dos brasileiros. O que difere dos demais cidadãos é a solução criativa que ele encontrou

⁹⁸ Catadores convivem com perigos e aventuras. Na falta de emprego, trabalhadores optam por catar papel pelas ruas da cidade. *Jornal Correio do Triângulo*: 23/04/2000. p. B1.

para resolver o problema da moradia: como não tem condições de ter sua casa própria, e recusa a idéia de morar de aluguel, resolveu ele mesmo construir sua casa. Até aí tudo bem, inúmeros brasileiros fazem isso. Não fosse o fato de sua casa ser um pequeno carrinho, um caixote de lata para ser exato. É nela que ele vive e não é menos feliz por isso.⁹⁹

Nestas circunstâncias, o termo “trabalhador” relacionava-se a atributos de “engenhosidade” e de “empreendedorismo”.

A moradia inventada por Geraldo na verdade até oferece um certo conforto. Ele não é um sem-teto pedindo clemência a quem ainda possa se sensibilizar com a calamitosa linha da pobreza no país. É um trabalhador. Apenas tratou de ser engenhoso para viver sem dependências. [...] Quando perguntado sobre o porquê vive dessa forma, Geraldo apenas atém-se ao destino. Defende a tese de que cada um tem sua sina. Claro que ele preferia que fosse diferente, mas aceita com complacência o que o ‘destino’ lhe reservou. [...] Ele apesar de viver só é um homem de bem e de paz. Embora hoje em dia não se possa garantir isso de ninguém, o seu comportamento também transmite honestidade.¹⁰⁰

Na reportagem, as atividades de trabalho foram apenas citadas como sinais de habilidades e de possibilidades; desvinculadas de relações vividas e relações de classe que o levaram a morar em tais condições.

Geraldo vive de bicos. É soldador, pintor, serralheiro, eletricista, encanador, e toda sorte, enfim, de pequenos consertos mecânicos e domésticos que ele afirma realizar com competência. A julgar por sua engenhosa ‘casinha’ isso deve ser verdade.¹⁰¹

⁹⁹ COELHO, Carlos Guimarães. Caixinha de Surpresa. Um morador de Uberlândia resolve problema da casa própria construindo o seu próprio espaço: um caixote sobre rodas equipado com fogão, água e luz. *Jornal Correio do Triângulo*: 04/07/1996. p. 19.

¹⁰⁰ idem.

¹⁰¹ idem.

Esta significação não era patrimônio do Jornal Correio. A desconexão dos pobres das condições de trabalho e a invisibilidade das relações que cercavam o trabalhar e o viver estavam em perspectiva na própria vida urbana, e era compartilhada por diferentes setores que focavam outros personagens como elementos centrais das questões de pobreza.

Para alguns historiadores que lidaram com esta cidade, a discussão sobre o trabalho dos pobres possuía um outro significado, que por fim revelou práticas de regulamentação e de controle do poder público sobre um significativo número de carroceiros, camelôs, chacareiros, catadores de papel, entre outros.¹⁰²

Os olhares de muitos daqueles se dirigiam para as especificidades dos ofícios, dos afazeres e dos saberes que os cercavam. Interpretaram de modo geral estas relações como aprendizados rurais, como transmissões ocorridas dos mais velhos para os mais jovens, como meio de sobrevivência possível para alguns e/ou sentido de independência, de horários e de patrões para outros.

A partir destes aspectos apareciam as questões cotidianas e, notadamente, o passado (na roça, nas cidades vizinhas, em contexto com a infância) apresentava-se nestas configurações como uma referência importante para a compreensão dos momentos mais recentes.

Estas relações de vida sugeriam que as tarefas realizadas, a recomposição de casas e bairros em locais de trabalho (por vezes artesanal), a manutenção de

¹⁰² Entre muitos: op.cit. COUTO, Ana Mágna da Silva, 2000. FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Memória, história e trabalho: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia -1970/1999*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2000. GUILHERME, Edmilson Lino. *Trabalho, cotidiano e sobrevivência; experiências de trabalhadores da construção civil em Uberlândia, 1970-2000*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001. op. cit. MEDEIROS, E. Antunes de. 2002. MORAIS, S. P. *Trabalho e cidade trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia: 1970/2000*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia (UFU, Instituto de História), 2002. SILVA, Luzia Márcia Resende. *Carregadores de mercadorias: memórias e lutas, Uberlândia, 1970-2000*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.

determinados hábitos traduziam modos de vida, e, de certa forma, modos de resistir às pressões das práticas urbanas e urbanistas de organização e embelezamento da cidade.

O fato de sobreviverem de forma bastante difícil em uma cidade propensa à riqueza dimensionava as diretrizes da luta de classes e das contradições que as pesquisas tentavam evidenciar. Os historiadores reconheciam, nestes âmbitos, certas influências de autores marxistas ingleses, através de uma perspectiva teórica “dos de baixo”.¹⁰³ Nestas diretrizes, firmavam-se críticas a uma historiografia que parecia dar ao “progresso” uma função superlativa nas relações entre classes, despotencializando presenças e ações de sujeitos não pertencentes à “elite”, nas relações vividas na cidade.

Na maioria daquelas pesquisas, o ponto mais comum dos embates se colocava pela manutenção das práticas de trabalho, mesmo frente às clandestinidades impostas por leis, por ações dos fiscais e por análises da própria imprensa. O ato de trabalhar, também, não foi ignorado pelos estudos que trataram das condições de vida na cidade de Uberlândia.

A “informalidade”, por exemplo, foi uma das principais maneiras de caracterização dos pobres na pesquisa “*Condições Sócio-Econômicas das Famílias da Periferia de Uberlândia*”.¹⁰⁴ Este fator foi ressaltado pelo Jornal Correio na divulgação dos dados daquele estudo. Segundo a edição de 25/04/1995, tratava-se de

¹⁰³ O título do artigo “A História Vista de Baixo” de E. P. Thompson cunhou uma referência ao modo como entendiam as relações entre classes sociais distintas. Ver: THOMPSON E. P. “A História Vista de Baixo”. In, NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sérgio (org.). THOMPSON E. P – **As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas, SP. Ed. da UNICAMP, 2001. pp. 185 – 202. Uma outra referência (que se relaciona com a primeira) diz respeito a: SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKER, Peter. *A Escrita da História*. São Paulo, Ed. Unesp, 1992.

¹⁰⁴ Realizado pelo CEPES (Centro de Documentação e Pesquisa Sócio Econômica, da Universidade Federal de Uberlândia) a partir de 1994, e divulgado em fevereiro de 1996. Ela antecede a pesquisa de 2001, citada anteriormente. Ver: SHIKI. S; NEDER, H. D. (coord.) CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DAS FAMÍLIAS NA PERIFERIA DE UBERLÂNDIA. Série: Relatórios de Pesquisas. Nº 001.Uberlândia: UFU, fevereiro de 1996.

*“pedreiros, lavadeiras, faxineiras, seguranças. Uma gama, enfim, de atividades profissionais que acaba[va]m sendo classificados como ‘bicos’ e servindo como complemento ao orçamento familiar.”*¹⁰⁵

No entanto, algumas dimensões separavam as questões levantadas pela historiografia feita sobre o tema na cidade. Para os sujeitos das pesquisas históricas o termo “bico” não daria conta de expressar os significados e as relações sociais em torno do trabalhar, já que este possuía (e ainda possui) uma dimensão muito forte na vida familiar, não só em termos de ganho (de dinheiro), mas, também, em sentidos e sentimentos de honestidade.¹⁰⁶

As modalidades de trabalho dos pobres encontravam resistências próprias e constituíam elementos que justificavam e eram justificados pela pobreza no meio urbano. Algumas categorias centralizadas em empresas reivindicaram mais diretamente mudanças nas condições de trabalho e melhoria dos salários. Os embates, as manifestações e as greves ocorridas durante toda a década de 1980 mostraram o poder de articulação de certos grupos de trabalhadores.¹⁰⁷

A pesquisa sobre trabalho e modos de vida de carroceiros na cidade revelou que durante o auge da concepção política da “cidade progresso” a organização e as

¹⁰⁵ Pesquisados vivem na pobreza. *Jornal Correio do Triângulo*: 25/04/1995. p.7.

¹⁰⁶ Trabalho com algumas destas dimensões em MORAIS, Sérgio Paulo. *Tempo, Trajetórias de Vida e Trabalho de Carroceiros na Cidade (Uberlândia – 1970/1998)*. In. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). op. cit., pp.225-246.

¹⁰⁷ Entre diversas solicitações, a grande maioria girava em torno de reajustes salariais e uma política de salários que pudesse amenizar as perdas com a inflação. Sobre algumas greves ocorridas, somente nos primeiros meses desse ano, no período, consultar: Greve da Souza Cruz por reajuste de 55%. *Jornal Primeira Hora*: 02/09/1986. Bancos: Greve paralisa 69% das agências em Uberlândia. *Jornal Primeira Hora*, 12/09/1986. p. 1. Fim da Greve da Souza Cruz (aumento de 15%), *Jornal Primeira Hora*: idem. Greve dos Trabalhadores da Construção Civil. *Jornal Primeira Hora*: 23/01/1986. p.5. Greve dos Trabalhadores da Construção Civil ainda sem resolução. *Jornal Correio de Uberlândia*: 28/01/1986.p.12. Greve dos Trabalhadores da Construção Civil está em Processo de esvaziamento. *Jornal Correio de Uberlândia*. 29/01/1986. p.12. No entanto ela persiste: Mulheres aderem à greve e lutam por reajuste na Construção Civil. *Jornal Primeira Hora*: 31/01/1986. p.5. DAIWA: Funcionários entram em greve e pedem melhores salários. *Jornal Primeira Hora*: 26/06/1986. p. 5.

reivindicações coletivas ocorreram e fizeram com que os jornais colocassem argumentos de que eles “*enfeiavam a cidade*”, de que Uberlândia não poderia ser mais uma “*currutela de asfalto*”, que o “*tempo das carroças*” havia chegado ao fim.¹⁰⁸

A cidade assistiu ontem, segunda-feira, uma passeata de manifestação de protesto dos carroceiros, que no novo esquema do trânsito querem continuar tendo tráfego normal no centro da cidade, que segundo se sabe, ele seria proibido pela COMUTRAN, a partir de 1º de maio. Com a nova sistemática o trânsito realmente não vai ter condições de permitir a presença de carroças e caminhões, fora do horário preestabelecido para carga e descarga. A manifestação de protesto é válida, mas certamente a COMUTRAN vai encontrar um denominador comum, a fim de permitir trabalho aos carroceiros, no centro da cidade, no horário previsto para carga e descarga. Fora disso, os veículos deverão ter o mesmo destino dos pesados caminhões. Não poderão trafegar. Necessário se faz esclarecer, que em sua maioria, criaturas humildes e simples, se esquecem que numa cidade como a nossa, normas de trânsito devam existir e precisam ser respeitadas. Com rariíssimas exceções, os carroceiros, entram em contramão, passam em locais proibidos, tumultuam o trânsito estacionam mal seus veículos e isso seria uma catástrofe no centro da cidade. Como a COMUTRAN vem fazendo o investimento em longo prazo, para exatamente não cometer falhas nocivas ao próprio desenvolvimento da cidade, é de acreditar que também para os carroceiros haverá um esquema que não venha ruir a boa estrutura que vem sendo dada ao trânsito, embora saibamos que ela não pode agradar a todos, indistintamente, aceitando inclusive os descontentes e a crítica daquela meia dúzia de desocupados, que outra coisa não faz, senão falar da vida alheia, por falta de trabalho.¹⁰⁹

¹⁰⁸ Entre outros ver: “Cavalos Soltos nas ruas comem as flores do jardim: virou tradição”. *Jornal Correio de Uberlândia*: 17/10/1974. p. 01. “COMUTRAN precisa de voto de confiança”. *Correio de Uberlândia*: 04/05/1979. p. 01. “Capim das ruas atraem vacas e cavalos”. *Jornal Primeira Hora*: 26/07/1983. p. 05.

¹⁰⁹ “Carroceiros fazem manifestação de protesto”. *Jornal Correio de Uberlândia*. 18/04/1979. p. 1. COMUTRAN, na referência, dizia respeito à Coordenadoria Municipal de Trânsito (criada pela lei n.º 2699 de 01/12/1977), era composta por membros da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB), o Clube de Diretores Lojistas (CDL), representante dos vereadores, entre outros, que trabalhavam para disciplinar o trânsito da cidade.

Aquelas “*criaturas humildes e simples*” paralisaram por várias vezes o trânsito das principais avenidas, promoveram ataques a laçadores de animais e organizaram comissões de negociação com a prefeitura. Durante os anos subsequentes “ruíram” a “*boa estrutura*” que estava “*sendo dada ao trânsito*”, provaram-se “*nocivos*” ao “*desenvolvimento da cidade*” e mostraram que realmente a dinâmica das relações sociais não iria “*agradar a todos*”, pois continuaram a circular em todas as regiões da cidade, em qualquer hora do dia.

Durante o período de “crise” qualificações incidiram sobre os pobres, repositionando-os socialmente na cidade e invertendo as coerências da pobreza. Na lógica implementada e divulgada pelo Jornal Correio: Uberlândia se empobreceu devido à presença, ao comportamento e às práticas dos pobres que levaram à deterioração da cidade progresso.

Este contágio impediu que o desenvolvimento fosse à frente; ocasionou o fracasso político das diversas administrações que nos últimos 30 anos tiveram que direcionar esforços e recursos para amenizar ou conter o avanço da violência, da degradação da cultura (das artes, da música, da arquitetura urbana) e de outros equívocos provenientes dos modos de vida dos pobres.

A seção posterior discute alguns outros elementos que contribuíram para a lógica de empobrecimento apresentada neste capítulo.

Capítulo 2

Construído e Reconstruído Pobrezas

A imprensa em Uberlândia assumiu e divulgou uma tradição de pobreza que colocava aos pobres as responsabilidades de suas misérias e, de modo relativo, do próprio empobrecimento urbano.

O Jornal Correio, neste aspecto, foi transformando seus comentários à medida que as condições de empobrecimento e de pobreza foram sendo modificadas, tanto na cidade quanto em todo o país. A partir da década de 1990 as narrativas sobre a vida nos bairros periféricos tornavam-se cada vez mais constantes, enquanto o Jornal através de seus diversos segmentos projetava iniciativas de denunciar pais e responsáveis que colocavam crianças para pedirem esmolas.¹

Estas mudanças tornaram-se mais relevantes para esta pesquisa a partir do “reconhecimento” por parte dos jornais de que a pobreza aumentava e os pobres influíam na desaceleração econômica da cidade. Nestes enredos, alguns princípios organizavam as interpretações dos jornalistas sobre como os pobres deveriam ser tratados, tanto na argumentação jornalística, quanto em ações da “sociedade civil” organizada e da própria administração política.

¹ Entre outras, ver no próximo capítulo debate sobre a campanha “*Animais não maltratam seus filhotes*”, organizada pelo Jornal Correio e ABC Propaganda.

No período que interessa a este estudo, a ocorrência de uma Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, e o afastamento de um Presidente da República por corrupção, em 1992, trouxeram sinalização dos princípios sociais e políticos que estavam se firmando na sociedade brasileira.² Preocupou-me, no entanto, ver como alguns destes foram expressos e reformulados no Jornal Correio, a partir da seleção de valores que se propagavam nas relações de grupos diversos.

A jornalista Ana Guarany, que atuou em ações e campanhas contra a “miséria” e a “fome”, dimensionou alguns efeitos do afastamento de Fernando Collor de Mello na cidade.³ Na edição de 27 de setembro de 1992, ela escreveu a matéria: “*Descamisados se sentem traídos por Collor*”, na qual foram entrevistados vinte e um moradores dos “*bairros de população mais pobre da cidade*”.⁴

A apresentação de tais moradores foi bastante expressiva. De certa forma, a jornalista recompôs um perfil geográfico e social do que ela e o jornal consideravam como “*descamisados*”: mulheres e homens que moravam na periferia da cidade e que não possuíam informações suficientes para elegerem um presidente.⁵

Tratava-se, em seus termos, de pessoas que não conseguiram:

[...] enxergar nesse histórico processo de expurgo da lama podre, um fruto positivo, que toda a crise traz, como, por exemplo, o despertar do sentimento de patriotismo, à volta dos princípios

² A dissertação de Danilo Enrico, no campo da Ciência Política aponta para princípios liberais (ou neoliberais) que se afirmaram no próprio movimento de impeachment. Para debates nesta vertente consultar: MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A CRISE DO GOVERNO COLLOR E A TÁTICA DO PT. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Campinas. Unicamp, 2005.

³Ver sobre:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Collar_de_Mello#Governo_Collar>, pesquisado em 23/9/2006.

⁴ GUARANYS, Ana. Descamisados se sentem traídos por Collor. *Jornal Correio do Triângulo*: 27/09/1992. p.3.

⁵ Os bairros: Santo Inácio, Tabajaras, Luizote, Parque São Jorge e Lagoinha. idem.

éticos e morais, até então engavetados, ou o fortalecimento dos movimentos estudantis, sindicais e sociais.⁶

Para eles, restou uma “lição”:

Na visão dos entrevistados, a lição aprendida, para a maioria deles é a de que precisam escolher melhor os candidatos; não devem acreditar em promessas e discursos bonitos de campanha; ou simplesmente devem anular o voto. Perguntados se agora, reconhecido o erro, já têm critérios para escolha do melhor candidato em que votariam melhor para prefeito de Uberlândia, respondem a maioria que prefere Ferolla, e em segundo lugar, Geraldo Resende.⁷

A partir da constatação de que os eleitores entrevistados haviam se enganado, a montagem da narrativa jornalística passou a se articular entre causas/motivações (do “erro”), finalizando-se com demonstrações de culpas e de arrependimentos.

Em meio aos entrevistados, compreendidos na faixa etária entre 20 e 30 anos, sete jovens votaram em Collor porque se identificaram com a juventude do candidato, que representava um ‘futuro melhor’, uma ‘certeza de mudança’. Outros oito entrevistados viram nas promessas de Collor acabar com a miséria e vestir os descamisados a razão de seus votos e seis pessoas pensaram que ele realmente sairia à caça dos marajás. Já os punhos cerrados, braços levantados com firmeza, enfim o jeito agressivo de olhar e de discursar do então candidato emocionou a muitos dos entrevistados que viram nesses gestos uma demonstração de segurança, de firmeza, de caráter, de disposição para mudar, veracidade, honestidade e confiança. [...] outro arrependido é Manoel Januário de Moura, 48 anos, guarda noturno: ‘Ele prometeu que ia ajudar os pobres, mas ajudou somente os ricos. Votei errado porque fui na conversa dele e acho até que posso errar outra vez porque está difícil aparecer outro candidato’, disse. Outro eleitor de Collor que só viu a cara e não viu coração, Paulo Sérgio Pereira Cruz, 22 anos, é a favor do impeachment, ‘depois de toda

⁶ idem.

⁷ idem.

essa bagunça que virou o País, acho que fiquei mais esperto e agora vou observar mais o passado do candidato, antes de votar.⁸

Entre um guarda noturno, um pedreiro, um dono de pequeno comércio e um grande contingente de nomes que não continham referências ocupacionais estavam os eleitores pobres: pessoas que se diferenciavam das que tentavam (re)organizar politicamente o país (ou como já citado: “*os movimentos estudantis, sindicais e sociais*”).⁹

Através do Jornal, percebe-se que tais eleitores deveriam ser conscientizados das conquistas e dos direitos que naquele momento eram defendidos por diversos agentes e instituições nacionais: ética, cidadania e “*alguns outros principais valores do país*”.¹⁰

Estes “novos” valores influenciaram no modo como a imprensa passou a lidar com os movimentos e as ações políticas que se fortaleceram após a derrocada do Presidente Collor.

Dentre alguns deles, o Jornal Correio deu relevante destaque à “*Campanha Nacional da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida*”.¹¹ Desenvolvida, partir de movimentos ligados às universidades, a entidades de classes, à Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros, entre outros, a “Campanha” se multiplicou através de ações de bairros, de clubes, de instituições e empresas que

⁸ idem.

⁹ idem.

¹⁰ Votação levou milhares de pessoas as ruas da cidade. *Jornal Correio do Triângulo*: 30/09/1992. p. 3.

¹¹ Iniciada no Brasil após o impeachment em 1992. De acordo com o Secretário Executivo do Fórum Nacional da Cidadania, Augusto de Franco, o Comitê pela Ética na Política, após ter atuado ativamente nesse acontecimento, se viu na necessidade de ajudar de alguma forma as pessoas carentes. “*Vimos que a fome era o principal problema do país no momento por isso foi iniciadas esta Campanha*”. Ação Contra a Fome promove Fórum. *Jornal Correio*: 10/11/1996. p. 2.

passaram a fazer, entre outras atividades, arrecadação de donativos para a distribuição aos considerados carentes.¹²

Em Uberlândia, os primeiros registros da “Ação da Cidadania” na imprensa local foram de julho de 2003. Na cidade, o “*Comitê Contra a Fome*” foi, naquele início, “*coordenado por Celma Lopes, do Banco do Brasil*”. O primeiro ato daquele comitê foi distribuir “*algumas cestas básicas na periferia da cidade*”.¹³

O interesse do Jornal Correio pela transmissão de tais ações acompanhou uma convergência nacional de toda a imprensa. A própria campanha se firmou e se difundiu através da utilização de diversificados modos e redes de comunicação tanto no Brasil, quanto no exterior. Além da produção de vídeos e de suporte para programas de televisão, do “*Jornal da Cidadania*”, ambos produzidos pelo IBASE, outras múltiplas ações de mídia foram relevantes para a divulgação da campanha.¹⁴

Contribuiu também para a visibilidade da campanha a personificação do “*Combate a Fome*” na figura de um dos seus principais articuladores, o sociólogo

¹²Ver informações sobre em: STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. PLURALIDADE, PUBLICIZAÇÃO E MULTIPLICAÇÃO DO FAZER POLÍTICO: A AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO (1992/1997). Programa de Pós-graduação em Geografia. Tese de Doutorado. Presidente Pudente/ SP. Faculdade de Ciências e Tecnologia/ UNESP, 2002.

¹³ Região tem cem mil famílias indigentes. *Jornal Correio do Triângulo*: 04/07/1993, p.1.

¹⁴ “O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadã. Acima de tudo, de forma radical e simples, democracia para o IBASE é cidadania ativa, participativa, de sujeitos sociais em luta, nos locais em que vivem, agindo e construindo – com igualdade na diversidade – a sociedade civil, a economia e o poder. Entre os temas e campos de atuação que o IBASE julga prioritários estão o processo Fórum Social Mundial, Alternativas democráticas à globalização, Monitoramento de políticas públicas, Democratização da cidade, Segurança alimentar, Economia solidária e Responsabilidade social e ética nas organizações. O público para o qual suas ações estão direcionadas é composto por movimentos sociais populares; organizações comunitárias; agricultores(as) familiares e trabalhadores(as) sem terra; lideranças, grupos e entidades de cidadania ativa; escolas, estudantes e professores(as) da rede pública de ensino fundamental e médio; rádios comunitárias e experiências em comunicação alternativa; formadores(as) de opinião nos meios de comunicação de massa; parlamentares e assessores(as); gestores(as) de políticas públicas.” Pesquisado em <<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=24>>, em 09/12/2006.

Herbert de Souza. Fato que fez com que a “*Campanha do Betinho*”, assim como o tal, se transformasse em capa de diversas revistas de circulação nacional, tema quase diário dos principais jornais do Brasil, além de obter espaço nas redes educativas e comerciais de televisão de todo o país.¹⁵

Comumente o Jornal Correio registrava campanhas de doações de centros religiosos,¹⁶ de personagens que cumpriam promessas por recebimentos de graças,¹⁷ por razão de datas significativas – como natal, páscoa, dia das crianças - por captura de cargas roubadas, por apreensão de pescados irregulares,¹⁸ ou, até mesmo, por meio de protestos de determinados grupos que se qualificavam como produtores e que pretendiam, ao distribuir frango, milho, leite, latas de óleo etc., chamar a atenção da imprensa e do governo para seus interesses.¹⁹

¹⁵ “Um outro destaque importante que cabe ressaltar são os vários prêmios e condecorações recebidas por Betinho. Entre outros, tem-se a medalha Pedro Ernesto dada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Ordem do Rio Branco pelo presidente Itamar Franco, o título de Personalidade do Ano pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, Doutor “Honoris Causa” pela Universidade Federal de Santa Catarina e o Troféu “Criança e Paz” pelo UNICEF/ONU. Depois disto tudo, logo no início de 1994, ocorre ainda a distribuição de formulários em casas lotéricas, agências do Banco do Brasil, e Caixa Econômica Federal para a coleta de assinaturas indicando Betinho para o prêmio Nobel da Paz. STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. *ibid.*, p.158.

¹⁶ Chico Xavier distribui alimentos. *Jornal Correio do Triângulo*, 19/12/1992, p. 9. Divulgação Espírita garante o Natal de milhares de pessoas. *Jornal Correio do Triângulo*, 22/12/1992, p. 9.

¹⁷ Empresário doa cem cestas básicas para comemorar vitória corintiana. *Jornal Correio do Triângulo*, 14/06/1995, p. 7.

¹⁸ A 5º Companhia de Polícia Militar Florestal doou na tarde de ontem mais de 70 quilos de peixes aos moradores das favelas do Anel Viário. *Jornal Correio*, 09/02/1996, p. 10. A 5º Companhia de Polícia Militar Florestal doou peixes aos moradores da favela Alegria. *Jornal Correio*, 29/02/1996, p. 10.

¹⁹ “[...] Nas longas filas que se formaram em frente ao CAMARU as pessoas estivavam desinformadas até sobre o que seria doado. Ignorando que ganhariam latas de óleo e leite ensacado, as pessoas levaram panelas, galões e vasilhames diversos. Ninguém sabia informar também o motivo que levou os produtores a doarem alimentos”. Produtores se unem e pedem redução nos juros. *Jornal Correio do Triângulo*, 21/06/1995, p.5.

Os números alarmantes divulgados no “*Mapa*”²⁰ do IPEA,²¹ fez com que as finalidades das doações e a caracterização dos pobres fossem apresentados de um modo distinto do que era antes.

A “*Campanha contra a Fome*” segundo Maria da Glória Gohn,

Trata de um indivíduo, ou um grupo familiar, subnutrido, excluído do processo de desenvolvimento socioeconômico do país, morador de favela, palhoças, cortiços, conjuntos populares específicos como o embrião do antigo PROMORAR, ou morador de rua, sem teto e sem casa. A característica comum desta categoria é o desemprego, ou o trabalho ocasional da economia formal. Eles são clientelas permanentes dos sopões ou tíquetes, quando estes programas existem. Na realidade, os indigentes da Ação da Cidadania fazem parte do contingente classificado por organismos internacionais como a ONU, a Cúpula Mundial para o desenvolvimento, a FAO, e outros, como sendo indivíduos em estado de pobreza absoluta (incapacidade sequer para se alimentar).²²

Em Uberlândia, o reconhecimento dos segmentos sociais que precisariam de auxílio centralizou prioritariamente em um determinado ponto espacial do meio urbano: os bairros da periferia.

À margem do universo colorido e bem organizado [dos novos prédios imponentes e requintados e dos bairros nobres, com casas enormes projetadas pelos mais renovados engenheiros e arquitetos] está outra fachada de realidade, para muitos desconhecida, onde

²⁰ Tratava-se do “*Mapa da Fome*” apresentado pelo sociólogo Herbert de Souza, na reunião ministerial comandada pelo presidente em exercício Itamar Franco, em 18 de março de 1993. Nele se estimava que aproximadamente 32 milhões de pessoas passavam fome no Brasil. Itamar exige Projeto Contra a Miséria. *Jornal Correio do Triângulo*, 19/03/1993, p. 1.

²¹ *O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – é pioneiro na disseminação de informações e conhecimentos sobre a área econômica do país. Vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA produz pesquisas, projeções e estudos macroeconômicos, setoriais e temáticos com o intuito de subsidiar o governo na produção, análise e difusão de informações voltadas para o planejamento e a formulação de políticas.* <www.ipea.gov.br>, consultado em 09/07/06.

²² GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONG's e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.** São Paulo. Ed. Cortez, 1997. p. 95.

impera a necessidade de ser criativo, para se ter condições mínimas de moradia.²³

A partir da divulgação da campanha, o outro lado da cidade passou a ser mostrado em tons novelescos, feitos de imaginação, de amizade e de certa alegria. Este foi o modo encontrado pelo Correio para reapresentar a periferia de Uberlândia como um lugar de evidência das novas questões nacionais despertadas pela “*Ação da Cidadania*” e não mais como espaço de “*descamisados*”, ou de “*enfavelados*”.

Para erguer os barracos, trabalham juntos pai e filhos, marido e mulher, vizinhos, velhos e crianças. O material usado nas obras é o resto de tudo que a cidade despeja: latas, lonas, madeiras, madeirame, troncos e galhos de árvores, caibros usados, papelão, telhas quebradas e velhas, alguns poucos tijolos, pedaços de cordas, imaginação, força física e sonhos. As ferramentas também são improvisadas com restos de variados materiais disponíveis.²⁴

As narrativas dos interiores das casas mostravam uma normalidade de organização, de religiosidade, de preocupação estética e de limpeza que parecia causar estranhamento aos que viviam longe dali.

São casas sem endereço completo, mas com toda a dignidade e honra de um ser humano que pensa, produz e sobrevive dentro de suas limitações de conhecimentos apreendidos pela necessidade advinda da falta de melhores oportunidades. [...] Na favela do anel viário, há um barraco no mínimo curioso e extremamente criativo, moldado pelas mãos hábeis de Romilda Teodoro de Oliveira. Pela porta de entrada, pode-se conhecer a sala de visitas, com sofá e bancos improvisados de troncos e tábuas. Na cozinha, separada da sala e de quartos por uma lona, existe uma mesa de madeira que exibe uma garrafa de café, rodeada por xícaras cuidadosamente colocadas numa bandeja (que por sua vez, está sob um forro de pano muito limpo). Há um pequeno e genuíno fogão à lenha, constituído por Romilda, que improvisou uma chaminé enfiando

²³ GALVÃO, Luisa. A criatividade por trás das favelas. *Jornal Correio do Triângulo*: 25/07/1993. p. 9.

²⁴ idem.

latas de óleo (de um litro) umas nas outras, de modo a levar a fumaça para o lado de fora do barraco [...]. São mais dois quartos, o último com cama de casal e janela voltada para o horizonte, onde todos os dias o sol se põe. O chão é recoberto por lonas (que são os tapetes de Romilda). Nas ‘paredes’ há quadros com fotos de crianças, que ela garantiu ter ganhado ‘por aí’. Há figuras de Santos, flores de plástico e pôsteres de gente famosa, como Fábio Júnior e Daniela Perez. [...] Há risos largos e esperanças, caprichos e inteligência no empilhamento de sucatas e no zelo de cercas feitas de restos de ripas. Há [também] cuidado com as roupas estendidas no varal improvisado e carinho com as plantas do quintal – onde é possível plantar quando se consegue água com mais facilidade.²⁵

A busca do improviso, da agilidade e da esperança se desfaziam em outros textos que mostravam as dificuldades da manutenção “*dos risos largos*”. Nestes âmbitos as questões de saúde, de alimentação e de falta de informação sobre os riscos do morar naquelas áreas relevavam outras faces de homens, mulheres e crianças que pareciam viver ao acaso.

Através de matérias sobre a péssima qualidade da água²⁶, sobre os riscos causados pela “ausência de infraestrutura e saneamento básico”²⁷, sobre a falta completa de lazer,²⁸ de energia elétrica, de esgoto, de recolhimento de lixo, de transporte, de educação,²⁹ apareciam outras dinâmicas políticas que tentavam mostrar uma necessidade de interferência do poder público e da sociedade civil na vida dos pobres.

Os bairros periféricos tornaram-se, a partir das primeiras divulgações da campanha, um local reconhecido de desembarque de cestas básicas, roupas,

²⁵ idem.

²⁶ Bairro Dom Almir continua atraindo novos habitantes. *Jornal Correio do Triângulo*. 16/07/1991. p. 1.

²⁷ GUARANYS, Ana. Muito calor, pouca água e pouco lazer. *Jornal Correio do Triângulo*. 24/11/1991. p. 1.

²⁸ idem.

²⁹ BACELAR, Isabel. Famílias do Dom Almir tentam sobreviver em meio a carência. *Jornal Correio do Triângulo*. 31/01/1993. p. 10.

calçados, agasalhos, materiais escolares etc. Em razão deste fenômeno, o Jornal Correio elaborou diversas análises e visões sobre estes lugares.

Miséria é miséria em qualquer parte, mas é alarmante quando atinge uma realidade mais próxima, fora dos noticiários da imprensa. É o que aponta a divulgação do mapa da fome, elaborado pelo Centro de Pesquisa Sócio-Econômico da UFU (CEPES). Segundo os dados, entre 440 famílias pesquisadas no bairro São Jorge, 341 (ou seja, 77,5%) estão na linha de pobreza, têm dificuldade em adquirir aquilo que seria considerado a cesta básica de alimentação, que é uma relação de produtos indispensáveis para a manutenção de uma família de quatro integrantes. Em outro extremo, onze famílias simplesmente não tem renda nenhuma, podendo se considerar, portanto, que vivem em lastimável estado de miséria.³⁰

Contrariando a paráfrase do início da referência, feita em relação à música *Miséria*³¹ dos Titãs, grupo paulista de rock, o próprio artigo admite que “*a maioria dos moradores [daquele bairro] reclama[vam] das dificuldades em conseguir o básico para a sobrevivência, outros jamais conseguiram sobreviver se não tivesse a ajuda de terceiros para se alimentarem, ajuda esta que vem de entidades filantrópicas ou religiosas*”.³²

Num quadrante de pobreza disseminada quais pessoas deveriam ser atendidas com maiores prioridades? As edições da “*Campanha Natal Sem Fome*” evidenciaram uma confiança no discernimento do poder público para localizar as pessoas que deveriam ser priorizadas.³³ Até mesmo porque os organizadores diziam não querer distribuir donativos em locais onde outras campanhas já o teriam feito.

³⁰ Pesquisados vivem na pobreza. *Jornal Correio do Triângulo*. 25/04/1995, p. 7

³¹ ANTUNES, Arnaldo; BRITTO, Sérgio & MIKLOS, Paulo. MISÉRIA. *Os Blés Q Blom*, WEA, 1989.

³² *Jornal Correio do Triângulo*: 25/04/1995. op. cit. p. 7

³³ Natal Sem Fome. Campanha Beneficiará cerca de 2 mil famílias. *Jornal Correio*: 09/12/1995. p.9.

[...] Lourenço Andrade de Almeida, Coordenador da Campanha Natal Sem Fome, afirmou que a distribuição contará com a indicação das organizações comunitárias e da Secretaria Municipal do Trabalho e da Ação Social (SEMTAS), pois os organizadores não pretendem fazer a entrega das cestas nos locais que já foram contemplados pela Campanha Natal da Esperança promovida pelo Carrefour, Autus e Rede Triângulo.³⁴

No ano de 1996, o hipermercado Carrefour realizou em conjunto com a Autus (revendedora de automóveis) e com a Rede Triângulo (empresa de retransmissão da Rede Globo) uma campanha paralela. Esta iniciativa utilizou-se, também, de cadastros existentes na Prefeitura de Uberlândia.³⁵

As senhas para a distribuição dos alimentos arrecadados com a Campanha Natal da Esperança foram entregues na terça-feira e a distribuição de alimentos começou ontem às 14 horas. A informação foi dada pela Diretora Municipal da Divisão de Assistência e Promoção Social, Maria Helena de Oliveira. Os bairros contemplados foram o Lagoinha, Leão XIII e Ozanan com cerca de 700 famílias beneficiadas, além do bairro Esperança, onde foram atendidas 400 famílias e bairros Dom Almir e Prosperidade com 300 famílias. Hoje no mesmo horário, 1000 famílias do bairro seringueiras serão beneficiadas. Maria Helena afirmou que a distribuição do restante dos alimentos nos demais bairros contemplados depende da seleção, controle e empacotamento das doações, que estão sendo esquematizadas pelo 36º Batalhão de Infantaria Motorizada.³⁶

Até a metade da década de 1990, o modo como agentes do serviço público organizavam listas e distribuíam senhas para recebimento de doações era bastante imprevisível. Os critérios utilizados pela prefeitura podiam ser vagamente notados na forma de distribuição dos alimentos arrecadados no Campeonato Sul-Americano de Futebol Feminino:

³⁴ Natal Sem Fome pode prolongar-se. *Jornal Correio do Triângulo*: 03/09/1993. p. 9.

³⁵ Natal da Esperança. Campanha espera coletar 50 toneladas de alimentos. *Jornal Correio*: 22/11/1996. p. 11.

³⁶ Distribuição de alimentos foi iniciada ontem. *Jornal Correio*: 19/12/1996. p.11.

O critério para a distribuição das cestas é baseado na escolha feita por uma equipe de cinco pessoas da Secretaria Municipal do Trabalho e da Ação Social. Durante a semana, elas percorreram o bairro escolhido e distribuíram senhas para as famílias que consideraram carentes. Na senha constam a data, o horário e o local de distribuição das cestas e as assinaturas do Secretário de Habitação e da Secretaria do Trabalho e da Ação Social, Niza Luz. Segundo Iracema Marques, assessora da secretaria [...] mesmo com a distribuição antecipada das senhas, até agora não houve tumulto para adquiri-las de última hora. Ela informou que quando chega alguém sem a senha, o seu endereço é anotado e os produtos posteriormente enviados a residência.³⁷

Fora da esfera do poder público podem ser notados com maiores distinções alguns critérios utilizados para avaliar graus distintos de necessidade. No entanto, a aferição pelo poder público advinha de uma avaliação pessoal do servidor que circulava pelas ruas e casas dos bairros periféricos.

Muitas vezes, a diferenciação partia de princípios relacionados com a saúde e a idade dos beneficiários. Durante o Natal de 1994, enquanto a classe média praticava suas compras com maiores tranqüilidades, utilizando-se das novas notas de Real, membros da entidade “*Irmãos de Francisco*” organizavam a ceia de Natal de oitenta famílias cadastradas nos bairros periféricos da cidade.

Gilberto Ferreira Marques (Presidente) e Hércules Gonzaga Oliveira (Diretor Secretário) já pensam em implantar no próximo ano um projeto de levar sopa semanalmente nas favelas de Uberlândia. As atividades serão ampliadas gradativamente. No futuro os diretores pretendem também construir um asilo com capacidade de atendimento para oitenta idosos, depois creches para crianças portadoras de deficiência mentais, creches para crianças carentes e ainda um mini-hospital para tratar de doentes de AIDS.³⁸

³⁷ Prefeitura distribui produtos vencidos. *Jornal Correio do Triângulo*: 31/03/1995. p .7.

³⁸ *Jornal Correio do Triângulo*. 13/12/1994. op. cit. p. 8

De acordo com o registrado no Correio, o trabalho teria continuidade no decorrer do ano que se aproximava, pois existiam diferentes gradações de atendimento. Algumas famílias precisariam de atendimento durante apenas alguns meses, outras durante um ano ou dois e outras precisariam de auxílio permanente (por serem formadas por pessoas que não poderiam trabalhar por motivo de doença).³⁹

Os auxílios emergenciais encabeçados pelo Correio, nos finais da década de 1990, deram pistas de uma relação comum entre os textos impressos e as respostas dos leitores às convocações de ajuda.⁴⁰ Nestes momentos se demonstrava um reconhecimento de parâmetros legitimadores para doações e auxílios.

Dentre as edições que constam pedidos de auxílio à comunidade, encontra-se uma matéria sobre a catadora de papel Iolanda Marques, que teve a energia de sua casa cortada por falta de pagamento.

Segundo o texto do repórter Cláudio Marcos,

Apesar de ser considerado um dos serviços essenciais à população, muitas famílias carentes de Uberlândia convivem com a falta de energia elétrica. É o caso da catadora de papel Iolanda Marques, moradora do Roosevelt. Ela vive com os filhos gêmeos de 17 anos, e um deles sofre de distúrbios mentais. Há cerca de 40 dias a energia da pequena casa alugada que tem quatro cômodos foi cortada por falta de pagamento. A conta total chega a R\$153, que representa quase dois meses de trabalho de dona Iolanda. Ela ganha pouco mais de R\$80 com a coleta de materiais recicláveis. Apesar de insuficiente, essa é a verba que ela tem para sustentar a família. Há 15 dias o pequeno ‘carrinho’ usado para o serviço ficou

³⁹ idem.

⁴⁰ Sobre esta relação entre a divulgação no Correio e a resposta rápida da comunidade local, há um significativo exemplo da atenção dada a um professor vindo da Paraíba com a esposa e seis filhos. Em: Professor já trabalha e recebe ajuda da comunidade. *Jornal Correio*: 07/07/1999. p. A1. E desfecho em: Professor quer voltar a João Pessoa. *Jornal Correio*: 17/08/1999. p. A2. Vale notar que, segundo a matéria, o professor havia recebido da população: “alimentos, roupas e até um tanquinho e uma geladeira”. Porém, “o tão sonhado emprego acabou não aparecendo. Diante a expectativa de, mais uma vez, não ter leite para dar aos filhos, o professor de filosofia está determinado a voltar a sua cidade natal”.

sem uma das rodas e teve de ser abandonado. O custo do conserto estimado em R\$ 25 seria suficiente para comprar um novo carinho para lixo. Na casa, o consumo de energia elétrica está resumido a um pequeno aparelho de TV, uma geladeira e um chuveiro. [...] Com um dos filhos sofre de problemas mentais, o outro precisa ficar em casa para que a mãe possa sair para trabalhar. A notícia do corte de energia revoltou os vizinhos de dona Iolanda. Para agravar a situação, ela foi atropelada por um veículo quando voltava para pegar o carrinho na rua. Desde então, ela sente fortes dores no braço esquerdo e na perna em função do choque. [...] O agente de comunicação da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais) Ivan Magela, explicou que dona Iolanda Marques conta com o benefício da Tarifa Social e que a empresa não pode abrir mão do valor devido e a energia continua cortada.⁴¹

Alguns elementos evidenciavam as dificuldades vividas pela catadora de papéis. A manutenção de um local fixo de moradia, a presença de filho deficiente, a constatação de trabalho árduo com baixa renda, a vida regrada (no caso, com pouca utilização de energia elétrica).

Na edição de 13 de dezembro, foi publicada uma fotografia de Iolanda Marques ao lado de uma cesta básica. De acordo com Marcos, após a publicação da reportagem, “*um consumidor*” de Uberlândia “[...] se apresentou para pagar as quatro contas de energia. Dona Iolanda tem recebido também a ajuda de voluntários da Igreja São Judas Tadeu. Eles começaram a levar comida pronta para a catadora, que enfrenta graves problemas com o alcoolismo”.⁴²

A partir deste elemento desabonador (alcoolismo) se constituíram mudanças no auxílio prestado à catadora e as seus familiares:

[...] o agente de comunicação da CEMIG, Ivan Magela, explicou que um grupo de funcionários já havia se mobilizado para pagar a conta da catadora. ‘Como apareceu um voluntário decidimos ajudar de outra forma, mas como ela tem problemas com álcool

⁴¹ MARCOS, Cláudio. Consumidora pobre pena com falta de energia *Jornal Correio*: 9/12/2003, p. B2.

⁴² MARCOS, Cláudio. Catadora recebe ajuda da comunidade. *Jornal Correio*: 13/12/2003, p. B2.

não pôde ser uma ajuda em dinheiro', disse. O montante recolhido entre os funcionários, cerca de R\$ 250, foi revertido em cestas básicas para a família', informou Ivan, revelando que já está em andamento uma série de ações para continuar ajudando a catadora.

⁴³

Esta prática de padronização de comportamentos que a imprensa local tomou como modo narrativo de tratar e apresentar os que consideravam pobres ou carentes, colocava em risco muitos significados sociais do empobrecimento no meio urbano, tornando-se um forte elemento hegemônico da dissimulação das desigualdades sociais na cidade.

Para estabelecer diálogo com a comunidade, o Jornal Correio lidou com elementos que instituíam elos entre modos de compreender e de colocar regras de convivência com a pobreza (tal como temos o alcoolismo, doenças, trabalho árduo com pouca remuneração), com tradições recentes.

Estas emergiam não somente de lutas democráticas e de conquistas políticas nacionais, que eram desarranjadas na personificação das misérias e no foco narrativo fechado no indivíduo. Eram subsidiadas, também, por um amplo campo de mídia e de produções artísticas que contribuíam para a divulgação e para as práticas filantrópicas.

Em 1990, milhares de überlandenses lotaram dois cinemas da cidade para assistir a estréia do filme “*Lua de Cristal*”, protagonizado por Xuxa (apresentadora de programa infantil na televisão) e pelo ator Sérgio Malandro. Milhares de outros ficaram do lado de fora, em filas quilométricas que se estenderam até o fim da nona e última apresentação daquela data. O frenesi tomou conta das sessões dos dias posteriores. A exibição daquele filme inaugurou na cidade de Uberlândia a prática

⁴³ idem.

de doação ou a troca de alimentos por ingressos de cinema, jogos, peças de teatro, apresentações musicais, entre outros.

Na ocasião, foram arrecadados pelo PRONAV (Programa Nacional do Voluntariado) e LBA (Legião Brasileira de Assistência), em razão de uma campanha nacional intitulada “*Doe a quem Dói*”, 12 toneladas de sal, fubá, farinha de trigo, arroz e óleo de soja.

Neste caso, a arrecadação foi encaminhada para a estocagem no galpão do Programa Municipal de Alimentação Escolar (PMAE) e, posteriormente, para os pratos de duas mil e oitocentas crianças que freqüentavam sessenta e quatro creches municipais da periferia.⁴⁴

A arrecadação de alimentos em troca de ingressos para o longa-metragem foi precedida de uma campanha nacional, com publicidade e acompanhamento da imprensa. Neste episódio a doação pareceu significar para a platéia um modo diferenciado de comprar o ingresso. Modo semelhante de compreender doação/ingresso provavelmente ocorreu no decorrer dos jogos do Campeonato Sul-Americano de Futebol Feminino, realizado na cidade em janeiro de 1995.⁴⁵

Tal como a que ocorreu em 18 de setembro no Colégio Objetivo, as gincanas escolares também estimularam a doação de roupas, de calçados, de alimentos e outros. A gincana em questão, por exemplo, verteu 11 toneladas de alimentos e mais de 2.500 peças de roupa para o “*Mutirão da Caixa (Econômica Federal) Contra a Fome*”.⁴⁶

Tratamos de um universo bastante amplo de ações e de pessoas que se sentiram participantes de alguma ação de “Combate à Fome”. Segundo avaliação

⁴⁴ “Lua de Cristal” arrecada 12 toneladas de alimentos. *Jornal Correio de Uberlândia*: 23/06/1990, p. 5.

⁴⁵ Entregues as primeiras cestas básicas. Os alimentos forma arrecadados durante o campeonato de futebol feminino. *Jornal Correio do Triângulo*: 21/01/1995. p. 7.

⁴⁶ Objetivo arrecada alimentos. *Jornal Correio do Triângulo*: 24/09/1993. p. 9.

feita em 1997 pelo Jornal Folha de São Paulo, cerca de 70% da população brasileira afirmava ter participado direta ou indiretamente de alguma campanha de arrecadação de alimentos.⁴⁷

Neste universo coincidiam algumas vertentes de doações, entre elas a estratégia publicitária da produção do filme da Xuxa e as ações dos comitês da “*Campanha Contra a Fome*”, que deveriam seguir diretrizes a serem alcançadas e avaliações que regiam os parâmetros políticos das ações.

‘A erradicação da fome e a segurança do alimento na mesa de todos os cidadãos constituem um desafio que se impõe a população, neste momento em que o Brasil vive uma das mais sérias crises de toda sua história. Paralelo ao crescimento ininterrupto e vertiginoso da miséria e do desemprego, apenas determinada memória é privilegiada pelo crescimento e a acumulação individual de riqueza, gerando uma das mais perversas distribuição de renda do mundo’. Esta é a introdução do documento final do Encontro Preparatório da Conferência Nacional de Segurança Alimentar Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, realizado em Brasília de 26 a 28 de novembro de 1993. O documento ressalta ainda que este modelo de desenvolvimento, opção política que tem sido permanente nas últimas décadas, gera situação de drástica calamidade nacional. A fome deixou de ser biológica para se transformar em grave problema social e sua reprodução é questão política. O documento, informou Carlos Henrique, servirá para subsidiar os comitês em todos as suas ações e nas Conferências Municipais. Ele alertou para a importância da participação de entidades diversas na Campanha. A sociedade civil deverá ter representação de pelo menos 66% dos participantes como Igrejas, sindicatos, organizações não governamentais (ONG’s), entidades profissionais e acadêmico-científicas e o poder público (poder Executivo, Legislativo e Judiciário).⁴⁸

A *Conferência Nacional de Segurança Alimentar*, de 1994, deixou ao representante de Uberlândia, Rubens Pirola Filho, a impressão de que as intenções

⁴⁷ Avaliação discutida por GUARANYS, Ana. Solidariedade entre Diferentes. *Jornal Correio*: 04/12/1997. p. C1.

⁴⁸ Campanha faz diagnóstico da desnutrição. *Jornal Correio do Triângulo*: 13/02/1994, p. 9.

políticas da Ação da Cidadania iriam se direcionar para a luta pela reforma agrária, para que se produzissem “*alimentos em quantidade, qualidade e preços acessíveis*” aos mais pobres.⁴⁹

Segundo Pirola Filho, as pessoas que participaram do evento possuíam diferentes origens sociais. Segundo ele, havia “*pessoas de todos os níveis: de cientistas a catadores de lixo*”; em sua opinião, “80%” delas eram filiadas ao Partido dos Trabalhadores.⁵⁰

À medida que a “*Campanha Contra a Fome*” implementava arrecadações de alimentos em bancos, empresas, colégios, sindicatos, igrejas etc., outras formas de interpretação das doações foram sendo divulgadas pelo Jornal. A ABC SABE, proprietária do Jornal Correio, por exemplo, demonstrou que suas atitudes de doação se pautavam em primeiro lugar em uma logística organizacional da própria empresa.

O Comitê de Combate à fome ganhou ontem 4.235 quilos de papel para reciclagem, doados pela ABC SABE, empresa que administra três negócios – a Lista Telefônica, a Gráfica SABE e o Jornal Correio do Triângulo. A doação resultou de uma campanha interna de limpeza intitulada “PAPA LIXO”, através da qual os 230 funcionários (associados, ou sócios, conforme a nomenclatura interna da empresa) juntaram todo o tipo de papel inútil guardado nas gavetas e armários. O volume surpreendeu os próprios organizadores, como reconheceu a organizadora de setor Sônia Bernardes. [...] O primeiro fruto concreto desse trabalho, os 4.235 quilos de papel velho, foi doado à Campanha de Combate à Fome, como uma forma de integrar a SABE à comunidade. A representante do Comitê, ex-vereadora Normy Firmino, a quem o produto da campanha foi entregue, agradeceu a iniciativa e manifestou sua esperança de que outras empresas da cidade sigam o exemplo da ABC SABE engajando-se na Campanha. Normy informou que o dinheiro arrecadado com a venda do papel doado pela SABE será destinado a um grupo de catadores de papel que viabiliza a organização de uma cooperativa do setor.⁵¹

⁴⁹ Rubens Pirola Filho era Professor de Desenho Gráfico da UFU, GUARANYS, Ana. Brasil discute suas barrigas vazias. *Jornal Correio do Triângulo*: 10/08/1994. p.15.

⁵⁰ idem.

⁵¹ Campanha da Fome ganha papel. *Jornal Correio do Triângulo*: 17/09/1993. p. 9.

Não foram apenas as grandes empresas da cidade que ajustaram a melhoria da produtividade interna do trabalho à prática do benefício aos carentes.

Moradora em um barraco de reboco, no fim da rua 14, no bairro Aclimação, a faxineira e passadeira Olga Maria Moraes, 36 anos, mãe de 7 filhos, encontrou uma forma bastante original de ajudar as crianças pobres: ela recebe fardões de fios de ferro de passar roupa da empresa Alfa, situada no distrito industrial e chama as crianças para ajudar no acabamento. Em troca, todas as quartas feiras as crianças recebem pratos de sopa enquanto trabalham. Na última quarta, 40 crianças apareceram, principalmente vindas de uma favela próxima de sua casa. A intensa procura de trabalho por parte de pais e crianças, em geral famintas, fez com que ela ampliasse um velho sonho: conseguir um barracão de trabalho, em que possa construir uma fabrica de acabamento de fios. ‘A empresa Alfa me forneceria quantos fardões de fios de ferro que eu quisesse, caso consiga um barracão’, disse Olga, fazendo um apelo aos empresários da cidade e ao Prefeito Paulo Ferolla. A faxineira lembrou inclusive que durante a campanha eleitoral o prefeito esteve em sua casa pedindo voto e elogiou seu trabalho, prometendo que ajudaria. [...] Ela admitiu que a luta para conseguir fazer a sopa (mesmo com a ajuda das vizinhas) é muito grande e pensa em recorrer ao poder público municipal. [...] Com a produção diária de até 15 mil fios de ferro. Olga acha que se receber ajuda poderá tirar muitas crianças pobres da rua, oferecendo-lhes uma profissão. Dado que a natureza do trabalho é leve, ela admite crianças de 5 a 15 anos. ‘Se alguém com 18 quiser seriamente trabalhar, também vou poder receber, como a idosos e mulheres grávidas’, disse ela, citando o velho provérbio que diz que a caridade verdadeira não é dar um peixe a quem tem fome, mas sim ensinar alguém a pescar.⁵²

As atitudes da faxineira Olga e da diretoria da SABE, por mais controversas que pareceram, foram apresentadas como um ato caridoso, de ajuda e de solidariedade. O que unia origens distintas, e beneficiários diferentes em publicações

⁵² Olga, faxineira, mãe de 7 filhos: ainda tem tempo para caridade. *Jornal Correio do Triângulo*: 12/09/1993. p. 9.

como estas era o próprio significado abstrato de pobreza, destituído de relações sociais, que o Jornal vinha construindo no decorrer das discussões sobre o tema.

Neste campo aparentemente neutro, vazio de ações contraditórias, o problema da convivência e da permanência da pobreza evidenciava um viver desigual na cidade. A administração municipal de Paulo Ferolla (Partido da Frente Liberal), a partir de 1993, parece ter sido sensível aos perigos emanados por esta contradição.

Alguns meses antes da formulação da “*Campanha contra a Fome, a Miséria e pela Vida*” na cidade, diversas secretarias do governo municipal empreenderam ações para comprar, transportar, empacotar e distribuir cerca de 60 toneladas de feijão que estavam envelhecendo nos armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) aos überlandenses pobres.⁵³

No episódio, o 36º Batalhão de Infantaria Motorizada,⁵⁴ sediado na cidade, contribuiu com grande parte de seu efetivo, em conjunto com funcionários da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, para colocar em funcionamento uma complicada e *quase* mal sucedida distribuição de quatro quilos de feijão a cada uma das 15 mil pessoas beneficiadas.

O jornal Correio acompanhou todas as fases do processo de distribuição do “feijão”:

‘A fome de nossa população está num estado tal, que recebemos informações de fila já formada, em bairros onde o feijão será distribuído somente amanhã’ comentou a Secretária de Trabalho e Ação Social Niza Luz durante os discursos no começo da distribuição ontem pela manhã, no bairro Lagoinha.⁵⁵

⁵³ Prefeitura distribui feijão grátis. *Jornal Correio do Triângulo* (denominação vigente do mesmo jornal que vem sendo citado), 23/03/1993, p.1 e 3.

⁵⁴ Critérios para a distribuição de feijão já foram acertados. *Jornal Correio do Triângulo*: 20/04/1993, p.1 e 3.

⁵⁵ Feijão gratuito já está nas panelas das donas-de-casa. *Jornal Correio do Triângulo*: 07/05/1993, p. 9.

*“Sob o sol forte, pessoas (moradoras dos bairros Leão XIII, Carajás, Xangrilá, Pampulha e Lagoinha) de idades variadas (aguardaram) a chegada das autoridades para o início da distribuição”.*⁵⁶

Assim que a notícia da distribuição tomou corpo na imprensa (pela primeira vez), circulou a informação de que seriam distribuídos 2 quilos de feijão para as 30 mil pessoas.⁵⁷

O critério da distribuição foi, a princípio, bastante específico: estar desempregado ou receber um salário mínimo e meio.⁵⁸ Após algumas reuniões feitas para balizar interesses de associações de bairros, poder público e religiosos, o perfil foi alterado para, ao que parece, atender a moradores de determinadas regiões da cidade, visto que o critério final de escolha baseou-se na apresentação da conta de água, como forma de comprovar o local de moradia.⁵⁹

O acontecimento evidenciou certas redes de poder e intervenção de grupos sociais na escolha do público e da forma ritual de entrega do alimento. Vale lembrar que os postos de saúde, ainda em 1987, distribuíam cestas básicas (com dezoito quilos de alimentos — arroz, feijão, fubá, leite em pó, além de dois litros de óleo) a gestantes, lactantes ou mães com crianças de até três anos de idade e que possuíam renda familiar inferior a dois salários mínimos.⁶⁰

O “tíquete do leite” que foi distribuído por mais de três anos a crianças de 0 a 7 anos e que viviam em famílias com rendimento médio de dois salários mínimos

⁵⁶ idem.

⁵⁷ Segundo a Secretária Niza Luz: o fato da distribuição já estava sendo negociado há meses, só não havia sido divulgado para não “causar expectativa na população”. ibid., p. 3.

⁵⁸ *Jornal Correio do Triângulo*: 23/03/1993. op. cit. p. 3.

⁵⁹ *Jornal Correio do Triângulo*: 20/04/1993. op. cit. p. 1 e 3.

⁶⁰ Ver sobre PSA (Programa de Suplementação Alimentar), projeto que visava o atendimento de “crianças e nutrizes, na complementação de suas necessidades alimentares”, no capítulo seguinte.

mensais, da mesma forma, foi concebido como um modo complementar a alimentação de filhos de trabalhadores e trabalhadoras pobres.⁶¹

Tais programas eram vinculados ao poder público (federal, principalmente), porém, não foram utilizados palanques para encenar entregas de poucos quilos de feijão, em meio a discursos e aplausos. Após esta entrega de produtos consumíveis diretamente à população, as medidas em relação aos pobres tomaram outras direções.

Tratava-se da colocação de princípios de distinção da pobreza. Àquela administração coube a elaboração de cadastros e regras que instituíram normas para definir apenas uma caracterização de pobres no meio urbano: os que “desejavam” se livrar da pobreza.

Antes de apresentar evidências e consecutivas análises sobre tais produções, abro aqui um parêntese. No início de 2003, cercado de Ministros e outros agentes da Administração Federal, o governador do Piauí, Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores, encerrou seu discurso na solenidade de lançamento do Cartão-Alimentação (uma das ações iniciais da implementação do Programa Fome Zero) solicitando a cerca de mil moradores da cidade de Acauã que levantassem as mãos e prometessem deixar a pobreza.⁶²

Várias mãos calejadas se ergueram repetindo as frases de juramento entoadas pelo governador. Além do gesto inusitado, o que a ocasião tem a nos dizer? Creio que, independente da presença de líderes políticos, o fator multidão em romaria, ou em reza, seja um fator significativo do comportamento e de cultura de trabalhadores que, vivendo em uma região tida como pobre, desafiam a “pobreza da terra”, as

⁶¹ Consultar capítulo posterior.

⁶² CONSTANTINO, Luciana. Petista Convoca Juramento Contra Pobreza. *Jornal Folha de São Paulo*. 05/02/2003, p. A 12.

agruras vividas em função da baixa perspectiva de alimento e de sobrevivência física.

Fecho o parêntese chamando a atenção para alguns outros elementos presentes nesta cena: a localização social dos que fizeram a promessa e daqueles que os estimularam; a idéia de alimento enquanto resposta à situação de pobreza; e a concomitante idéia de pobreza enquanto fome.

A fome na região Nordeste tem guardado um estreito vínculo com memórias de seca, de terra árida, de pouco plantio, de animais e pessoas em “pele e osso”, isso não significa que não existam ricos que explorem (em nome da seca) os trabalhadores pobres.

O artigo “*Famintos do Ceará*”, de Marta Emízia Jacinto Barbosa, trouxe importantes reflexões sobre as fontes de divulgação de textos e de imagens, e as redes de comunicação constituídas por intermédio de fotografias, de páginas jornalísticas, de artigos de revistas que ao longo de uma centena de anos subsidiaram “formas de ver” e de constituir uma reflexão sobre os “trabalhadores pobres” daquele estado.⁶³

O mesmo não ocorreu no Triângulo Mineiro, em particular na cidade de Uberlândia, na qual existiu durante muitos anos a produção de uma realidade diferenciada, de progresso, de crescimento gerador de riqueza. Proporcionando a formulação de memórias e de relações centradas em parâmetros de oportunidades, de empregos e bons salários, e não em termos de fome, desespero, ou percalço da natureza.

A idéia de “terra fértil” – para o trabalho e para as conquistas individuais – impediu não só a associação da pobreza com corpos famélicos, como também a

⁶³ Ver: BARBOSA, Marta Emízia Jacinto. “*Os Famintos do Ceará*”. In. FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). op. cit. 2004. pp. 94-115.

complacência em relação aos trabalhadores que se deslocavam, nos mais diferentes anos, do campo para a cidade.

Esta percepção esteve disseminada não somente nos círculos médios da população, e nas interpretações da imprensa; era uma visão comum também entre os moradores dos bairros considerados mais pobres da cidade. As pesquisas da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, para atualizar dados sobre as favelas da cidade, revelaram uma alta rotatividade dos moradores. Esse movimento era causado, de acordo com a perspectiva dos envolvidos no estudo, pelo fato:

[...] das famílias não terem a pretensão de ficar para sempre nas favelas. Elas têm expectativas de acesso a um terreno ou uma casa própria. Até hoje não tivemos que propor a urbanização de nenhum foco de favela e sim remover as famílias para áreas já urbanizadas ou para sua cidade de origem.⁶⁴

No capítulo seguinte discutiremos os programas de desfavelamento do poder público e veremos as dimensões das estratégias de “remoção” referida pela Secretária Niza Luz. Entretanto, referências às pretensões e às expectativas dos “famintos” foram ignoradas pela imprensa e, em algumas situações específicas, por membros que atuaram nas campanhas contra fome na cidade.

Em uma divulgação preliminar do “Mapa da Fome” local, feita pelo Correio, tinha-se que:

[...] aproximadamente 45% dos moradores de 27 bairros periféricos da cidade vivem na miséria absoluta. Desse total de miseráveis, 80% são de Uberlândia, 17% da região do Triângulo e Alto Paranaíba e apenas 3% são de outros estados e de outras regiões. [...] Trabalhando especificamente dados referentes às pessoas entrevistadas que são de fora da cidade a pesquisa procurou saber os motivos que levaram os que se encontram abaixo da linha da pobreza a se mudarem para Uberlândia. O primeiro motivo é a

⁶⁴ GALVÃO, Luísa. Número de favelas continua estável. *Jornal Correio do Triângulo*: 30/10/1994, p. 7.

procura de trabalho, em segundo lugar vem em busca por melhores condições de estudo, em seguida a procura por melhor tratamento médico.⁶⁵

O coordenador da “Ação da Cidadania” local demonstrou irritação ao perceber que os moradores dos bairros mais pobres, entrevistados pelos economistas responsáveis por tal pesquisa, diziam que os principais problemas daquelas regiões eram decorrentes da falta de policiamento, de asfalto, de praças públicas e centros poli esportivos para o lazer.

Rubens Pirola, na ocasião, disse que “*eles ainda não conseguiram mensurar o problema maior da fome [...] e sequer citam a questão*”.

Ele mostra ainda outro paradoxo, quanto a pesquisa buscar informações sobre as instalações e utilidades domésticas em suas residências. Os 45% de “miseráveis” detectados pelo levantamento contam com recursos como energia elétrica (presente em 97,55% das casas); rede de água (92%) e serviço de esgoto (87%). ‘Uberlândia em termos estruturais é uma cidade rica, mas o que aumenta a indignação é que eles contam com todos esses serviços, mas não tem renda suficiente para comprar o que comer’, frisa Pirola.⁶⁶

Como discutido anteriormente, a concepção de prosperidade caracterizou formas diferenciadas de reconhecer e legitimar o empobrecimento como responsabilidade dos pobres, os quais demonstravam pouca qualificação profissional, pouca informação e baixa capacidade de produzir; de gerar e contribuir para a economia urbana.

⁶⁵ GUARANYS, Ana. Miséria atinge 10% da população. *Jornal Correio do Triângulo*: 20/11/1994, p. 1.

⁶⁶ idem.

Uma visão desta perspectiva sobre os pobres em Uberlândia pode ser ilustrada no que o Correio apresentou como a “*propaganda*” da Campanha Natal Sem Fome de 1997. Através de anúncios televisivos, os beneficiários das doações foram apresentados como “*bichinhos virtuais de brinquedo*”: *tamagochis*.

O brinquedo que se tornou mania das crianças e adolescentes, o tamagochi, será usado no comercial de TV de lançamento da Campanha ‘Natal Sem Fome/97’. No filme, que entra no ar dia 16, a imagem de um menino negro aparecerá dentro do aparelhinho e a voz do jornalista Pedro Bial ao fundo dirá ‘esse tamagochi precisa de comida, porque senão vai morrer’. A meta da Campanha deste ano, a primeira sem seu criador, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, é distribuir 100 mil cestas básicas.⁶⁷

A fome enquanto projeções ampliadas da pobreza dos que moravam em bairros da periferia da cidade de Uberlândia não teve força suficiente (ou experiência social compartilhada e assumida coletivamente) para se colocar como denúncia de desigualdades, ou mesmo calamidade pública, e pôde, portanto, ser despolitizada pela ação do governo municipal.⁶⁸

Este movimento de dissolução da presença da fome não teve registro textual nos jornais e nem pode ser visualizado diretamente nas alocuções políticas ou em projetos de leis do município de Uberlândia. As evidências são localizáveis através do acompanhamento do próprio processo histórico vivido e experimentado pelos trabalhadores e moradores pobres da cidade.

Tal dissipação, enquanto narrativa da imprensa local e práticas do poder público, trilhou vários caminhos. Em 1993, cinco meses após a distribuição do feijão

⁶⁷ Natal Sem Fome usará Tamagochi. *Jornal Correio*, 08/10/1997. p. 2.

⁶⁸ Isso não que dizer que a fome não tenha existido como risco ou realidade para muitos que viveram e vivem na cidade de Uberlândia.

da CONAB, o prefeito projetava investir na qualificação do trabalhador e no crescimento da oferta de empregos para fazer frente contra a miséria.⁶⁹

Paulo Ferolla compartilhava da opinião de que o problema maior da cidade estava localizado na periferia e que, portanto, medidas deveriam ser implementadas para “*melhorar a qualidade de vida e dar atenção especial aos bairros, ao trabalhador, ao povo de modo geral*”.

Entre as medidas:

Paulo Ferolla propõe a limitação do perímetro urbano e o Secretário de Desenvolvimento, Virgílio Galassi, pretende incentivar a instalação de empresas no distrito industrial que possam pagar bem seus funcionários e contribuir para a elevação geral do poder aquisitivo da população. Não se esqueceu o discurso desenvolvimentista, mas começa a ser delineada na cidade a idéia de que agora é preciso voltar os olhos para a periferia e dar atenção ao assunto da migração, buscar geração de emprego e garantir que os überlandenses vivam bem.⁷⁰

A indefinição destes avanços e a ampliação das campanhas que visavam alimentar os pobres fizeram com que as prioridades: melhoria do salário, geração de empregos, entre outros, perdessem centro para políticas de benefício das famílias consideradas por ele como “*carentes*”.

Correio do Triângulo: - Estou vendo este saco de feijão aqui na mesa do prefeito Paulo Ferolla, isto é sinal que o Pró-pão pode estar saindo?

Paulo Ferolla: - Mais do que este pacote de feijão, você olha mais aqui em baixo (apontando para o canto direito de sua sala) e você verá aí uma cesta básica. Isto é para lembrar todo o dia, ela nunca

⁶⁹ O aumento de emprego não estava apenas nas intenções do poder Executivo; essa discussão gerava, também, debates acalorados na Câmara dos Vereadores. Ver entre outros: Só emprego muda “Mapa da Fome”, dizem vereadores. *Jornal Correio do Triângulo*. 22/11/1994, p. 7.

⁷⁰ Especial. Aniversário 105 anos. *Jornal Correio do Triângulo*. 31/08/1993, p. A.1

saiu daqui desse cantinho [...] para ser comercializada, naturalmente, com as pessoas mais carentes.

[...]Correio do Triângulo: - Eu sinto uma certa ansiedade do senhor quando fala do Pró-pão...

Paulo Ferolla: - Vocês nem sabem o quanto o Pró-pão preocupa o Prefeito. De todas as minhas responsabilidades administrativas a que me preocupa mais é exatamente a minha vontade, o meu desejo, de por em funcionamento o Pró-pão. Mas, não é por em funcionamento só por colocar. Eu compro qualquer [cesta] pelo Brasil e o cidadão não vai ter condições de comprar. Só para falar que está funcionando. Eu quero, realmente uma coisa que funcione, que tenha duração. Uma cesta básica que venha beneficiar as famílias que ganham no máximo até dois salários. Não o que acontece em outras cidades, onde todo mundo pode comprar. Isto aí é uma concorrência desleal com os nossos comerciantes e iria trazer um desemprego muito grande e um prejuízo enorme. Eu não quero prejudicar ninguém. Quero é ajudar aqueles que estão precisando comprar, mas não estão tendo condições. A proposta de campanha era até um salário e meio e estou pensando em chegar até dois salários. Sei que é uma grande preocupação minha, sei que será uma frustração enorme se tiver que reconhecer em público que eu não consegui fazer. Eu não terei constrangimento de fazer isto. [...] Mas, continuo com grande esperança de encontrar uma solução para o Pró-pão.⁷¹

Em abril de 1995, a prefeitura de Uberlândia lançou oficialmente o Pró-pão,⁷² programa de venda subsidiada de produtos alimentícios e de limpeza que visava atender famílias que comprovassem residência na cidade, recebessem um salário e meio e consumissem 15 mil litros de água e 100 KWh de energia elétrica.⁷³ O

⁷¹ Pró-pão está difícil, admite Ferolla. *Jornal Correio do Triângulo*: 1/05/1994, p. 1.

⁷² O Pró-Pão é “um programa cujo objetivo é proporcionar às famílias carentes que residem no Município de Uberlândia a possibilidade de adquirir mensalmente uma cesta contendo produtos básicos a preço subsidiado; este subsídio vai até 20% (vinte por cento) do valor da cesta”. Ver: <<http://www.uberlândia.mg.gov.br>> pesquisado em 29/09/2002.

⁷³ “O Projeto começará a ser implantado no bairro Laranjeiras [...]. A cesta contém 5 quilos de açúcar, 15 quilos de arroz, ½ quilo de café, ½ quilo de farinha de mandioca, 3 quilos de feijão, um saco de fubá, dois de macarrão, 3 latas de óleo de soja, 1 quilo de sal e 5 barras de sabão. O custo estimado para venda aos beneficiados do programa corresponde a 66% do preço de mercado”. Prefeito lança oficialmente o Pró-pão. *Jornal Correio do Triângulo*. 12/04/1995, p. 1.

programa traçou com nitidez o padrão de pobres que a municipalidade reconheceria a partir de então como pertencente ao mapa social de Uberlândia.

Em meio a um ar de desconforto, a questão do quantitativo salarial foi discutida na ocasião de seu lançamento. Embora os Secretários de Saúde e de Trabalho e Ação Social considerassem que a cesta seria comercializada para os que não teriam condições de comprá-la nos mercados da cidade, eles esperavam que o índice de adequação ao benefício subisse até dois ou três salários.⁷⁴

O secretário de Saúde, Paulo Salomão, igualmente presente no encontro, esclareceu ainda que levantamentos preliminares mostram que ‘são poucas famílias que estão nesta faixa salarial em Uberlândia. Isso aponta para um crescimento desse índice’, avaliou.⁷⁵

Este foi um ponto de controvérsia entre diferentes interpretações sobre a pobreza. Muitos dos pobres entrevistados pelo Correio (nos artigos sobre bairros periféricos) mostravam-se impacientes com as exigências colocadas para a aquisição do Pró-pão,

Alguns chegaram, inclusive, a estabelecer críticas ao recém lançado projeto da Prefeitura de Uberlândia, que pretende beneficiar famílias de baixa renda, com a venda de produtos alimentícios a baixo preço. As críticas, apenas dos moradores entrevistados no bairro São Jorge, foram fundamentadas no fato de que para conseguir se beneficiar do projeto é preciso que haja comprovação de renda, o que nem sempre é possível, ou porque ela

⁷⁴ Existiam algumas previsões de que o quantitativo do salário de beneficiário do Pró-pão pudesse alcançar tal patamar. “[...] O programa é destinado a famílias com renda de até três salários mínimos e, nessa fase de implementação, o credenciamento é permitido para famílias que recebem 1,5 salário”. Ver: Programa de Alimentação Popular de Uberlândia já está no ponto. *Jornal Correio do Triângulo*. 21/07/1995, p.3. Porém, até o presente momento (setembro de 2006), de acordo com as informações prestadas pelo site da Prefeitura de Uberlândia: “para se inscrever no programa, o candidato deve ser maior de idade ou casado e apresentar, além de comprovante de residência, a comprovação de renda do chefe de família de até um salário mínimo e meio”. Ver:<http://www2.uberlandia.mg.gov.br/pmu/site.do;?evento=x&lang=pt_BR&taxp=32&pg=10&idConteudo=2294>, consultado em 12/09/2006.

⁷⁵ *Jornal Correio do Triângulo*. 12/04/1995. op. cit., p. 1.

não existe ou pelo fato de grande parte dos trabalhadores do bairro atuarem na economia informal, como autônomos.⁷⁶

O patamar de um salário e meio também gerou reações de membros da Igreja Católica:

‘As famílias que mais necessitam não estão em condições de receber o benefício’, justifica a irmã Elena Kechl representante da Pastoral da Criança. Uma das exigências para se receber a cesta básica do Pró-pão é a apresentação do talão de luz, mas estima-se que, no mínimo, oitocentas famílias em Uberlândia não têm iluminação elétrica.⁷⁷

Além desse ponto, a irmã Elena discordava com o que acreditava ser um aspecto de dependência entre os beneficiários e a Prefeitura. Segundo registrado no jornal,

Elena disse que a Pastoral defende o incentivo à implementação de hortas comunitárias ou mesmo de quintais particulares, porque desta forma as próprias famílias participam do processo de produção de seu alimento. ‘Entregar a cesta simplesmente não vai resolver o problema. É preciso ensinar-lhes a produzir. É melhor ensinar a pescar do que dar o peixe’, disse a religiosa.⁷⁸

Ao que parece, havia um engano da religiosa na formulação da idéia que vinculava o “peixe” à doação e a “pesca” ao trabalho. O “peixe” não seria recebido aleatoriamente e nem seria gratuito aos beneficiados; deveria ser comprado por um segmento de trabalhadores pobres que respondia a um número de exigências impostas pela administração municipal.

⁷⁶ Jornal Correio do Triângulo. 25/04/1995. op. cit. p. 7.

⁷⁷ Pastoral pede à Câmara modificações no Pró-pão. Jornal Correio do Triângulo. 09/05/1995, p. 7.

⁷⁸ idem.

Entretanto, não se tratou de um equívoco particular. Nos momentos imediatamente anteriores à sua implantação existiram e foram divulgadas informações contraditórias sobre o programa.

Naquelas primeiras movimentações a concepção do “peixe” e da “pesca” foi fortalecida por textos e editoriais do Correio que ressaltavam informações sobre a origem (inspirada em um projeto de doação de pães, realizado na Bahia) e sobre a forma que o Pró-pão seria “*distribuído*” pelos bairros.

O prefeito Paulo Ferolla reunirá a imprensa hoje, às 11 horas, para fazer um anúncio. É um ‘segredo de polichinelo’ porque todos nós já sabemos do que se trata. Será o lançamento do ‘Pró-pão’, um dos ‘compromissos de campanha’ feito durante os últimos dias de luta eleitoral e fator, diga-se de passagem, importante para a vitória sobre seu candidato. O projeto era uma cópia do que era feito na Bahia e que resultava na entrega de pão para a população mais carente. Não com verbas municipais, mas com o poder do cofre estadual. [...] O prefeito, na coletiva para a imprensa, vai anunciar a mudança e as condições de financiamento do projeto aqui criado e que tem tudo para ser não só uma campanha passageira, mas se transformar em uma realidade duradoura como meio de colaborar com as famílias carentes que na verdade, precisam bem mais do que o simples pão de cada dia.⁷⁹

Essas informações se cruzavam com propagandas, panfletos e eventos que divulgavam repetidamente a idéia da doação de alimento, da imperecibilidade dos produtos arrecadados, entre outras. Elementos que consolidaram para vários setores urbanos a imagem e a finalidade de uma “cesta básica”:

O projeto tem uma abrangência que o aplicado na Bahia não tinha. Baseia-se, praticamente, na ‘cesta básica’ que virou moda nos dias atuais, inspirada pelas Campanhas do Betinho que tomaram várias vertentes em todo o país. Aqui mesmo, a Prefeitura fez a entrega, neste final de semana, das “cestas” que havia formado com a campanha durante o campeonato sul americano de futebol feminino, cujo ingresso do estádio era um quilo de alimento não

⁷⁹ Editorial. Pró-pão, enfim! *Jornal Correio do Triângulo*. 11/04/1995, p. 2.

perecível doado pelos torcedores. Evoluiu assim o ‘Pró-pão’ da campanha política, impossível de ser realizado quando Ferolla chegou à Prefeitura, para o que é normal atualmente, com a diferença que será o poder municipal quem assumirá a responsabilidade de alguma coisa muito parecida com a cesta de não-perecíveis distribuída para os menos amparados da sociedade. Cumpre o prefeito um compromisso e abre caminho para uma ajuda real, contínua e que, pelos planos de seus idealizadores, poderá permanecer sem abalar os recursos a serem aplicados, já que foram devidamente estudados para uma ação de longo prazo.⁸⁰

A imprensa criou um vínculo entre Pró-pão e a “*Campanha do Betinho*”, que não condizia com as pretensões da administração pública. Tal comparação ajudou a difundir a idéia de distribuição gratuita de alimentos enquanto atitude de contraposição à miséria.

Os responsáveis pelas campanhas da Ação da Cidadania tentaram contribuir com o que o Jornal definia como “*alguma coisa muito parecida com a cesta de não-perecíveis distribuída para os menos amparados da sociedade*”.

O projeto de lei do prefeito Paulo Ferolla (PFL) que prevê a distribuição de cestas básicas à população carente do município poderá não ser votado esse mês, a pedido do Comitê Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. Ontem, o psicólogo Lourenço Andrade de Almeida, membro do Comitê, foi a Câmara e usou a tribuna para solicitar que o documento fosse guardado na gaveta e que só fosse votado depois de discutido pela comunidade. Almeida sugeriu que os vereadores esperassem mais uma semana para a votação da proposta. Enquanto isso, ele pretende discutir o projeto com a administração municipal, apresentando sugestões colhidas da própria comunidade. [...] ‘Queremos estudar e encaminhar sugestões. Reconhecemos o caráter social do projeto, mas acho importante que a comunidade tome conhecimento dele através das entidades que a representam’, justifica. O psicólogo reforçou a proposta original do projeto do prefeito e disse que a comunidade mais miserável é a que precisa ser beneficiada. Ele sugeriu, de imediato, que fossem incluídos no

⁸⁰ idem.

documento um programa de alimentação alternativa e a criação de hortas comunitárias na cidade.⁸¹

Esta aproximação não foi estabelecida. O Pró-pão foi votado na Câmara⁸² sem as emendas da organização local da Ação Cidadania (colocadas em trâmite por vereadores que se opunham ao prefeito),⁸³ e sancionado por Paulo Ferolla em 6 de junho de 1995.⁸⁴

A sanção gerou uma “carta aberta” do Comitê local e da Pastoral da Criança. Impressa no Correio, além das principais diretrizes apresentadas pelas duas instituições,⁸⁵ a mensagem acusava um distanciamento entre a “sociedade civil organizada” e a “administração municipal”, no que dizia respeito aos “mais” pobres:

O episódio lamentável demonstra a falta de interesse da maioria da Câmara e da Prefeitura em estabelecer uma interlocução consequente e produtiva com a sociedade. Além disso, a nossa experiência indica que a ausência da participação da sociedade em programas sociais acaba por comprometer o resultado destes programas, a sua qualidade e eficácia. Apesar de não conseguir

⁸¹ Cidadania pede a discussão do Pró-pão. *Jornal Correio do Triângulo*. 11/05/1995, p. 9.

⁸² Pró-pão vai ser votado hoje, em sessão extra. *Jornal Correio do Triângulo*. 24/05/1995, p. 7. Vereadores aprovam o Pró-pão sem emendas do Comitê. *Jornal Correio do Triângulo*. 25/05/1995, p. 7.

⁸³ “As sugestões do Comitê foram apresentadas à Câmara sob a forma de emendas subscritas por oito vereadores, tramitaram pelas comissões e não foram aprovadas, conseguindo voto de apenas seis viradores: Aniceto Ferreira (PT), Liza Prado (PCdoB), Onofre Oliveira (PSDB), Bauer Dias (PMDB), Geraldo Jabbur (PPR) e, em parte, Geraldo Magela (PMDB)”. Opinião. Pró-pão e Cidadania. *Jornal Correio do Triângulo*. 29/06/1995, p. 2.

⁸⁴ Ferolla sanciona o Projeto Pró-pão. *Jornal Correio do Triângulo*. 7/06/1995, p. 1.

⁸⁵ “[...] 1 - ampliação do objetivo do programa, de modo que atenda à educação alimentar, à criação de hortas familiares, comunitárias e escolares, pomares caseiros e padarias comunitárias e de produção de produtos hortifrutigranjeiros a baixo custo; 2- ampliação da participação da sociedade no programa com maior representação de entidades no Conselho de Administração do Programa, criando audiências públicas anuais e nos bairros, para que a população possa participar na fiscalização, elaboração e execução dos mesmos; 3 – a criação de parcerias com governos, universidades, empresas e entidades; 4 - aumento do número de famílias a serem atendidas, melhorando a qualidade dos alimentos e submetendo o programa a um acompanhamento técnico-científico; 5 – garantir a transparência e permitir efetiva fiscalização, de modo a evitar fraudes e corrupção.” *Jornal Correio do Triângulo*. 29/06/1995, op. cit. p. 2.

obter resultados imediatos no caso do Pró-pão, o Comitê continuará a estimular e a desenvolver ações no combate à fome e à miséria, conclama a população a fiscalizar o projeto Pró-pão e apela à prefeitura para que reformule a sua política de suplementação alimentar, de modo a constituir um programa permanente, que seja significativo quanto ao número de pessoas atingidas, quanto à sua eficácia, e que busque atender os mais pobres. Irmã Elena Kechl (Pastoral da Criança), Lourenço Andrade (Psicólogo e Membro do Comitê Municipal da Ação Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida).⁸⁶

Em outubro de 95, o Bispo Dom José Alberto Moura, em sua coluna semanal no Jornal Correio, fez uma análise dos resultados preliminares do “*Mapa da Fome*” local.⁸⁷ Segundo ele,

[...] muita coisa já está sendo feita na cidade, isoladamente ou com parceria entre a administração pública e entidades particulares, para se amenizarem a pobreza e a indigência. Há cursos de alimentação complementar de baixo custo para a população de baixa renda, Ação de Combate à fome com trinta e duas hortas domiciliares, Projeto Semente, Ação integrada Educativa no Bairro Dom Almir, Cozinha Alternativa, Projeto Pastoral da Criança, Projeto ‘Come, Tome, Some, Fome’, Projeto Mapa da Fome, O Empresariado e a Cidadania, Projeto Salva-Vida, Projeto Natal Sem Fome, Projeto Solidariedade na Terra, Projeto Integração X Cidadania, Projeto Show Pega na Mentira, Projeto Inverno Quente, Projeto Doe um Livro Infantil... Isto é o que vem relatado pelo Comitê, até a pesquisa feita em julho deste ano de 1995.⁸⁸

Enquanto laureava os modos de intervenção dos Comitês e registrava um balanço positivo dos projetos relatados, o membro mais importante da Igreja na cidade omitia o Pró-pão do rol de programas de combate à pobreza.

As campanhas de recolhimento de alimentos mostraram que a solidariedade, em torno de um objetivo nobre é possível. É preciso que se continue a obra do Comitê, que reúne forças vivas da

⁸⁶ idem.

⁸⁷ op.cit. SHIKI. S; NEDER, H. D. (coord.), op. cit., fevereiro de 1996.

⁸⁸ MOURA, D. José Alberto. Opinião. *Mapa da Solidariedade. Jornal Correio*. 22/10/1995, p. 6.

sociedade para lutar pela cidadania, erradicando a fome e promovendo a vida. Não se trata de mero assistencialismo a mais. Trata-se antes de atuação de promoção da solidariedade para se implantar uma mentalidade de respeito ao semelhante, dando-lhe condições de participar do convívio social com ser humano. Este tem uma dignidade, que requer condições mínimas de vida de pessoa humana.⁸⁹

Além dos setores organizados pelas “ações cidadãs”, e vinculados a Igreja, outros observadores teceram críticas ao programa alimentar. Entre eles estava o principal articulador político do Correio, Ivan Santos.

[...] Há dúvidas de que a Prefeitura tenha competência para comprar e vender alimentos mais baratos do que a rede de comerciante do ramo. Então, se não comprar mais barato do que a concorrência terá que vender os produtos mais caros a preços subsidiados, deixando enormes prejuízos aos cofres municipais. Isto não será aceito por critérios políticos. É preciso saber, também, se a Prefeitura tem competência legal para comprar e vender produtos alimentícios, ou seja, praticar atividade comercial. Alguns entendidos afirmam que a Prefeitura terá, em obediência às leis do comércio, que virar uma empresa mista para responder pela compra e venda e, assim, pagar legalmente os impostos a que todos os comerciantes estão sujeitos. Se não pagar impostos, vai cometer sonegação fiscal e, como sonegadora, poderá ser punida. Não seria possível praticar concorrência desleal comprando e vendendo sem pagar impostos, para cumprir uma promessa eleitoral. Qualquer contribuinte de impostos municipais que se sentir prejudicado poderá entrar com uma ação popular contra o Pró-pão. [...] Esse projeto será um programa de administração muito complexo. Primeiro porque não será possível atender todos os pobres do município. Os que não forem atendidos, com certeza, ficarão insatisfeitos e se transformarão em inimigos políticos. [...] O Programa de alimentos a baixo custo [...] trata-se apenas de uma iniciativa de natureza política que, na prática, não vai beneficiar ninguém. Se não houver dinheiro bastante para comprar alimentos na entressafra, a Prefeitura ficará na mão de especuladores e acabará vendendo o arroz e o feijão mais caro do que os armazéns de esquina nos bairros, e não poderá competir com eles nas vendas de caderneta. Os carnês a serem pagos nas casas lotéricas poderão ser simplesmente ignorados na hora de pagar quando os

⁸⁹ idem.

beneficiários perceberem que não estão tendo benefício significativo. Não faltarão também quem os estimulem ao calote, até mesmo por motivos de natureza política. Para tirar dúvida: o Pró-pão vai mesmo ajudar as famílias de baixa renda em Uberlândia?⁹⁰

Entre as objeções feitas ao Pró-pão surgiu novamente a perspectiva de que o programa não atenderia aqueles que realmente precisavam.⁹¹ Este foi o ponto alto daquela discussão. Comprovar moradia em Uberlândia, ter água e luz na residência, receber uma determinada quantia foram os critérios encontrados para evidenciar o descontentamento da Administração Municipal com os ocupantes de terras urbanas, com o espectro do migrante e com a inatividade de muitos que viviam apenas de doações.⁹²

Ao estipularem regras que negavam a compra de alimentos a preços mais baratos aos que moravam em favelas e não possuíam atividades remuneradas, o poder público enfrentou críticas dos mais distintos segmentos sociais. Então, o que se projetava em favor do programa?

⁹⁰ SANTOS, Ivan. Opinião. O Equivocado Pró-pão. *Jornal Correio do Triângulo*. 23/04/1995, p. 2.

⁹¹ Algumas preocupações sobre a legalidade de Pró-pão, postas no texto do analista político do Correio, foram resolvidas através de abertura de licitação. “O resultado da licitação saiu ontem e a vencedora foi a Comercial RP Alimentos Ltda., a cesta será composta de 10 itens, e vai custar R\$14,80 às famílias de baixa renda cadastradas e R\$ 18,56 à Prefeitura de Uberlândia. O preço foi definido após a abertura dos envelopes das empresas que participaram da licitação. Segundo o coordenador executivo do Pró-pão, Roservaldo Ramos de Lima, a orientação da Prefeitura é que o programa seja direcionado para o social. A exigência feita à Comercial RP Alimentos, é que ela forneça produtos da melhor qualidade e mais baratos”. *Jornal Correio do Triângulo*. 21/07/1995, op. cit., p. 3.

⁹² Mesmo sendo referidos de modo lamuriosos pela imprensa, os moradores do bairro Dom Almir não poderiam comprar a cesta básica do Pró-pão (durante o período inicial do programa) haja vista que: “somente” naquele bairro, “cerca de cem famílias não recebem água encanada e nem contam com rede de esgoto. A dona de casa Maria da Conceição Lima, mora na avenida Solidariedade com seus sete filhos. Em sua casa de três cômodos não há rede de esgoto nem energia elétrica. A água para higiene doméstica e pessoal é ‘puxada’ de um vizinho por uma mangueira de 200 metros”. Faltam água encanada e esgoto em várias residências da cidade. *Jornal Correio do Triângulo*. 11/05/1995, p. 7.

No primeiro mês do Pró-pão, 1,1 mil famílias haviam se cadastrado.⁹³ As entregas iniciais das cestas nos bairros foram registradas pelo Correio. Nas constavam avaliações de pessoas que cumpriram as regras estipuladas pelo poder público.

De carroça, bicicleta ou carrinho de mão, cada morador improvisa o transporte de sua cesta com 32 quilos de alimentos. A viúva Elisabeth Alves, mãe de quatro filhos considera o Pró-pão um projeto de grande ajuda em seu orçamento mensal. ‘Com esses mantimentos dá quase para passar o mês. Eu só preciso comprar mais alguma coisinha’. O garçom Sidnei Barbosa se diz satisfeito com a qualidade dos produtos distribuídos. ‘É a segunda vez que eu pego o Pró-pão. Para mim, a maior vantagem é a facilidade para adquirir os produtos, que fica mais em conta que o supermercado’, afirma. Já o pintor Jobeir Antônio da Silva, que comprou a cesta pela segunda vez, achou que a diferença do preço do Pró-pão para os supermercados é pequena. ‘Se a Prefeitura adquirisse os produtos diretamente dos produtores o desconto seria maior’, acredita.⁹⁴

Na entrega das primeiras trezentas e cinqüenta cestas nos bairros Santo Inácio, Canaã e Morada Nova, se sobressaiu nos registros atribuídos aos moradores um clima de confiança no programa. O recebimento dos produtos nos bairros e a diferença (mesmo que pequena) em relação aos mercados foram pontos elencados como positivos pelos entrevistados.⁹⁵

Registrhou-se, também, um otimismo em relação ao crescente número de beneficiados.⁹⁶ Em dezembro de 1995, a quantidade de famílias que se alimentavam

⁹³ PMU Entrega cestas do Pró-pão. *Jornal Correio*. 25/08/1995, p. 2.

⁹⁴ PMU distribui cestas do Pró-pão. *Jornal Correio*. 27/09/1995, p. 10.

⁹⁵ “Uma das moradoras credenciadas pelo Pró-pão, Cleuza Cristina Martins, se mostrou aliviada ao adquirir a cesta de alimentos. Sua renda familiar também não ultrapassa 1,5 salário. Deste total, R\$ 85,00 são destinados a alimentação. ‘A cesta vai ajudar muito, tenho quatro filhos para sustentar com o pouco que ganho’, observou”. Prefeitura distribuiu cestas básicas a 350 famílias. *Jornal Correio*. 6/10/1995, p. 1.

⁹⁶ “O presidente da Associação de Moradores do Canaã, Luiz Carlos Miguel esperava, por exemplo, que o Pró-pão atendesse, até o final de 1995, cerca de seiscentas famílias somente naquele bairro”. idem.

do Pró-pão chegou a 10 mil.⁹⁷ Em agosto do ano posterior, o número de beneficiados chegou a 17,7 mil famílias, as quais pagavam cerca de R\$ 16,00 pela cesta.⁹⁸

Em suma, o acompanhamento e a divulgação positiva do Jornal Correio se transformou em um fator significante no fortalecimento e no reconhecimento do programa. É pertinente notar que o Jornal tomou uma dupla posição. Ao mesmo tempo em que acompanhava as distribuições de cestas e produzia uma legalidade popular sobre o Pró-pão,⁹⁹ o Correio aderiu abertamente as campanhas da Ação da Cidadania, passando a anunciar mais constantemente os movimentos realizados pelos grupos de profissionais liberais, estudantes e católicos que atuavam pela cidade.¹⁰⁰

De acordo com o jornal, sua iniciativa visava contribuir com as ações, a fim de incentivar seus leitores a interagirem mais prontamente com a sociedade, haja vista que, na opinião do mesmo, a “*maioria dos brasileiros não participa[va] de campanhas de solidariedade*”.¹⁰¹

O Pró-pão teve (ainda tem) uma vitalidade surpreendente, permanecendo por várias administrações municipais. Porém, sua longevidade foi marcada por conflitos, denúncias de fraude e por quedas abruptas no número de beneficiários.

⁹⁷ “[...] A doméstica Arminda Pereira Arantes, viúva, com dois filhos menores, acrescentou que gasta R\$10,00 por semana com frutas e verduras e R\$ 30,00 na compra de carne. ‘Outro dia fiz uma lista e fui comprar num supermercado. O preço de lá era R\$ 6,00 mais caro do que o da cesta do Pró-pão’, observou”. Pró-pão ajuda 10 mil famílias. *Jornal Correio*. 13/12/1995, p. 9.

⁹⁸ Programa beneficiou 17,7 mil famílias. *Jornal Correio*. 3/08/1996, p. 10.

⁹⁹ O Correio recebia no período recursos da prefeitura através de propagandas de vários setores e projetos inclusive o Pró-pão. Ver, por exemplo: *Jornal Correio*. 20/06/1999, p. A3.

¹⁰⁰ Correio adere à Campanha do Comitê. *Jornal Correio*. 21/10/1995, p. 1.

¹⁰¹ idem.

Nos dez anos que se seguiram à criação do Pró-pão, algumas irregularidades foram apontadas através de laudos que comprovavam baixa qualidade de produtos da cesta e de documentos que mostravam desvio de dinheiro.¹⁰²

Registros mais recentes mostraram que a quantidade de usuários sofreu uma abrupta queda (chegando a atender apenas 4,3 mil famílias) nos primeiros meses de 2005,¹⁰³ chegando a estabilizar-se posteriormente em 6 mil famílias.¹⁰⁴

Os relatos sobre a qualidade dos produtos vendidos através do Pró-pão apareceram timidamente no Correio, centrando-se principalmente nas colunas e espaços dedicados aos leitores.

Edna Luís Rodrigues ligou para o jornal para dizer que o problema da cesta do Pró-pão, cujos produtos não têm qualidade, vem acontecendo há bastante tempo, e que ninguém até o momento tomou alguma providência. ‘Eles (as autoridades) não fazem uso dos produtos e ninguém até o momento tomou nenhuma providência. O sabão não lava, o café é uma droga, o arroz não presta. Só porque os beneficiários são pobres não justifica uma cesta com produtos tão ruim. Os vereadores não fazem uso dos produtos, pois se fizessem saberiam do que estão falando. Em deixarei de comprar a cesta e passarei para outra pessoa por causa disto’.¹⁰⁵

¹⁰² “A Prefeitura Municipal de Uberlândia instaurou uma sindicância para apurar a ocorrência de fraudes no Pró-pão. A suspeita é que parte do dinheiro pago pelos beneficiados esteja sendo desviada; no último mês a coordenação do programa identificou alguns comprovantes de pagamento falsos. Segundo o secretário de governo, Eduardo Afonso, já havia alguns meses que a contabilidade do projeto não fechava. ‘Verificou-se que a quantidade de cestas retiradas seguia a mesma, mas o volume de recursos depositados na Caixa Econômica Federal diminuiu’, destacou”. Prefeitura apura fraude no Pró-pão. *Jornal Correio*. 22/07/2004, p. B2.

¹⁰³ Naquela ocasião havia 42.759 cadastrados, no entanto, apenas 9.454 famílias cumpriam as exigências do programa, que permaneciam inalteradas desde seu início. CORRÊA, Gleide. Pró-pão beneficia 6 mil famílias. *Jornal Correio*. 15/11/2005, p. B2.

¹⁰⁴ Na opinião do Jornal o número de compradores voltou a crescer devido a redução de 25,25% do preço da cesta, em circunstância de uma nova concorrência finalizada em 24 de junho. Cesta básica do Pró-pão ficará 25% mais barata. *Jornal Correio*. 28/06/2005, p. A3.

¹⁰⁵ RODRIGUES, Edna Luís. Boca no Trombone. Pró-Cão. *Jornal Correio*. 2/04/1998, p. 9.

Em março de 1998, somou-se às reclamações dos usuários uma confirmação técnica. Um laudo proferido pela Fundação Ezequiel Dias¹⁰⁶ constatou que o café comercializado através do Pró-pão estava impróprio para consumo. Neste episódio, o Correio divulgou os resultados da perícia apenas depois que a prefeitura tratou a situação como fraude.¹⁰⁷

No Jornal, a situação da qualidade dos alimentos era comumente posta em segundo plano, suplantada pela economia feita na aquisição de produtos considerados mais baratos.

Todos os meses o motorista José dos Santos, 51 anos, recebe uma ajuda para o sustento da família composta por três pessoas. Ele é um dos beneficiários do Pró-pão [...] que atende famílias com renda de até 1,5 salário mínimo por mês e que comprovem residência no município. A cesta composta de 11 itens num total de 33 quilos custa R\$ 26,90. No mercado, a mesma quantidade com produtos similares fica, em média, R\$ 41,71. ‘O preço sai mais em conta, mesmo que os produtos não sejam de primeira’, observa o pedreiro José Andrade de Souza, 36. A cesta, segundo ele, não é suficiente para o sustento da família composta por cinco pessoas, mas ele garante que é uma ajuda essencial no orçamento. Para o motorista citado, a cesta também é uma alternativa para ajudar as despesas do orçamento doméstico. Inácio Francisco dos Santos, 62 anos, também adquire os produtos todos os meses. Morador do bairro Tibery ele afirma que ‘só assim dá par manter a despesa cheia’.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Segundo informações disponíveis em site: “A Fundação Ezequiel Dias foi criada em 1907, quando o cientista Oswaldo Cruz convidou o médico Ezequiel Caetano Dias para fundar, em Belo Horizonte, uma filial do Instituto Manguinhos, hoje Fiocruz do Rio de Janeiro. O Objetivo inicial era disseminar os conhecimentos científicos pelo País, desenvolvendo e ampliando pesquisas nas áreas de Ciências Biológicas e produção de soros e vacinas. [...] Fundação é uma das maiores instituições de saúde, ciência e tecnologia do país, e tem como prioridades: a produção de medicamentos e soros; o suporte laboratorial às atividades de Vigilância Epidemiológica e Sanitária, como Laboratório Central de Saúde Pública de Minas Gerais; o desenvolvimento, incentivo e participação em pesquisas científicas e tecnológicas no campo da elaboração e fabricação de produtos biológicos, profiláticos e terapêuticos; a formação e capacitação de recursos humanos.” Ver: <<http://www.funed.mg.gov.br/fundacao/historico/index.php>>, pesquisado em 19/01/2007.

¹⁰⁷ Prefeitura apura fraude no Pró-pão. *Jornal Correio*. 1/04/1998, p. 3.

¹⁰⁸ CORRÊA, Gleide. 15/11/2005, op. cit., p. B2.

As avaliações positivas do Jornal em relação ao preço dos produtos se confrontavam novamente com a qualidade e a salubridade dos alimentos em meios mais populares de notícias. Nas programações das manhãs das emissoras de rádio AM, por exemplo, em programas que permitiam aos ouvintes emitirem opiniões através de telefonemas, as queixas chegavam a tons mais pesados.

Em 2002, quando elaborava o projeto que iniciou esta pesquisa, gravei um destes programas. No dia 27 de setembro, uma senhora, que preferiu não se identificar, disse que o arroz da cesta quando não estava mofado, parecia “*ração de galinha*”, com a particularidade de possuir cor branca com “*pintinhas*” pretas.¹⁰⁹

Em entrevistas gravadas com beneficiários do Pró-pão surgiram, também, duras críticas à qualidade dos alimentos. Assim ocorreu, em abril de 2004, quando me reuni com Sebastiana do Carmo Santos e Maria José Pereira, duas senhoras moradoras do bairro Dom Almir.

Após encontrá-las em um barracão, onde a nora de Maria José (uma empregada doméstica de nome Ilma) fazia e distribuía sopa aos “carentes” – apoiada por um grupo religioso, elas fizeram a seguinte avaliação da qualidade dos produtos da cesta:

Sérgio Paulo: — E a senhora... do tempo que a senhora começou a comprar até agora... quais as mudanças a senhora viu nesse Pró-pão?

Sebastiana: — Bom... uns tempo foi bom o Pró-pão, né. Mas agora de uns dois anos pra cá o Pró-pão tá uma porcaria mesmo. Uma porcaria mesmo! O arroz mesmo, do mês passado, um arroz, ocê põe no fogo assim, se põe óleo de cozinha fica duro, se põe água demais vira papa não tem jeito de comer, outros tá cheirando azedo. O feijão... não tem Cristo que come. O café é palha pura: fede e tem um gosto muito ruim. [...] Outro dia eu tava comendo e falei: meu Deus o meu feijão tá azedo, comendo feijão azedo. Aí que eu fui pôr o arroz puro pra comer, o fedor do arroz. E ele não

¹⁰⁹ AGITO GERAL: Programa da Rádio Globo Cultura: 1020 kHz, gravado em 27/09/2002 (aproximadamente às 10 horas da manhã). Arquivo desta Pesquisa.

fica solto, fica aquela papa. De prova: tem arroz cozido, ali eu mostro pra quem quiser vê. Aquele grude ocê tira assim, porque eu gosto de pôr ele no freezer, eu ponho ali e ele vira aquele turrão, pode tirar que ele despeja... do jeito que põe lá ele fica... naquela vasilha certinha. [...]

Maria José: — [...] o extrato... o extrato do Pró-pão eu vou falar pra você a verdade: o extrato do Pró-pão deve haver aquele sangue assim e mistura um pouco...e mistura com água e põe na lata e lacra, sabe?!

Sérgio Paulo: — Sangue?! A senhora acha que é?

Maria José: — Eu acho que é sim.. Porque ele... se você põe no macarrão, ocê mistura no macarrão, eu faço um macarrão lá em casa um tiquinho assim de macarrão ô, eu ponho uma latinha cheia e num tinge o macarrão direito.¹¹⁰

Percepção semelhante tinha José Ribeiro, 59 anos, na ocasião da entrevista trabalhador rural, desempregado desde o início dos anos de 1990, também morador do bairro Dom Almir. Nos conhecemos por intermédio de uma assistente social da prefeitura que trabalhava com casos de violência à criança. De acordo com o registro:

Sérgio Paulo: — E aquele Pró-pão, o senhor conhece?

José Ribeiro: — O Pró-pão eu conheço. Quando eu morava no setor chácara das Andorinhas, depois que a mãe desses meninos saiu eu pegava a cesta do Pró-pão né, só que na época eu usei uns dois carnê pegando a cesta do Pró-pão, só que tava indo assim... como diz... muita areia misturada com o arroz e o café não presta e até hoje muita gente reclama do café...

Sérgio Paulo: — Eu tenho entrevistado algumas pessoas e elas...

José Ribeiro: — E disse que o café até hoje não presta, então vinha muita areia misturada no arroz e... feijão, sempre saía uns feijão muito ruim. É... não cozinhava fácil e... aparecia muito feijão preto, coisa podre. Eu na época usei uns dois carnê e depois parei

¹¹⁰ Sebastiana do Carmo Santos e Maria José Pereira. Uberlândia, 17 de abril de 2004. (Arquivo desta pesquisa; entrevista 1, fita1)

por conta própria mesmo... parei, eu falei: essa cesta vindo dessa maneira, com esses defeito, o feijão não presta, o café não presta, o arroz tá vindo areia...e ainda muita gente fala até hoje que o café continua o mesmo, não presta. O feijão parece que é o mesmo tipo... a novidade é vim um feijão bão, pra cozinhar normal igual os outros... e parei.¹¹¹

As entrevistas realizadas com compradores e ex-compradores da cesta trouxeram fortes indícios de outras razões que estavam presentes na adesão ao programa. Uma daquelas dizia respeito ao lugar em que moravam.

Na época em que o Pró-pão foi iniciado, o bairro Dom Almir ainda não era regulamentado. As pessoas que ali moravam não poderiam ter acesso ao programa. Talvez, a compra da cesta (mesmo que posterior) pudesse demarcar um território de pertencimento e de registro da moradia, seguindo as normas oficiadas pelo poder público.

As condições postas pelo desemprego quebravam os vínculos com os programas e colocavam os sujeitos em uma situação de pobreza não beneficiada, não atendidas pelas normas oficialmente colocadas pelo poder público.

Os entrevistados, por exemplo, utilizavam os serviços de várias instituições que atuavam no bairro Dom Almir. José Ribeiro estava, na circunstância da entrevista, se alimentando de doações de uma entidade religiosa chamada “Casa do Caminho”:

Sérgio Paulo: — quem está ajudando o senhor aqui?

José Ribeiro: — O povo mesmo, né... vem gente de quase tudo quanto é lado por aqui né, vai na Casa do Caminho e dá as coisas lá... a Isabel manda o menino aqui... “fala pro seu Juca vim cá”, ou se seu Juca não puder vim, ele manda um dos menino pegá isso ou pegá aquilo. Esses dia agora, derradeiro sábado, primeiro sábado

¹¹¹ José Ribeiro Filho. Uberlândia, 07 de maio de 2004. (Arquivo desta pesquisa; entrevista 3, fital)

agora do mês de maio, foi lá e pegou mais ou menos uns 5 kg de arroz, cheio de semente preta... aquela semente que parece carvão... pretinha... arroz quebrado, quebrado né... e aí a menina hoje falou... “ó pai tá acabano também”, eu falei Deus é que toma conta. Tem um resto de fubá aí, falei pra ela hoje, também, arruma uma mandioquinha por aí, um molhozinho pra nós, faz um angu... vamo vê né, o quê que eu vou fazê, né? ¹¹²

A qualidade do arroz doado não parecia ser melhor do que o do Pró-pão. Porém, não era comprado. Evidentemente, a condição de desempregado de José Ribeiro não lhe permitia fazer muitas escolhas. Mas, quando ainda pagava pelos produtos do programa da prefeitura, ele havia criado maneiras de utilizar os produtos considerados ruins. Segundo ele,

[...] quando eu pegava a cesta do Pró-pão eu pegava o café que vinha da cesta do Pró-pão e punha numa panela no fogo, esquentava ela um pouquinho e passava o café ali de novo... numa panela quente, mexia ele bastante né... ali um pouco no fogo... né e pegava uma baciinha de alumínio porque não tem jeito de pô na peneira... né... e pegava uma baciinha de alumínio... punha... deixava esfriar e depois guardava... é o que melhorava pra beber. ¹¹³

Maria José sabia melhorar o feijão da cesta:

[...] aí ela [Sebastiana] veio primeiro do que eu, aí ela tinha feito o Pró-pão... aí ela chegou em mim e falou: Maria, faz o Pró-pão que ébaum até procê. Aí eu peguei, fui e fiz, mas só que no inicio eu tava gostando, mas agora... eu tô quase largando de pagar o Pró-pão e comprar no armazém por conta do arroz e do feijão. Eu não vou negar pr’ocê não ponho bicarbonato no meio do feijão.

Sérgio Paulo: — É? A senhora acha que ajuda?

Maria José: — Eu ponho. Eu ponho pra cozinhar e pra poder dar uma cor. Porque não cozinha, fica um feijão cascudo, um trem

¹¹² idem.

¹¹³ idem.

mais ruim do mundo. Não sou só eu não, são muitos aqui que põe bicarbonato pra pode ajudar.¹¹⁴

No entanto, ela e Sebastiana se alimentavam da sopa distribuída por um grupo religioso denominado “*Consórcio do Bem*”.¹¹⁵ Considerando estas evidências, comprehende-se que o Pró-pão era um elemento diferenciador entre os que ainda tinham como pagar pelo benefício e os outros que estavam à mercê de doações e da boa vontade alheia, tal como José Ribeiro.

Os que não conseguiam mais pagar o Pró-pão tinham o recurso de inscreverem-se no programa de distribuição de cestas da Prefeitura. Entretanto, tratava-se de um donativo bastante concorrido. Em 2003, havia milhares de inscritos que tentavam receber uma das 350 cestas distribuídas mensalmente. No bairro Morado Nova, por exemplo, 450 famílias haviam feito a inscrição, mas, somente 105 delas foram tidas como suficientemente pobres para merecerem o donativo.¹¹⁶

Nesta ambiência, a compra do Pró-pão seria mais um elemento nos parâmetros estabelecidos pelo poder público para normatizar e qualificar uma pobreza aceitável, digna de atendimento. Os qualificados deveriam se comprometer com as regras e relutar para não cair na condição de carentes.

O apoio dado pelo Correio ao Pró-pão se fez não somente através da divulgação e da defesa do programa de governo de Paulo Ferolla. Dentro de uma concepção mais ampla que se desenvolvia contrariamente a derrocada do

¹¹⁴ Sebastiana do Carmo Santos e Maria José Pereira. Uberlândia. op. cit., 17 de abril de 2004.

¹¹⁵ Sebastiana participou da entrevista com um prato de sopa nas mãos e pediu, antes que eu ligasse o gravador, que eu registrasse o motivo dela estar lá tomando sopa: devia-se à má qualidade dos produtos do Pró-pão. MORAIS, S. P. caderno de anotações. Sem número de páginas. 2004. Arquivo da pesquisa.

¹¹⁶ As demais, ao que parecem, passaram a almoçar nas escolas dos filhos. Prefeitura suspende cesta básica no Morada Nova. *Jornal Correio*, 01/03/2003, p. B2. No ano posterior, o quantitativo de distribuição de cestas de Prefeitura saltou para 9.000, de acordo com registros do Correio. Ver.: Fome distante do zero. *Jornal Correio*, 20/03/2004, p. A7.

crescimento da cidade, as normatizações elencadas para a permissão da compra da cesta se enredavam a outros temas, e projetos que apareciam nas suas páginas.

A defesa da criação de “novas” referências para a definição de um perfil de pobre que produzisse, consumisse e habitasse legalmente na cidade se revelou, também, na apresentação de um outro programa iniciado ainda na década de 1990; tratava-se do que veio a ser posteriormente conhecido como Bolsa Escola.¹¹⁷

De acordo com o Jornal Correio, de 15 de novembro de 1995:

Encontra-se nas comissões, mesmo sendo inconstitucional, o projeto do Vereador Renato Bouças (PFL) que vai garantir uma renda mínima para famílias com filhos em situação de risco. A inconstitucionalidade ocorre porque projetos envolvendo recursos públicos não podem partir do Legislativo, e sim do Executivo. O Estatuto da Criança e do Adolescente considera em situação de risco crianças até 14 anos que não estejam sendo atendidas em seus direitos pelas políticas sociais básicas, no que se refere à integridade física, moral ou social. Renato Bouças informou que cada família receberá ajuda por um ano. O tempo poderá ser prolongado nos termos da regulamentação da lei. [...] O vereador disse que não haverá fiscalização do uso do dinheiro. [...] O artigo 2 do projeto diz: ‘Poderão ser atendidas famílias, com filhos ou dependentes, que comprovem renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos, desde que não atinja 0,5 salário mínimo por membro’. Apenas poderão receber o benefício famílias que já estejam no município há no mínimo três anos. O valor a ser recebido por cada família será calculado a partir do rendimento bruto familiar. Caberá a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social e de Planejamento a regulamentação da distribuição do benefício, fiscalizado e acompanhado pelo Conselho Municipal dos

¹¹⁷ A Bolsa Escola foi “[...] criada pela Medida Provisória 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, aprovado pelo Congresso Nacional em 27 de março e sancionado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, através da Lei 10.219, de 11 de abril de 2001” [...] “O universo de atuação da Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola foi delineado a partir da constatação de que o Brasil tem hoje cerca de dez milhões de famílias que vivem com renda de até ½ salário mínimo mensal per capita. Em conjunto, essas famílias abrigam cerca de onze milhões de crianças na faixa etária de seis a quinze anos”. Ver: <<http://www.mec.gov.br/home/bolsaesc/default.shtm>>, consultado em 12/08/2002. “Com o aumento de recursos, a Bolsa Escola poderá atender, em 2001, a praticamente todas essas crianças. O programa pretende chegar a 10,7 milhões de crianças e adolescentes de seis a quinze anos e a 5,9 milhões de famílias”. Segundo informações obtidas no site, em Uberlândia 6.789 famílias eram atendidas pelo programa Bolsa Escola (em 2002).

Direitos da Criança e do Adolescente. A maior intenção do projeto é levar de volta às escolas crianças atuantes no mercado de trabalho. Por isso será exigido dos pais o atestado de matrícula escolar. [...] Em parágrafo único do artigo 5º fica explícito: ‘O desligamento da criança ou do adolescente de sua escola acarretará a suspensão imediata do benefício’.¹¹⁸

O modelo do projeto foi copiado das cidades de Brasília, Belo Horizonte, Campinas e Ribeirão Preto, como afirmava o vereador proponente. Com exceção de Campinas,¹¹⁹ nas demais cidades havia sido implantado pelo Partido dos Trabalhadores.

Não se observa nas fontes da imprensa até onde essa origem “petista” contribuiu para firmar as primeiras críticas à garantia de tal “renda mínima”. Claras foram as referências à falta de verbas e à ineficácia da distribuição de recursos para os considerados carentes.

A Secretaria Municipal do Trabalho e de Ação Social, Niza Luz, contesta o projeto, não pela sua irregularidade. Para ela, não há como viabilizá-lo porque seria uma obra social dependente dos cofres públicos. A Secretaria informou já existir projetos semelhantes ao do vereador Bouças, tanto a nível estadual quanto federal. Porém foi implantado em Campinas e São José dos Campos. ‘Não tenho conhecimento de sua implementação em outras cidades’, diz. Niza Luz declarou que [...] ‘nenhuma prefeitura está entrando neste projeto sem saber de onde virão os recursos. Poderá ser da União e do Estado. Sem um fundo municipal, nenhum benefício como este poderá ser criado. [...] O município pode chegar a implantar um projeto igual, desde que tenha recursos, pois estamos agindo de acordo com os direitos do cidadão. Pode ser um auxílio continuado ou temporário e não deve ser visto como caridade, por ser obrigação do Estado’. A lei federal de 8 de dezembro de 1993, voltada para a Assistência Social, expõe em seu 1º capítulo, artigo 1º, que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, e, a política de Seguridade Social deve garantir ao cidadão suas necessidades básicas. A Secretaria acredita

¹¹⁸ Projeto de vereador gera polêmica. *Jornal Correio*: 15/11/1995, p. 10.

¹¹⁹ Administrada por José Roberto Magalhães Teixeira filiado no Partido da Social Democracia Brasileira em 1995, ano de implementação do programa naquele município.

ser uma forma de regulamentar o uso do dinheiro destinado a obras sociais, ‘mas o problema real, representado pelo desemprego e pelos baixos salários, não será resolvido. É uma forma de remediar a situação’. Mesmo sabendo da irregularidade constante no projeto, Bouças acredita na aprovação, por tratar de interesse da população carente.¹²⁰

A polêmica foi tema do Editorial do Correio, na edição do dia seguinte. Com o título “*Apoio aos Carentes*”, o Jornal emitiu a seguinte opinião:

Extremamente oportuna a proposta do vereador Renato Bouças (PFL) de implementação do projeto de garantia de renda mínima na cidade. [...] Uberlândia é uma cidade que experimentou nos últimos anos um índice de crescimento popular e econômico acima da média nacional, do que resultou, como reverso negativo da moeda da modernidade, um grande número de cidadãos que vivem mal, sobrevivendo com pequenos salários, residindo em condições subumanas, oferecendo à família condições nada dignas de vida. Não é preciso muito esforço para se comprovar esta realidade. As pessoas com poucos recursos materiais não estão necessariamente nas favelas fétidas que insistem em brotar na periferia. Estão muitas vezes em barracos de dois cômodos bem próximas dos centros comerciais, em colônias de pequenas casas que abrigam inúmeras famílias ao mesmo tempo. São trabalhadores desqualificados que, em função de seu despreparo, não conseguem uma colocação no mercado profissional que lhes faculte uma melhor remuneração, vendo-se, pois, na contingência de sobreviver com salários parcos que mal dão para pagar o aluguel e a cesta básica. Pensar em ter um município mais bem preparado para abrigar uma sociedade do conhecimento passa necessariamente pela melhoria das condições de vida da população. Se quisermos insistir na possibilidade de nos apresentar com uma sociedade moderna, organizada e que ofereça boa qualidade de vida a todos que aqui habitam, é mister o desenvolvimento de propostas como ora tramita na Câmara por iniciativa de Bouças. Em virtude disto é que ela deve ser discutida com o máximo de empenho pela Câmara e sua implantação estudada com carinho pela Prefeitura.¹²¹

¹²⁰ *Jornal Correio*: 15/11/1995. op. cit., p. 10.

¹²¹ Editorial. Opinião. Apoio aos Carentes. *Jornal Correio*. 16/11/1995, p. 6.

Tem-se aqui uma sinalização da mudança nas concepções do Jornal sobre a pobreza. De acordo com o editorial, o Correio concordava com o poder público no que se referia a opção em beneficiar os que trabalhavam, recebiam salários baixos e moravam em locais que não eram propriamente “*favelas fétidas*”.

Esta percepção, de um modo geral, combinou com as expectativas de “*crescimento popular e econômico acima da média nacional*” que a cidade havia “*experimentado nos últimos anos*”. Possivelmente, também, se interligou com o ânimo de melhorar “*as condições de vida da população*” para que Uberlândia pudesse melhor se “*apresentar com uma sociedade moderna, organizada e que oferece[sse] boa qualidade de vida a todos que [nela] habita[vajm]*”.¹²²

De qualquer modo, estes âmbitos coincidiram com a diminuição do termo “fome” dos artigos, editoriais, e reportagens do Jornal Correio. Como discutido, até então, mesmo sob a perspectiva de aumento de consumo, de um crédito acentuando no controle da inflação, entre outras sensações publicitárias trazidas pelo Plano Real,¹²³ a vida de milhares de pessoas que viviam em Uberlândia continuava absorvida em maneiras de conseguir alimentos, moradia, e em outras necessidades básicas de sobrevivência.

O quadro de aplicação ou das políticas de benefícios aos carentes, neste aspecto, não se polarizou somente em questões de cunho econômico ou social. O repasse de certo quantitativo monetário às famílias que cumpririam as exigências iniciou em meio a uma ambiência mais “antiga” que voltou a emergir vigorosamente nos anos finais da década de 1990.

No ínterim entre a desmobilização das ações de combate à fome e a implantação de programas sociais tem-se, nas edições do jornal Correio, a volta das

¹²² idem.

¹²³ Entre outros, ver: Publicidade. *Jornal Correio*, 4/07/1996. op. cit., p. 7.

temáticas da mendicância, dos meninos de rua, das esmolas, das ações de filantropia de donas de casa, de grupos religiosos e de voluntários.

Porém, mudanças culturais tiveram locução ampliada nas elaborações sobre a pobreza na cidade; o próximo capítulo se encarregou de algumas destas transformações.

Capítulo 3

Pertencimento e Enunciação da Pobreza na Vida Urbana

Quais trajetórias históricas foram possíveis aos pobres que tiveram uma “*posição social reconhecida*” em uma cidade que, por muitos anos, negou a existência da pobreza? Mesmo integrados a circuitos da vida urbana, em espaços físicos compartilhados, pesariam sobre eles significações de “*natureza ambígua e duvidosa*”?¹

Estes questionamentos buscaram recompor as dinâmicas que (re)construíram relações de empobrecimento da/na cidade, a partir de experiências de diversos sujeitos sociais em “territórios” constituídos por eles mesmos, ou estabelecidos para que eles se alojassem em determinadas regiões urbanas.

Meu olhar sobre essas regiões apoiou-se nas perspectivas apontadas por Raquel Rolnik ao refletir sobre a cidade; com essa autora, pensei as regiões como

¹ As noções de “cidadania”, de “pertencimento” e de “localização social” dialogam com as discutidas pelo antropólogo Antônio Arantes, em: ARANTES, Antônio Augusto. *Desigualdade e Diferença*. In: **Paisagens Paulistanas. Transformações do Espaço Público**. Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000. pp.132-133.

“espaços vividos”, como “*um espaço não só geográfico delimitado, mas um espaço apropriado e constituído por relações sociais*”.²

Em Uberlândia estes “*territórios populares*” foram se construindo no interior e ao redor de bairros periféricos: formados por processos de desfavelamento ou por ocupações dos moradores. Sobre eles incidiram diferentes significações e interferências feitas por pessoas e entidades externas a eles, que os compreendiam e os tratavam de diferentes modos.

Nos recentes conflitos por moradia em Uberlândia,³ por exemplo, o Jornal Correio relatou que o atraso do despejo das quatrocentas famílias que estavam no final de dezembro de 2002 no Morumbi havia ocorrido tão somente pelo acúmulo de processos do Fórum de Uberlândia.⁴

Outras duzentas e vinte famílias que estavam desocupando o Taiaman, em março de 2004 tinham destino incerto, apenas doze poderiam ir para o albergue municipal. As demais, de acordo com o Jornal, deveriam cumprir as regras de cadastramento para programas de acesso a loteamentos.

Todas as famílias do Taiaman foram notificadas e terão um prazo de 45 dias para fazer inscrição em programas de lotes. Para conseguir o credenciamento é necessário atender alguns critérios, tais como residir em Uberlândia há pelo menos três anos, ter o título de eleitor no Município e não ser dono de nenhum imóvel. Também não pode ser solteiro nem ter renda familiar superior a três salários mínimos.⁵

² ROLNIK, Raquel. *Lei e política: a construção dos territórios urbanos*. Revista Projeto História: Espaço e Cultura. n.º 18, SP. EDUC/ Fapesp, maio. 1999. p. 137.

³ Os quais levaram a ocupação de lotes nos bairros Morumbi (2002). FERNADES, Arthur. Justiça não notifica famílias de sem-teto. *Jornal Correio*: 31/12/2002. p. B3 e Taiaman (2004). TORRES, Wallace. Sem-teto iniciam desocupação no bairro Taiaman. *Jornal Correio*: 06/03/2004. p.A7. POPÓ, Pedro e MOREIRA, Gustavo. SEM-TETO. PM retira 80 famílias do Taiaman. Confronto entre PM e Posseiros deixou 4 feridos; casas foram derrubadas. *Jornal Correio*: 26/06/2004. p. B3.

⁴ idem.

⁵ Em vigor durante a segunda administração de Zaire Rezende (PMDB). *Jornal Correio*: 06/03/2004. op. cit. p.A7.

Até os anos iniciais da década de 1990, os textos do Jornal Correio comumente mostravam e analisavam as presenças de pobres como um elemento degradante e corrosivo do “progresso”, o qual tinha uma força simbólica de “antipobreza”. No centro destas apreciações estavam mendigos e migrantes que circulavam pela cidade.

A cidade modelo, sem crises financeiras, no auge do progresso, por ter essa imagem na região e em outros estados, recebe a cada dia centenas de pessoas que chegam à procura de uma vida melhor. Mas a Uberlândia dos cartões postais esconde outra face, ou melhor, mostra hoje sua realidade. Não é preciso andar muito pelas ruas para encontrar mendigos a esmolar pelas calçadas e portas das Igrejas na mais absoluta miséria. A maioria não tem para onde ir e dorme à revelia. [...] O problema tem se agravado e já incomoda proprietários de residências e pessoas que todo o dia precisam estar no centro da cidade. Os pedintes têm se abrigado em casas fechadas temporariamente. A situação é complicada e muitas vezes termina na polícia. [...] O Comandante do 17º Batalhão de Polícia Militar, Tenente Coronel Carlos Alberto Pedroso explicou: ‘as denúncias que recebemos são verificadas com cuidado. Só após constatar o fato, entramos em ação, porque temos que conferir quem está no imóvel por motivos de segurança. A pessoa que se apossa de uma casa que não é dela está errada’. [...] Carlos Alberto disse também que a situação é muito delicada, mas lembrou ainda que existem pedintes praticando falsa mendicância. São pessoas que embora tenham posses, inclusive moradias, vivem de pedir esmola.⁶

Muitos dos membros da Secretaria Municipal do Trabalho e de Assistência Social, em períodos distintos, em situações diversas, foram até a cidade de Campinas, no estado de São Paulo, para reivindicar a interrupção do envio de pessoas no chamado *vagão dos indigentes*.⁷

⁶ Uberlândia esconde uma face diferente dos cartões postais. *Jornal Correio do Triângulo*: 05/04/1992, p.9.

⁷ Niza vai a Campinas debater questão do envio de migrantes. *Jornal Correio do Triângulo*: 09/04/1992, p. C1.

Dentre as ações neste campo “diplomático”, a Prefeitura de Uberlândia conseguiu por vezes a interrupção da linha de passageiros vindos de outras regiões,⁸ e por diversas outras esta foi reiniciada. Todos estes esforços foram acompanhados pelo jornal, que tomava partido no sentido da desativação da rota.⁹

Debates sobre trabalho e mendicância representaram uma tendência corriqueira nos jornalismo impresso dos últimos anos da década de 1980 e nos anos iniciais de 1990. Falsas feridas; referências a proprietários de casas, de automóveis, de fazendas que esmolavam pelas ruas; a existência de pessoas que utilizavam o dinheiro recebido para comprar bebidas, cigarros; aluguel de crianças para pedintes; entre outros, eram contra-argumentos que acompanhavam narrativas e práticas de um inconformismo manifestado por diversos grupos sociais em relação ao recebimento de donativos sem a realização de trabalho.¹⁰

Encontram-se também páginas inteiras dedicadas a notícias que relatavam as trajetórias de mães famintas que decidiam ir a delegacia prestar queixa de maridos que não se dispunham a encontrar trabalho, ou não repassavam o dinheiro para a compra de alimentos.

As denúncias, quando apresentadas no Jornal Correio, eram cercadas de termos que demonstravam os constrangimentos dos entrevistados ao admitir que as

⁸ Como ocorrido em novembro de 1992. Trem deixa de passar por Uberlândia. *Jornal Correio do Triângulo*: 24/11/1992, p. 9.

⁹ “[...] Durante os últimos vinte dias tornou-se diárias as viagens entre Campinas e Uberlândia”. Ver: Linha de trem aumenta a vinda de imigrantes para a cidade. *Jornal Correio*. 08/12/1995, p.1. Outras evidências em: Número de migrantes volta a assustar a Prefeitura Municipal de Uberlândia. *Jornal Correio do Triângulo*: 02/04/1996, p.1. Vale ressaltar que o terminal rodoviário era uma outra constante “via de entrada” de migrantes indesejados. Nele a Prefeitura montou um serviço de “auxílio” aos “migrantes” — entendido como um órgão de imediata “expedição” de “indigentes” para outras cidades brasileiras. Ver entre outros: Praça da Rodoviária abriga os “sem-teto” da cidade. *Jornal Correio*. 05/11/1995, p.12.

¹⁰ Ver exemplos de algumas destas concepções nas justificativas dos eventos que levaram Maria Lúcia da Silva à prisão. Em: Presa mulher que forçava os filhos a pedir esmolas. *Jornal Correio do Triângulo*: 24/08/1994, p.1.

famílias passavam fome e que as mães ou filhos eram obrigados a pedir comida nas ruas.¹¹

[...] Envergonhada pela privação que estava passando, Eleusa Delfina Figueira, 27 anos, ruborizou o rosto e tomou coragem: ‘Doutora, estou passando fome com minhas crianças. Meu marido me deixou’. A delegada Adriana Couto Ladeira penalizou-se da mulher e mandou intimar o marido, Valdivino Rosalino de Souza, 28 anos, para comparecer a delegacia no dia 21. Para a mulher abandonada foi muito difícil tomar a iniciativa, primeiro pelo medo de apanhar e depois pela vergonha de ter que confessar que há vários dias todos estão sem comer. Eleusa contou [...] que nos últimos dias, a fome apertou e ela se cansou de pedir comida nas ruas e agora quer que o marido dê comida aos filhos.¹¹

Nestes âmbitos, as atribuições do trabalhar em contraposição ao esmolar, ou viver de doações, tiveram um significado positivo: deveria ser realizado pelos que tinham saúde para fazê-lo.

Entre algumas opiniões, o Jornal registrou a percepção de um “operário” sobre um grupo de mendigos que estava alojado na “Praça da Prefeitura”:

Eu passo por aqui todos os dias e tenho notado a presença de pessoas que estão se aproveitando dessa família para pedir. Por exemplo, há uma senhora com filhos adolescentes que se junta à família e vem para cá pedir. Só que não precisam disso. Aliás, todos aqui têm bastante saúde e podem trabalhar, revelou Luiz Henrique da Silva, 24 anos.¹²

A questão da saúde parecia mediar opiniões sobre as possibilidades de sobrevivência por esmolas e de permanência temporária na cidade. A queda de um telhado, a cegueira, a deficiência mental eram sinais ou motivos justificáveis para a permanência dos “verdadeiros” mendigos.

¹¹ Mãe faminta cria coragem e denuncia marido. *Jornal Correio do Triângulo*: 16/12/1993, p. 12.

¹² Praça da Câmara serve de moradia para migrantes. *Jornal Correio do Triângulo*: 02/06/1992, p. C1.

Sem dinheiro, trabalho, analfabeto e com 47 anos de idade, o pedreiro Luiz de Castro deixou a cidade de Montes Claros e veio para Uberlândia. ‘Tenho um braço imobilizado desde que caí de uma construção. [...] Fui assaltado perto da estação ferroviária e ninguém me ajudou. Percorri tudo que é órgão público. Atualmente peço esmola, não tem sobrado nada [...].¹³

A imprensa trabalhou constantemente com determinados parâmetros com a intenção de pautar o que seria legítimo e o que seria inconveniente à normalidade das relações sociais, no que se referia aos “forasteiros”.

Entre diferentes elementos utilizados para caracterizá-los como impertinentes, aferem-se produções sobre vidas “*literalmente improvisadas*”,¹⁴ condição que aludia a uma presença física itinerante, de não pertencimento à cidade.

Segundo matéria do Jornal Correio do Triângulo, de junho de 1992,

O trabalhador rural Sebastião Romualdo Batista, 21 anos, disse que trabalhava no estado de Goiás como bôia-fria, mas os serviços nas lavouras ficaram escassos. Então decidiu migrar com a mulher Cristina Ferreira, 19 anos, os filhos João Neto Ferreira Batista, 2 anos e meio, a filha Andréa, 8 meses e a cunhada Dailsa Maria de Jesus, 14 anos. De acordo com Sebastião, a família está na cidade há 26 dias, mas até agora nada conseguiu. Eles passam o dia inteiro na praça, pedindo o que comer [...].¹⁵

Segundo Paulo Roberto de Almeida, eles (faziam ou) fazem parte “*apenas das inúmeras estatísticas dos ‘sem’: sem teto, sem terra, sem emprego*”.¹⁶ A situação, porém, tomava outros contornos quando resolviam permanecer em

¹³ Cidade entra em uma fase preocupante. *Jornal Correio do Triângulo*: 05/04/1992, p. 9.

¹⁴ Ver ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Encantos e desencanto da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres em Uberlândia — 1970-2000*. In. FENELON, Déa Ribeiro. 2004. op. cit. pp.139-154.

¹⁵ *Jornal Correio do Triângulo*: 02/06/1992, op. cit. p.C1.

¹⁶ ALMEIDA, P. R. op. cit. p. 146.

Uberlândia. O próprio Sebastião Romualdo Batista mostrava-se determinado em sair da praça, ou das “*estatísticas dos sem*”, para efetivamente “viver” na cidade.

O banho das crianças e dos adultos é no próprio banheiro da praça ou ‘onde der para se lavar’. Sebastião comentou que sabe fazer todo o tipo de serviço em lavoura e se arranjar, trabalha de pedreiro e de servente. ‘Ainda não apareceu, mas assim mesmo está bom, temos ganhado comida, estamos levando a vida, decidimos e vamos permanecer morando em Uberlândia.¹⁷

Porém, os “territórios” que se constituíam como moradias dos que optavam por tentar se estabelecer foram por muito tempo considerados como áreas “improvisadas” de vida que não garantiam o reconhecimento da condição de pertencentes à cidade. Em 1982, onze anos antes da formação dos “comitês Contra a Fome”, lia-se no Primeira Hora:

[...] a favela é o maior problema encontrado pela Prefeitura Municipal no sentido de regularizar o saneamento básico urbano. Em Uberlândia há várias, e, a tendência é aumentar. A maioria dos barracos não tem luz, água nem saneamento básico uma vez que a própria defecação é feita nos quintais, em fossas ou até na terra”. [...] “A maioria das pessoa que moram em favelas trouxeram suas famílias, crianças, rapazes, mulheres. As crianças não tem meios de estudarem. A escola quando gratuita é longe, quando paga é perto, mas o pouco dinheiro que ganham não dá para matriculá-las. Alguns desses moradores moram há dez, quinze anos na favela. Acostumaram e não conseguem mais sair. Não há perspectiva de vida”. [...] “A avenida Rondon Pacheco é um desses palcos, porque é uma avenida extensa e a sua margem não tem tanta moradia. A Rondon vive hoje histórias engraçadas, sofridas que mostram o verdadeiro perfil de uma cidade grande como Uberlândia a beira de seus 320 mil habitantes.¹⁸

Em 1984, o quadro persistia:

¹⁷ Jornal Correio do Triângulo: 02/06/1992, op. cit. p.C1.

¹⁸ Favelas: Contradições do crescimento urbano. Jornal Primeira Hora: 17/10/1982 p. 3.

há cerca de três anos, começou a formar-se no final da Avenida Rondon Pacheco uma favela. Com o passar do tempo, foi aumentando o número de favelados ali reunidos e hoje são eles próprios a dizerem que ‘cada dia aumenta um barraco’. Eles não pagam luz, aluguel, água, nem impostos, mas segundo dizem ‘a vida aqui é um inferno’. A consciência de que moram em terreno alheio e de que a qualquer movimento terá de abandoná-lo, sem ter para onde ir é uma constante em todas as declarações. Vindos de todos os lados, mas na maioria do vizinho Goiás, os favelados chegam a Uberlândia na expectativa de dias melhores, que nunca chegam.¹⁹

Não pagar “*luz, aluguel, água, impostos*”; deixar os filhos faltarem à aula (ou mesmo tirá-los da escola); “*morar num terreno alheio*”, utilizar água de qualidade duvidosa.²⁰ Na perspectiva da imprensa local, morar em favelas induzia a práticas que se distanciam de uma normalidade esperada (do ponto de vista da manutenção de regras socialmente constituídas e reconhecidas).

Dos favelados da Rondon Pacheco (1984) aos ocupantes do Taiamam (2004), poucas transformações ocorreram no modo de apresentar e de propor resoluções ao problema da moradia para os pobres.

Na administração Zaire Rezende foi iniciado um processo de transferência dos moradores para áreas “mais apropriadas”. O processo ficou conhecido como desfavelamento, e foi “continuado” pelas administrações seguintes.

Sobre o tema, o Jornal Primeira Hora fez as seguintes apresentações:

mais de noventa famílias estão sendo transferidas de áreas de favelas da cidade para o bairro Pacaembu, em prosseguimento ao trabalho de desfavelamento empreendido pela administração Zaire Rezende, através da divisão de Habitação Popular da Secretaria

¹⁹ Cada dia aumenta um barraco nas favelas de Uberlândia. *Jornal Primeira Hora*: 28/04/1984. p. 1.

²⁰ “Um problema grave constatado pela reportagem do Primeira Hora foi em relação à qualidade de água que aquelas pessoas consomem. As cisternas geralmente são cavadas muito próximas às fossas sanitárias e geralmente não são tampadas. A água assim obtida é turva e nota-se a presença de larvas de mosquitos nela”. idem.

Municipal de Trabalho e Ação Social. [...] Segundo o engenheiro Marcos Bicalho Pinto Rodrigues, gerente da divisão de Habitação Popular [...] a favela da Fepasa é a quarta etapa do trabalho de desfavelamento de sua divisão. As outras foram Uberabinha, Avenida Rondon Pacheco e Jardim Metrópole. O processo de transferência acompanhou a mesma forma utilizada para os ex-favelados das margens do rio Uberabinha. Tudo foi discutido com os moradores, desde a escolha do local, eleição da comissão de representantes e da definição das formas de pagamento.²¹

A transferência significava a aceitação de um contrato com regras bastante rígidas, no qual a Prefeitura “[faria] a ligação da água, [forneceria] caminhão e ajudante para mudança”. Na prática, retiravam “o barraco da favela, [instalavam] no fundo do terreno adquirido do novo bairro”. Os moradores receberiam o “material e orientação técnica para a construção de dois cômodos na frente do barraco antigo”, e pagariam:

Conforme afirmação de Marcos Bicalho de forma igual aos moradores do Uberabinha e da favela da Rondon. O material vendido pela Prefeitura é CZ\$10 mil, e esta recebe CZ\$5.200,00 por ele. O preço do terreno também é subsidiado, com o beneficiado pagando 25% do preço que estiver avaliado.²²

De acordo como os seguintes termos:

[...] o beneficiado terá seu débito quitado quando: a soma dos valores pagos atingir o valor devido inicialmente, sem juros, e quando, sem atrasar nenhuma mensalidade, completar sessenta prestações (cinco anos) ininterruptas. (Aqui cabe um parêntese: a prestação só é reajustada quando o salário do beneficiado sofrer aumento). Uma vez quitadas as prestações, o comprador tira imediatamente a escritura definitiva. Pelo documento, entretanto, o compromissário fica impossibilitado de vender, alienar, transferir, ou doar o terreno antes que se completem cinco anos a contar da data da escritura definitiva, e sem expressa autorização da

²¹ Mais de noventa famílias transferidas de favela. *Jornal Primeira Hora*: 12/04/1986. p. 1.

²² Apenas a morte do beneficiário concedia a família o fim da obrigatoriedade do contrato, e fazia com que “imediatamente se tomasse posse do imóvel”. idem.

Secretaria de Trabalho e Ação Social e da EMCOP - Empresa Municipal de Urbanização e Construções Populares²³, que também, participa do processo de desfavelamento da cidade.²³

Por mais que o Jornal Primeira Hora buscasse entusiasmo nas narrativas de moradores que estavam em fase de transferência, persistiam incertezas e preocupações sobre o modo como as vidas de muitos se reorganizariam.

Walter Manuel dos Reis trabalha com serviços gerais e ganha salário mínimo. É amásio de Iracema Ferreira da Silva, mãe de dois filhos. Pagando prestação de CZ\$50,00 mensais ele vai morar no Pacaembu num terreno bem maior do que o da favela “e com uma vantagem, ressalta ele, é coisa da gente mesmo”. Ele não terá condições de construir imediatamente uma casa de alvenaria, mas vai morar provisoriamente no barraco velho da favela, que transferiu para o novo bairro. [...] Dona Maria Aparecida Silva, quarenta e um anos, tem uma preocupação a mais: suas plantas e a escola das crianças. Com o marido doente, mãe de sete filhos ela vê dificuldades em conseguir transferência dos filhos para escolas próximas ao Pacaembu no meio do ano letivo.²⁴

Em muitos momentos, as incertezas se transformaram em conflitos diretos entre beneficiários e agentes da administração municipal.

[...] A Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social desenvolveu o Programa “Pró-Morar”, onde construiu o núcleo habitacional Boa Esperança, cuja finalidade é alojar as famílias a serem removidas não só das margens do Uberabinha, mas também de outras áreas onde viviam como invasoras.²⁵

A tônica havia mudado. Os beneficiários se transformaram em favelados e invasores, e a apresentação do programa, por parte do Primeira Hora, deixava a

²³ idem.

²⁴ *Jornal Primeira Hora*: 12/04/1986. op. cit. p. 1.

²⁵ Favelados do Uberabinha não querem ser transferidos. *Jornal Primeira Hora*: 20/08/1986. p. 9.

entender que os moradores estavam ganhando um novo terreno e condições de moradia:

As famílias que habitavam as margens do Uberabinha, em 1984, num total de 130, foram chamadas ao acordo proposto pela municipalidade, onde em troca de deixarem as antigas moradas recebiam um terreno no bairro Boa Esperança, material suficiente para construção de uma casa com dois quartos, cozinha, banheiro e a escritura definitiva do imóvel.²⁶

Os argumentos do morador Urias Pereira expressam as quebras de outras relações “econômicas” e sociais que mantinha nas proximidades de sua antiga moradia.

Eu não aceito ir para o bairro Boa Esperança, lá não tem condições da gente morar. Eu sou velho e tenho aqui minha chacrinha de onde eu tiro o sustento para mim, para minha esposa e duas netinhas que eu tenho. Eu sou aposentado, mas o dinheirinho da aposentadoria não dá nem para o café. Se eu for para aquele local, não vai ter jeito de trabalhar, pois é aqui que tenho a minha chacrinha. Além disso, lá não dá para plantar nada, porque o terreno é pequeno e é só areia.²⁷

Para pessoas como Urias, a Prefeitura fez uso da legislação e do trabalho policial, prejudicando os moradores.

[...] As tentativas prosseguiram até junho deste ano, quando já naeminência de que, fatalmente, não chegariam a um acordo com os favelados, a Prefeitura, através da Procuradoria Municipal ingressou na justiça propondo uma ação de “Reintegração de Posse”, da área ocupada pelas dez famílias, para que fosse iniciada a execução das obras de uma avenida e de uma área verde que a Prefeitura pretende construir naquele local. As ações foram distribuídas nas quatro Varas Civis da Comarca de Uberlândia. [...] Nesta semana, o juiz titular da Segunda Vara concluiu seu julgamento concedendo liminar, dando ganho de causa a

²⁶ idem.

²⁷ *Jornal Primeira Hora*: 12/04/1986. op. cit. p. 1.

Municipalidade; no dia de ontem, mandou executar ações de despejo de famílias que ocupavam ilegalmente a área, baseando-se no princípio de que contra o Poder Público não prescreve o direito de posse, ainda que ocupada por outrem e por longo período, mesmo que este tenha ali implantado alguma benfeitoria.²⁸

Porém, a lei não foi somente utilizada pela “*Municipalidade*”. Divina Xavier de Castro experimentou a transferência da beira do rio Uberabinha para o bairro Esperança. Em 1989, após o falecimento da mãe e a perda do emprego – em um “depósito de uma granja no bairro Jaraguá” – foi despejada de sua casa.²⁹ Após dois anos, Divina Xavier construiu um barraco na calçada daquela residência. Esta atitude foi acompanhada de um processo judicial contra a Prefeitura, que ela explicou da seguinte forma no Jornal Correio, em uma seção destinada aos leitores: “*quero o pagamento da casa do rio Uberabinha ou a EMCOP me dá outra casa*”.

Segundo relatado no Correio:

[...] ‘agora não tenho como trabalhar. Não posso deixar minhas coisas nesse barraco sem nenhuma segurança, e ainda tenho que cuidar do meu neto. Lavo roupa no córrego do Buriti, alguns vizinhos me ajudam, me dão comida, mas outros me humilham muito. Meus filhos trabalham, mas ganham muito pouco e estão ficando na rua como mendigos, porque o barraco é muito pequeno e não cabem eles’, diz indignada.³⁰

Nos anos de 1990, o esgotamento do programa de desfavelamento da Administração Zaire Rezende, assim como o da administração posterior, ficou evidente. Porém, deve ser ressaltado que a moradia dos pobres pesava nas disputas políticas do jogo eleitoral.

²⁸ idem.

²⁹ Cidade Reclama. *Jornal Correio do Triângulo*: 09/07/1991. p.10.

³⁰ idem.

A coligação vencedora das eleições de 1988, composta pelos partidos PDS e PDT, articulou no período de campanha eleitoral uma ficha intitulada “*pesquisa da casa própria*”.³¹ Nela constavam informações sobre o entrevistado, tal como endereço, data de nascimento, profissão, local de trabalho, estado civil, número da carteira de identidade e do cadastro de pessoa física, nome do cônjuge, tipo de moradia, número de dependentes (maiores e menores de idade) e acrescentava algumas perguntas como: tempo de residência em Uberlândia e inscrições em outros programas de obtenção de moradia.

O Jornal Primeira Hora combateu duramente a iniciativa daqueles partidos que estavam “*fazendo inscrições para uma pretensa aquisição da casa própria*”, fato que rendeu àquela coligação um processo na Justiça Eleitoral.

As funcionárias deste jornal Alzira de Campos Silva e Margareth Souza estiveram lá, se inscreveram, e contaram o prometido: ‘uma casa própria ainda sem local definido, sem valor e sem características específicas’. Depois a ficha foi guardada dentro da camisa do funcionário do comitê, retratando um sigilo.³²

Na eleição seguinte, os grupos opositores a Zaire Rezende venceram as eleições³³ e as ações de despejo continuaram a ocorrer em outros governos. No natal de 1994, cinco das trinta e três famílias que ocupavam lotes em um bairro localizado

³¹ MDU muda de tática para burlar justiça eleitoral. *Jornal Primeira Hora*: 01/10/1988. p. 1.

³² idem.

³³ “Em termos estruturais, ou seja, em termos de melhoria da qualidade de vida dos moradores, os avanços da gestão do prefeito Zaire Rezende foram tímidos (para não dizer insignificantes) diante da situação de desigualdade social que se impunha sobre a maioria da população de Uberlândia. Não há como negar, todavia, que ocorreram avanços no sentido de suscitar entre os seus habitantes o desejo de participar e opinar sobre as ações político-administrativas. Não obstante, certamente, aquela administração não teria sido tão marcante se, em 1989, o ex-prefeito Virgílio Galassi (um dos maiores expoentes políticos dos setores conservadores de Uberlândia) não tivesse sido reeleito pela terceira vez, e o grupo, do qual ele era um dos maiores representantes, não tivesse permanecido à frente da administração municipal durante mais doze anos seguidos (1989-2000).” JESUS, Wilma., 2002. op. cit (Introdução) p. 6

na periferia da cidade foram expulsas de suas casas pela prefeitura e passaram a “*morar de favor em uma única casa no bairro Valle*”.³⁴

No mesmo dia em que os despejados apareceram nas páginas finais do Correio, a manchete trouxe informações sobre uma enchente ocorrida durante os festejos natalinos. “*A água subiu mais de um metro e levou na correnteza roupas, utensílios domésticos, criações, além de estragarem os móveis*” de muitos que viviam nas proximidades do rio Uberabinha.³⁵

Alguns meses após a “enchente natalina” um vendaval arrasou casebres no bairro Ipanema. Na ocasião, a defesa civil distribuiu, após uma triagem, com alguns materiais para reconstrução das casas e cestas básicas aos desabrigados.

De acordo com a edição de 4 de março de 1995:

Foram entregues 19.500 tijolos, 1.300 telhas e 300 sacos de cimento. ‘Fizemos um levantamento completo e, com exceção daquelas famílias que tinham condições de reconstruir, todas foram atendidas pela defesa civil’, afirmou a secretária de Trabalho e Ação Social, Niza Luz.³⁶

Excetuando, talvez, o episódio do vendaval, a enchente do Uberabinha e os despejos de ocupantes de lotes urbanos poderiam significar o aumento do número de favelados, ou de ocupações na cidade.

Em fevereiro de 1996, várias famílias foram expulsas da favela do Anel Viário. Para evitar outras ocupações, a prefeitura ordenou a queima dos barracos. Além, disso:

A encarregada de atividades emergenciais da Secretaria de Trabalho e Ação Social, Divina Alice Gonçalves Viana, informou

³⁴ A vida dos despejados do Taiamam. *Jornal Correio do Triângulo*: 27/12/1994, p.8.

³⁵ Natal com enchente no Uberabinha. *Jornal Correio do Triângulo*: 27/12/1994, p. 1.

³⁶ Vítimas de vendaval recebem materiais. *Jornal Correio do Triângulo*: 4/03/1995, p. 1.

que cerca de 20 famílias retiradas das favelas da cidade foram encaminhadas aos municípios de origem, sendo grande parte de Jaíba, norte de Minas Gerais. ‘Segundo os motoristas que transportavam as mudanças, a maioria possuía imóvel’. Divina Alice revelou também que o processo de despejo vai continuar e lembrou os requisitos necessários para o favelado ser assentado em Uberlândia; ‘a família precisa residir aqui há mais de três anos, comprovados em documentos; a prioridade é para as famílias mais numerosas e aquelas com pessoas portadoras de deficiência e que possuam renda máxima de dois salários mínimos, caso contrário não tem jeito’.³⁷

Em agosto daquele ano, cento e setenta lotes foram entregues aos que cumpriram as normas do processo de desfavelamento.

Cerca de 170 famílias cadastradas na Secretaria Municipal de Habitação vão receber lotes urbanizados nos bairros São Gabriel e Canaã. De acordo com o titular da pasta, Lione Tannús Gargalhone, o objetivo do programa é beneficiar a população de baixa renda com lotes financiados até 96 meses, com prestações baixas e valor que varia conforme o local – entre R\$ 8,00 e R\$ 32,00. Gargalhone ressaltou que, até o final do ano, espera distribuir mais de 700 terrenos urbanizados. Para receber a área, a família passa por uma triagem que avalia, entre outras coisas, a condição financeira, valor da renda familiar e o tempo que reside na cidade. O secretário comentou que o aumento da mensalidade acompanha o salário mínimo. ‘Depois que as pessoas passam para dentro dos lotes, elas ainda têm um prazo de 60 dias para começar a pagar as prestações. Este tempo é dado para que possam se instalar melhor e [...] vão providenciando o hidrômetro e o padrão’.³⁸

No bojo da recomposição de modos de conceber e praticar ações de benefício aos pobres, implementado após a queda do presidente Fernando Collor de Mello, se consolidou o programa de habitação popular de Paulo Ferolla, sucessor de Virgílio Galassi. Tal como os anteriores, o processo de formalização de regras para a

³⁷ Desfavelamento causa polêmica. *Jornal Correio*. 27/02/1996, p. 9.

³⁸ Mais de 170 lotes serão entregues. Objetivo é beneficiar população de baixa renda na cidade. *Jornal Correio*. 3/08/1996, p. 9.

obtenção das moradias se constituiu em conjunto com a radicalização dos despejos.³⁹

Mas os problemas em relação à moradia dos pobres ainda estavam longe de serem resolvidos. A dissertação “*Pelo direito à cidade: experiência e luta dos ocupantes de terra do Bairro D. Almir Uberlândia (1990-2000)*”, de Rosângela Petuba, mostrou como a organização coletiva de **moradores**, as formas políticas de negociação com o poder público e modos encontrados para adquirir alimentos, remédios e transporte redimensionaram os conflitos assinalados tanto no campo intelectual, teórico-histográfico, quanto na reconstituição do terreno da luta política.

Segundo Rosângela:

Ao se colocarem em movimento, exigindo os seus direitos e questionando a ordem vigente na cidade, os moradores acampados do Bairro Dom Almir viram-se diante de práticas de exclusão, que, para eles, em muitos momentos, foram percebidas e sentidas como atitudes de discriminação. Porém ao se observar a maneira pela qual a existência dessas práticas foi viabilizada, verificar-se-á, na sua origem, uma elaborada política de segregação social dos trabalhadores considerados excedentes na cidade. Estender a eles a qualidade de vida e moradia tão desejada seria admitir que a cidade também devia ser feita para eles e, assim, legitimar a sua luta política. O descaso do poder público Municipal é muito mais do que uma incompetência administrativa – embora esta possibilidade não possa ser descartada –, mas ele diz respeito a uma concepção política sobre a cidade e para quem ela é feita. O descaso é exclusão a expressar-se em atitudes que dificultam, negam e inviabilizam, de forma sistemática, ora sutil e dissimulada ora desavergonhadamente explícita, o direito à cidade para os trabalhadores pobres e – de acordo com as normas do mercado capitalista – desqualificados profissionalmente. Por outro lado, na

³⁹ “Desde 1997, a Prefeitura Municipal lançou o Programa Habitacional PRÓ-LAR (programa de construção de moradias populares), em convênio com a Caixa Econômica Federal, que tem como objetivo facilitar o financiamento para compra de lotes urbanizados em regiões possuidoras de infra-estrutura, para famílias com renda mensal de 1 (um) a 3 (três) salários mínimos. Esse programa possibilitou também financiar a compra de kit's de materiais para reformas, ampliações e construção de casa própria, com prazo de pagamento de até 10 anos”. Banco de Dados Integrados de Uberlândia. Documento produzido pela: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, volume 3. 2005. p. 6.

luta cotidiana de seus moradores, pela posse legal dos lotes, pela implantação de infra-estrutura e dos equipamentos sociais básicos, subjaz uma luta de valores, na qual o que está em disputa é, fundamentalmente, o direito à cidade e a tudo o que ela representa em termos de conforto e perspectiva de vida para esses trabalhadores. Nas falas, que trazem à tona o dia-a-dia dos barracos e as demandas coletivas e/ou individuais surgidas a partir desse referencial, vão se delineando os valores e as representações do que é viver de forma digna na cidade, pois é na banalidade das ações que se julgam, aparentemente, normais e cotidianas que para o historiador, surgem a complexidade e a resistência.⁴⁰

Para a compreensão das produções sobre os territórios da pobreza, que se popularizam com mais vigor nos dias de hoje em Uberlândia, a discussão sobre “*para quem a cidade é feita*”⁴¹ tornou-se um ponto de grande relevância. Petuba tratou deste tema a partir de uma lógica de invisibilidades impostas aos conflitos que cercavam o morar e o como morar na cidade.

Segundo Rosângela Petuba, o Jornal Correio traçou modos de descaracterização das ações e das “*soluções coletivas*” dos moradores transformando-as em mazelas individuais, o que despolitizava as demandas coletivas.⁴²

Pode parecer desconfiança de historiadora com a imprensa, o que não seria de todo infantil num país onde a história da maioria dos

⁴⁰ PETUBA, Rosângela M.^a Silva. PELO DIREITO À CIDADE: EXPERIÊNCIA E LUTA DOS TRABALHADORES OCUPANTES DE TERRA DO BAIRRO DOM ALMIR – UBERLÂNDIA - 1990-2000. Programa de Pós-Graduação em História Social. Dissertação de Mestrado, Uberlândia. UFU, 2001. p. 71-72. Sobre a referência ao jornal: GUARANYS, Ana. Muito calor, pouca água e pouco lazer. *Jornal Correio do Triângulo*: 24/11/1991. p.1. Sobre o entrevistado Sebastião: Entrevista concedida por Sebastião Corrêa Mendonça, 58 anos, viúvo, funcionário público municipal. Uberlândia:maio de 1999.

⁴¹ Ou “pertencimento”, conforme discutido em: ARANTES, Antônio A. op. cit. p. 133.

⁴² Rosângela Petuba apontou e discutiu a questão do “coletivo” por intermédio do que muitas daquelas famílias chamavam de “*Comissão das Panelas*” (“*Entre as mulheres era o seguinte, vamos supô: se eu tinha um óleo eu ia e falava: - Fulana num tem óleo hoje prá fazê o almoço, então vai lá e dá o óleo prá ela, e eu tenho tanto de arroz! Então a gente ia lá e repartia, aquele conjuntinho assim*”). Fala atribuída à entrevistada Ireny Ferreira, abr./1999. Apud, PETUBA, ibid, p.69). Sua dissertação revelou também a existência de outras “comissões” no período de ocupação. PETUBA, 2001. op. cit. p. 51-72

meios de comunicação prende-se às versões oficiais e autorizadas dos acontecimentos e onde, atualmente, se vê uma ofensiva declarada dos principais meios de comunicação de massa aos movimentos sociais de luta pela terra; mas o fato é que existe uma diferença muito significativa entre a leitura que aparece na reportagem publicada no jornal e aquela que aparece na fala de seu Sebastião sobre a ida ao Ceasa para conseguir alimentos. No jornal, a conotação é de uma tranquila comiseração... ‘*Adultos e crianças voltam do Ceasa com restos de frutas e verduras que são jogados fora pelos comerciantes*’, ou seja, as pessoas, no auge da penúria e do desespero, se contentam com restos. Já na fala de Sebastião, o fato aparece com a conotação de uma ação mais organizada, pois havia uma negociação prévia, o que pressupõe uma capacidade de articulação e de buscar soluções no coletivo para os problemas coletivos. Não estou querendo dizer que não houvesse penúria, que as verduras e frutas fossem de primeira qualidade ou que as pessoas jamais as tenham trazido em bacias e baldes carregados na cabeça, até mesmo porque as soluções coletivas não excluem ou invalidam as individuais ou de pequenos grupos, o que me parece relevante é o fato das movimentações do sujeito coletivo, moradores do bairro D.Almir, serem suprimidas dos noticiários. Relevante sim, surpreendente não. Para a manutenção da “ordem” ainda são preferíveis homens e mulheres que mendigam àqueles que se organizam!⁴³

Isso, além da possibilidade de censuras conscientes em relação à organização e às comissões de moradores.⁴⁴ A produção das relações e visões de pobreza, feita pelo Jornal, nutria-se de uma desconfiança sobre os pobres, que vinham à tona a partir do julgamento de condutas e de denúncias sobre aproveitadores, ou falsos necessitados.

Que existem os oportunistas no Dom Almir, segundo alguns invasores, isto é um fato. A moradora Maria Batista desconfia que

⁴³ PETUBA, R. 2001. op. cit. p. 69. Sobre a referência ao jornal: GUARANYS, Ana. Muito calor, pouca água e pouco lazer. *Jornal Correio do Triângulo*: 24/11/1991. p. 1. Sobre o entrevistado Sebastião: Entrevista concedida por Sebastião Corrêa Mendonça, 58 anos, viúvo, funcionário público municipal.Uberlândia, maio de 1999 (PETUBA, R. Arquivo de Pesquisa).

⁴⁴ As questões sobre as reivindicações coletivas e articuladas dos moradores eram apresentadas de modo bastante lateral nos textos da imprensa feita na cidade. Ver sobre Comissão de sem-teto que participaram da entrega ao governo federal do Projeto Nacional de Moradia Popular, enquanto exceção de narrativas de mazelas sobre os bairros periféricos do *Jornal Correio do Triângulo*: em: Mobilização tenta garantir casa própria. *Jornal Correio do Triângulo*: 24/11/1991. op. cit. p. 8.

há pessoas ali que não precisam de casas. ‘Tem até uns invasores que instalaram botecos e pequenos armazéns, o que mostra que eles têm algum dinheiro e não tinham que estar aqui ocupando lugar de quem precisa’, comenta. Há acampados que têm parentes no Dom Almir I, ‘mas quase todos são carentes mesmo’, informou. Há também os aproveitadores, como um casal conhecido como ‘carteiros’ que logo no início armou ali uma barraca, mas como viu que a situação não se definia, foram embora e compraram uma casa em outro lugar.⁴⁵

As proposições sobre aproveitadores, sobre pessoas que ganhavam a vida se passando por necessitados, eram comuns no Jornal Correio. Junto a elas, apareciam questões sobre a esmola utilizada para a compra de bebida, a transformação de crianças em pedintes, fraudes e roubos provenientes da condição de pobreza.⁴⁶

Nas narrativas que teciam informações e interpretações sobre tais quebras de normalidades, notava-se um reconhecimento da existência destes atos, por parte dos ocupantes de terras e moradores periféricos.

Tratava-se de tensões perceptíveis que, entretanto, eram realizadas por outros. Por pessoas que não queriam trabalhar e construir uma vivência honesta. Entre os argumentos utilizados por moradores que se negavam a participar do “desfavelamento” apareciam certos ensejos semelhantes a estes:

Tem também o problema de que, lá só mora gente à toa. Eu já falei para eles (referia-se aos agentes da Secretaria Municipal de Ação Social) que das cento e oitenta famílias que eles afirmaram que levaram para lá, dizendo que eram aqui da “beira do rio”, não tem nem dez. Eles levaram para lá só maconheiro, pinguço, tirador de

⁴⁵ Moradores denunciam oportunistas. *Jornal Correio do Triângulo*: 02/02/1992, p. 5.

⁴⁶ Como exemplo, ver: “Lília Ferreira (empresária): ‘eu faço o que posso para ajudar as pessoas carentes. Dou roupa, mantimentos e até brinquedos. As roupas que não uso mais, cedo às minhas funcionárias. O problema que muitas pessoas trocam aquilo por cachaça’”. Esta resposta foi dada à seguinte questão: “você é consciente da necessidade de ajudar os carentes”? O Povo Fala. Você é consciente da necessidade de ajudar os carentes? *Jornal Correio*: 23/08/1996. p. 10.

esmola, pai de família mesmo, trabalhador, eles não levaram quase ninguém.⁴⁷

Os limites e as normalidades da vida urbana exigiam tais comportamentos, assim como o reconhecimento público de suas legitimidades. Porém, as interpretações dos ocupantes possuíam não apenas um sentido moralizador e concordante com as regras estabelecidas; elas diziam respeito às condições sociais dos pobres urbanos e possuíam sentidos de reivindicação de direitos, e de reconhecimento das condições a que eles estavam submetidos.

Rosângela Petuba trabalhou estas dimensões dentro da noção de “direito à cidade”, que envolvia não somente a casa e o bairro enquanto “*espaço vivido*”, mas, também, direito a atendimento médico, a escola, a estruturação física dos bairros etc.

Ao traduzir estes embates em textos, em artigos e em opiniões, o Jornal tratava das reivindicações colocadas pelos pobres a partir de conjecturas de mercado, de capacidade de consumo.

Um exemplo disso: o desejo das crianças por brinquedos.

As crianças moradoras em locais que passam por ‘processos de favelização’ também são atingidas pelos inúmeros apelos publicitários que vão de belas a dramáticas imagens. Aí, o fato de não entenderem porque não podem ganhar aqueles brinquedos ‘fantásticos’ que a TV anuncia. Enquanto eles não chegam, as crianças pedem, desejam e esperam. Uma espera que geralmente dura uma vida toda. Muitas vezes bonecas de brinquedo são substituídas pelas de verdade. Os casos de gravidez na adolescência são muito comuns e os brinquedos reivindicados pelos meninos, com freqüência, dão espaço as armas. Às vezes, a criminalidade aparece bem antes do que se imagina. Mas, enquanto não crescem, os menores apostam em dias melhores. São tantos que nem sempre dá para contá-los ao lado de tantos outros que aparecem por atacado nas portas dos barracos. A média de filhos por famílias nos locais mais carentes chega a 9 (nove) por casal. A

⁴⁷ *Jornal Primeira Hora*: 12/04/1986. op. cit. p. 1.

renda familiar é tão baixa que, confessam os pais, mal dá para alimentá-los. Dificuldades à parte, as crianças ‘barrigudinhas, maltrapilhas e de cabelos despenteados’ têm momentos de alegria e diversão com seus brinquedos simples, com as bolinhas de gude, os caminhõezinhos de madeira ou latinha e velhas bonequinhas. No entanto, a coqueluche do momento consegue arrancar largos sorrisos e altas gargalhadas da meninada. Os bordões ‘não é a mamãe’ e ‘você precisa me amar’, entre outros, do seriado americano ‘Família Dinossauro’ estão em todas as bocas. As crianças revelam que se identificam de alguma maneira como o ‘baby’ dinossauro, aquele boneco enjoado, gordo e de cor rosa do referido desenho. Nessa hora, meninos esquecem a lei de que homem não brinca de boneca e em coro com as meninas revelam que desejam ganhar um boneco do dinossauro feioso no dia das crianças. Dessa forma, eles deverão passar todo o mês de outubro, inclusive na sua data, dia 12, e quem sabe quantos anos, na ilusão de serem felizes, abraçados a um dinossauro de classe média americana que viveu segundo o desenho há 60 milhões de anos. O sonho remoto dos menores da periferia é uma realidade muito acessível para os ‘remediados’ ou ricos da cidade. No departamento de brinquedos de uma grande loja de variedades no centro, lambuzada de chocolate, a menina Daniela, de 6 anos, que não consegue carregar tantos pacotes, chora, grita e esperneia por causa do mesmo ‘Baby’. Assim, o tempo passa de geração para geração. Os olhos tristes da menina no balanço da periferia pedem socorro. Resta saber se um dia ele virá para aqueles pouco favorecidos pela sorte.⁴⁸

A matéria organizava algumas perspectivas culturais que giravam em torno dos pobres e criavam sentidos de existência para aqueles lugares da cidade. Filhos na adolescência, tendência à criminalidade, irresponsabilidade dos pais em gerar número excessivo de filhos e a ilusão das crianças em pensar viverem “outra” vida contribuíam para a formação dos “territórios” da pobreza.

A evidência dada ao “sonho” de consumo das crianças pode ser ampliada para outros setores da vida urbana, nos quais os anseios e perspectivas dos pobres pareciam se confundir com os “quereres” da classe média, sendo apresentados como

⁴⁸ REGINA, Márcia. Crianças: sonhos de outubro. *Jornal Correio do Triângulo*: 11/10/1992, p. 9.

sintomas de equívocos, que por falta de renda ou de consciência estariam além da realidade a ser vivenciada pelos pobres.

Após um longo relato sobre a falta de energia elétrica, de água tratada, de recolhimento do lixo, de transporte, de saúde e educação, a representante do “acampamento” no bairro Dom Almir ressaltou, para o Correio, que “*a situação de sobrevivência est[ava] péssima, só não est[ava] pior porque ainda exist[iam]e forças para lutar e Deus para iluminar*”.⁴⁹

Ela contou que agora o fantasma do cólera e a desidratação está assombrando o país; a cada dia aumenta o número de enormes buracos nas poucas ruas existentes, e juntam água escura, cheia de inseto, mosquitos e bichos mortos exalando mau cheiro e apavorando os moradores, desde os mais esclarecidos até os que desconhecem a doença ou seu contagio. No entanto, ela disse não ter sido confirmado nenhum caso de cólera no local, mas casos de desidratação são ‘comuns’ entre a garotada. [...] As crianças descalças brincam em poças fétidas de lama, infestadas de bichos mortos e insetos, como se a água fosse a melhor piscina, isso quando não está brincando no meio do mato que circunda o local. Sempre correndo o risco de ficarem doentes. Uma vez que são desnutridas e fracas.⁵⁰

A denúncia do risco de morte de crianças foi feita pela representante após a demonstração de que ainda existiam forças para lutar. Tal fala emitia reivindicações e colocava o tema da saúde pública e da sobrevivência num campo político de diferenças e desigualdades sociais, de algo que aclarava uma separação entre classes sociais. Pois, evidenciava que as experiências vividas eram diferentes para as distintas categorias que moravam na cidade de Uberlândia.

⁴⁹ BACELAR, Isabel. Famílias do D. Almir tentam sobreviver em meio da carência. *Jornal Correio do Triângulo*: 31/01/1993. p. 10.

⁵⁰ idem.

Segundo publicado: ‘*estamos vivendo sem dignidade. Só estamos aqui porque não temos condições de pagar aluguel. Quando tínhamos dinheiro para o aluguel ficávamos sem comer e vice-versa*’.⁵¹

As leis de mercado eram colocadas em questionamento nas falas dos moradores, e destoavam dos sentidos justificadores da pobreza, tal como indicados pelo Jornal.

Todos os dias chegam novas famílias para se alojarem no bairro Dom Almir. Estas pessoas não são desempregadas ou vadias. São pessoas cuja renda não lhes permitem pagar aluguel ou mesmo construir um imóvel em melhores condições. Dos 383 barracos ali construídos a maioria foi erguida por pessoas de outros bairros da cidade ou de fazendas da redondeza. As casas são verdadeiras choupanas cobertas de lona plástica ou papelão, com suporte de madeira. Cada barraco abriga casais que têm em média três filhos. As crianças andam descalças, sujas e mal-nutridas. Sem a infraestrutura necessária, os habitantes (principalmente as crianças) caminham de um lado para outro no meio do esgoto exposto e dos montes de lixo. Isto tem provocado dores de cabeça e vômitos nas crianças, levando as mães a temerem que sejam sintomas de cólera. O local que está sendo invadido não tem nem água potável. As mulheres conseguem água junto aos vizinhos que estão instalados a mais tempo. O problema se complica ainda mais, porque ainda existem pessoas que tentam tirar proveito da situação e cobram até Cr\$500,00 por balde de água. Na maioria dos barracos as pessoas usam rede para dormir, sustentadas por pedaços de madeira velha. Além da falta de água, também não há energia elétrica e o transporte coletivo é deficitário.⁵²

O Correio, ao procurar explicações para quadros como estes, reforçava a falta de dinheiro como indicativo das péssimas condições de vida.⁵³ Enquanto isso,

⁵¹ idem.

⁵² Bairro Dom Almir continua atraindo novos habitantes. *Jornal Correio do Triângulo*: 16/07/1991, p.1.

⁵³ “Culpa do destino. Falta de um sistema político e econômico diferente do que permite que o salário mínimo seja hoje o menor mínimo de toda a história brasileira e, ainda, que especuladores consigam elevar o preço dos aluguéis a níveis insuportáveis. Negligência por parte das autoridades municipais, estaduais e federais, que ainda não querem trabalhar com o social. Responsabilidades

reorganizava as falas e as expressões mais “politzadas”, tal como a da representante dos moradores do D. Almir.

Para finalizar, Ana Maria apelou ao poder público e a imprensa para ajudar a população do bairro. ‘Temos direito de viver, não dessa forma como se fôssemos bichos, sem as mínimas condições. Somos seres humanos, também, temos orgulho, amor-próprio, vontade de viver com respeito. Isso é o mínimo que desejamos. Não acho que seja tão absurdo que não possa ser verdade’.⁵⁴

O termo “ajuda” poderia fazer referência às condições de ilegalidade do bairro, demonstrando a vontade daquelas pessoas de possuírem a escrituração do terreno, para se beneficiarem da implantação de estruturas. Mas as preleções constantes do Correio sobre as carências dos moradores e a falta de dinheiro contribuíram para que redes de assistência se legitimassem enquanto modo de atuação socialmente “apropriado” para os pobres.

O principal enfoque neste aspecto recaía sobre as mulheres, que diferentemente de serem reconhecidas como trabalhadoras, eram apresentadas como esposas e mães, que por um lado eram responsáveis pela alimentação e educação de jovens e crianças, e por outro, eram tidas como donas-de-casa, dedicadas aos maridos e às famílias.

Esta não era uma característica exclusiva do Jornal Correio. Na década de 1980, existiram programas sociais que procuravam assegurar alimentação às gestantes e lactantes. Esta prática se estabeleceu com maior vigor a partir de 1987, com a implementação do Programa de Suplementação Alimentar, um projeto que

à parte, o fato é que cresce o número de desassistidos pela sorte, que se vêem obrigados a deixar suas casas e fincar barracos de lona abaixo de um viaduto ou terrenos que eles acreditam que um dia poderão tomar posse.” Dom Almir, a miséria à margem da cidade. *Jornal Correio do Triângulo*: 24/11/1991, p. 1 e 8.

⁵⁴*Jornal Correio do Triângulo*: 31/01/1993. op. cit. p. 10

visava ao atendimento de “*crianças e nutrisses, na complementação de suas necessidades alimentares*”.

O PSA, como ficou conhecido, consistiu na distribuição mensal, através dos centros de saúde, de dezoito quilos de alimentos - arroz, feijão, fubá, leite em pó, além de dois litros de óleo - a famílias que possuíam o rendimento máximo de dois salários mínimos e que tinham filhos na faixa etária de até três anos de idade, ou que a mãe estivesse grávida.⁵⁵

Tratou-se de uma campanha nacional, implementada pelo Ministério da Saúde encampada na cidade pelo Prefeito Zaire Rezende e pelas Secretarias Municipais de Trabalho e Ação Social, Saúde, Agricultura e Indústria e Comércio.

Até o dia 14 de dezembro, cerca de 500 famílias haviam feito inscrição no PSA. Cerca de um mês depois, 3 mil famílias receberam a cesta básica do Programa.⁵⁶

Esta procura repetiu-se no programa de distribuição de leite implementado em Uberlândia no ano de 1987. Tratou-se de um projeto nacional, ligado a SEAC - Secretaria Especial de Ação Comunitária, “*vinculada diretamente ao gabinete do Presidente da República*” José Sarney. O modelo de funcionamento previu inicialmente a distribuição de 160 mil litros de leite por mês na cidade.

O público alvo constituiu-se basicamente de crianças na faixa etária de 0 a 7 anos de idade, “*cujas famílias*” possuíam “*renda inferior ou igual a dois salários mínimos*”.⁵⁷

⁵⁵ Distribuição de alimentos será no próprio bairro. *Jornal Primeira Hora*: 15/12/1987, p.1.

⁵⁶ A prospectiva para o mês de fevereiro era atender 4 mil famílias “*de baixa renda na periferia da cidade*”. Ver: PSA começa a distribuir cestas básicas no Sábado. *Jornal Primeira Hora*: 19/02/1988, p. 5. No mês de março esperava-se atingir o número de 7 mil famílias beneficiadas. Tratou-se de uma intenção modesta, visto que o PSA recebia em média 70 inscrições/dia. Ver: PSA recebe 70 inscrições por dia. *Jornal Primeira Hora*: 26/02/1988, p.1.

⁵⁷ Programa Nacional do Leite chega hoje a Uberlândia. *Jornal Primeira Hora*: 10/03/1987. p. 3.

Tais “*carentes*” foram selecionadas e receberam tíquetes de entidades comunitárias (associações de moradores, pastorais de igrejas, centros espíritas etc.)⁵⁸, os quais deveriam ser trocados diariamente em vendas, mercearias e mercados por um litro de leite.

O critério de distribuição, além do limite salarial, tornou-se um encargo das entidades registradas. A “*regra*” principal visava coibir a troca do cupom por dinheiro ou por mercadorias diversas. Assim, as entidades entregavam os tíquetes para as mães (principalmente) tidas como carentes, e esperavam parcimônia na utilização deles.⁵⁹

Porém, o Correio registrou um número significativo de denúncias de fraudes.

Evitar o elevado número de fraudes no recebimento dos tíquetes de leite e impedir que os mesmos sejam trocados por outras mercadorias, incluindo bebidas alcoólicas e cigarros. Este é o principal motivo que levou a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, em Uberlândia, a promover mudanças na distribuição de ingressos do Programa de Leite para crianças carentes, benefício da Secretaria Especial de Ação Comunitária, que ajuda famílias carentes. A Coordenadora do Programa na cidade, Irene Ribeiro, disse ontem que as reclamações nesse sentido eram muitas e que várias denúncias chegaram à Secretaria dando conta das irregularidades. O tíquete cuja cor antiga era marrom passa agora a ser azul. Nenhum estabelecimento, que mantém convênio com o programa, está autorizado a trocar o ingresso por qualquer outra mercadoria.⁶⁰

Não foi possível perceber, através da imprensa da cidade, as origens, amplitude e a veracidade do “*número elevado de fraudes*”.⁶¹ Nos momentos em que

⁵⁸ Comunidade e Seac discutem Programa do Leite. *Jornal Primeira Hora*: 14/11/1987. p. 3.

⁵⁹ Convênio para a distribuição do Leite será assinado hoje. *Jornal Primeira Hora*: 28/03/1987. p. 1.

⁶⁰ Programa do leite dá nova cor a seu tíquete. *Jornal Primeira Hora*: 07/06/1988, p. 1.

⁶¹ Entretanto, as fraudes serviram de justificativa para o fim do Programa. “*O anúncio da extinção do programa, na semana passada pela ministra Margarida Procópio, na opinião do secretário, foi em virtude das grandes distorções existentes. Desde instituições de caridade até clubes de futebol*

a distribuição dos tíquetes ainda vigorava, mas corria o risco de ser cortada, ou ocorriam atrasos no pagamento aos distribuidores, o Jornal Correio divulgava relatos que destoavam das notícias e alardes sobre fraudes e trocas ilegais de tíquetes.

Com dois filhos em idade inferior a 7 anos (Edson, 5 e Glender, 3) a família de Dona Anivalda Maria Caixeta, 31 anos, residente no bairro Industrial, foi uma das prejudicadas pela paralisação do programa do leite na cidade. Se o governo não liberar logo a autorização da troca do tíquete pelo leite, suspensa há uma semana, dona Anivalda ficará em uma ‘situação difícil’, para comprar diariamente o litro de leite que recebia gratuitamente para alimentar os filhos. Enquanto a situação não se normaliza ela se vira como pode. O filho mais velho (Wellington, 10 anos) quase não toma leite para deixar para os irmãos menores. Outra saída é a compra de leite em dias alternados, temendo que a renda familiar (em torno de um salário mínimo ganho pelo marido) não seja suficiente para arcar com todas as despesas do mês. Considerando que sua situação não é das piores (a família mora em casa própria) dona Anivalda, numa demonstração de solidariedade, expressou sua preocupação para com as outras famílias carentes da cidade que dependem exclusivamente do tíquete para obter leite para os filhos.⁶²

Com ou sem denúncias de fraudes, muitas mulheres que não se consideravam tão afortunadas agiram de forma coletiva diante dos eventuais cortes. Num montante de 11 mil e 500 famílias beneficiadas pelo programa em 1990, encontraram-se algumas dezenas que foram à Câmara Municipal expressar inquietações frente às irregularidades no recebimento.⁶³

Entre elas, encontra-se, no Correio de 27 de junho de 1990, o registro de uma fala atribuída a Ana Maria Paiva:

eram beneficiados pelo programa de leite em Uberlândia, e de acordo com o secretário ‘boa parte das 149 entidades beneficiadas não obedeciam aos critérios estabelecidos pela LBA - Legião Brasileira de Assistência - na hora de fazer a distribuição dos tíquetes’. Por isso, disse ele, era comum ver pessoas trocando nos bares e supermercados da cidade os tíquetes destinados ao leite por outros produtos, quando não bebidas”. Prefeitura quer administrar a distribuição de leite a carentes. Jornal Correio de Uberlândia: 29/12/1990, p. B-1.

⁶² Sem o leite dona de casa fica em situação difícil. Jornal Correio de Uberlândia: 23/05/1990, p.5.

⁶³ Carentes vão a Câmara pedir a volta do leite. Jornal Correio de Uberlândia: 27/06/1990, p. 5.

Ela informou que a necessidade do leite é muito grande. ‘Temos urgência na solução do problema, pois o leite faz muita falta para os nossos filhos’, reclamou. Ela recorda que esta é a terceira vez que os beneficiários do programa são prejudicados. ‘A LBA diz que uma das principais metas é acabar com a mortalidade infantil. No entanto, temos em nossas mãos cartelas de tíquetes que não são trocadas por leite em lugar nenhum’, protestou, classificando esta situação como uma falta de ‘coerência da presidente da LBA, Roseana Collor’. Ana Maria de Paiva sugeriu: ‘ou o governo dá emprego e salário dignos ou trata com seriedade o Programa do Leite’.⁶⁴

Com o decorrer de poucos anos, o desafio colocado entre empregos ou seriedade no “Programa do Leite” foi suprimido pelas mudanças nos modos de tratamento dos pobres, tal como temos discutido.

Porém, antes das modificações implementadas pelas “Campanhas Contra a Fome”, ou por políticas diversas, se estabeleceu na cidade de Uberlândia o projeto de lei 2754, ou o “*Programa de Orientação e Assistência ao Planejamento Familiar*” que, segundo o Correio, a transformou no primeiro município brasileiro com “*controle de natalidade*”.⁶⁵

Novamente recaíam sobre as mães certas responsabilidades sobre a multiplicação do número de pobres em Uberlândia. Nas palavras da autora, a vereadora Marta Pannuzzio:

A voluntária da pátria é a mãe pobre. Sobre seu frágil útero recai a responsabilidade de parir operários, camponeses e soldados. Porém, ninguém está disposto a conviver com o substrato social da pobreza.⁶⁶

⁶⁴ idem.

⁶⁵ O termo “*controle de natalidade*” era utilizado pelo Jornal. Câmara aprova controle de natalidade. *Jornal Correio do Triângulo*: 06/03/1993, p. 1 e 2.

⁶⁶ “Segundo a vereadora, a Secretaria Municipal de Saúde criará a equipe multidisciplinar, constituída de médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, que ficarão encarregados de levantar as informações sócio-econômicas e as condições físicas e psicológicas dos interessados. O cumprimento dos serviços criados por esta lei fica a cargo do poder executivo, autorizado a

Outra diretriz, segundo a autora, era a “de esclarecer a massa carente sobre doenças sexualmente transmissíveis, com o objetivo de profilaxia”.⁶⁷

[...] o projeto é exclusivo a todas as pessoas de baixa renda que desejarem atendimento. O objetivo do programa é oferecer aos interessados os esclarecimentos científicos e educativos a respeito do planejamento familiar, por meios de cursos sobre concepção, anticoncepção e de contracepção cirúrgica (vasectomia e laqueadura). Além disso, o projeto fornece gratuitamente os métodos anticoncepcionais adequados por tempo indeterminado.⁶⁸

Novamente, elementos que incriminavam os pobres por sua própria pobreza, elaboravam explicações a respeito do “empobrecimento” e da piora da qualidade de vida urbana.

A criação da “Ação da Cidadania” favoreceu o redimensionamento dos modos sociais de conduta frente aos pobres e colocou a fome como um elemento de explicitação de diferença entre as classes sociais distintas que habitavam a cidade. Talvez o sentido político atribuído às campanhas organizadas por ela tenha favorecido o abandono de publicações sobre controle de natalidade, laqueadura e vasectomia para carentes e a indisposição para o convívio com o substrato social da pobreza.

Mas as mães continuaram a ser figuras centrais nas atividades e notícias sobre a pobreza. As próprias *Campanhas Contra a Fome*, movidas pela “Ação da Cidadania”, utilizaram a figura materna como um componente essencial para algumas de suas práticas. O combate à desnutrição infantil em 1994, por exemplo,

realizar convênios e contratos com serviços públicos e, em caráter complementar, com a iniciativa privada.” Planejamento Familiar é aprovado. *Jornal Correio do Triângulo*: 01/11/1992, p. 1.

⁶⁷ idem.

⁶⁸ idem.

focou os programas de reeducação alimentar nas mulheres que viviam nas periferias.⁶⁹

Segundo uma pediatra entrevistada pelo Correio:

A população começa a entender que a saúde não é só consulta médica. Muitas mães demonstram vontade de aprender a utilizar a alimentação alternativa que fará parte do trabalho a ser levado a quase todos os bairros que necessitam. Uma equipe da secretaria virá até esses locais para dar aulas teóricas e práticas de como aproveitar bem os alimentos.⁷⁰

As pesquisas sobre o valor nutricional da “alimentação alternativa” estavam em evidência e passaram a subsidiar algumas ações de membros de serviços de saúde e/ou da Pastoral do Menor.⁷¹

Mas a divulgação positiva não conseguia abafar as contradições apontadas por mães que diziam não conseguir alimentar a família por falta de dinheiro,⁷² ou

⁶⁹ O qual contou com o apoio e a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde, da Universidade Federal de Uberlândia e de setores da Igreja Católica (Pastoral do Menor). Campanha faz diagnóstico da desnutrição. *Jornal Correio do Triângulo*: 13/12/1994, p. 9.

⁷⁰ idem.

⁷¹ Criado o Pão-Forte para reduzir a desnutrição. *Jornal Correio do Triângulo*: 11/03/1995, p. 9. Sobre a utilização do “formulado” na cidade (ainda em 1990) ver: Programa Nutricional da LBA está suspenso. *Jornal Correio do Triângulo*: 17/10/1990. Notar também: BRANDÃO, T. T. C., BRANDÃO, R. F. *Alimentação alternativa*. Brasília: INAN/Ministério da Saúde. 1996. p. 95. AZEREDO, V.B.; BOAVENTURA, G.T.; & TAVARES DO CARMO, MG. *Determinação da concentração de tanino em duas farinhas de subprodutos alimentares - multimistura*. Anais XVI Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Entre 15 a 17 de julho de 98. Rio de Janeiro – RJ, 1998. CARVALHO, R. D. S., SANTANA, L. R. R., LIMA, M. G. C. *Caracterização e estudo de estabilidade da multimistura*. 1998. In: Anais XVI Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Entre 15 a 17 de julho de 98. Rio de Janeiro - RJ.1998. Conferência Nacional de Bispos do Brasil. Pastoral da Criança. *Tendência de queda da mortalidade infantil no país foi interrompida*. Campanha Pastoral da Criança e Tendência da Mortalidade 99. São Paulo, 1999. PRATES, A. C. M. *Estudo do farelo de trigo, pó de folha de mandioca e pó de casca de ovo em crianças com risco de desnutrição*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.

⁷² “A moradora Lucélia Simão Silva tem dois filhos. A família sobrevive com apenas um salário mínimo e, como as demais, possui dificuldades em adquirir alimentos indispensáveis de uma cesta básica. ‘Eu me esforço para dar a eles pelo menos suco de caju, maracujá, banana, arroz e macarrão. Quero aprender a fazer alimentação alternativa. Do jeito que a situação está a gente

que não se habituavam a idéia do “nutricional”. De acordo com Odália de Souza, por exemplo,

‘esse negócio de farelo, pó de casca de ovo, folhas de mandioca e outras coisas que a gente escuta falar são bobagens, isso é comida de porco. Minha mãe criou nove filhos, todos com arroz e feijão e está todo mundo vivo’.⁷³

Tais contradições eram amenizadas pelo Jornal Correio, que privilegiava aspectos de falas que indicavam “erros” no modo de alimentação dos filhos dos pobres.

Cristina Fernandes da Cunha tem um casal de filhos e sabe que a menina é desnutrida. ‘Ela é amarela, barrigudinha, tem peso baixo e não come comida de sal, só gosta de açúcar e coisas de doce. Sei que é errado, mas quando ela pede dou açúcar do contrário a menina não come’. Cristina quer aprender a fazer a alimentação complementar. ‘Nós vivemos com um salário mínimo e comemos arroz, feijão verduras, quando tem’.⁷⁴

A assistente social Marilza Inácio, entrevistada pelo jornal Correio, em 1990, dizia no momento que a desnutrição estava sob controle em Uberlândia, devido principalmente à existência de uma rede de centros espíritas, organizações católicas e entidades filantrópicas que distribuíam, “*por exemplo, sopa duas vezes por semana, e em alguns dias, almoço completo, ou café da manhã*”.⁷⁵

mal pode comer. Acredito que bem alimentadas, as crianças têm menos problemas de saúde e cárries dentária, por exemplo” Jornal Correio do Triângulo: 13/12/1994. op. cit p. 9.

⁷³ idem.

⁷⁴ idem.

⁷⁵ A assistente social remontou uma trajetória que acreditava ser comum aos moradores periféricos que comiam alimentos doados em um local e recebiam agasalhos em outros, de acordo com Marilza Inácio “*o público é sempre o mesmo, ou seja, quem vai receber sopas nas entidades filantrópicas, vai completar a alimentação depois na LBA e nos postos de saúde com o formulado (o complemento alimentar enriquecido)*”. Desnutrição não é alta na Cidade. Jornal Correio de Uberlândia: 17/10/1990, p. 6.

Nestes circuitos, as reivindicações e os posicionamentos das mulheres perdiam volume nos contrapontos oficiais das pediatras, das assistentes sociais, de funcionários da prefeitura e das próprias análises feitas pelo Jornal. Junto ao procedimento de despolitização das falas das mães, se colocava a “deriva”, ou em segundo plano, outras dimensões de lutas dos trabalhadores e trabalhadoras.⁷⁶

Deve-se notar que tais questões não foram simplesmente distorcidas. A troca dos tíquetes de leite por bebidas, cigarros e outros, em conjunto com as desinformações sobre os modos corretos de alimentar os filhos, eram apresentados dentro de produções sobre a pobreza que se constituíam de um senso comum sobre os pobres.

Vistos por este ângulo, os elementos se revelavam na falta de escolaridade, na desconfiança sobre a origem rural de muitas destas pessoas e montavam argumentos nos quais as noções de “ausência de conhecimento”, de “despreparo”, de “estupidez” interagiam com as noções sobre a fome, sobre a falta de condições de criar a quantidade de filhos que os pobres tinham.

Até bem pouco tempo, este modo de compreender a pobreza esteve presente no jornalismo local de um modo bastante direto. Em 25 de abril de 1986, por exemplo, o Jornal Correio de Uberlândia publicou uma nota a respeito de um

⁷⁶ A luta pelo reajuste mensal do salário mínimo, que se fortaleceu nos momentos finais do afastamento do governo de Fernando Collor, passou a ser subjugada na imprensa. Em seu lugar noticiavam-se as falas de ministros que diziam enfrentar a miséria a partir das luta contra a pobreza, prometendo para tanto apoiar as campanhas contra a fome que se desenvolviam na sociedade. Ver, por exemplo, argumentos do Ministro do Trabalho (nomeado por Itamar Franco) Walter Barelli, entre outros em: Barelli não apóia reajuste mensal. Brasília (D.F.). *Jornal Correio do Triângulo*: 09/04/1993, p. 1. Sobre o desenrolar dos movimentos a favor da ampliação do salário mínimo no Correio ver: Salário junta gente na praça. *Jornal Correio do Triângulo*: 20/05/1993, p. 1 e 6. No mesmo dia desta última referência (20/05/93), Fernando Henrique Cardoso foi designado Ministro da Fazenda (ver: Fernando Henrique Cardoso designado Ministro da Fazenda. Agência do Estado. Brasília (D.F.). *Jornal Correio do Triângulo*: 21/05/1993, p. 6). O futuro presidente FHC age com vigor contra o aumento do salário mínimo a partir de então. Notícias desta atuação, entre outros: Cardoso diz que prefixação é “canoa furada”. Agência do Estado. Brasília (D.F.). *Jornal Correio do Triângulo*: 17/07/1993, p. 1; Cardoso Confirma: Itamar vai vetar reajuste de 100%. Agência do Estado. Brasília (D.F.). *Jornal Correio do Triângulo*: 24/07/1993, p.1.

lavrador que manteve durante dias o cadáver de sua filha em seu casebre na área rural.⁷⁷

A decomposição do corpo chamou a atenção de alguns operários que trabalhavam próximo ao local, os quais entraram em contato com a polícia rodoviária. Após tal descoberta, policiais e jornalistas alegaram que o homem - “vítima da ignorância” devido ao “*estado de pobreza*” - não sabia que a filha precisava ser enterrada.

A capacidade de desconfiar da “inteligência” dos pobres atingia patamares desconcertantes nos textos publicados pelo Correio. Geralmente uma imagem genérica de trabalhador idiotizado, desprovido de história, de sentimentos e de instruções era arquitetada como um artefato de diálogo para as análises e as informações que os artigos tentavam construir.

Em fevereiro de 1986, um “*filho de tropeiro viajante e de uma costureira, nascido em Januária, mas criado em Manga, no Norte de Minas*”, chamado Sebastião Custódio - que na ocasião ocupava o cargo de chefe de gabinete do Secretário de Abastecimento do Governo Federal da Silva - foi entrevistado pela “Agência do Estado” de Belo Horizonte.⁷⁸

Sebastião Custódio, preocupado com o “*grande número de brasileiros*” que passavam fome, imaginava poder reverter este problema combatendo ‘[...] a ignorância de boa parte da população. Como asseverou, ‘morrem de fome as pessoas que não tem comida em casa, como aqueles que têm e não sabem utilizar os alimentos’’’. ⁷⁹

⁷⁷ Lavrador mantém morta em casa uma filha. *Jornal Correio de Uberlândia*: 25/04/1986. p.1.

⁷⁸ Segundo a entrevista, tratava-se de um conhecedor profundo das “*agruras da gente norte-mineira*”. Da Agência do Estado. Mineiro sugere criação do Ministério do Abastecimento. Reproduzido no *Jornal Correio de Uberlândia*: 14/02/1986. p. 3.

⁷⁹ idem.

O Jornal Primeira Hora, que divulgava as ações da administração Zaire Rezende, tida como mais atenta aos pobres, registrou também traços deste “senso” sobre pobreza e “ignorância”.

Segundo a coordenadora da Unidade de Orientação de Menores (UOMEN), Egle Ribeiro Luz, dois critérios determinantes para a vaga do menor na Unidade são os da mãe trabalhar fora e a renda familiar de até dois salários mínimos. Ela observa que como reflexo direto da origem social das crianças - com predominância de filhos de bóias-frias, e domésticas - é grande a evidência de menores com dificuldades no aprendizado escolar e com problemas de comportamento. É para casos como estes que, segundo a coordenadora da UOMEN, conta na sua equipe técnica de um psicólogo e um professor de primeiro grau.⁸⁰

Em maio de 1986 a coordenadora das assistentes sociais das UOMEN, Josefina Maria dos Reis Cardoso, repetiu a fundamentação da análise anterior. Segundo ela:

As maiores dificuldades encontradas residem no processo educativo das crianças em decorrência de suas procedências (entre sete e dezessete anos com um baixo nível econômico) e na solução dos problemas característicos que afetam os menores na fase da adolescência.⁸¹

Estas situações ocorreram de um modo mais indireto, principalmente nas recentes coberturas do Correio sobre as ações que passaram a vigorar como um desdobramento “cultural” das campanhas de distribuição de alimentos. No enredo do término do Governo Collor e da efetivação da Constituinte de 1988, as práticas desenvolvidas nas comunidades periféricas, por diversos agentes sociais, eram interpretadas como modos de melhorar a vida das pessoas, corrigindo-as de certos vícios e prospecções imputadas pela pobreza.

⁸⁰ Zaire inaugura amanhã mais uma Unidade de Orientação do Menor. *Jornal Primeira Hora*: 5/03/1988. p.4.

⁸¹ Educação e Trabalho Integrando Menores. *Jornal Primeira Hora*: 17/05/1986. p.1.

O Correio ofereceu uma especial atenção às atividades artísticas que envolviam meninos e meninas pobres da cidade.

Entre elas, lia-se naquele Jornal “*Cantando e Brincando, meninos aprendem novos valores*”, uma matéria de página inteira sobre a “*formação de cidadãos*”, através da “*educação pela música*”, realizada pela “*Casa de Apoio e Formação do Menor Nova Canaã*”. Segundo a professora Maria de Lima,

Cantando e brincando, as crianças aprendem novos valores. [...] Muitas músicas repassadas nas aulas são de sua autoria e abordam preceitos como verdade, ação correta, paz, amor e não-violência. ‘Por viverem em comunidades de baixo nível intelectual e financeiro, as crianças, geralmente, não têm boa educação. E, como nas demais disciplinas, a aula de canto pretende, não somente despertar o interesse pela arte, mas formar cidadãos’.⁸²

Deste modo, os elementos sobre a ignorância dos pobres retornavam ao Jornal, através de práticas de instituições e sujeitos mais cultos e benevolentes que se esforçam para “incliú-los” no circuito dos educados, dos cidadãos. A cultura, ou a falta dela, foi discutida e registrada nesta dinâmica como exclusão ou desinteresse por eventos artísticos, os quais teriam para alguns jornalistas um significado transformador na vida dos pobres.

Uma simples sessão de cinema pode significar um enorme passo na vida de algumas pessoas que, pela história de vida e formação, não se interessam por eventos artísticos e culturais. Ou, na maioria das vezes, não tem acesso a esse tipo de evento. Se na área central a procura por atrações de teatro, música, dança, entre outros, ainda deixa a desejar, nos bairros periféricos, muitas pessoas nem ao

⁸² Entre as informações sobre a “Nova Canaã”, que se encontram na matéria, tem-se: “A entidade recebe subvenção da Prefeitura e colaborações de um grupo de oração e de empresários da cidade. A coordenadora Marta Célia de Rezende conta que o objetivo maior é tirar os menores das ruas enquanto os pais trabalham. Assim, a permanência na Nova Canaã é sempre no período oposto ao das aulas regulares. ‘Ajudamos os meninos com as tarefas escolares e incrementamos sua educação’. A música segundo ela, tem sido fundamental no cumprimento dos objetivos. O contato dos meninos com a arte desperta neles maior senso disciplinar e estreita a relação com a comunidade em que vivem”. GUERRA, Sabrina. Cantando e brincando, meninos aprendem novos valores. Casa de Apoio atua desde 2001 e hoje é freqüentada por 104 crianças e adolescentes. *Jornal Correio*: 02/10/2004. p. C5.

menos sentem falta dela. As crianças continuam sendo a esperança por um despertar de mudanças e as escolas, as principais incentivadoras.⁸³

Novamente apresentadas como “mães”, as mulheres que apareciam nas matérias e reportagens sobre o tema da arte eram cobradas pelo “*desinteresse*” dos filhos pelos livros e por outros objetos e atividades consideradas como fornecedoras de cultura.

Um pouco mais longe, no bairro Laranjeiras, mora a viúva Maria Conceição Montijo Souza, 49 anos. Ela vive com os três filhos Reginaldo, 28 anos, Maria Regina, 26, e Regilda, 25. A mais nova tem dois filhos, que também moram na casa: Karina, 8, e Poliana, 4. O lazer da família é a televisão. A preferência pela programação gera alguma divergência, mas nem por isso buscam outras alternativas. Livros não existem dentro de casa. Maria da Conceição costuma ver fotos de revistas de fofocas. ‘Também gosto de saber o que vai acontecer nas novelas’, diz. A neta mais velha é a única que tem acesso a livros. Na escola, às vezes, lê literatura e revistas em quadrinhos. ‘A história que mais gostei foi a da Branca de Neve’, conta. Mas, o maior sonho da menina é ir ao cinema. ‘Tenho uma colega que foi e disse que é um barato’. ⁸⁴

As restrições que a falta de dinheiro poderia impor a idas ao cinema, ou a compra de livros, eram contrapostas com argumentos retirados das narrativas dos entrevistados. De acordo com o Correio,

O casal Núbia Bispo Santana, 18 anos, e Robson Monteira cortes, 22, costuma passear, mas tem pouco contato com a cultura local. Ambos trabalham o dia todo. Quando tem folga, o casal costuma sair, mas prefere diversões que não exigem gasto de dinheiro, como passeios na praça. Já foram a cinema e pizzaria, mas nunca assistiram a uma peça de teatro. Núbia, porém, não culpa a condição financeira pelo pouco contato com a cultura. Ela lembra,

⁸³ GUERRA, Sabrina. A arte distante e desconhecida. Existe um abismo entre eventos culturais e grande parte da população. *Jornal Correio*: 31/10/2004. p. C1.

⁸⁴ idem.

por exemplo, que livros podem ser conseguidos gratuitamente em bibliotecas. ‘Preciso começar a ler, sei que é importante’, avaliou.⁸⁵

Na interpretação do Jornal, a condição econômica era diminuída frente às oportunidades oferecidas pela administração pública,⁸⁶ que por sua vez registrava a necessidade de “*paciência e tempo para mudar a maneira das pessoas de interar e se integrar com as artes*”.⁸⁷

Tal como referido anteriormente, a cultura vista como um rol de atividades artísticas, formas de comportamento, acesso a meios de comunicação e a objetos, se transformou em uma modalidade de contato e interferência de artistas e “*agentes culturais*” na vida dos pobres.⁸⁸

O Correio divulgou várias ações que englobaram o ensino de capoeira, de dança de rua, de balé, de teatro, de oficinas de instrumentos musicais organizadas por gestores de cultura. Em comum: a justificativa de que as ações visavam o despertar da cidadania em crianças e adolescentes da periferia de Uberlândia.⁸⁹

⁸⁵ “Núbia se esqueceu de citar, mas existem outras opções culturais bastante acessíveis a maior parte da população. O Projeto Palco Móvel e os Encontros Culturais são exemplos de eventos promovidos gratuitamente pela Secretaria Municipal de Cultura nos bairros periféricos da cidade. Com apresentação de dança, música, exposições e atividade lúdica, os projetos se instalaram durante um fim de semana em cada bairro levando entretenimento, lazer e cultura para os moradores. [...] A família Souza e o casal Núbia e Robson também deixaram passar ótimas oportunidades de diversão cultural gratuita”.op. cit. Jornal Correio: 31/10/2004. p. C1.

⁸⁶ idem.

⁸⁷ idem.

⁸⁸ O incentivo financeiro propiciado por leis de incentivo à cultura contribuiu certamente para que diversos projetos sociais fossem colocados em prática na cidade. Entre eles, ver Lei Rouanet, <http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/lei_rouanet/index.php?p=15518&more=1&c=1&pb=1>, Programa Municipal de Incentivo a Cultura em <http://www2.uberlandia.mg.gov.br/pmu/site.do?evento=x&lang=pt_BR&taxp=28&pg=10&idConteudo=1348> Lei Ação Cultural, Estímulo a Produção cultural do Governo de Minas Gerais, em <<http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=2&cat=48&con=536&flh=537>>, pesquisadas em 10 de março de 2007.

⁸⁹ Como exemplo: “A arte tem a incrível função didática: transformadora, ensina sem pedir licença. Usando o teatro para valorizar a vida e a inteligência de menores carentes, a Instituição de Assistência Social de Uberlândia, ICASU, trabalha universo teatral para ensinar ‘brincando’”.

Quando apresentados pelo Correio, os projetos culturais mostravam significações de “*natureza ambígua e duvidosa*” em relação às clientelas que abrangiam. Encontram-se produções neste sentido em diferentes notícias e reportagens do Jornal. Entre outros exemplos, o Correio acompanhou por várias edições a trajetória de um padre da periferia de Uberlândia que pôs em funcionamento atividades de cunho físico, moral e cultural para “*mini-cidadãos*” da periferia.

Tratava-se de um religioso pertencente à ordem dos “*Cavanis*”⁹⁰ que desenvolveu projetos nos quais crianças cuidavam da limpeza dos bairros, coletavam recicláveis para a manutenção de “reforços escolares” na paróquia e distribuíam alimentos à famílias carentes escolhidas.⁹¹

Os apelos do “*Irmão Bessa*” à “*paz*” estiveram entre os pontos de maior relevância da cobertura feita pelo Correio. Em meio a passeatas, abaixo-assinados e

Arte pela Cidadania. Meninos da ICASU vão a Belo Horizonte participar de mostra teatral. *Jornal Correio*: 08/11/1997. p. 22. Ver também: Crianças dançam em busca do futuro. *Jornal Correio*: 11/07/1999. p. C.1. Colônias são opção nas férias. *Jornal Correio*: 15/11/1997. p.C.1. BERNARDES, Adriana. Garota troca cruzamento da cidade pelo estudo de dança. *Jornal Correio*: 09/1/2000. p. C1. Grupo salva a vida de Jovens e adultos. *Jornal Correio*: 09/04/2000. p.A1. Educação através da música. Integrantes da bandinha rítmica fabricam instrumentos. *Jornal Correio*: 24/06/2000. p. C1. Cidadania na cadência da percussão. Edvaldo da Costa Alves, o “Alegria”, desenvolve projeto musical com crianças do Lagoinha. *Jornal Correio*: 30/06/2000. p. C1; entre outros.

⁹⁰ Ao que parece, a Ordem Cavanis utiliza-se do ensino e da aprendizagem como forma de evangelização. Ver sobre Padre Bessa e trabalho educacional em Uberlândia em boletim eletrônico dos Cavanis. Em: <http://www.cavanis.org.br/web_ub/his.htm>, pesquisado em 8/02/2007.

⁹¹ Ver: Igreja torna-se sala de aula, religioso vai iniciar mais seis projetos. *Jornal Correio*: 20/05/2000. p. C-6. sobre os projetos e atividades do Irmão Bessa tem-se: Religioso investe no mini-cidadão, Irmão Bessa ‘vira palhaço’ para educar e evangelizar crianças. *Jornal Correio*: 01/06/2000. p. B-2. Irmão Bessa troca lixo por livro. *Jornal Correio*: 14/06/2000. p. B-2. Religioso ensina brincando. *Jornal Correio*: 06/07/2000. p. B-2. Irmão Bessa recebe medalha da Câmara, religiosos ensina lições de cidadania. *Jornal Correio*: 17/08/2000. p. B-7. Adolescentes trabalham pelo voto consciente. *Jornal Correio*: 01/09/2000. p. A-1. Religioso faz mutirão no bairro Laranjeiras. *Jornal Correio*: 15/11/2000. p. B-3.

visita a Câmara de Vereadores, os meninos da periferia eram “incentivados” a se comportarem de modo não violento na cidade.⁹²

A ênfase dada ao comportamento (cidadão) dos meninos e meninas dos bairros periféricos correspondia e se interligava a outras tantas notícias sobre assaltos, roubos, assassinatos, as quais traziam claras referências aos territórios habitados e constituídos pelos pobres da cidade. De acordo com o Correio, tratava-se de “*bairro como o Esperança, onde taxistas e entregadores de pizza não entra[va]m por medo de assaltos*”.⁹³

Estes locais eram terminantemente referidos como áreas perigosas de uma cidade cuja segurança tornava-se a maior preocupação dos habitantes.⁹⁴ A questão tornou-se um problema mais denso quando o Correio passou a redimensionar o alcance dos agentes da criminalidade para além de seus territórios de moradia”,⁹⁵ conjugando causas da violência ao que considerava característico à pobreza urbana.

Para alguns sociólogos a origem da violência está nas injustiças sociais e na educação deficiente. A mortalidade infantil, a falta de atendimento público nos hospitais, habitação marginal; sem trabalho remunerado muitas pessoas padecem de fome; o assistencialismo praticado por leigos que querem se promover leva a humilhação de muitos, a exclusão social, professores mal remunerados, homens e mulheres que não encontram trabalho depois dos 40 anos, serviços públicos mal dirigidos e conduzidos por servidores neuróticos, tudo isso são causas da violência. No Brasil milhares de famílias de camponeses sem preparo profissional para atuar no meio urbano, nos últimos 20 anos, deixaram as fazendas e foram viver nas cidades. Trabalharam enquanto foi possível em serviços braçais, especialmente na

⁹² Crianças são incentivadas a lutar pela paz. *Jornal Correio*: 10/10/2000. p. B-1. Crianças fazem passeata pela paz. *Jornal Correio*: 13/10/2000. p. A-7. Bessa entrega abaixo-assinado ao Legislativo. *Jornal Correio*: 19/10/2000. p. A-3. Ação pelo fim do (*sic.*) desarmamento. *Jornal Correio*: 29/11/2000. p. B-2. Criança fará passeata pela paz. *Jornal Correio*: 02/12/2000. p. B-1.

⁹³ Cidade muda seu perfil em face da violência. *Jornal Correio*: 04/10/1998. p. 9.

⁹⁴ De acordo com pesquisa da “P. S. Marketing”, divulgada pelo Correio em 4 de outubro de 1998, 39,5% dos entrevistados disseram que a cidade precisava de “proteção”. Ver: Segurança é a maior preocupação da população. *Jornal Correio*: 04/10/1998. p. 11.

⁹⁵ Ver entre outros, texto do articulista ALVARENGA, Marcos. Opinião. Tiros no centro. *Jornal Correio*: 25/04/2000. p. A-2.

construção civil. Hoje não há mais trabalho para essa gente nem para os filhos deles que freqüentaram escolas deficientes. Muitos excluídos sociais partem para a violência na tentativa de sobreviverem e outros fazem por ignorância, má formação ou desespero. Logo conhecer as causas da violência não é difícil. A questão é saber como combatê-la. O governo já não oferece segurança aos cidadãos. As polícias militares e civis, sem recursos, também não podem fazer muitas coisas em conflitos sociais. O sistema carcerário no País é falho. Não há celas para todos os inquéritos. Também, não há juízes para julgá-los com rapidez. O caos é grande.⁹⁶

As formas de combater estas causas não se pautaram no reconhecimento de que grande parte daqueles apontamentos foram reivindicados em momentos distintos, através de estratégias diversas, como direitos sociais.

Contrariando esta lógica, destaca-se em Uberlândia a criação de uma grande Organização Não Governamental antiviolência, chamada de “*Reação:: Organização Brasileira Contra a Violência*”. Organizada a partir do brutal assassinato de dois jovens de classe média na cidade, esta ONG conseguiu uma divulgação ampla e empenhou-se na defesa da diminuição da maioridade penal.⁹⁷

Os documentos criados pela organização, de acordo com o Correio, subsidiaram diversas ações da polícia militar e fizeram com que operações como “*Fecha Batalhão*” tomassem as ruas dos bairros “problemáticos” da cidade.⁹⁸

Em maio de 2000, a Reação realizou uma extensa pesquisa através de questionários enviados a associações de classe, empresas e entidades religiosas, para

⁹⁶ SANTOS, Ivan. Opinião. Causas da violência. *Jornal Correio*: 15/04/2000. p. A-6.

⁹⁷ Pretendia estipular como referência a idade de 16 anos. Ver: ONG Reação quer reduzir a maioridade penal. *Jornal Correio*, 12/12/1998. p. A-1.

⁹⁸ 17º coloca todo o efetivo nas ruas. *Jornal Correio*: 22/05/1999. p. A-1. Operação Fecha Batalhão chega a Zona Oeste. *Jornal Correio*: 29/05/1999. p. A-1. Sociedade se une contra crime. *Jornal Correio*, 16/06/1999. p. A-1. Entidades discutem projeto básico de segurança. *ibid.*, p. B-6.

radiografar a violência em Uberlândia.⁹⁹ Segundo a coordenadora Maria Helena Franco,

O objetivo do estudo é o de mapear a violência e indicar soluções sugeridas pela própria comunidade. [...] ‘Tivemos a oportunidade de conhecer os anseios da população em diferentes localidades. Furtos, roubos, tráfico e consumo de drogas forma os principais delitos apontados’, revelou. As principais causas da violência, conforme mostra o relatório, são a desestruturação familiar, o desemprego, a falta de policiamento e a impunidade.¹⁰⁰

As soluções apontadas no documento giravam em torno do: “*aumento do policiamento, combate ao tráfico e consumo de drogas, do aumento da oferta de empregos e melhoria do nível educacional, com a criação de cursos profissionalizantes*”.

De acordo com Maria Helena, a ONG tem um compromisso com a população de buscar soluções para aumentar a segurança. Uma delas é a criação de centros de integração familiar nos bairros com baixo poder aquisitivo e alto índice de criminalidade. ‘Esses centros seriam destinados às famílias para oferecer apoio psicológico, cursos profissionalizantes, noções de higiene e nutrição’, disse ela. Também lembrou que através dessas entidades podem ser feitos encaminhamentos para dependentes de álcool e drogas e acompanhamento com psicólogos para todos os membros da família em que a violência é rotineira. Além dos centros, a ONG está enviando uma carta ao Ministro da Justiça, José Gregori, para juízes e promotores e para o governo estadual mostrando o resultado da pesquisa e sugerindo algumas providências como a reforma e a ampliação da colônia penal para amenizar a falta de segurança em Uberlândia. ‘A medida foi tomada para que eles possam conhecer a realidade de Uberlândia’, enfatiza Maria Helena.¹⁰¹

⁹⁹ ONG fará radiografia da violência na cidade. *Jornal Correio*: 02/05/2000. p. B-1.

¹⁰⁰ Estudo REAÇÃO faz Mapa da Violência. *Jornal Correio*: 20/09/2000. p. B-12.

¹⁰¹ idem.

Novamente os elementos sobre o despreparo para o mercado de trabalho, sobre a ignorância e a tendência para vício do álcool e drogas se reificavam nas avaliações sobre a violência na cidade. O Jornal praticamente assinou estas decisões, dividindo o espaço de uma página com o resultado da pesquisa, com os seguintes dizeres: “*QUERO PAZ, diga não a violência. CORREIO. O seu jornal de Uberlândia*”.¹⁰²

O comprometimento do Jornal em divulgar e apoiar as ideias daquela organização não se limitou a declarações de concordância como esta.¹⁰³ Seguindo a tendência da criminalização dos pobres sistematizada com maior vigor na cidade após a criação da ONG, o Correio voltou a tratar de temas que pareciam superados ou esquecidos.

Entre eles tem-se o retorno do tema da mendicância, enquanto modo de trapaça e de vida fácil. De acordo com o texto do jornalista Márcio Alvarenga,

[...] Pois bem, outro dia fui abordado por um cidadão que se lamuriava [por ter] sido enganado por uma promessa de emprego [...] e que havia deixado a cidade de Itumbiara somente com a roupa do corpo para tratar de um novo serviço na cidade de Uberlândia. Aqui chegando percebeu que tudo não passava de pura embromação e que tinha muita fome e estava há mais de um dia sem pôr nada na boca. Qualquer cristão de boa fé teria ficado estarrecido com essa história que poderia perfeitamente refletir uma clara e cruel realidade. Ofereci então para comprar-lhe um salgado. Mas, ele disse que preferia dinheiro, pois sua intenção era retornar para sua cidade de origem. Percebi que houve uma inversão de prioridade, que primeiro ele havia feito referência ao fato de estar algum tempo sem comer. Como um homem com fome não é um homem livre, achei que seria até difícil empreender uma viagem sem forrar o estômago. Resolvi não atender o pedido e tratei de colocar a razão antes do coração e neguei dar dinheiro ao citado elemento. Passaram-se alguns meses e no cruzamento da Afonso Pena com a Goiás, fui novamente abordado pela mesma

¹⁰² QUERO PAZ, diga não a violência. CORREIO. O seu jornal de Uberlândia. ibid., p. B-12.

¹⁰³ Vale notar que a organização divulgava seus compromissos e informes através de propagandas nos espaços de publicidade do Correio. Como exemplo, ver: PROPAGANDA. REAÇÃO. *Jornal Correio*, 08/06/1999. p. A-5.

figura, que não é tão bom fisionomista como eu, mas que se preparava para contar a mesma história. Só que sua surpresa foi infinitamente maior quando o arremate da mesma foiçou por minha conta. A verdade é que o pseudomendigo tinha um script tão bem decorado que o mesmo não era capaz de fazer alteração ou improvisar, pois a história era literalmente a mesma [...]. Tem gente que acha que dar esmola é um sentido claro e evidente de pessoa de bom coração. Já particularmente acho que este gesto tende muito mais a evidenciar uma certa falta de espírito. Infelizmente nos dias de hoje já não podemos associar o mendigo a imagem da miséria humana, pois muitos fazem deste ato um verdadeiro modo de vida. Olhando para a confluência da João Naves com a Rondon Pacheco avistamos algumas crianças pedindo esmolas nos sinais. Quem são elas afinal de contas? São pequenos operários de uma indústria chamada mendicância.¹⁰⁴

Novas notícias sobre os “velhos” vagões da migração¹⁰⁵ reforçavam as desconfianças e as medidas de prevenção contra a presença de mendigos na cidade.¹⁰⁶ Entre eles, uma atenção especial foi dada às crianças que “vagavam” pelas ruas, as quais ora eram vistas como delinqüentes,¹⁰⁷ ora como vítimas de exploração por pais e por adultos.¹⁰⁸

Na expectativa de combater este “problema”, o Jornal lançou uma campanha contra a compra de produtos e esmolas nos semáforos.¹⁰⁹ Intitulada: “*Animais não maltratam seu filhotes*”, a iniciativa teve uma ampla repercussão na cidade; através dela o Jornal pediu contribuição a empresas e demais segmentos urbanos. As arrecadações foram destinadas para um Fundo Municipal, administrado pelo

¹⁰⁴ ALVREANGA, Márcio. Indústria da mendicância. Opinião. *Jornal Correio*: 5/08/1998, p. 6.

¹⁰⁵ Número de migrantes volta a assustar a PMU. *Jornal Correio*: 30/04/1996, p. 1. Linha de trem aumenta a vinda de migrantes. *Jornal Correio*: 8/12/1996, p. 1.

¹⁰⁶ Mendigos causam polêmica. *Jornal Correio*: 8/09/1998, p. 8.

¹⁰⁷ Esmola joga criança no ciclo da marginalidade. Quanto maior a quantia dada aos garotos, maiores são as dependências deles na rua. *Jornal Correio*: 6/12/1998, p. 9.

¹⁰⁸ Menores são explorados nas ruas. Cruzamentos são os pontos preferidos. *ibid.*, p. 10.

¹⁰⁹ Crianças ganham novos aliados. *Jornal Correio*: 28/11/1999. p. B-1.

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente¹¹⁰ e distribuídas a entidades filantrópicas.¹¹¹

As atividades realizadas pelas entidades beneficiadas eram as mais diversas. De creches a fábricas de velas,¹¹² meninos e meninas pobres viviam rotinas “educacionais” preventivas, o que retirava-os das “ruas”. Os textos do Correio, mesmo ao apontarem rotinas de trabalho de crianças, mostravam uma certa retração à temática do “trabalho” como uma metodologia de ensino e de aprendizagem, tal como ocorrido com as matérias sobre as Unidades de Orientação de Menores e outras instituições particulares dos anos de 1980 e 1990.¹¹³

A educação formal, por outro lado, ainda que vista sob o prisma da prevenção à mendicância e à delinqüência, se mostrava como um valor ambicionado pelo trabalhadores urbanos. Em 1997, Rafael Luís Camargo, carroceiro, então com 17 anos, interpretava a vontade de retornar à escola como sendo um fator de oportunidade, de melhoria da própria condição de vida.

Ah, se eu pudê, voltar o ano que vem, pra estudá. Estudá porque ao menos, fazê até o primeiro ano, né? O primeiro grau, rumá um serviço.[...] Ah, a vida agora, igual enquanto eu tô novo, vô trabaiano com ele aí, agora quando eu ficá mais véio, vô tê que

¹¹⁰ Sucesso da Campanha surpreende. As empresas podem participar com 1% do Imposto de Renda devido. *Jornal Correio*: 12/03/2000. p. A-2.

¹¹¹ Campanha beneficia 100 entidades. *Jornal Correio*: 19/03/2000. p. B-2.

¹¹² “Na sequência de matérias publicadas pelo Correio, sobre a campanha: ‘Os animais não maltratam seus filhotes’, nesta edição será mostrado o trabalho realizado pelo núcleo Espírita Anjo Ismael. A entidade cuida de 80 crianças carentes de 0 a 6 anos, em regime de creche. Todas entram às 6h30min e saem às 18horas. Este ano a Instituição recebeu subvenção de R\$ 6,4 mil. Esta subvenção é um dos resultados do trabalho realizado pela empresa ABC Propaganda e pelo Jornal Correio”. Campanha. *Jornal Correio*: 26/03/2000. p. A-1.

¹¹³ O “Estatuto da Criança e do Adolescente” possivelmente interferiu na mudança de foco, tanto da imprensa, quanto das ações e políticas do poder público em relação à defesa da educação pelo, ou, somente para o trabalho. Ver Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos. Pesquisado em <https://200.181.15.9/ccivil_03/LEIS/L8069Compilado.htm>, em 20 de setembro de 2006.

arrumá um serviço melhor. Aí vô tê que tê pelo menos uma série mais boa, para arrumá um serviço bão.¹¹⁴

Entretanto, a cidade, ao ser recomposta por valores atribuídos a uma noção de empobrecimento, transtornada no final dos anos de 1990 pela ação violenta de grupos e indivíduos reconhecidos como periféricos, acabou reestruturando certas expectativas em torno da educação.

Pedagogos, historiadores ou sociólogos que pesquisam sobre o ensino ou trabalham no desenvolvimento de projetos que busquem compreender e contribuir, tanto para as reformas educacionais, maneiras de colocar em prática programas de alfabetização ou mesmo trabalhar na elaboração de cursos técnicos para desempregados, poderiam seguir outros caminhos de análise, tais como as relações possíveis e complementares entre estudo formal e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

O esforço desta pesquisa, porém, buscou perceber a educação como um valor em disputa entre os trabalhadores que buscavam a emancipação de seus filhos, melhores condições de vida e as condicionantes históricas colocadas pelo processo de empobrecimento da cidade que trouxe, ou, ao menos, evidenciou desconfianças sobre a cultura e o comportamento dos pobres.

Nesta dinâmica, a educação dos periféricos se sobressaía nos textos do Jornal Correio como um elemento significativo para justificar a condição presente de vida;

[...] o levantamento revela vários dados preocupantes sobre as condições de vida nestes 36 bairros. No jardim Ipanema II, por exemplo, o número de crianças que não estudam, com idade entre sete e treze anos, chega a 42,8%. Na chamada fase pré-escolar, que inclui as idades entre três e seis anos, o número de crianças fora da escola, pode chegar a 100%, com é o caso do bairro Canaã e

¹¹⁴ Fala referida a Rafael Luís Camargo, 20 de Abril de 1997 (Ana Mágna Silva Couto, arquivo de pesquisa/2000. op. cit).

Patrimônio. Em média, 72,64% dos indivíduos não tem o primeiro grau completo e o índice de analfabetismo atinge a casa dos 23%. Entre os analfabetos, a grande maioria (80,85%) tem idade superior a 40 anos.¹¹⁵

A pesquisa realizada pelo CEPES,¹¹⁶ na qual foram consultadas 1.958 pessoas, trazia números que poderiam apontar, no mínimo, dois aspectos distintos: o primeiro seria um descaso relevante do poder público com as escolas destinadas aos trabalhadores, o que poderia ser empiricamente evidenciado. O segundo tenderia a fortalecer uma idéia inconcebível a muitos que acreditam na escola como o “suporte” da vida: o ensino formal não estaria se constituindo enquanto uma necessidade e uma expectativa a ser realizada - ou buscada - nos anos finais do século XX, por grande parte dos trabalhadores urbanos de então.

Na interpretação da violência que cresce em Uberlândia nos 116 anos de autonomia da cidade, comemorados solenemente hoje, a migração estimulada pelo ‘Programa Cidades-Diques’ merece reflexão especial. Aquele projeto foi lançado pelos governos militares para deter a migração acelerada do campo para as grandes capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília. Uberlândia foi eleita Cidade Dique e recebeu dinheiro a fundo perdido para construir escola, obras de saneamento básico e, principalmente, conjuntos habitacionais (casas próprias) para trabalhadores rurais que trocaram o campo pela cidade. [...] Os migrantes chegaram há 20 anos sem nenhuma qualificação profissional e sobreviveram com o trabalho temporário na construção civil, enquanto esta permaneceu aquecida com a construção de casas e edifícios. Com o desaquecimento desse setor, transformaram-se em bôias frias urbanas. Os filhos dessas famílias que chegaram com idade entre 1 a 10 anos, mal terminaram a educação fundamental numa escola pública de bairro e hoje, com mais de 20 anos de idade, não encontram trabalho. Alguns desses rapazes e moças, sem esperança de melhores dias, acabam atraídos pelo crime organizado, lotam os presídios ou continuam a delinquir na cidade. Este é, sem dúvida, o maior problema social de Uberlândia nestes 116 anos. Logo, é fácil compreender que o

¹¹⁵ O Cepes registra ainda que “*nesta pesquisa foram consultados moradores de bairros periféricos*”. Ver “Periferia quer mais segurança”. 27/10/1995. *Jornal Correio*. p.9.

¹¹⁶ Centro de Documentação e Pesquisa Sócio Econômico da Universidade Federal de Uberlândia.

combate a violência que cresce e aparece não pode ser feito somente com a construção de presídios e repressão por policiais armados nas ruas. Para enfrentar a violência é preciso usar a cabeça, melhorar e ampliar a educação, qualificação profissional, aumento de postos de trabalho e promoção de melhor distribuição de renda através do trabalho. Esta receita não pode depender de assistencialismo. É missão de políticos bem preparados, empresários conscientes e trabalhadores educados.¹¹⁷

A lógica e a memória de “*Cidade-Dique*”, estruturada durante o regime militar e empobrecida nos anos posteriores a ele, impunha-se sobre outras memórias e trajetórias dos filhos dos trabalhadores.¹¹⁸ Os fracassos em relação à vida profissional e frente às oportunidades que existiam “há 20 anos atrás” deram-se por “mal” terminarem a “educação fundamental numa escola pública de bairro”. Talvez coubesse na avaliação que naquela época muitas das famílias vindas de diversas regiões do país, ou mesmo do meio rural, não conseguiram manter os filhos estudando devido às condições que as relações vividas impuseram a elas.

As mães de muitos, provavelmente, precisaram circular entre os postos de saúde em busca do “Programa de Suplementação Alimentar”; talvez muitos daqueles com “mais de 20 anos” beberam do leite trocado pelo tíquete do governo federal, foram removidos de suas casas e tiveram que aceitar as condições de difíceis pagamentos destas “casas próprias”, referidas no documento como algo semelhante à dádiva.

¹¹⁷ SANTOS, Ivan. Feliz Aniversário Uberlândia. Especial, 116 anos. *Jornal Correio*: 31/08/2004. p. A2

¹¹⁸ Não considerando entre outros fatores a forte onda de desemprego ocorrida alguns anos após a implementação do Plano Real. “O plano Real completa cinco anos com um número recorde de pessoas desempregadas no país: 10,375 milhões, segundo projeção realizada pelo Datafolha.[...] Esse foi o maior percentual já registrado pelo instituto em uma pesquisa nacional”. Segundo o jornal, os trabalhadores destituídos de emprego “[...] vivem de bicos, serviços esporádicos ou, na melhor das hipóteses, como assalariados sem registro”. Especial 1 “5 anos depois...”. Jornal Folha de S. Paulo: 27/07/1999. p. 6.

Aos filhos daqueles filhos de “bóias-frias urbanas” a educação, a cultura vista como um rol de atividades e eventos preventivos ao crime, as políticas públicas que fornecem bolsas, tornam-se instrumentos possíveis de disciplina e contenção dos trabalhadores pobres em Uberlândia.

Este movimento tem tido um papel expressivo na constituição da realidade vivida e nas concepções elaboradas pelos beneficiários sobre a pobreza na cidade. O próximo capítulo trata esta dinâmica de luta e dissimulação (das diferenças) de classes, vista em uma dimensão de vida urbana, a partir dos escolhidos ou incluídos nos programas sociais do poder público.

Capítulo 4

Narrativas de Empobrecimento e “Inclusão Social”

Em fevereiro de 2002, 6.789 famílias (cerca de 11 mil crianças) estavam cadastradas na Prefeitura de Uberlândia e começaram a receber R\$15,00 por aluno freqüente nas escolas públicas da cidade. Recebiam também, em mesma quantia, o “vale-gás”, pois o cadastro do primeiro era utilizado para organizar o pagamento do segundo.¹

Dados atuais mostram que cerca de 6 mil cestas do Pró-pão são fornecidas para as famílias credenciadas.² Em setembro do ano seguinte, 1.975 pessoas com renda mensal inferior a dois salários mínimos e consumo menor do que 20 mil litros de água/mês foram beneficiadas pela “Tarifa Social”.³

¹ De acordo com as informações de Camila Lima Coimbra. Uberlândia, 29 de março de 2006. (Arquivo desta pesquisa; entrevista 6, fita1).

²Ver:<http://www2.uberlandia.mg.gov.br/pmu/site.do;?evento=x&lang=pt_BR&taxp=32&pg=10&idConteudo=2294>, pesquisado em 25/02/2007.

³ “O projeto, votado no dia 10 de março deste ano, dá direito à isenção da conta de água a famílias com renda até dois salários mínimos que possuam apenas um imóvel e que o consumo seja inferior a 20 mil litros de água por mês. O benefício é válido por 12 meses. [...] O diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), Renato Celso de Freitas, explica que a pessoa cadastrada pode perder o benefício se ultrapassar o consumo permitido duas vezes consecutivas ou três alternadas. O atraso no pagamento de tarifas pode provocar o cancelamento. Ele lembrou que os

Desde maio de 2004, 3,7 mil famílias recebem em Uberlândia uma “Renda Cidadã”, cujas regras foram apresentadas pelo Correio da seguinte forma,

[...] para participar do Renda Cidadã, as famílias devem atender alguns requisitos, tais como renda familiar per capita de até meio salário mínimo, ter domicílio eleitoral na cidade e manter as crianças e adolescentes na escola. Cada família receberá R\$ 50,00 mensais. A Lei prevê ainda que as famílias que tiverem crianças, ou idosos ou portadores de deficiência poderão receber R\$ 20,00 a mais para cada membro, desde que não ultrapasse o valor máximo de R\$ 110,00.⁴

Os principais “passaportes” para os programas diziam (e ainda dizem) respeito à comprovação de trabalho, com relevância a uma baixa renda salarial, e à moradia fixa e não recente na cidade, entre outros.⁵

A quase totalidade das pessoas entrevistadas para esta pesquisa, além de se encontrarem em tais condições, precisavam manter os filhos ou netos nas escolas, comparecer a reuniões, receber visitas de assistentes sociais, etc. Estavam, portanto,

outros serviços oferecidos pelo órgão, como a ligação de água e outros, são pagos a parte. O cadastro para desfrutar da Tarifa Social é feito pela Secretaria de Desenvolvimento Social, e a análise pelo DMAE. (Os critérios de escolha das pessoas a serem beneficiadas foram baseados na pesquisa socioeconômica, realizada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) a pedido da Prefeitura). [...] Os interessados devem apresentar os seguintes documentos: três últimas contas de água, carteira de trabalho, carteira de identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), comprovante de renda e comprovante de aluguel.” FRANCIS, Fabrício. Tarifa Social beneficia quase duas mil famílias. Jornal Correio: 2/09/2003. p. B3.

⁴ Renda Cidadã atenderá 3,7 mil famílias. Jornal Correio: 16/03/2004, p. B3. “A receita destinada ao programa é proveniente do próprio orçamento, bem como de repasse da União, Estado e outras contribuições”. 3,7 mil famílias receberão verba do “Renda Cidadã”. Jornal Correio: 21/05/2004, p. B2. O programa foi criado no mais recente governo do peemedebista Zaire Rezende (2001-2004).

⁵ Para se ter direito à “Renda Cidadã”, por exemplo, eram exigidos os seguintes documentos: “Carteira de Identidade (cópia e original); CPF (cópia e original); Título de eleitor ou protocolo de inscrição ou transferência (cópia e original); Comprovante atual de renda de todos da casa que trabalhavam (contra-cheque, recibo ou declaração) e também extrato bancário dos benefícios sociais recebido (BCP, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Família, Vale Gás, PETI) - (cópia e original); Última conta de água (cópia e original); Carteira de trabalho de todos na casa maiores de 16 anos (original); Certidão de nascimento de todos os menores de 18 anos (original); Último recibo de aluguel ou comprovante de financiamento (original)”. Jornal Correio: 16/03/2004. op. cit. p. B3.

em permanente contato com instituições e categorias que observavam os cumprimentos das regras estabelecidas e mudanças nas condições sociais; com poderes de indicar o corte de benefícios.

Em 2004, ocorreu um processo de atualização do cadastro das famílias que recebiam recursos dos programas sociais, devido à implantação da Renda Cidadã. De acordo com o Jornal Correio:

O recadastramento das famílias é feito no Centro de Bairro Lagoinha, para atender os moradores dos setores sul, centro e norte; mas, também, acontecerá no Centro de Bairro 1º de Maio para atender aos setores leste e oeste. As famílias foram comunicadas do recadastramento por meio de uma carta, na qual constam todas as informações e documentos necessários. Os cadastros aprovados serão encaminhados para a Caixa Econômica Federal para a confecção do cartão magnético, com o qual a pessoa poderá retirar o dinheiro. De acordo com a lei, o cartão será confeccionado no nome da mulher e, na sua falta, a quem tiver a responsabilidade do poder familiar. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social possui um cadastro com aproximadamente 12 mil nomes. De acordo com o secretário da pasta, João Eduardo Máscia, a reavaliação do cadastro é importante para a confirmação dos dados, mesmo porque algumas famílias podem ter mudado de condição social e não preencher os requisitos exigidos dos benefícios.⁶

As entrevistas com beneficiários, feitas para esta tese, coincidiram com este período de recadastramento. Esta “coincidência” fez com que as pessoas priorizassem, em suas falas, “justificativas” para o recebimento de políticas sociais e revelou relações políticas presentificadas e campos de força conflituosos, que fizeram transformar as noções de pobreza, de cidade e de vida em Uberlândia, nos últimos anos.

Os entrevistados demonstraram meios e mecanismos para trabalhar com elementos culturais difusos na realidade vivida que, de modo geral, eram

⁶ idem.

organizados através de práticas, narrativas e discursos propagados por religiosos, agentes públicos e pela própria imprensa.

A pesquisa destacou, por exemplo, uma maneira radicalizada (mas, ao mesmo tempo, bastante particular) de lidar com as caricaturas e interpretações que colocavam os pobres retratados no jornalismo local como famintos. Ao buscar pessoas entrevistadas pela imprensa, com a intenção de conseguir meios de contato com os sujeitos, liguei para o Jornal Correio a fim de conseguir o endereço de Ilma da Silva, que servia sopa para moradores do bairro Joana D'Arc.

Tratava-se de uma empregada doméstica que, segundo o Jornal, “garantia a alimentação” de 150 pessoas no Joana D'Arc, bairro no qual era moradora. A matéria trazia uma chamada de 15 linhas na primeira página, com o subtítulo “*BOM EXEMPLO*”, acompanhada por uma foto colorida (13X17,5) de uma criança sendo alimentada. Na legenda encontravam-se os seguintes dizeres: “*SOPÃO Crianças do Joana D'Arc têm alimentação graças ao trabalho de voluntários*”.⁷

Na página B3 uma foto (16X19,5) mostrava uma jovem que esboçava um sorriso discreto, outra que assoprava uma colher, enquanto uma terceira de olhos fechados e cabeça baixa apresentava-se de maneira tímida. Naquele ano o projeto era desenvolvido por *um grupo religioso denominado “Consórcio do Bem”*.⁸

Na matéria apareciam outros personagens, tais como a desempregada Maria Lúcia Estevam, casada, com o marido também sem emprego, mãe de duas crianças (de 2 e 6 anos), que, segundo o registrado no jornal, *com[ia] o que ganha[va]*, ou Maria Elza dos Santos, *assídua no barraco* de Ilma da Silva e que *também depende de doação*; dizia que *a sopa muitas vezes[era]a única opção para o jantar*.⁹

⁷ SILVA, Selma. Doméstica alivia fome de 150 pessoas da periferia. *Jornal Correio*: 30/03/2004, p. A1. Foto atribuída a Dorival Dias.

⁸ idem.

⁹ idem.

Visitei Ilma no dia 3 de abril de 2004 e me apresentei como um historiador que fazia pesquisa sobre os programas sociais do município e que, após a leitura do Jornal, havia me interessado pela ação que ela desenvolvia.

Prontamente, ela me perguntou se o estudo seria apresentado em algum órgão de imprensa e se eu tinha algum contato com a repórter Selma Silva, responsável pela reportagem, e completou dizendo que algumas pessoas ficaram bastante insatisfeitas, chegando a rasgar o Jornal na porta do “barraco” onde era servida a sopa. Disse que houve um exagero, e que as meninas apresentadas na reportagem disseram a ela: “*tia eu não estou passando fome*”.¹⁰

A destruição do Jornal poderia apresentar sinais dos condicionamentos vividos por aquelas pessoas. Um destes dizia respeito àquilo que os programas públicos visavam combater na cidade de Uberlândia: a presença de miseráveis vindos de regiões diversas e que cometiam crimes e mendicância na cidade.

A entrevista realizada com José Ribeiro Filho mostrou pressões vividas por pessoas que estavam em difíceis condições de sobrevivência. O conheci através de uma assistente social¹¹ que atendia, no serviço público municipal, crianças vítimas de violência. A relação entre os dois foi estabelecida através de denúncias de maus tratos do entrevistado para com seus filhos.

Na ocasião da entrevista, José Ribeiro morava no bairro Dom Almir, com uma filha e um filho, em uma casa de dois cômodos com divisões de madeira, a sala e a cozinha faziam parte de um módulo, enquanto um outro compartimento servia de quarto. A moradia se assemelhava às barracas feitas no período de ocupação do

¹⁰ MORAIS, S. P. Caderno de anotações. Sem número de páginas. Data da anotação: 03/04/2004. Arquivo desta pesquisa.

¹¹ Como referido no capítulo 2.

bairro. Sua condição se distingua dos demais entrevistados, pois era uma pessoa cuja única renda provinha da “Bolsa Escola”.¹²

A narrativa demonstrava ansiedade com a obtenção de alimento e, também, um difícil relacionamento com o filho mais novo que, segundo o entrevistado, tinha problemas de disciplina na escola.

Sérgio Paulo: - O que tá acontecendo... senhor José?

José Ribeiro: - Ah, não tem serviço, né?! Eu só sozinho com um casal de menino, o menino tá me dando muito trabalho em escola. Tenho raiado muito com ele, hoje mesmo tornei a falar com ele, ontem eu telefonei pra uma menina minha lá embaixo na cidade, uma casada, eu vou entrar em cena na justiça aqui vê se eu tiro ele de Uberlândia e mandar pra fora, porque não tá obedecendo ninguém no colégio e nem aqui na Casa do Caminho, porque eu ponho em duas escolas pra não ficar jogado na rua, né?! Estuda de manhã no colégio de sete às onze e meia, depois vem pra casa almoçá, uma hora vai pra Casa do Caminho que é outra escolinha... a menina já não vai porque a menina... tá na oitava, né?! [...] faz tempo que eu parei de raiá, tem tempo, que num bato, batia muito... tanto os professor, diretor do colégio, daqui da Casa do Caminho, falava pra mim... “não o senhor pára de batê, vai com conselho, não raia, não castiga”.... essas coisas tudo eu ando fazendo, mas não tá adiantano né.....não tá adiantando...então eu quero que ele aprende pra num ficá igual tá eu, porque se eu tivesse leitura eu não tava aqui no sofrimento. Criei sozinho, sem mãe, agora em dezembro vai fazer dez anos, o menino tá com doze e a menina vai fazer catorze, eu criei sozinho, e vai fazer dez anos. Graças a Deus o arrozinho com feijão tem comida e agora eu to passando dificuldade que eu nunca passei o que eu to passando. Falta. [...] Agora a menina acabou de fazer um almoçozinho pra nós hoje e falou, “pai não tem uma gota de óleo pra janta”, olha, faz na água e sal, tinha uma menina colega de escola dela aqui, destapou a rir, mas na água e sal seu José? Ué que eu vou fazer? Eu não tenho dinheiro, não to trabaiano, não acho serviço... né... eu ando passando dificuldade né...¹³

¹² Fato que contrariava as regras daquele benefício.

¹³ José Ribeiro Filho. Uberlândia. op. cit. (Capítulo 2). 07 de maio de 2004.

Revelada pelo termo “falta”, a interpretação sobre risco de passar fome imbricou-se em temáticas diversas, que variavam entre a criação dos filhos, a falta de emprego e a pouca escolaridade do próprio entrevistado.

Como beneficiado da Bolsa Escola, José Ribeiro apresentou duas visões sobre a importância do ensino formal na vida dos pobres. Em relação a si mesmo, o entrevistado lamentava não ter tido a oportunidade de estudar: “*se eu tivesse leitura não estava no sofrimento*”.

A relação do filho com a escola era vista dentro de outra dinâmica. José Ribeiro tentava evitar que o menino ficasse “*jogado na rua*” mantendo-o em duas “escolas”. Assim, respeitava uma percepção que determinava à escola a função de prevenir crimes, uso de drogas, entre outros. A estratégia utilizada pelo narrador consistia em não contrariar o ponto de vista dominante que associava periferia e violência; ele se coloca como um agente de prevenção, um cidadão atento aos seus deveres sociais.

Apresentou-se como um pai que educava sozinho os filhos, porém realizava esta tarefa a partir de normas aprendidas nos programas de televisão e rádio, nos conselhos das assistentes, através das orientadoras educacionais, dos doadores, dos advogados e dos juízes (com os quais havia *entrado em cena*).¹⁴

De acordo com o narrador, os pactos firmados mais particularmente com a assistência social estavam sendo respeitados, já que o entrevistado dizia não mais bater no filho. Em outros momentos da fala destacou-se, também, uma incessante defesa de uma “ética”, a qual ele dizia seguir.

José Ribeiro não consumia bebidas alcoólicas, a não ser quando um primo o convidava para comer um churrasco, ou uma galinhada.

¹⁴ idem.

... É... nem com esse incentivo do Bolsa Escola, mas diz ele que eu sou um cara, como diz o outro, que eu não esbanjo que eu não sou de beber. Lá por acaso quando de vez em quando que eu bebo uma cervejinha com um primo segundo meu, ele vem aqui ou leva pra casa dele, lá nois vai come uma carne assada ou faz uma galinhada, nois joga um truquinho, aí as vez eu bebo uma cervejinha nesse momento. Ao contrário de eu sair daqui e ir lá num barzinho e beber uma cerveja ou uma dose de pinga ou qualquer coisa que depende de bebida a álcool.¹⁵

Não apostava em jogos:

José Ribeiro: - É, não tenho mais nada. A não ser Deus... pra mim Deus e depois esse Bolsa Escola, se não fosse esse bolsa escola, não saberia como é que tava.

Sérgio Paulo: - O senhor compra comida com a Bolsa Escola? O que o senhor faz?

José Ribeiro: - Compro comida, compro algum objeto quando precisa, quando não precisa de objeto uso pra dentro de casa mesmo, né? Como diz o outro é pra dentro de casa mesmo... Eu sou um cara, como diz o outro, não sou bebedor, não sou jogador, eu gosto de um jogo assim...joga baralho, mas tudo brincadeira, ir num vizinho, brinca aí um truco, essas coisas, uma caixeta, um pife, um vinte e um, um trinta, um trinta e um, uma baralhada, essas coisas, as vez aqui em casa aparece alguém nois brinca... mais brinquedo... jogá a dinheiro eu nunca joguei dez centavos e nem jogo, porque eu não tenho nada a jogá, né... só se joga a vida... minha, que já tá no fim mesmo...¹⁶

Não roubava *um palito de dente dos outros*, não perturbava os vizinhos, não era promíscuo, como ele acreditava ser a *mãe dos meninos*, tinha ótimas relações com advogados, com pessoas que trabalhavam na Prefeitura e com parentes que

¹⁵ Esta observação ocorre após conversarmos sobre o filho mais novo; eu argumentava que se ele fosse embora, o senhor José deixaria de receber a Bolsa Escola. Perguntei: “... e assim, mas ele indo... ele tem o Bolsa Escola também e não vai ser ruim para o senhor também, senhor José?” idem.

¹⁶ idem.

tinham dinheiro (tal como o irmão Lourenço). Tudo minuciosamente dito sem perguntas, ou interpelações de minha parte.

Através da televisão o narrador se informava sobre direitos. Após uma extensa fala sobre a audiência em que a ex-esposa adquiriu permissão judicial para visitar os filhos nos finais de semana, José Ribeiro citou o programa de reportagem policial “Chumbo Grosso” dizendo:

Eu sei que existe lei deu mexer com ela pra ela dá pensão aos meninos, porque tem lei pra isso, o homem dá pensão e a mulher também dá pensão. Ainda hoje eu vi no Chumbo Grosso de manhã, mas nunca mexi pra mim não ter dor de cabeça, como diz o outro, se vai fazê dez anos ele nunca ficou sem comer, vou largá ela pro lado né, pra mim não ter mais tanta raiva, não ter dor de cabeça sobre isso, mas eu sei que se eu mexer eu ganho, eu ganho né porque tem lei pra isso.¹⁷

Mesmo dizendo seguir os direcionamentos e as regras sociais constituídas, tanto em torno das políticas públicas, quanto no interior de relações sociais vividas, José Ribeiro passava “falta”.

Os significados “imaginários e simbólicos” atribuídos à realidade histórica vivenciada pelo narrador na cidade de Uberlândia apontaram nuances e fatos que julgava terem levado-o àquela condição social.¹⁸ Além do desemprego, da falta de estudo e de ter sido abandonado pela esposa, a condição de sua saúde se destacava em suas interpretações.

Sobre este tema:

Ainda ando aconselhando o menino ainda, ralho muito com ele, muita coisa que meu pai passou eu já ando passando né. Nois temo um problema de família de gente cardíaco, que do lado do finado

¹⁷ idem.

¹⁸ Ver discussão sobre significados “imaginários e simbólicos” e/ou como “realidades históricas”, em: KHOURY, Y. A. 2001. op. cit. (Introdução). pp.79-103.

meu pai era treze e já foi nove... repetido... por derradeiro, no final foi meu pai com um prato de almoço na mão. Do lado da minha mãe era nove já foi quatro... tudo repetido, e o mesmo que meu pai sofria eu sofro, só que nunca consultei, nem nada. Um irmão meu legítimo que trabalhava no INPS tem pelejado comigo pra ir lá pra podê tirar um eletro, eu nunca fiz e eu falo pra ele que nem quero porque o médico deu muito repouso final pro meu pai e agora pra mim que crio dois menino sozinho e Deus eu não tenho jeito de guardar repouso, porque chego lá vou tirar um eletro e você tá com esse problema, assim e assim, o repouso seu é esse e coisa e tal, é isso e aquilo. E você não pode faze isso, não pode faze aquilo. Eu não trabalhando por causa da idade, sou considerado aleijado de uma perna, e tenho vários problemas, tenho [...] tenho o golfo fechado, eu como é bebendo água, até uma sopa que eu ganhá de qualquer uma pessoa aí da rua, se não tiver água, eu não como, né. E como é que eu vou guardar repouso com um casal de menino menor? E a não ser Deus e o povo que me ajuda... [...] Não quer dizer que eu to sentindo dor, uma pontada, formigamento, essas coisas não, né. Problema eu tô sentindo, incha os pé, desincha os pé, passa uns três dias inchava a maminha esquerda e dava esses negócio nos braços, né... e dava essas mancha desse jeito [...] meio de vermelho assim, tá vendo?

Sérgio Paulo: - Sei..

José Ribeiro: - E nos dois braços... Tipo que dá um dá no outro, só daqui a aqui. Aí vai levantando os carocinhos, essas manchinhas de vermelho cevê eles levantando os carocinho, depois aquilo resseca eu... passo a mão assim sem coçá com a unha e esfarela tudo né. Irrita essas manchinhas, ai ó.¹⁹

O estado de saúde precedia, em certos momentos da narrativa, a relação de José Ribeiro com trabalho, ou com o próprio desemprego. Mas, quais sentidos poderiam ser depreendidos desta situação “particular”?

Muitas experiências sociais ocorreram nos últimos 30 anos e afetaram os trabalhadores pobres da cidade. Entre elas destacaram-se a luta pela permanência e pela ocupação de solo urbano, a criação de programas de nutrição, as perspectivas

¹⁹ José Ribeiro Filho. Uberlândia. op. cit. 07 de maio de 2004.

colocadas pelas “Campanhas” de combate à fome e a introdução de regras para benefícios sociais e políticas públicas.

Estas experiências foram suficientes para aqueles que passaram a ser beneficiados pelas políticas públicas instituíram modos de relacionamento e de comunicação com as outras categorias que geriam e divulgavam as normas que deveriam ser seguidas.

Os entrevistados nos possibilitaram perceber como o tema da saúde havia se tornado uma forma específica de comunicação entre os que recebiam benefícios e os que estavam em torno, ou fora destas políticas. No universo social vivido pelos narradores, as doenças sinalizavam os “verdadeiros” necessitados, pessoas que deveriam receber apoio e especial atenção do poder público e da comunidade em geral.

No momento da entrega dos cartões do programa Renda Cidadã, por exemplo, o repórter Wallace Torres escreveu um artigo bastante complacente em relação aos que esperavam pelo documento em um estádio de futebol.

[...] Nas arquibancadas não havia torcedores, mas um público que pode ser considerado vencedor. Cada uma das famílias contempladas sobrevive com uma renda familiar per capita de até meio salário mínimo. Alguns não têm nem isso. É o caso de Nilza Ferreira Coutinho, 57 anos. Viúva, não recebe pensão, nem aposentadoria. Também não tem renda. Um atropelamento ocorrido há anos deixou uma lesão na perna que impede de trabalhar e até de se locomover a uma média distância. ‘Vivo de doações’, conta. ‘Quando meu marido era vivo, ele me ajudava e punha comida em casa. Agora sou só eu e Deus’, lamenta dona Nilza, que no mês passado deixou de pagar a conta de água para comprar remédios. [...] As famílias beneficiadas podem não suprir todas as necessidades, com os R\$ 50,00 que vão receber, mas podem amenizar a falta do básico, como comida, roupa e remédio. Marta do Nascimento Chaves cuida da casa e dos filhos e não consegue exercer mais a atividade de doméstica por causa da lesão por esforço repetitivo (LER). Ela conta que foi uma alegria total na casa quando recebeu a correspondência informando que seria uma das beneficiadas pelo Renda Cidadã. ‘Achei que nem conseguiria

porque tive que fazer o recadastramento do CPF e pensei eu não daria tempo; mas deu, graças a Deus', conta. O dinheiro do programa será gasto com leite para a filha de três anos que ainda mama no peito da mãe já com seus 41 anos.²⁰

No meio de uma multidão, o jornalista “encontrou” mães e viúvas que não tinham condições de trabalhar por doenças ou paralisias. Através da exposição de seus dramas e de suas condutas pessoais, Wallace Torres compôs um enredo no qual o benefício era justificado pelas “antigas” regras de distinção entre honesta mendicância e falsa mendicância; entre força física e saúde para trabalhar frente às impossibilidades postas por fraturas, doenças, etc.

Estes elementos fizeram parte das disputas sobre a legitimidade do funcionamento de direitos e de lugares sociais no urbano. Vale salientar que não se tratava de um comportamento invariável dos pobres que viviam na cidade. Em outros momentos estas relações ocorreram de formas mais diretas, tal como no princípio da ocupação do Dom Almir, quando se formaram as “*comissões das panelas*” para a obtenção, preparo e repartição coletiva de alimentos.²¹

Nos diálogos estabelecidos para a pesquisa fui visto e tratado como alguém do lado de fora; ou como denominado por Richard Hoggart: no campo dos “*outros*”, ou dos “*eles*”, que se diferenciavam dos considerados “*iguais*” por meio de linguagens, cargos, etc. e que “*mereciam desconfianças, ainda que pareçam bondosos e dispostos a ajudar*”.²²

As narrativas orais, tanto quanto as reportagens, fotos e contextos criados pelo jornal, revelaram formas encontradas pelos que recebiam verbas públicas para lidar com os considerados de outras categorias. Analisando estas diferenças, caberia

²⁰ TORRES, Wallace. Famílias recebem o cartão para o “Renda Cidadã”. *Jornal Correio*: 24/05/2004, p. A5.

²¹ PETUBA, R. M^a. S. 2001, op. cit. (capítulo anterior). pp. 51-72

²² HOGGART, R. 1973. vol.1, op. cit. (Introdução). p. 90.

a concepção de classe social para uma situação em que os membros não sinalizaram, ou pareciam não sinalizar, ações e práticas em comum?

Os modos de narrar apresentaram dimensões que colocariam tais sujeitos em ambientes de classe, se for esta compreendida como uma “*relação*”.²³ Vistas por este aspecto, as demais entrevistas evocaram do mesmo modo a justificativa da doença para tratar de situações vividas pelos sujeitos sociais, o que indicava ser esta uma atitude recorrente aos que enfrentavam o contato e o diálogo com membros de outras classes.

Sérgio Paulo: - E quando a senhora veio aqui pro bairro?

Nádia: - Eu vim em 2000.

Sérgio Paulo: - 2000? Aí a senhora morava com a irmã do seu marido e veio pra cá com a família?

Nádia: - E meu marido quebrou a rótula do joelho, né. Aí fez operação, pôs platina. Hoje ele trabalha porque precisa, porque não tem como manter a família. Incha muito a perna dele, o pé dele. Então, agora ele tá assim, a gente pelejou com o INSS pra encostar ele e tudo e não conseguiu. Aí a gente morava numa casa duma irmã minha... duma irmã dele, de favor, né? Ela despejou nois, tacou nois pra rua, ele em cima de uma cama, praticamente alejado, em cima de uma cama, tava tocando ele, tirando ele. Aí a gente veio pra cá, lutou pra pegar um terreno aqui. Eu consegui pegar esse terreno, porque na época as meninas não podiam vim, nem ele podia, né, porque tava operado, aí a gente veio pra cá e ficou, aí tá aí até hoje a gente tá pelejando com uma casa ali no fundo...

[...]

Sérgio Paulo: - A senhora tá desempregada há quanto tempo?

Nádia: - Eu tô já tem três meses, quatro meses eu acho. Eu tava trabalhando numa muié aí só que aí eu tava na experiência, eu tô com problema de pressão alta. Aí ela, porque eu tava na experiência ainda; a gente não pode faltar quando tá na experiência, né. Aí falou: ah, ce não pode ficar faltando, não sei o quê. Aí pegou e me dispensou, né. Porque eu tava com problema de pressão alta e aí tomo remédio controlado pra pressão, aí ela falou que desse jeito não tinha como eu ficá trabalhando, né. Aí eu

²³ Justificada por E. P. Thompson em: THOMPSON, E. P. 1987. vol.2, op. cit. (passim). pp. 09-14.

peguei e parei, ela pegou e me dispensou aí eu parei. Aí de vez em quando eu faço uma faxina assim, mas agora esses dias não tá saindo nada.

[...]

Sérgio Paulo: - A senhora pensa em voltar a trabalhar com comércio, alguma coisa?

Nádia: - A gente tava querendo, né, mas só que... por causa da rua aqui... não tem movimento, né. Aí não tem como. Mas eles falou que ia fazer loteamento desse lado aqui. Se eles fazê loteamento daquele lado ali... aí diz que vai melhorar, né. Aí se melhorar a gente coloca uma coisa pra trabalhar, né. Porque a gente já pelejou pra ele aposentar e tudo, e não consegue, né, e eu tenho problema de pressão alta, então...²⁴

Estes trechos foram retirados da entrevista realizada com uma beneficiada chamada Nádia Cândida Cruz, esposa de um pedreiro e mãe de duas meninas. Conheci Nádia em uma reunião do programa Bolsa Escola. A entrevistada morava em um barracão improvisado com tábuas e materiais usados, enquanto esperava sua futura casa e seu novo cômodo de comércio²⁵ ser terminado pelo marido.

Sua narrativa remontou a um período de prosperidade, quando tinha uma pequena mercearia em um bairro próximo ao aeroporto da cidade. Este período se desfez quando a irmã de seu marido despejou-os daquela moradia.

Nádia viva em melhores condições que José Ribeiro; seu marido trabalhava e ela fazia algumas faxinas. Mesmo morando de modo desconfortável naquele momento, tinha a perspectiva de ver sua casa terminada e ter um cômodo que poderia significar outra fonte de rendimento para a família.

²⁴ Nádia Cândida Cruz. Uberlândia, 10 de maio de 2004. (Arquivo desta pesquisa; entrevista 4, fita1).

²⁵ Ambos localizados no mesmo terreno em que ela morava na ocasião.

Entretanto, afirmou em vários momentos não poder abrir mão dos recursos da Bolsa Escola e da “cesta” que recebia da prefeitura, que estava naquele momento sendo substituída pela Renda Cidadã.

Sérgio Paulo: - E a senhora também tem outros programas que a gente tava conversando antes, a senhora tem...?

Nádia: - Eu tenho. Tinha uma bolsa... ah não tinha a cesta, né? Eu tinha a cesta da prefeitura, só que aí eles cortaram. Só que aí a gente foi naquele programa lá que vai sair o dinheiro do governo pra cesta, né?

Sérgio Paulo: - Renda Cidadã, cinqüenta reais.

Nádia: - É, aí meu marido foi lá e fez, aí se sair vai ser uma ajuda boa, com esses problemas e já ganha pouco, mais biquinho né, e eu tô mais desempregada que tudo.

Sérgio Paulo: - Foi cortada a cesta, eles falaram o motivo?

Nádia: - Uai, eles falou que nois tinha como, eu fiquei abismada. Muita gente aqui tá pegando a cesta que tem carro, que tem tudo e nois nem tem no que andá. Eles mandaram uma carta aqui e nois foi lá né, pra saber por que eles cortaram, eu falei assim: mais isso... isso num tem como. Meu esposo precisando... pegou... foi no médico levou atestado, precisando, falou: “Eu preciso dessa cesta gente. A maioria do povo que pega lá não precisa dessa cesta. Por que?” Assim, não é falando da vida dos outros, porque... muita gente pega essa cesta, pegava essa cesta... trocava em troca de bebida, de droga, de cigarro, porque nois já viu muitas vezes... gente pegando essa cesta de armazém, pegando a cesta vendendo ela, pro cevê, né, tem condição?²⁶

A fratura do marido, o fato de não ter automóvel, de estar desempregada e não ter nunca trocado a cesta que recebia por bebidas, drogas, cigarros ou mesmo tê-la vendido, eram as principais justificativas utilizadas para o recebimento do benefício.

²⁶ Nádia Cândida Cruz. Uberlândia. op. cit. 10 de maio de 2004.

Tal como José Ribeiro, Nádia atribuía a si mesma uma conduta que acreditava ser “ética” e esperada dos beneficiados, quando em diálogo com sujeitos de outras categorias sociais.

Esta expressão não se ateve apenas à narrativa oral. Em certo momento de nosso diálogo, sua filha mais nova chegou acompanhada por uma colega. A menina trouxe um vasilhame escuro de aproximadamente 600ml dentro de uma sacola opaca. Nádia se levantou rapidamente, abriu a geladeira, guardou o embrulho e voltou (um tanto desconsertada) para o lugar em que estava. Deve ter imaginado que a compra do produto provavelmente descharacterizaria as condições de vida narradas por ela; colocadas como obra do destino, iniciadas na sua expulsão da casa que morava.

As temáticas das doenças e das circunstâncias particulares serviram também para “dissimular” ações e processos de luta que destoavam das condutas e regras colocadas como “passaportes” para os programas sociais.

*“A gente veio pra cá, lutou pra pegar um terreno aqui. Eu consegui pegar esse terreno porque na época as meninas não podiam vim, nem ele podia, né, porque tava operado, [...] aí tá aí até hoje a gente tá pelejando com uma casa ali no fundo”.*²⁷ Ao ser apresentada como uma derivante de fatores particularizados, a luta pela moradia se desmembrava das ações coletivas, dos enfrentamentos com o poder público etc.

Os locais em que os conflitos pela moradia haviam se estabelecido mais diretamente durante os anos 1990 estavam, em 2004, repletos de bolsistas e de pessoas que precisavam subjetivar (ou ao menos expressar de forma particularizada) suas vivências a fim de se “incliúrem” nas instâncias de direitos desenvolvidas após as novas construções sobre a pobreza e sobre os pobres em Uberlândia.

²⁷ idem.

A socióloga Vera Telles tem dedicado especial atenção às relações entre pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo. Em reflexões feitas no início da década de 1990, a acadêmica entedia que os trabalhadores desempregados e informais estariam fora do “contrato social”, regulamentado através de leis e direitos provenientes das relações de trabalho registradas em “carteiras”.²⁸

[...] Nos termos desse contrato social excluente, um contrato a rigor que não se constitui plenamente, a sobrevivência cotidiana depende inteiramente dos recursos materiais, das energias morais e das solidariedades que cada um é capaz de mobilizar e que se organiza em torno de princípios inteiramente projetados para a vida privada, com suas lealdades e fidelidades pessoais, com seus vínculos afetivos e sua teia multifacetada de identificações e sociabilidades. Se o mercado nos informa sobre a lógica das desigualdades traduzidas em segmentações e diferenças, aqui, pelo ângulo de uma ordem de vida inteiramente privatizada talvez se esclareça o sentido mesmo da exclusão. E da pobreza como condição de vida.²⁹

Vera Telles dizia ser necessário a constituição de uma “*nova contratualidade*” para transformar os quadrantes das esferas de direitos e “*construir uma sociedade capaz de enraizar a cidadania nas práticas sociais, fazendo da eqüidade e da justiça regra de sociabilidade*”.³⁰

²⁸ TELLES, Vera. *Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida.* in: MARTINS, Heloisa de Souza e RAMALHO, José Ricardo. (org). **Terceirização, Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho.** SP. Hucitec/CEDI-NETS, 1994. pp. 85-111

²⁹ TELLES, V. ibid., p.104.

³⁰ “*E isso está a depender de espaços públicos por onde interesses possam fazer-se representar, ganhar visibilidade e legitimidade nas razões e valores que lhes conferem validade, permitindo, no cruzamento da pluralidade dos conflitos que expressam, a construção de parâmetros públicos que reinventem a política no reconhecimento de direitos como medidas de negociação e deliberação de políticas que afetam a vida de todos*”. ibid., p.111.

O prefeito Zaire Rezende, na ocasião da entrega do Cartão da “Renda Cidadã”, apontou a “*Declaração Universal dos Direitos Humanos*”, como uma matriz referencial daquele programa.³¹

Após citar o primeiro artigo daquele documento (“*Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade*”)³², fez a seguinte declaração: “*Os senhores têm o direito (não estamos fazendo favores), é um direito. Nós sabemos que muitas pessoas não têm como manter as condições sociais, por isso nós fizemos esta lei*”.³³

Esta nova concepção de direito se emanava da gravidade das condições sociais em que os beneficiados se encontravam. Porém, dentro de uma lógica dissociada dos processos históricos que constituíram as diferenças e as desigualdades entre beneficiários, miseráveis, e demais classes.

O movimento tomado nas produções sociais sobre a pobreza fez aprofundar, numa ordem “*privada*”, as questões sobre a fome, sobre as diferenças sociais, sobre as relações de trabalho, que nos anos da “Campanha do Betinho”, da luta pela moradia e pelo aumento do salário mínimo, foram tratados na esfera pública.

Os modos de comportamento e as posições assumidas durante as entrevistas apontaram atuações e práticas específicas dentro dos bairros periféricos que interferiram na reorganização das memórias e nas reconstruções culturais sobre a pobreza, consolidando em dramas familiares e em condutas pessoais, processos conflituosos de amplitude social. Estas intervenções feitas por determinados grupos têm reorganizado os caminhos e as perspectivas políticas das categorias de

³¹ Citando particularmente a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU). Em: notações e arquivo desta pesquisa.

³² Ver: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>, pesquisado em 15/04/2007.

³³ Transcrito diretamente do discurso de Zaire Rezende, em 22/05/2004. Estádio João Havelange. Em: notações e arquivo desta pesquisa.

trabalhadores que passaram, em anos recentes, a ser beneficiados por programas sociais.

Sérgio Paulo: - Eu cheguei e o senhor falou que a vida tava difícil, como é que o senhor se considera hoje? O senhor se considera uma pessoa pobre, remediada, o que o senhor acha?

José Ribeiro: - Não. Eu sou pobre toda vida né, toda vida eu fui pobre, e sou pobre e tinha muita coragem de trabalhar, e ainda tenho, mesmo na idade que eu tô, mas achando serviço rural porque no urbano eu não trabalho mesmo porque eu não tenho profissão. Mas qualquer tipo ainda de serviço rural a não ser matá e roubá qualquer coisa me serve, eu ainda enfrento. Só que não tá arrumando serviço mesmo, né?

Sérgio Paulo: - E por quê que o senhor acha que está assim? Pelo estudo que o senhor falou...

José Ribeiro: - Não. Isso é um pouco porque eu não tenho leitura e, como diz o outro, conforme o povo dava as coisas aqui, conforme eu falei nesse momento, mais as coisa se transformava mais fácil um pouco, era mais barato um pouco né, era fácil de arrumar as coisa, eu ia nessa Casa do Caminho e sempre pegava uma cestinha no derradeiro sábado do mês e hoje não tá vindo mais, e quando vem alguma coisa, a Isabel que é a diretora ali sempre manda chamá aqui em casa e então o chefe ali da Casa do Caminho, um tal de André, quando a gente vai lá que ele tá lá ele fala pra gente assim ó: “aonde eu pegava dois anos pra trás, que eu pegasse um quilo de arroz, hoje eu to pegando menos de meio”. Ele fazia campanha, saía de porta em porta, mercado, essas coisas, pegava as coisa, fazia a cestazinha, trazia pra dá pros alunos da Casa do Caminho (assim mesmo era só por causa dos alunos da Casa do Caminho), aí ele explicou pra nois, que na faixa de dois anos pra trás aonde pegava um quilo, hoje não tá pegando nem meio. “Não posso prometê nada pro céis da cesta, nem nada porque as coisas dificultou demais da conta”. Tudo ficou caro. Então hoje quase não tá arrumando. Mas, quando aparece alguma coisinha manda me chamá aqui. Sempre aparece umas verdurazinha ali dia de quinta feira, umas verdura como diz o outro daquelas refugada né. Sempre os meninos vai lá e pega e nois vai vivendo.³⁴

³⁴ José Ribeiro Filho. Uberlândia. op. cit. 07 de maio de 2004.

José Ribeiro dependia daqueles que doavam alimentos. Este seria um fator, ao que parece, que estabeleceria limites a possíveis críticas em relação a outros moradores/doadores que dividiam com ele as experiências do viver na cidade, em suas múltiplas relações sociais, culturais e históricas.

José Ribeiro, porém, não havia participado do processo de ocupação do bairro Dom Almir nem vivido as experiências criadas pelas “*comissões de panelas*” pelas reivindicações por direitos a moradia, a saúde pública, etc.³⁵

Sérgio Paulo: - O começo aqui, como é que foi, senhor?

José Ribeiro: - O começo aqui foi, como diz o outro, o frevo era muito, era tudo barraco né, porque quando eu vim pra aqui a invasão aqui já tava feita. Na época eu comprei um direitozinho aqui de quarenta reais, um barraquinho aqui de um cômodo só, tudo de plástico, tanto por cima quanto em roda. Eu comprei o direito de outra pessoa por quarenta reais, pusemos duas testemunhas homem, pra testemunhar que eu comprei e paguei e nisso eu to até hoje.

Sérgio Paulo: - O senhor foi mudando aos poucos?

José Ribeiro: - É. Aí depois tinha um barraquinho na frente ali, que tinha uns problemas de droga demais, tinha uma rapaziada que mexia com isso tava entrando dentro do barraco ali, estragando, descobri o dono do barraco na frente aqui e conversei com ele, ele me ofereceu o barracão e não me interessava, aí vendeu o barraco pra outro, eu também emendei esse chão aí e to prantano até hoje, mas na época que eu vim pra cá tinha uma vantagem grande, porque todo sábado e domingo ou qualquer feriado também que tivesse, aparecia gente aqui dando as coisas. É tutano, é doce, é roupa, é cobertor, é calçado, ou algum objeto de escola, é cereal, é de um a tudo né, e lá vai acabano tudo.³⁶

Depreende-se que suas relações com vizinhos e com outros moradores do Dom Almir eram bastante tensas. Os indícios destes estavam na incerteza sobre a

³⁵ Em PETUBA, R. M. S. op. cit. 2001. pp. 51-72

³⁶ José Ribeiro Filho. Uberlândia. op. cit. 07 de maio de 2004.

aquisição da casa, nos iminentes conflitos com os que usavam drogas e na sensação de injustiça que o seu fornecedor de energia elétrica lhe proporcionava.³⁷

Por outro lado, os laços constituídos pelas doações apareciam como mais significativos, além de mais vantajosos, do que as relações mantidas entre os moradores de seu bairro.

Estas inter-relações não se limitavam apenas a oferta e recebimento produtos e alimentos, as fontes orais demonstraram que os vínculos dos entrevistados com grupos assistencialistas compunham mediações de valores que acabavam por influenciar a “*subjetividade*”³⁸, ou a “*consciência de classe*” daqueles sujeitos sociais.³⁹

Entrelaçamentos constituídos por grupos externos, laicos ou religiosos, foram, também, compostos por entrevistados que não estavam tão dependentes de doações e que, de modo geral, participaram das formações iniciais dos bairros e dos embates que marcaram suas constituições.

Sérgio Paulo: - E assim, a senhora veio para Uberlândia de Centralina, com todo mundo da família?

³⁷ “José Ribeiro: - Ele.. tem de um a tudo em casa... e eu só essa televisão e esse sonzinho velho aí, essa geladeira e o tanquinho. O tanquinho eu uso pra lavar roupa aqui só uma vez por semana. Tenho quatro lâmpada, mas se usa três até a hora que precisa, então depois que terminou na parte da noite, aí já desliga a lá do fundo, desliga a da cozinha, e a do quarto. Essa fora aí passa mês sem pôr ela aí. [...] Esse derradeiro talão que veio, eu paguei cinqüenta e dois e ela veio de cento e cinco e quarenta e cinco centavos... me parece. E o dono do padrão ali tem tudo, banheiro, ferro elétrico, chuveiro. O povo dele tem tudo, menos a torneira elétrica, né. E quando ele me arrumou essa luz, ele falou pra mim “eu posso até arrumar a luz pro senhor, mas o senhor tem que pagá meiado”. Agora pra não fica no escuro... então devia ser mais barato né, e agora já veio desse jeito no mês passado veio de quase cem e o último agora veio de cento e cinco e uns quebrado. E eu pago a metade!”. idem.

³⁸ Na perspectiva colocada por Alessandro Portelli, influenciava a “[...] própria capacidade de ver, interpretar, influir na história”. PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais, em **TEMPO**, Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro; vol. I, número 2, 1996, p. 62.

³⁹ Pensada como: “formas como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”. Ver: THOMPSON, E. P. op. cit, 1987. vol.2, p. 10.

Maria José: - Foi. Aí meu menino veio, aí eu também vim. Nois morava lá no Murumbi depois que o povo começou a invadir...eu também vim e já invadi também, nois já fez as casinhas nossas aqui. Um ajuda de um lado outro ajuda de outro, mas eu fiz, nois fez.

Sérgio Paulo: - A senhora ajudou a construir?

Maria José: - Iiii pra levanta aqui, meu fio, foi tanta gente que ajudou nois a levantar essas casa que... a minha mesmo ô, foi muita gente que ajudou.

Sérgio Paulo : - A maioria das casas foi assim, as pessoas aqui construíram?

Maria José: - Foi. A da frente aqui mesmo foi um pastor que fez pra nois aí. Assim: um vem dá uma coisa outro vem, esse povo do telefone ajuda nois demais da conta aqui também, né.⁴⁰

Este trecho faz parte da entrevista feita com Maria José Pereira, sogra de Ilma da Silva que comprava a cesta do Pró-pão e recebia verbas da “Bolsa Escola” em nome dos seus netos.⁴¹ Nele, a construção por meio mutirões e a noção de grupo, de ideal coletivo, foi posta como um momento “anterior” à finalização da casa, realizada por um “pastor”.

Após entrevistá-la, juntamente com Sebastiana do Carmo Santos, também compradora do Pró-pão⁴², não me foi permitido realizar mais nenhuma entrevista com as pessoas que se alimentavam da sopa distribuída por sua nora.

De acordo com as justificativas de Ilma da Silva, os membros do “*Consórcio do Bem*”⁴³, os quais arrumavam os materiais para a sopa, estavam preocupados com possíveis vínculos entre a realização das entrevistas e as eleições municipais que se aproximavam.

⁴⁰ Sebastiana do Carmo Santos e Maria José Pereira. Uberlândia. op. cit. (Capítulo 2). 17 de abril de 2004.

⁴¹ idem.

⁴² Ver Capítulo 2.

⁴³ Sobre esta entidade religiosa ver: *Jornal Correio*: 30/03/2004. op. cit. p.A1.

Percebi que tanto para o “*Consórcio do Bem*”, quanto para a própria Ilma, minha presença não era bem quista. Talvez a reportagem do Jornal tivesse quebrado normalidades que ainda não estavam controladas, ou apaziguadas. Ou a questão poderia ser mais ampla, relacionando-se a alianças que grupos religiosos estabeleciam em comunidades periféricas, distribuindo alimentos, estabelecendo pactos, ditando modos de comportamento e criando “blocos” que reorganizavam as concepções de “*nós*” e “*eles*” para além das questões que tradicionalmente evidenciavam as “diferenças sociais”.

Cerca de 60 pessoas que compõe o grupo distribuem alimentos, com recursos próprios, para 16 famílias carentes do bairro. Conforme explicou o administrador de empresas Hugney Custódio Lima, que é membro do grupo, o objetivo do projeto vai além da ajuda material. “Em visitas mensais às famílias cadastradas, procuramos levar apoio moral a pessoas que precisam de mais do que cestas básicas”, frisou.⁴⁴

A entrevista com Jessi Amaral proporcionou outros indícios de contato entre beneficiados e grupos, e instituições que os cercam. Ela morava com o marido e com cinco filhos no bairro Joana D’Arc, dois deles eram bolsistas do programa Bolsa Escola. Migrante do Rio Grande do Sul, Jessi não trabalhava por problemas relacionados com “*dores de cabeça e pressão alta*” e freqüentava a Igreja Universal do Reino de Deus.⁴⁵

Depreende-se em sua narrativa que a religião lhe propicia esperanças na melhoria das condições de vida. Segundo a entrevista:

Sérgio Paulo: - A senhora se acha como, na sociedade? A senhora se acha remediada como o pessoal fala, ou a vida da senhora tá um pouco mais difícil de um tempo pra cá, como é que a senhora se considera vivendo na sociedade?

⁴⁴ Segundo o Jornal Correio: o “Consórcio do Bem” fazia um trabalho de “orientação aos desempregados, acompanhamento de mães solteiras” etc. *Jornal Correio*: 30/03/2004, op. cit. p. 1.

⁴⁵ Jessi Amaral. Uberlândia, 11 de maio de 2004. (Arquivo desta pesquisa; entrevista 5, fita1).

Jessi: - Eu não me acho na miséria. Eu acho assim: porque Deus me deu essa casa, né, Jesus me deu essa casa, como dizem, eu sou evangélica, Deus me deu essa casa... eu não me acho assim na pobreza miserável, mas também não me acho assim bem de situação. Deus abençoa pra gente ter o que comer e ter um pouquinho pra vestir, mas miserável eu acho que não. A gente é pobre, mas não miserável. Porque tem pessoas que é pior que a gente ainda.

Sérgio Paulo: - A senhora falou que é evangélica. A senhora freqüenta qual igreja?

Jessi: - Eu era da Assembléia e agora tô indo na Igreja Universal.

Sérgio Paulo: - E o que a senhora acha da igreja?

Jessi: - Ah eu acho assim: muito bom, porque a gente aprende a palavra, aprende a doutrina, aprende a aceitar as coisas, aprende a perdoar o próximo, né, aprende é... como se diz, ter amor pelas pessoas diferentes da gente, né. Porque muitas pessoas assim: não respeita a gente, né. E lá ensina a gente a respeitar todo mundo, seja de qualquer raça, religião... todo mundo... então eu acho muito bom. A gente aprende a palavra da Bíblia, aprende que Deus é vivo, aprende a respeitar o próximo, as pessoas. Igual àquela igreja, ela não dá cesta básica, mas é muito orável pela gente, pra Deus abençoar pra gente arrumar um emprego, pra Deus abrir a porta prum curso aqui, abrir uma porta lá...então assim de todas as maneiras...eles oram pra Deus abençoar a gente. Pra nunca faltar... eu digo assim, falta as coisas mas assim, por exemplo, pode faltar hoje mas amanhã Deus já dá condição pra gente comprar ou Deus dá condição de outra maneira, menos roubar, que nem a gente fala: a gente é honesto, não é de roubar. E eu sempre ensino meus filhos tudo ser honesto, trabalhar e tudo... e nunca mexer no que é dos outros... porque Deus ensina a gente que do próximo é do próximo... a gente vai comer, comerás, né... então é muito bom, eu acho... que... fora isso assim... eu acho que nem eu falei... eu acho que deveria melhorar um pouquinho mais, né, que eles olhassem para as pessoas dos bairros longe, dessem mais empregos.⁴⁶

⁴⁶ idem.

Na entrevista ela dizia ser ajudada por membros do centro espírita “Ticote”,⁴⁷ porém, na Universal do Reino de Deus ela recebia algo além de cestas. Jessi Amaral separou em sua narrativa a dimensão religiosa assistencialista de uma dimensão religiosa mais “psicológica”.⁴⁸

Esta segunda modalidade interferia nas interpretações de mundo e nas relações em que vivia Jessi. De certa maneira, a igreja “orável” a ajudava a compor repertórios sobre a conquista da casa, sobre os períodos de dificuldade e sobre a percepção de pobreza e de miséria.

Estas formulações sobre o viver e sobre as experiências elaboradas a partir do vivido, se condensavam em uma difícil realidade material, criavam projeções para o futuro; perspectivas de melhores empregos e de consumo.

Tacyana Arce, repórter do Jornal Estado de Minas, realizou uma série de reportagens em uma das regiões mais pobres do estado. Uma compilação de suas anotações deu origem a um livro chamado “*Bolsa Escola: Educação e Esperança no Vale do Jequitinhonha*”.⁴⁹ Lançado em novembro de 2001, pela Secretaria Estadual de Educação, serviu de panfleto político para o governo de Itamar Franco e para o coroamento de mais uma reforma “neoliberal” nas escolas públicas estaduais.⁵⁰

⁴⁷ “Sérgio Paulo: - E... assim... entre esses outros programas da prefeitura a senhora conhece algum? O da bolsa... o da cesta... /Jessi: - Eu conheço esse da Bolsa Escola... da... cesta do Pão e do Ticote, do centro espírita kardécista, e esse tal de Bolsa Família, também... né.” idem.

⁴⁸ A pesquisa não teve intenção de discutir as religiões ou a crescente influência do neopentecostalismo na vida de numerosos segmentos populacionais brasileiros. Apenas tentei indicar referências que compuseram as narrativas que tiveram significado na criação e na organização de enredos. Sobre o tema ver recente estudo, de FRANCISCO, Adilson José. RELIGIOSIDADES E CULTURA: AS RESSIGNIFICAÇÕES DO SAGRADO NO CONTEXTO URBANO CONTEMPORÂNEO. Projeto de pesquisa. mimeo., orientação da professora doutora Yara Aun Koury PUC/SP. 2002.

⁴⁹ ARCE, Tacyana. **Bolsa Escola: Educação e Esperança no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte. SEE/MG, 2001.

⁵⁰ Ver sobre a “Escola Sagarana”, em ARCE. T. “Apresentação”, por HINGEL, Murilo. ibid. 2001, pp.5-11.

Em seu livro, as perspectivas daqueles “*ignorantes*”⁵¹ do Jequitinhonha pareciam bastante diferentes dos bolsistas que viviam em Uberlândia. Algumas mulheres pretendiam gerar a própria renda (com a engorda e a venda de porcos, por exemplo) para depois comprar uma caixa d’água e arrumar as casas.⁵²

De acordo com a jornalista, as mães compreendiam que mesmo estudando, os filhos corriam o risco de “*morrerem seco agarrado no cabo de uma enxada (que nem o pai)*”.⁵³

Quem supera o desinteresse (do estudo), dificilmente resiste à desilusão. Numa região onde não existem empregos, a escola ainda insiste apenas em reforçar ideologia do trabalho formal. Os alunos passam longe de uma educação empreendedora. Não aprendem a descobrir como gear renda, como buscar novas perspectivas. São preparados para sonhar com o salário fixo e as garantias trabalhistas. Finalmente, quando percebem que, com ou sem escola, o destino são as plantações de café e cana no Sul de Minas ou São Paulo, abandonam a escola, casam-se e reiniciam o ciclo da miséria.⁵⁴

A Escola Família Agrícola do Município de Turmalina desenvolvia um projeto diferenciado, na visão de Arce. “*As crianças estud[av]am durante 15 dias, em regime de internato. Nos outros 15, fic[av]am em casa, convivendo com a família e colocando em prática o que aprende[ra]m na escola*”.⁵⁵

⁵¹ “Logo descubro que a ignorância é a maior miséria do Vale. Difícil explicar para a população da Santa Rita o que é, ou faz, uma equipe de reportagem. Elenice Dias (coordenadora local do programa Bolsa Escola) se esforça nas explicações, pede colaboração de todos para responder minhas perguntas. Mostro o jornal, digo que suas histórias vão aparecer ali para todo o País ler. Os olhares desconfiados denunciam que a maioria não entende o que está se passando”. ARCE, T. *ibid.*, 2001, p. 23.

⁵² ARCE, T. *ibid.*, 2001, pp. 33-35.

⁵³ ARCE, T. *ibid.*, 2001, p. 40.

⁵⁴ ARCE, T. *ibid.*, 2001, p. 42.

⁵⁵ “A Família Agrícola - uma premiada experiência mantida pela prefeitura de Turmalina - oferece ensino fundamental e médio, de onde os alunos saem com o diploma de técnicos agrícolas. Enquanto estão na escola recebem ensino, orientação, alimentação e hospedagem gratuitos”. ARCE, T. *ibid.*, 2001, p. 44.

Mas engana-se quem acha que o objetivo da escola é formar bons profissionais para o mercado de trabalho. ‘A maior crueldade que poderíamos fazer com essas crianças é deixá-las à espera de um emprego. No vale não tem emprego. Além de cobrar do Governo soluções para este dilema, precisamos preparar as crianças para serem empreendedoras. Para conseguir produzir apesar das adversidades’. Explica Idalino Firmino dos Santos, coordenador pedagógico da Escola.⁵⁶

Através da criação de porcos, da confecção de roupas, de perspectivas colocadas em algumas escolas empreendedoras, entre outros, a autora apresentava narrativas que vislumbravam “portas de saída” do programa.⁵⁷

Sem entrar no terreno político e nas relações estabelecidas entre a autora e o governo estadual, têm-se no livro algumas questões e visibilidades que parecem universais nas políticas públicas brasileiras: ampliação das oportunidades para os filhos, geração de renda própria como perspectiva para o futuro, valorização da figura da mulher no contexto familiar.

Leni Moreira Nunes, 31 anos, mãe de seis filhos entre 3 e 12 anos, é claramente uma liderança entre o grupo de bolsistas. (...) O depoimento de Leni mostra que os esforços da comissão local de Santa Rita estão dando frutos. ‘Comecei a ver minha casa com outros olhos. Ela é muito pobre e sem o conforto necessário, mas gosto de ver tudo limpo. Cerquei o quintal e separei as galinhas, para ficar tudo sempre higiênico. E ainda por cima aprendi ter autoridade com meus filhos. Antes, eu me sentia inferior e acabava deixando tudo por conta do meu marido. Meus filhos não me respeitavam. Acho que esse o problema do mundo hoje. As mães não conseguem ter autoridade sobre os filhos. Eles fazem o que

⁵⁶ ARCE, T. *ibid.*, 2001, p. 45.

⁵⁷ A autora reproduz fala referida a Vicentina, que trabalha em conjunto com outras mães bolsistas em uma cooperativa da prefeitura de Carbonita, na confecção de uniformes escolares. Segundo consta: ““Eu até sonho com o dia em que eu vou procurar o coordenador e falar assim: agradeço muito ao senhor e ao Governo, mas vocês já podem usar o dinheiro para ajudar outra família porque eu já dou conta de caminhar com as minhas próprias pernas. Já pensou? Essa ia ser a maior alegria da minha vida”, conta emocionada”. ARCE, T. *ibid.*, 2001, p. 36.

querem e não viram homens de bem. Agora, aprendi a me valorizar e meus filhos me respeitam. [...]'⁵⁸

Mas, as práticas sociais vividas na cidade de Uberlândia têm demonstrado que as concepções emancipatórias, as perspectivas de geração de renda própria e a visibilidade de que os filhos teriam uma vida melhor, não ocorriam de mesmo modo.

Nesta cidade, como antes apresentado, o programa Bolsa Escola iniciou-se em um período em que a pobreza estava “novamente” em evidência no jornalismo local. No final dos anos de 1990 e no início da década posterior, os pobres eram vistos como um problema de segurança pública, já que os índices de violência eram atribuídos à presença e às atuações dos moradores dos bairros periféricos.

Em meio a campanhas contra a mendicância, a periferia urbana sofria ações dos efetivos policiais e era objeto de estudos que buscavam no alcoolismo, no consumo de drogas e nos baixos padrões de vida explicações para os assaltos, roubos e assassinatos que aconteciam na cidade. As reuniões e eventos promovidos para os bolsistas e suas famílias se constituíram neste ambiente social.

Em março de 2006, entrevistei a pedagoga Camila Lima Coimbra, assessora da Secretaria Municipal de Educação durante o segundo governo de Zaire Rezende e responsável pela implementação do programa Bolsa Escola na cidade.

Em sua narrativa, fez uma longa avaliação sobre o programa na cidade:

Tenho hoje uma avaliação muito... de que não é o caminho, sabe, Sérgio, acho que a gente precisava mesmo era pensar na promoção destas pessoas, porque o fato de você atribuir um dinheiro é, em minha impressão, porque na verdade é assim, as falas que a gente teve o tempo todo das mães era da necessidade, da importância. Mesmo que fosse R\$ 15,00, estes R\$ 15,00 já ajudavam na hora de

⁵⁸ ARCE, T. *ibid.*, 2001, p.26

comprar um lápis na hora que quebrava, uma borracha, elas sempre achavam que o dinheiro - mesmo que fosse pouco que pingava todo mês (ficavam bravas quando havia algum problema com o dinheiro e tal). Agora olhando de fora eu acho que deveríamos criar outras condições e melhores condições para isso.⁵⁹

A forma de entender estas ações sócio-educativas giravam em torno de três projetos. Ligado ao esporte,⁶⁰ ao “Serviço Civil Voluntário”⁶¹ e ao aprendizado profissionalizante (“Adolescente Aprendiz”).

No Morada Nova nós tivemos um grande número de bolsistas, ali nós desenvolvemos um outro projeto que foi o Adolescente Aprendiz. Uma turma de trinta jovens, que nós fizemos este acompanhamento, que foi na verdade durante três anos, que acompanhamos estes trinta jovens, demos a formação destes valores (ética, cidadania e tudo mais) e ao mesmo tempo em algumas áreas de habilidade dos próprios jovens. A partir das habilidades deles nós íamos fazendo oficinas. Este projeto teve uma durabilidade maior do que nossa estadia, particularmente a minha estadia no programa, porque a Fundação Consciência e Arte acabou ficando com este projeto, por que a gente queria introduzir depois estes trinta adolescentes no mercado de trabalho. Colocaram, eu acho que... dez. Muitos deles no processo desistiram ou conseguiram achar um outro emprego. Pelo mérito do projeto foram dez. A gente queria expandir este projeto, mas isto requeria o pagamento do chamado monitor social... estes profissionais que trabalhavam com os adolescentes e que requeriam um investimento.⁶²

⁵⁹ Camila L. Coimbra. Uberlândia. op. cit. 29 de março de 2006. Pedi a ela que fizesse uma avaliação sobre a Bolsa Escola em Uberlândia.

⁶⁰ “Fizemos parceria com os poliesportivos dos bairros onde viviam os bolsistas, para que eles tivessem prioridade dos professores que atuavam nestes locais”. idem.

⁶¹ “Tratava-se de um projeto nacional, que envolvia vários ministérios. [...] Assim como tem o Serviço Militar Obrigatório, tínhamos um Serviço Civil Voluntário, um curso de formação que abordava [...] questões de cidadania, ética, valores humanos, e tudo mais, e ao mesmo tempo daria uma formação para esses adolescentes que estariam saindo da oitava série, saindo do programa Bolsa Escola, para que tivessem um curso deste de formação. Ele teria essas noções e ainda teria uma formação profissionalizante, então nós tivemos garçom, nós tivemos mecânico, pintor, [...] fomos a escolas que mais tinham alunos bolsistas, que a gente imaginava que era aí que estava concentrado os maiores índices de pobreza, pelo cadastro, pela condição e tal. [...] Nós fizemos no Dom Almir, no Canaã, no Laranjeiras, no São Jorge e no Morada Nova”. idem.

⁶² Sobre a ONG Consciência e Arte e o papel desempenhado pela Prefeitura de Uberlândia, Camila Lima Coimbra narrou: “Por exemplo, o programa quando era assinado o convênio com o Governo

Jessi Amaral participou da reunião da Bolsa Escola em que conheci Nádia Cândida Cruz e José Ribeiro Filho. Tal encontro aconteceu em maio de 2004, na Escola Municipal Joel Cupertino, localizada no bairro Dom Almir. O encontro foi coordenado pela Organização Não Governamental “*Fundação Consciência e Arte*”. Naquela ocasião, o representante da ONG, Élson Felice (ex-representante da Central Única dos Trabalhadores, em Uberlândia, e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores local). Felice disse ter convocado a reunião para tratar especificamente do projeto “*Adolescente Aprendiz*”, referido na narrativa de Camila Coimbra.⁶³

Segundo ele, a Secretaria de Finanças, por questões orçamentárias, havia cortado as verbas do projeto para aquele ano. Em outros termos, estava ali para dizer que as expectativas criadas em razão de aberturas de empregos, para os filhos daquelas pessoas, não aconteceria tão rapidamente.

Além de pautas indicadas como estas, as reuniões tinham o intuito de “formar e informar” familiares.

Federal, a Prefeitura tinha que dar uma contrapartida. Eu acreditava muito nesta contrapartida, pois esta contrapartida era desenvolver ações sócio-educativas com estas crianças. (Porque o que a gente via também?) A mãe trabalha o dia inteiro, a família trabalha o dia inteiro, seja ela o pai, a mãe ou quem fica com esta criança, então, a criança fica muito tempo sozinha, ociosa. Então não adiantava só as 4 horas da escola (o que ela fazia no outro período?). Estas ações sócio-educativas, eu tinha um crédito muito grande neles. (Então o que a gente fez?) Foram tantas alternativas! Mas, tudo sem estrutura. Sem a Prefeitura investir nisto. Vamos fazer isto? Vamos investir nas ações sócio-educativas? Não. A gente tinha que contar com programas ou ações já existentes. O que nós fizemos? Primeiro que nós tivemos desde o início do Programa Bolsa Escola foi uma parceria com a Fundação Consciência e Arte. Esta fundação é de Paracatu, quem criou esta fundação foi o Almir Paraca (que hoje está até na Fundação Banco do Brasil). Ele é uma pessoa que criou dentro da ONG (É uma ONG) uma missão que cuida das crianças da Bolsa Escola em Paracatu, que por sua vez está ligada a ONG Missão Criança do Cristovam Buarque. Como a gente começou sem ter muita orientação como o que era? Como era? Como deveria ser feito? Eles vieram nos ajudar. Nós fizemos uma parceria entre Prefeitura e Fundação Consciência e Arte. Esta fundação ajudou muito a gente ter este olhar, dar importância às ações sócio-educativas, dar importância a outras atividades a estas crianças que estavam sendo beneficiadas por este programa. Então nós fizemos algumas ações de parcerias [...]. idem.

⁶³ De acordo com MORAIS, S. P., Data da anotação 05/05/2004. Arquivos desta pesquisa.

A gente então chamava de oficinas informativas e formativas, porque ao mesmo tempo em que a gente ia com estas oficinas para informar o que era o programa, a gente buscava fazer alguma formação do responsável, do pai. O que mais eles queriam saber era sobre como educar os filhos. Como dar limites? Eles tinham muitas dificuldades em lidar com os filhos. Isso foi muito interessante, muito. Aí a gente foi atrás de voluntários, de psicólogos voluntários, gente que poderia falar sobre isso com os pais, e tal. Fomos atrás dos amigos, para fazer isso nas próprias escolas. Nós fizemos um cronograma e conseguimos atender a todas as escolas. Se não me engano, talvez tenhamos falhado em uma, ou duas (ou em um pouco mais)...⁶⁴

Além da ONG “Fundação Consciência e Arte”, a comissão que iniciou e desenvolveu parte do programa Bolsa Escola na cidade contou com outras parcerias. Para a realização de “oficinas” com as famílias dos bolsistas e auxiliá-los na educação dos filhos, entre outros assuntos, foram convidados, entre outros, a ONG Reação.⁶⁵

Eles tinham este projeto de discutir a questão da paz, da não-violência na escola, na sociedade de modo geral, então eles resolveram fazer isso nas escolas. Eles vieram, [...] fizemos algumas oficinas com eles por aí, eles também tinham voluntários que trabalhavam para eles. Foram psiquiatras para falar como lidar com o uso da droga, sobre o alcoolismo, enfim, foram vários temas e foram em cada região desenvolver esta temática.⁶⁶

A entrevistada Jessi Amaral apresentava as seguintes interpretações sobre as reuniões e oficinas.

⁶⁴ Camila L. Coimbra. op. cit. dia 29 de março de 2006. Segundo sua avaliação sobre o programa.

⁶⁵ Esta ONG agiu no “combate” à violência e ao crime na cidade de Uberlândia. Após confeccionar o “Mapa da Violência” organizou formas de intervenção nas comunidades periféricas através de “apoio psicológico, cursos profissionalizantes, noções de higiene e nutrição”, etc., a fim de diminuir os números de assaltos, furtos, uso de drogas, etc. Ver sobre a ONG em op. cit. Estudo Reação faz Mapa da Violência. *Jornal Correio*: 20/09/2000. p. B-12. op. cit. ONG fará radiografia da violência na cidade. *Jornal Correio*: 02/05/2000. p. B-1. Ambas citadas no capítulo anterior.

⁶⁶ Camila L. Coimbra. op. cit. 29 de março de 2006. Segundo ainda sua avaliação sobre o programa.

Sérgio Paulo: - [...] O que eles conversam, o que a senhora acha das reuniões da Bolsa Escola? A senhora participa, a senhora falou que foi a reunião...

Jessi: - Eu participo, todas as vezes que tem, sempre participo. Eu nunca deixo de assinar o papel, né... é importante a lista de presença... mostrar que a gente foi... e... aí eu sempre assino. Eles falam sobre o negócio de não deixar o menino faltar na escola... é que... a pessoa que precisa bastante então... é... o negócio que é pouco... mas ajuda um pouquinho, negócio do material escola, a criança tem que ir sempre limpinha... bem cuidadinha, com higiene e tudo... é sobre isso que eles explica.

Sérgio Paulo: - E a senhora lembra de alguma reunião em que a senhora tenha participado... que mais marcou a senhora, os assuntos, essas coisas?

Jessi: - O que mais me marcou foi o negócio da violência que a advogada vem e falou, né. A advogada, detetive, falou que briga de marido e mulher os vizinhos têm que meter a colher sim, porque tem que denunciar o agressor. E eu acho assim, que tem muito homem que tanto agride a criança como agride a mulher dentro de casa, então o que mais me marcou foi aquilo. Eu achei muito bom que eu não sabia, nem eu sabia, que... a gente podia denunciar, por exemplo: um... um agressor, alguma pessoa que faz alguma coisa pra gente. Não que a gente queira ver o mal das pessoas, mas muitas vezes alguém mexe com a gente e a gente não sabe que tem esse direito, né, de denunciar e falar. Então eu achei bom.

Iniciei uma questão: - Então a senhora acha que...

Jessi: - Aqui tem parceria com advogada e tudo...com a polícia, né.⁶⁷

A narrativa mostrava que a compreensão da violência era de uma forma mais nucleada, e até mesmo mais familiar, do que a concepção da ONG Reação, a qual, de acordo com as evidências, esperava combatê-la em um âmbito mais ampliado através da presença de psiquiatras.

⁶⁷ Jessi Amaral. Uberlândia. op. cit. 11 de maio de 2004.

Estas dessintonias, entretanto, não criaram distanciamentos ou oscilações entre a concepção de Jessi Amaral sobre a importância das reuniões e as dinâmicas as quais as ONG's, os assistentes sociais, os psicólogos tentavam atribuir aos (e ao mesmo tempo remediar os) pobres.

Algo mais significativo conduzia as relações e interferia nos modos dos sujeitos sociais se compreenderem como pertencentes àquelas novas instâncias de direitos. Tratava-se da idéia de “ascensão social”, propalada pelas religiões “oráveis” e por práticas e concepções das políticas públicas em Uberlândia.

Estas melhorias eram buscadas através dos recursos recebidos, nas parcerias “*com advogados, com a polícia*”, nas promessas de cursos profissionalizantes, entre outros. As visões e expectativas de “promoção”, neste sentido, ecoavam em extensões diversas da vida dos beneficiários e passavam a ser observadas, por exemplo, no entorno das moradias,

Sérgio Paulo: - E o bairro da senhora, o que a senhora acha? Acha um bairro violento?

Jessi: - Ah eu vou te falar a verdade pra você. Não sei se o senhor é daqui... se já ouviu falar desse bairro... esse bairro já foi muito perigoso... faz muitos anos quando eu vim morar aqui, tinha muitos barracos, muita gente muito pobre e tinha também muitas pessoas erradas... então agora tá melhorando bastante, porque a polícia já tá passando mais, as pessoas tão roubando menos, né. Então eu acho que já melhorou bastante... já vem água pra nós, a energia elétrica...eu acho que ficou bastante melhor... é... o esgoto cai aí na porta que nem ce viu... a gente tá com visita... ninguém agüenta... tá colocando esgoto, vai colocar no esgoto... e... vai passar o asfalto, vai ficar muito melhor, porque é muita poeira. O meu menino, o que tem bronquite, então ele fica muito atacado da bronquite por causa da poeira, mas eu acho que melhorou bastante. O presidente do bairro também, ele luta muito por nós, pra trazê as coisas pro nosso bairro, direto tem reunião, a gente participa... vai... é muito bom. Eu acho que tá melhorando bastante.

Sérgio Paulo: - Essas reuniões do bairro a senhora sempre participa, tá falando, elas...

Jessi: - Eu vou. Quando tem votação também eu vou, eu voto, né... tem todos os anos.

Sérgio Paulo: - Ah, pra presidente?

Jessi: - É... pra votar pra presidente. Eu acho bom.⁶⁸

Jessi esperava o aumento do efetivo policial, a colocação do esgoto e do asfalto, já que a água e a energia já estavam consolidadas. Jessi narrava a partir de um presente distinto do período em que a estrutura do bairro ainda era muito precária e a organização do viver dependia dos embates diretos com o poder público, com a polícia e com o judiciário.

Neste período posterior, ela possuía expectativas bastante estruturais da associação de moradores, no sentido do crescimento e da funcionalidade dos serviços, e se diferenciava mais rigorosamente das demais pessoas (muito) pobres e das “erradas”, que com ela dividiam os espaços da ocupação.

Mas as mudanças se aprofundavam quando Jessi e os demais narradores falavam a partir de “dentro das moradias”; das expectativas criadas para e por suas famílias. Nestes contextos a noção de consumo se destacava como um elemento de contraponto às condições sociais vividas.

Sérgio Paulo: - E a senhora, além dessas reuniões, a senhora acha que os filhos, com o Bolsa Escola, eles melhoraram na escola?

Jessi - A minha menina todos os anos ela sempre passou... a Gláucia. O outro já tem dificuldade de aprendizado. [...] mas fora disso, eu acho isso do Bolsa Escola, eu sempre procuro sempre falar pra eles que eles tem que estudar bastante pra eles serem alguém na vida que eu não quero que eles sejam que nem eu. Não é que eu estou dizendo assim... miserável, mas ter um estudo melhor, ter um emprego melhor pra ter as coisas que eles quer. Quando eles ficar grande eles ter um carro, o meu menino sonha em ter uma moto... sonha de ter as coisas...s onho de ter uma casa boa com tudo dentro de casa, porque... ter uma geladeira boa e

⁶⁸ idem.

tudo, então eu acho assim... porque eu sempre tô conversando com eles pra eles estudá pra serem alguém na vida, porque a... a escola é pertinho e tudo, né, é bom...⁶⁹

A narrativa de Jessi entrecruzava diretamente a escola com “um bom” emprego e com a aquisição daquilo que os meninos sonham. Nádia Cândida Cruz, fazia uma relação semelhante, na qual projetava a aquisição de certos bens com os recursos do próprio programa. Ao lhe perguntar sobre a vida escolar de suas filhas, após a Bolsa Escola, ela respondeu:

Nádia: - Ah... é bom.. .um dinherinho bom, vem na hora certa, né, quando a gente tá precisando. Até hoje não tive o que reclamar não. As meninas gostam também, né, aproveita assim: compra uma roupa, compra um calçado, um objeto, né, sempre que precisa... e... ajuda dentro de casa também, compra alimento pra elas mas assim... a gente não gasta a toa com outras coisas, né, porque eu já vi muita gente gastando dinheiro a toa aí com outras coisas. Então a gente não pode fazer isto, o dinheiro é delas... dinheiro... igual assim... ela... tá querendo comprar um celular, igual a gente falou: pode comprar, é uma coisa pra ela, comprar uma televisão pra eles ficarem assistindo dentro de casa, uma geladeira, qualquer coisa pode comprar, né. Aí a gente gasta o dinheiro conforme... agora deu uma aumentada boa, né. Teve um aumentinho bom agora. Aí elas compram a roupa, o calçado e vai indo.

Sérgio Paulo: - E assim, o dinheiro a senhora pega no banco, é a senhora quem pega? A senhora quem administra o dinheiro e tudo?

Nádia: - É... é... eu que ajudo eles, né. Não entrego pra elas não. Compro uma roupa, calçado, o que elas precisa, né. Compro objeto pra outra que tá estudando, essa aqui tá meia parada esses dias porque ficou em dependência, né. Aí só a outra que tá estudando. E aí... essas coisas assim, material... essas coisas assim...⁷⁰

A visão sobre o consumo, como já antes referido, fazia parte de perspectivas, de anseios, das mais variadas e diferentes classes sociais. O elemento hegemônico,

⁶⁹ idem.

⁷⁰ Nádia Cândida Cruz. Uberlândia. op. cit. 10 de maio de 2004.

entretanto, não se manifestava somente através das propagandas e dos meios de comunicação que tendem a criar sensações de possível, e de igualmente alcançável a qualquer pessoa.

Aos beneficiários dos programas sociais em Uberlândia, o que tendia (e ainda tende) a criar um componente de vinculação “subjetiva” dominante entre “bolsistas” e poder público era justamente a idéia de que a melhoria da vida aconteceria se as regras, as orientações e as perseveranças na criação dos filhos, na “boa conduta” social, fossem fielmente seguidas.

Jessi Amaral mostrava-se otimista em relação às condições futuras dos filhos. Porém, a fala sobre o presente apresentava dimensões pouco positivas em relação a conquista do emprego.

Jessi: - [...] se eles olhassem pras pessoas dos bairros longe, dessem mais empregos.

Sérgio Paulo: - A senhora tá falando eles, o governo?

Jessi: - É, o governo, essas lojas de Uberlândia, esse povo podia pegar e cadastrando as pessoas [...] e vê as pessoas das casas que estão desempregadas e poder ajudar a arrumar um emprego, né... porque... a minha menina já caçou muito emprego lá pra baixo e tudo... já mandou uns dois... fez currículo, as vezes não tem dinheiro pra mandar currículo vai... outras pessoas não querem pegar porque mora muito longe... então acho que deveria também, né, as lojas como se diz... entrava com parceria com as escolas e ajudava os jovens a arrumar emprego, né. Porque eles estuda a noite e tudo... e seria bom pra ajudar também... tanto eles como a gente no caso.

Sérgio Paulo: - A senhora sabe de alguma parceria que já existe, dessas empresas, alguma coisa?

Jessi: - Eu sei a parceria do Bolsa Escola, aquele que a minha menina faz, que ela tá fazendo pra pode sair empregada, só que é com dezesseis anos e ela tem quatorze e a outra irmã que tem dezessete tá desempregada.⁷¹

⁷¹ Jessi Amaral. Uberlândia. op. cit. 11 de maio de 2004.

O esforço de José Ribeiro para encontrar emprego, nas redondezas da cidade, não estava surtindo efeito por motivos que iam além da idade avançada, das condições de saúde e da completa falta de empregos.

Sérgio Paulo: - Por quê o senhor optou em vir pra cá, para o Dom Almir?

José Ribeiro: - Eu não tinha pra onde ir, porque os fazendeiros mais velhos não tava querendo... não tava querendo e nem qué. Porque eu conheço aqui, igual eu acabei de falar agora nesse momento, desde 1967, rural e urbano, então eu conheço isso aqui, isso aqui se for falá assim, vamo marcá cinqüenta léguas em volta de Uberlândia eu tenho conhecimento, porque se fôr vê de 1967 onde é que ficou ... pra 2004 igual nois tá hoje, se a gente não tem conhecimento com a importância de ano dessa aí na região... e ruim de serviço. Eu saio daqui de manhã, pego a van ali de frente o Morumbi e desço aí por esses fundos aí de fazenda, vou até na beira do rio aí, no Pau Furado, pendo pra cá pro lado de Olhos d'Água, pra esses lados pra cá ou qualquer outros lado por aí, caçando serviço e não tem arrumado não tenho arrumado.

Sérgio Paulo: - o que eles têm falado?

José Ribeiro: - Uns fala que tem seus empregados, outros fala que se tava com dois mandou um embora, porque a renda tá pouca. Outro fala: “eu tenho um serviço aí, mas se o ce for trabaiá pra mim, se nois combinar aí ce vai me esperar, ocê vai me dá lá uns trinta dia”... agora um cara igual tá eu... se eu trabaiá hoje eu tenho que quase pagar o comê de ontem, mais tenho que trabaiá com o dinheiro adiantado do que ser preciso fazê um serviço e ficar esperando trinta dia... se eu fôr trabaiá e ficá esperando trinta dia eu não tenho situação... né?⁷²

Jessi Amaral, Nádia Cândida e José Ribeiro estavam desempregados e demonstravam compreender o quanto não era fácil conseguir emprego morando em determinadas áreas da cidade, pois os “lojistas” não arrumavam parcerias e nem empregos para os periféricos. E as condições de vida impediam que alguns

⁷² José Ribeiro Filho. Uberlândia. op. cit. 07 de maio de 2004.

entrevistados, como José Ribeiro, pudessem iniciar e permanecer trabalhando durante um mês até receber o primeiro salário.

Para José Ribeiro, a dependência do programa Bolsa Escola, das doações de alimentos dos centros espíritas ou de entidades benficiares parecia bastante consolidada, criando uma sensação de conformidade com os padrões e com as dificuldades trazidas pela “faltas” do dia a dia.

Esta tendência de conformismo se distancia de outras narrativas, para quais as políticas públicas e os auxílios vindos de grupos diversos mantinham acesas as esperanças de um futuro melhor.

Nádia aparentava estar muito ansiosa para comprar alimentos, sapatos, televisão, geladeira, celular e coisas para “dentro de casa”, que não fossem drogas, bebidas ou cigarros.⁷³ A filha mais velha de Nádia, em um momento do diálogo, tomou a palavra e disse que se sentia doente, e que seu estado relacionava-se com uma necessidade de ganhar presentes e obter certos bens:

Nádia: - Ela tava com uma gripe forte, com dor de cabeça, passando mal...

Josy - Falaram que tinha era sinusite forte... A gripe até melhorou mas a sinusite ainda não. Sinusite eu nem tenho direto, tem dia que me dá febre. Eles falaram que eu tava de febre emocional.

Sérgio Paulo - Emocional? O que é febre emocional?

Josy - Eu sou pobre... pra que ter esse trem? Febre emocional? Febre emocional é quando você quer alguma coisa assim... por exemplo: sua irmã ganhou alguma coisa aí você quer também, né, aí você dá uma febre emocional... [...] eu já sou sentimental [...]

Sérgio Paulo: - O que vocês acham do Bolsa Escola assim?

Josy: - Eu acho que mudou muita coisa, né. Porque... antigamente a gente não tinha quase nada, aí o Bolsa Escola já tá ajudando, nois tem calçado, tem muita roupa, tem muito calçado que a gente

⁷³ Nádia Cândida Cruz. Uberlândia. op. cit. 10 de maio de 2004.

compra com o Bolsa Escola, a gente dá pra casa, a gente paga água... paga energia também... a gente junta, e compra alguma coisa pra dentro de casa, né... assim... quando... quando sobra a gente coloca... a gente... a gente junta dinheiro. Aí... vai ajudando assim. Vai ajudando.

Sérgio Paulo: - E a escola, o que você está achando?

Josy: - A escola? Agora eu não to estudando não, porque eu fiquei em dependência na oitava, né. Matemática. Aí eu fiquei em matemática, aí agora vou ter que fazer uma prova pra sair da dependência. Aí eu tenho que estudar só ano que vem. Aí ano que vem eu vou estudar, fazer o primeiro.⁷⁴

Os bolsistas sonhavam com motos, carros, casas, geladeiras e ficavam doentes quando se imaginavam sem a capacidade de obter ou ganhar dos pais muitos daqueles objetos.

A compreensão do consumo tem, nestes meandros, dois aspectos observáveis.⁷⁵ Ao que parece, os programas de distribuição de renda em Uberlândia tendiam a transformar a idéia de benefício em atividade de consumo, reorganizando e modificando os referenciais dos mais jovens; assim, a renda recebida do programa Bolsa Escola passava a ser mais importante do que o desempenho escolar e os “valores” atribuídos à própria educação.

Um segundo aspecto dizia respeito às relações criadas entre os bolsistas e seus responsáveis; diferentemente da narrativa de Leni Moreira Nunes, registrada por Tacyana Arce⁷⁶, Nádia e Jessi pareciam influenciadas pelas diretrizes colocadas pelos sonhos de consumo dos filhos.

⁷⁴ Josy Cândida Cruz, *idem*.

⁷⁵ Para uma discussão mais ampla da referência sobre o tema consumo, ver BEATRIZ, Sarlo. *Abundância e Pobreza*, in: **Cenas da Vida Pós-Moderna. Intelectuais, Arte e Vídeo na Argentina**. Editora UFRJ, RJ. 1997. pp. 13-52.

⁷⁶ ARCE, T. op. cit. 2001, p. 26

José Ribeiro narrava comprar somente comida, não jogava e nem bebia com os recursos adquiridos, mas tinha problemas com a disciplina do filho mais novo. O deslocamento do valor atribuído à educação formal para o valor “econômico” do benefício, invertendo a ordem de prioridades, talvez venha criando mudanças nas formas “tradicionais” de educar as crianças e de lidar com os adolescentes.

Neste aspecto, a fala de Camila L. Coimbra sobre o que os pais mais desejavam enquanto oficinas (“*saber sobre como educar os filhos*”)⁷⁷, talvez signifique o consentimento para que valores colocados por ONG’s, tal como a Reação, ajam sobre seus filhos, colocando sobre eles as culpas das violências e das diferenças sociais vivenciadas na cidade.

Os pais e familiares compartilhavam mais diretamente, naquele ano de 2004, a instabilidade de serem ou não aceitos no Renda Cidadã. Um programa que desvinculava a relação das crianças, ou jovens, com escolas, oficinas e reuniões.

Entretanto, relatos mostravam que muitos entrevistados tentavam, naquele período, adquirir a aposentadoria; um direito não ligado às novas relações entre pobreza, poder público e vida urbana.

A probabilidade de que conseguissem tal direito passava pela comprovação das condições de saúde que colocaram, em suas entrevistas, como impedimento para continuarem a trabalhar. Maria José Pereira, sogra de Ilma da Silva, avó de duas crianças beneficiárias da Bolsa Escola, ex-cortadora de cana, lutava para se aposentar por invalidez.

Segundo o registro da entrevista:

Sérgio Paulo: - E a senhora trabalhava em quê, sem carteira?

Maria José: - Pois é, trabalhei naquela usina de Ituiutaba também muito tempo, mas nunca foi de carteira assinada. Então... igual

⁷⁷ Camila L. Coimbra. op. cit. 29 de março de 2006.

esses dias pra trás eu tava conversando com um rapaz que teve aqui... ele conversando com nois de arrumá negócio na prefeitura, tirar xerox, fazer isso, fazer aquilo... que ele vai ver se me aposenta. Ele me perguntou, eu peguei e falei pra ele: não, eu trabalhei na usina da Lagoa da Prata, trabalhei na usina açucareira perto de Itumbiara mas nunca foi de carteira assinada.

Sérgio Paulo: - E eles disseram que por isso não...

Maria José: - Não... ele virou pra mim e falou assim: a senhora num tem condições de tirar o... o xerox dos documentos da senhora, e fazer isso, fazer aquilo, é tanta coisa que tem que fazer... ir no médico. Eu já fui no médico duas vezes, já cansei de pedir atestado pro médico pra ver se eu aposento e eles falam pra mim que não dá. A médica do postinho foi uma delas que eu pedi ela o atestado e ela falou que num dava. Essa semana eu tava pensando de eu ir lá e mostrar pra ela a situação que eu tenho na barriga que aí ela vai ver, e falá pra ela pra ela fazer... mandar fazer exame no meu braço, mandar bater uma chapa, um raio X pra ela ver o problema que eu tenho nos braços, que eu num tô brincando, num é brincadeira não.⁷⁸

De certo modo, as narrativas, ao abordarem o campo da aposentadoria, revelavam trajetórias vividas como trabalhadores, como categorias ou grupos sociais, mesmo sob o jugo particularizado das doenças, das infelicidades causadas por fraturas, caroços, infecções, entre outros.

Alessandro Portelli tem contribuído no campo das reflexões sobre os significados que podem ser atribuídos às “*representatividades*” apresentadas por narrativas que trazem construções textuais que se compartilham com expectativas e interpretações de outros sujeitos. Segundo o autor,

[...] no plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas

⁷⁸ Maria José Pereira. Uberlândia. op. cit. 17 de abril de 2004.

sabem ou imaginam que *possa* suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.⁷⁹

Nos “horizontes de possibilidades” vividos por beneficiados vinham à tona algumas circunstâncias. Entre elas, a busca de uma fonte de renda permanente recebida por intermédio de relações de trabalho, ou por direitos provenientes das relações de trabalho vivenciadas. Maria José Pereira narrava sobre os diversos lugares em que havia cortado cana sem documentação; as dores apresentadas interligavam-se, pela organização do enredo narrado, com os modos e relações de trabalho.

Visto que as doenças serviam para outras comprovações, seria esta uma narrativa representativa? José Ribeiro colocava o “*couro preso*”, o “*golfo fechado*”, os infartos dos membros próximos, os “*caroços*” no braço, entre outros, como uma justificativa para o recebimento de donativos e do recurso da Bolsa Escola.

A narrativa de Nádia Cândida deixava entender que ela tinha a expectativa de se aposentar, por causa de suas pressão alta; e colocava esta circunstância em combinação aos anseios que tinha sobre a inviabilidade de se ter um comércio na região em que ela construía sua casa.

Nádia (falando sobre seu último emprego): - [...] Porque eu tava com problema de pressão alta e aí tomo remédio controlado pra pressão... aí a mulher que eu trabalhava falou que desse jeito não tinha como eu ficar trabalhando, né. Aí eu peguei e parei, ela pegou e me dispensou aí eu parei. Aí de vez em quando eu faço uma [...] assim, mas agora esses dias não tá saindo nada. [...]

Sérgio Paulo: - A senhora pensa em voltar a trabalhar com comércio, alguma coisa? Está construindo um comércio...

Nádia: - A gente tava querendo, né, mas só que... por causa da rua aqui... não tem movimento, né. Aí não tem como. Mas eles falou

⁷⁹ PORTELLI, A. 1996, op. cit. p.70.

que ia fazer loteamento desse lado aqui. Se eles fazê loteamento daquele lado ali... aí diz que vai melhorar, né. Aí se melhorar a gente coloca uma coisa pra trabalhar, né. Porque a gente já pelejou pra ele aposentar e tudo, e não consegue, né, e eu tenho problema de pressão alta, então... tem vez que eu tô com a pressão alta... aí.. igual tô tomando remédio três vezes ao dia.⁸⁰

As doenças conjugadas com narrativas sobre os recebimentos de benefícios, ou com a dificuldade de trabalhar, ou com a expectativa de conseguir aposentadoria não foram vistas pela pesquisa como farsas. Elas deram indícios de respostas e elaborações dadas às experiências vividas, às disputas por formas de viver na cidade, e à apropriação do trabalho por grupos que intencionalmente pagavam muito pouco e que não permitiram garantias futuras aos trabalhadores.

Estes indícios por um lado mostravam uma tendência dos entrevistados em discutir relações e possibilidades de serem reconhecidos como trabalhadores. Porém, o que infligia aquelas pessoas eram as relações que viviam no presente. Em função das novas construções sobre a pobreza e os pobres na cidade de Uberlândia, os narradores mediaram as falas e se colocaram como pobres dispostos a se incluírem nas normas e no jogo dos programas sociais que estavam em vigência naquele ano de 2004.

Neste sentido, a narrativa de Maria José é bastante representativa para historiadores comprometidos com a crítica do presente. Estes podem até entender que programas de distribuição de agasalhos, de dinheiro, de alimentos, entre outros, possam aliviar temporariamente o sofrimento de famílias que beiram o fim da sobrevivência. Mas não podem deixar no esquecimento o fato de que a existência de pobres e não pobres deriva de realidades construídas por ações de homens e mulheres que se relacionam no enredo de condições materiais e históricas de existências.

⁸⁰ Nádia Cândida Cruz. Uberlândia. op. cit. 10 de maio de 2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Uberlândia, as mudanças em relação às construções de regras para os pobres se fizeram acompanhadas por transformações na própria lógica de cidade e de vida urbana. Nesse caminho, fatores “amplos”, tais como a dinâmica da “Ação da Cidadania” colocou em evidência política a fome, a segurança alimentar e o debate sobre a geração de renda e relações de trabalho. Outros fatores mais pontuais, tais como a luta pela moradia e pelos direitos à educação, a saúde, ao transporte, levantaram, também, discussões sobre as diferenças sociais existentes na cidade.

Esses processos estavam sob o julgo de diferentes produções que “explicavam” as causas dos acontecimentos a partir de uma ótica liberal, a qual cunhava a responsabilidade da fome aos famintos, do desemprego aos sem trabalho, da migração à vontade do próprio migrante.

As políticas públicas, principalmente as distribuidoras de dinheiro, entraram nas relações historicamente estabelecidas através de produções sobre a pobreza, determinando atitudes que deveriam ser contidas, ou que deveriam ser incentivadas. Muitas delas foram utilizadas como mecanismos de controle e de divisão dos movimentos sociais e políticos da periferia, em nome de ações contra a violência e por meio da diferenciação entre pobreza aceitável e migrantes, “invasores” de terrenos, dentre outros.

Na conclusão deste trabalho, vejo que as políticas públicas deveriam ser historicamente analisadas de forma empírica dentro de cidades ou regiões

específicas nas quais as interpretações sobre a fome, o emprego, a economia e sobre ideologias e determinações políticas foram construídas e reconstruídas de maneiras distintas.

Para compreendê-las dentro de uma perspectiva crítica do presente faz-se necessário considerar o modo como cada uma das cidades ou regiões passaram a explicar a seus moradores e ao conjunto do país as suas pobrezas e seus empobrecimentos.

Em Uberlândia, o “tempo” de seu “empobrecimento” teve como referência central a década de 1990. Antes deste período, de acordo com grande parte da historiografia produzida sobre a cidade, existia um período de progresso, de desenvolvimento e de oportunidade para os que tinham a virtude do trabalho e a vontade de prosperar.

Esse processo histórico conflituoso, com significativas transformações nas relações da vida na cidade, passou a ser o objeto desta pesquisa. Um objeto composto por sujeitos sociais reais que experimentaram essas mudanças, e viveram (outras) “experiências modificadas” as quais “exerceram pressões na consciência social existente”.¹

De acordo com a elaboração do historiador inglês E. P. Thompson,

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão, pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituam podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença.²

¹ THOMPSON. E. P., 1981. op. cit. (Introdução). p.16.

² ibid., p. 17

Retirando-se as “experiências” das análises sobre a pobreza observada na atualidade, subtraem-se os conflitos de classe e as relações hegemônicas se tornam invisíveis. Os trabalhadores, livres de suas “memórias” e “histórias” de exploração, são julgados pelos problemas sociais, pela fome, pela desaceleração da economia.

Atentar para as “especificidades” do empobrecimento não exime a análise do problema em sua dimensão nacional. A expressiva vitória de Luís Inácio Lula da Silva para presidente, em 2003, revelou um julgamento de milhões de brasileiro contrário à pobreza, assim como ao “liberalismo” (ou neoliberalismo).

Entretanto, o que parece ser um indicativo de que as políticas de distribuição de renda precisam ser analisadas dentro de perspectivas particulares (e urgentes) é justamente o fato de o maior líder da recente esquerda brasileira ter sido **reeleito** sob um grande peso da pobreza e do voto de regiões consideradas historicamente pobres.

O “novo” fator eleitoral tem indicado diversos caminhos. Entre eles, a certeza por parte do governo de que a distribuição de renda esteja melhorando a condição de vida de significativa parcela da população, a qual apoiou o governo do presidente Lula e o reelegeu.

Além das análises positivas ou negativas sobre a “renda”, uma análise crítica do presente precisa observar as relações formadas em torno destas “distribuições”. Nelas, talvez se encontrem práticas de reificação entre pobres e não pobres no Brasil contemporâneo.

No campo político aberto pelas políticas de distribuição de renda, antigas tradições sobre modos de explicar a pobreza realimentam-se, e aprofundam as desigualdades sociais. Assistencialistas para uns ou “compensatórias” para outros, as regras dos programas sociais em Uberlândia criaram formas de expressão que, a

primeira vista, denunciavam uma submissão dos pobres à prefeitura e aos seus próprios destinos.

Mesmo sob a perspectiva da resistência, do elemento cênico da negociação ou de modo de tratamento dos “de outra classe”, as narrativas orais mostraram a formação de compromissos que tendem a se fortalecer no futuro.

Estão sendo firmados comportamentos distintos daqueles que conduziram a formulação do “Estatuto da Cidade”³. Ao invés da percepção coletiva construída com os “colegas” da ocupação, com os que precisavam de mais e melhores postos de saúde, escolas públicas etc., notam-se expectativas mais particularizadas emergindo nas periferias, nos antigos palcos de luta e de organização popular em Uberlândia.

Os sinais destes novos tempos estão dispersos na devoção a igrejas que prometem “o céu na terra” por meio da prosperidade pessoal; nas noções de consumo que se firmam nos “sonhos” das crianças e jovens; na assimilação dos preconceitos que as “demais classes” têm em relação aos pobres e na projeção de muitas visões estereotipadas em vizinhos, ou em pessoas que “bebem o dinheiro da Bolsa Escola”, que “vendem a cesta distribuída pela prefeitura”, entre outros.

Para reconstruir as interpretações sobre a pobreza na cidade e “reprojetar” os caminhos políticos que atualmente trilhamos, temos ainda que interpelar os lugares sociais ocupados pelos sujeitos que atualmente recebem recursos de programas públicos em Uberlândia. Quais fatores históricos fizeram com que eles se colocassem como bolsistas, ou beneficiados?

³ GOVERNO FEDERAL. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/estatuto/>>. Acessado em 24 abr. 2007.

Aos historiadores que reafirmam a vitalidade crítica da reflexão histórica⁴ cabe investigar e colocar em evidência as dimensões da atualidade na busca dos motivos que fizeram com que o presente se firmasse da maneira como nós o conhecemos.

Beatriz Sarlo contribui para esta reflexão ao apontar as relações entre História e o passado a partir do **presente** e das questões que este traz aos historiadores e aos sujeitos sociais que o compartilham.⁵

Segundo a historiadora Déa Ribeiro Fenelon,

[...] isto significa colocar as dissidências no centro do foco, o traço oposicionista frente aos discursos estabelecidos, aguçar a percepção das diferenças como qualidades alternativas frente às linhas da tradição e da inércia, descobrindo assim as fissuras no consolidado, as rupturas que podem indicar mudanças e assim permitir o aprofundamento da investigação histórica.⁶

As dissidências possíveis estão apontadas nas narrativas e expressões que revivem as dimensões do trabalhar e da exploração do trabalho que os beneficiários ou pais de bolsista viveram. Suas histórias demarcaram os trajetos que os colocaram naquelas condições de idosos sem aposentadoria, sem perspectivas de continuar trabalhando e que utilizam os recursos que deveriam manter as crianças na escola para comprar materiais escolares produtos da cesta básica com o subsídio aos mais necessitados.

Retornando a questão anterior, esses sujeitos sociais vieram do campo, do trabalho de “bóia fria”, de assalariado rural sem carteira; vieram, também, da

⁴ KHOURY, Yara. *Muitas memórias, Outras Histórias: Cultura e Sujeito na História*. In: FENELON, D. R. et al (Orgs.) op. cit. 2004. p.116.

⁵ SARLO, Beatriz. *Um olhar político em defesa do partidarismo na arte*. In: **Paisagens Imaginárias**: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 55-63.

⁶ FENELON, Déa Ribeiro. *História Social, Pesquisa Histórica e a Formação do Profissional de História*. In: Seminário de Pesquisa CEDOC. **Livros de Resumos**. Ilhéus: Editus, 2003. p. 25.

migração de regiões em que não encontraram formas de geração de renda; vieram, sobretudo, das miseráveis relações de trabalho e de vida urbana estabelecidas para os pobres. Partindo desse contesto, encontraram uma cidade “rica” que impunha barreiras aos migrantes, normas para os pobres que pretendiam nela viver e criminalizava os que vivam na periferia, os que tinham pouco estudo e “baixa renda”.

Neste sentido a denúncia da “degradação” da condição de vida de milhares de überlandenses (e milhões de brasileiros) trabalhadores torna-se hoje o elemento histórico alternativo às práticas de assentimento das condições atuais de pobreza, e das políticas que “incluem” socialmente pelas dependências os “de baixo”.

Nas palavras de Déa Fenelon,

Queremos pois fazer História com o compromisso social de dar visibilidade a outros sujeitos até aqui excluídos, para que possam recuperar seu lugar, de onde foram excluídos, reavivando suas lembranças e narrativas, por exemplo, consciente de que isto representa uma posição clara e assumida de concretizar uma maneira de fazer História, pois, só assim podemos reescrever outras histórias em que pessoas se reconheçam, uma História que lhes diga algo ou com a qual possa se identificar. (...) Aí está, pois, o nosso campo de atuação, como historiadores comprometidos no social, não apenas interessados em narrar e descobrir o acontecido no passado, mas buscar a transformação no presente e a construção de um futuro diferente do que temos hoje.⁷

Este trabalho foi feito com esse espírito. É certo que precisamos ainda buscar as múltiplas vozes, as diferentes memórias e histórias sobre o tema que propus, ampliando os significados da cultura dos/para os sujeitos, compreender melhor as concepções e limites sobre o consumo, dentre outros aspectos.

⁷ FENELON, D. R. *ibid.*, 2003, p. 24.

Entretanto, outras atitudes (não somente teóricas e metodológicas) devem ser tomadas para que as entrevistas deixem de ser manifestações de dramas e se transformem em diálogo entre pessoas que queiram transformar o amanhã.

ACERVOS e FONTES

1. ACERVOS:

Arquivo Histórico Municipal de Uberlândia.

Arquivo das Pesquisas:

— Trabalho, quotidiano e sobrevivência: Catadores de papel e seus Modos de Vida na Cidade – Uberlândia – 1970-1999. Ana Mágna da Silva Couto, PUC-SP, 2000.

— Pelo Direito à Cidade: Experiência e luta dos trabalhadores ocupantes de terra do bairro Dom Almir – Uberlândia - 1990-2000. Rosângela M.^a Silva Petuba, UFU, Uberlândia, 2001.

—Trabalho E Cidade: Trajetórias E Vivencias De Trabalhadores Carroceiros Na Cidade. UBERLÂNDIA 1970-200. Sérgio Paulo Moraes. UFU, Uberlândia, 2002.

Arquivo da Unidade de Orientação ao Menor — UOMEN — (Bairro Tibery – Uberlândia).

— Atas das Assembléias dos Menores da Unidade III. (1989).(Várias Páginas). **Acervo UOMEN.** Bairro Tibery. Uberlândia/MG.

Arquivos Internet:

<http://www.uberlandia.mg.gov.br> >, pesquisado em 25/06/2002.

http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/legislacao_tributaria/ricms/ , pesquisado em 10/01/2007.

<http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/CMN.Asp>, em 1/09/2006.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/FHC>, pesquisado em 23/8/2006.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Collar_de_Mello#Governo_Collar, pesquisado em 23/9/2006.

<http://www.ibase.org.br/modules.php?name=Conteudo&pid=24>, em 09/12/2006.

<http://www.uberlândia.mg.gov.br>, pesquisado em 29/09/2002.

http://www2.uberlandia.mg.gov.br/pmu/site.do;?evento=x&lang=pt_BR&taxp=32&pg=10&idConteudo=2294, consultado em 12/09/2006

<http://www.funed.mg.gov.br/fundacao/historico/index.php>, pesquisado em 19/01/2007.

<http://www.mec.gov.br/home/bolsaesc/default.shtm>, consultado em 12/08/2002

http://www.cultura.gov.br/apoio_a_projetos/lei_rouanet/index.php?p=15518&more=1&c=1&pb=1 pesquisado em 10/03/2007.

http://www2.uberlandia.mg.gov.br/pmu/site.do;?evento=x&lang=pt_BR&taxp=28&pg=1 pesquisado em 10/03/2007.

<http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=2&cat=48&con=536&flh=537>, pesquisado em 10/03/2007.

http://www.cavanis.org.br/web_ub/his.htm>, pesquisado em 8/02/2007.

https://200.181.15.9/ccivil_03/LEIS/L8069Compilado.htm>, em 20/09/2006.

:<http://www2.uberlandia.mg.gov.br/pmu/site.do;?evento=x&lang=pt_BR&taxp=32&pg=10&idConteudo=2294>, pesquisado em 25/02/2007.

http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>, pesquisado em 15/04/2007.

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/estatuto/>>. Acessado em 24/04/2007.

2. PERIÓDICOS:

Jornais:

Jornal PRIMEIRA HORA, anos de 1982 a 1988 (Vários Números)

Jornal CORREIO (em alguns momentos Correio de Uberlândia, ou Correio do Triângulo) a pesquisa perpassa os anos de 1980, 1990, 2000 (Vários Números)

Jornal Folha de S. Paulo: 27/07/1999. p. 6.

3. NARRATIVAS ORAIS:

Entrevistas a partir da busca de pessoas que apareceram em reportagens no Jornal CORREIO.

Entre elas:

Sebastiana do Carmo Santos e Maria José Pereira. Uberlândia, 17 de abril de 2004. Local: frente ao barracão em que se distribuía sopa. Bairro Joana D'Arc (Arquivo desta pesquisa; entrevista 1, fita1)

Sebastiana do Carmo Santos, 51 anos, casada, dona de casa. Residente Bairro Joana Darc. Maria José Pereira, 56 anos, casada, tenta se aposentar por problemas de saúde. Residente no Bairro Joana Darc. Maria José era na época da entrevista sogra de Ilma Silva, empregada doméstica que distribuía sopas no bairro Dom Almir. Ilma não me permitiu entrevistá-la. Ver sobre no Correio, em: SILVA, Selma. Doméstica alivia fome de 150 pessoas da periferia. *Jornal Correio*: 30/03/2004.

Entrevistas realizadas por intermédio de reunião do programa Bolsa Escola (Escola Estadual Joel Cupertino, bairro Dom Almir).

Participei como convidado de uma Assistente Social de um encontro entre pais de alunos e ONG “Consciência e Arte”.

A partir desta reunião, gravei entrevistas com:

Jessi do Amaral. 40 anos, casada, dona de casa. Residente Bairro Dom Almir. Uberlândia, 11 de maio de 2004. Local: Residência (Entrevista 5, fita1).

José Ribeiro Filho. 60 anos, divorciado (pais de dois filhos que vivem com ele), trabalhador rural desempregado. Residente no bairro Dom Almir. Uberlândia, 07 de maio de 2004. Local: Residência (Entrevista 3, fita1)

Nádia Cândia Cruz, 31 anos, casada, desempregada. Residente Bairro São Francisco. Uberlândia, 10 de maio de 2004. Local: Residência (Entrevista 4, fita1).

Entrevista realizada com Camila Lima Coimbra. Pedagoga, casada, professora da Faculdade Católica de Uberlândia e responsável pela implementação do programa Bolsa Escola na cidade.

Camila Lima Coimbra. Uberlândia, 29 de março de 2006. Local: Faculdade Católica (Entrevista 6, fita1).

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. **História Oral: A Experiência do CPDOC**. RJ. Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- ALBUQUERQUE, R. C. (org.) **O Brasil social: realidades, desafios, opções**. Brasília, IPEA, 1993
- ALVARENGA, Nízia Maria. AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES EM UBERLÂNDIA – UM ESTUDO DAS PRÁTICAS SOCIAIS E DAS ALTERAÇÕES NAS FORMAS DE SOCIABILIDADE. Dissertação de Mestrado em Sociologia. PUC /SP, 1988.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 2^a Edição. SP. Cortez, 1995.
- ARANTES, Antônio Augusto. **Paisagens Paulistanas, Transformações do Espaço Público**. Campinas: UNICAMP/São Paulo: IMESP, 2000.
- ARANTES, Antônio Augusto (org.) **Produzindo O Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural**. São Paulo. Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984.
- ARCE, Tacyana. **Bolsa Escola: Educação e Esperança no Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte. SEE/MG, 2001.
- ARIÈS, Phillippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.
- ARROYO, Miguel G. et alii. **Educação e Cidadania. Quem Educa o Cidadão**. São Paulo. Cortez, 1993.
- ATAIDE, Yara Dulce Bandeira de. **Clamor do Presente. História Oral de Famílias em Busca da Cidadania**, São Paulo: Loyola, 2002.
- AZEVEDO, Amailton Magno. **NO RITMO DO RAP: MÚSICA, COTIDIANO E SOCIABILIDADE NEGRA, SÃO PAULO 1980-1997**. Mestrado em História, PUC/SP, 2000.
- AZEREDO, V. B.; BOAVENTURA, G.T.; & TAVARES DO CARMO, MG. *Determinação da concentração de tanino em duas farinhas de subprodutos*

alimentares - multimistura. Anais XVI Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Entre 15 a 17 de julho de 98. Rio de Janeiro – RJ, 1998.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. “*A Experiência Humana e o Ato de Narrar: Ricouer e o Lugar da Interpretação*”, in: **Revista Brasileira de História**. BIOGRAFIA, BIOGRAFIAS, SÃO PAULO. ANPUH/Marco Zero, v. 17, nº33, 1997, pp. 197-221.

BAKHTIN, Michail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de F. Rabelais.** SÃO PAULO. Hucitec, Brasília: UnB, 1987.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. **CAMINHOS DA CURA: AS EXPERIÊNCIAS DOS MORADORES DE FORTALEZA COM A SAÚDE E A DOENÇA**, Doutorado em História, PUC/SP, 2002.

BARBOSA, Marialva. **Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público.** Rio de Janeiro. Vício de Leitura, 2000.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **FAMINTOS DO CEARÁ. IMPRENSA E FOTOGRAFIA ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E O INÍCIO DO SÉCULO XX.** Doutorado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2004

BARREIRO, José Carlos. “*E. P. Thompson e a teoria da história*”. In: **Revista Projeto História**, n.º 12, PUC, 1996.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1993.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de Cultura, Documentos de Barbarie.** São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1986.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política,** São Paulo: Brasiliense, 1986.

BEZERRA, Halien Gonçalves. “*E. P. Thompson e a Historiografia Brasileira: revisões críticas e projeções*”. In: **Revista Projeto História**, n.º 12, PUC, 1996

BLANC, Lúcia. **Um Rio de Culturas: Vozes Da Cidade,** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Assessoria de Projetos Especiais, 1996.

BLAY, Eva A. **Eu Não Tenho Onde Morar.** São Paulo: Nobel, 1985.

BRESCIANI, M. Stella (org.) **Imagens da Cidade.** São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.

BOBBIO, Norberto. **O Tempo da Memória.** Rio de Janeiro: Campus, 1997

BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo, Reflexões Sobre a Gestão Urbana,** São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

- BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil.** Arquitetura Moderna. Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria, São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998..
- BOSCHI, Renato Raul (org.) **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983 (Debates Urbanos).
- BOSCHI, Renato Raul (org.) **Violência e Cidade,** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos.** SÃO PAULO. Cia das Letras, 1995.
- BOLTVINIK, J. “*El método de medición integrada de la pobreza. Una propuesta para su desarrollo*”. **Comercio Exterior**, vol. 42, n.º 4, México, 1992.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Cultura na Rua,** Campinas: Papirus, 1989.
- BRANDÃO, T. T. C., BRANDÃO, R. F. **Alimentação Alternativa.** Brasília: INAN/Ministério da Saúde. 1996.
- BRIGGS, Asa (org.) **Victorian Cities.** Londres: Penguin Books, 1977.
- BRUSCHINI, M. Cristina Aranha. **Mulher, Casa e Família - Cotidiano nas Camadas Médias Paulistanas,** São Paulo: Vértice, 1990.
- BURIOLLA,Marta Alice Feiten.(Coord.) **Cortiço: Realidade Esquecida e Camuflada,** São Paulo: Plêiade, 1997.
- BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História.** São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **O Mundo Como Teatro.** Lisboa, DIFEL, 1992.
- BURSZTYN, Marcel (org.). **No Meio Da Rua: Nômades, Excluídos e Viradores,** Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros – Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo,** São Paulo: 34/EDUSP, 2000.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **A Política dos Outros: O Cotidiano dos Moradores da Periferia,** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis,** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- CALVO, Célia Rocha. **MUITAS MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE UMA CIDADE: EXPERIÊNCIAS E LEMBRANÇAS DE VIVERES URBANOS, UBERLÂNDIA – 1938/1990,** Doutorado em História, PUC/SP, 2001.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas, Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade,** São Paulo: EDUSP, 2000.
- CANEVACCI, Massino. **A Cidade Polifônica,** São Paulo: Studio Nobel, 1993.

- CARDOSO,Ciro Flamarion e Ronaldo Vainfas {org} **Domínios Da História: Ensaios De Teoria E Metodologia**, Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO,Ciro Flamarion. **Narrativa, Sentido e História**, Campinas: Papirus, 1997.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os Caminhos da Reflexão Sobre a Cidade e O Urbano**, São Paulo: EDUSP, 1994.
- CARVALHO, M. Alice Rezende de **Quatro Vezes Cidade**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.
- CARVALHO, R. D. S., SANTANA, L. R. R., LIMA, M.G. C. *Caracterização e estudo de estabilidade da multimistura*. 1998. In: **Anais XVI Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos**. Entre 15 a 17 de julho de 98. Rio de Janeiro - RJ.1998.
- CASÉ, Paulo . **Favela. Arenas do Rio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.1996.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome** (O dilema brasileiro: pão ou aço). 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita Da História**, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições Sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência, Aspectos da Cultura Popular No Brasil**, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas**, São Paulo: Moderna, 1990.
- CHAUI, Marilena. **BRASIL, Mito Fundador e Sociedade Autoritária**, São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Seminários: O Nacional E O Popular Na Cultura Brasileira**, São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CIDADE**. Revista do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional, n. 23, Rio de Janeiro: IPHAN, 1994.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE BISPOS DO BRASIL. Pastoral da Criança. Tendência de queda da mortalidade infantil no país foi interrompida. **Campanha Pastoral da Criança e Tendência da Mortalidade 99**. São Paulo, 1999.

- CONNERTON, Paul. **Como as Sociedades Recordam**, Oeiras: Celta Editoras, 1993.
- COUTO, Ana M. Silva. **TRABALHO, QUOTIDIANO E SOBREVIVÊNCIA: CATADORES DE PAPEL E SEUS MODOS DE VIDA NA CIDADE – UBERLÂNDIA – 1970-1999. PR.** Pós-graduação em História Social. Dissertação de Mestrado, SÃO PAULO. PUC, 2000.
- CRUZ, Heloísa de Faria. **Trabalhadores em Serviços: Dominação e Resistência**, (São Paulo, 1900-1920). SÃO PAULO. Marco Zero, 1991
- CRUZ, Heloísa de Faria. **Sao Paulo em Revista**. São Paulo: CEDIC. AESP. IMESP, 1998.
- DAGNINO, Evelina (org). **Anos 90 Política e Sociedade no Brasil**. Brasiliense. SÃO PAULO, 1994.
- DA MATTA, R. **A Casa e a Rua**. São Paulo, Brasiliense, 1985
- DANTAS, Sandra Mara. *Entre o real e o ideal: a cidade que se tem e a cidade que se quer (Uberlândia, 1900-1950)*. **Revista História & Perspectivas**. nº. 25 e 26, Uberlândia. EDUFU. jul./dez. 2001/jan./jun.2002. pp. 193-214.
- DARNTON, Robert. **O Beijo De Lamourette**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O Direito à Memoria: Patrimônio Histórico e Cidadania**, São Paulo: SMC, 1992
- DINIZ, Eli (org.). **Políticas Públicas Para Áreas Urbanas: Dilemas e Alternativas**, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular - Movimentos Sociais E A Participação Política No Brasil Pós 70**, Rio De Janeiro: Relume-Dumará:Anpocs, 1995.
- ENCICLOPÉDIA EINAUDI 1 **MEMÓRIA –HISTÓRIA**, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
- FENEILON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo/SP, Ed. Olho D'Água. 2004.
- FENEILON, Déa Ribeiro. *História Social, Pesquisa Histórica e a Formação do Profissional de História*. In: Seminário de Pesquisa CEDOC. **Livros de Resumos**. Ilhéus: Editus, 2003. p. 25.
- FENEILON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**, São Paulo: Olho D'Água, 1999.
- FENEILON, Déa Ribeiro. “*E.P. Thompson - História e Política*” in: **PROJETO-HISTÓRIA**, n. 12, Revista da Pós-Graduação em História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, 1995.

- FENELOM, Déa Ribeiro. "Cultura e História Social". IN: PROJETO/HISTÓRIA, n. 10, Revista da Pós-Graduação em História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, 1994.
- FENELOM, Déa Ribeiro. "O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?" in: HISTÓRIA & PERSPECTIVAS. Uberlândia: UFU, nº 6, 1992.
- FENELOM, Déa Ribeiro. "Trabalho, Cultura e História Social: perspectivas de investigações", in: PROJETO/HISTÓRIA n. 4, Revista da Pós-Graduação em História da PUC/SP, 1985.
- FERREIRA, Jorgetânia da Silva. *Memória, história e trabalho: experiências de trabalhadoras domésticas em Uberlândia -1970/1999*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2000.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *HISTÓRIA ORAL: DESAFIOS DO SÉCULO XXI*, Rio de Janeiro: Fio Cruz/FGV, 2000.
- FONTANA, Joseph, *HISTÓRIA: ANALISIS DEL PASSADO Y PROJECTO SOCIAL*. Barcelona: Crítica/Grijalbo, 1982.
- FRANCISCO, Adilson José. *RELIGIOSIDADES E CULTURA: AS RESSIGNIFICAÇÕES DO SAGRADO NO CONTEXTO URBANO CONTEMPORÂNEO*. Projeto de pesquisa. mimeo., orientação da professora doutora Yara Aun Koury PUC/SP. 2002.
- GOHN, Maria da Glória. *REIVINDICAÇÕES POPULARES URBANAS*, São Paulo: Cortez, 1982.
- GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ONG's e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo. Ed. Cortez, 1997. p. 95.
- GOHN, Maria da Glória. *TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS*, Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Loyola. 1997.
- GOITIA, Fernando. *BREVE HISTÓRIA DEL URBANISMO*, Madrid: Alianza Editorial, 1986.
- GOMES, Angela de Castro (coord.). *PERSONAGENS E IMAGENS DE UMA CIDADE*, Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.
- GUILHERME, Edmilson Lino. *Trabalho, cotidiano e sobrevivência; experiências de trabalhadores da construção civil em Uberlândia, 1970-2000*. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. SÃO PAULO. Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora. Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte/Brasília: Editora da UFMG e UNESCO, 2003.

- HALL, Stuart. *A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE*, Rio de Janeiro: DP&A, 2002, 7^a.ed.
- HARDMAN, Francisco Foot. *NEM PÁTRIA, NEM PATRÃO*, São Paulo: Brasiliense, 1983.
- HARVEY, David. *URBANISMO Y DESIGUALDAD SOCIAL*, Madrid: Siglo XXI, 1979.
- HARVEY, David. *A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA*, São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. *THE URBAN EXPERIENCE*, Great Britain: Blackwel, 1994.
- HELLER, Agnes. *O COTIDIANO E A HISTÓRIA*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972
- HOBSBAWN, Eric. *SOBRE HISTÓRIA*, São Paulo: Companhia das Letras. 1998.
- HOBSBAWN, Eric J. *A ERA DOS EXTREMOS, O BREVE SÉCULO XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995,
- HOBSBAWN, Eric J. *A INVENÇÃO DAS TRADIÇÕES*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWN, Eric J. *OS MUNDOS DO TRABALHO*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBSBAWN, Eric J. *OS TRABALHADORES*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HOGGART, Richard. *AS UTILIZAÇÕES DA CULTURA. ASPECTOS DA VIDA CULTURAL DA CLASSE TRABALHADORA*, Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- JAMESON, Frederic. *ESPAÇO E IMAGEM. TEORIAS DO PÓS-MODERNO E OUTRAS IMAGENS*, Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- JAMESON, Frederic. *AS MARCAS DO VISÍVEL*, Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- JESUS, Wilma PODER PÚBLICO E MOVIMENTOS SOCIAIS. APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS. UBERLÂNDIA - 1982-2000. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia (UFU, Instituto de História), 2002.
- KHOURY, Y. A. Narrativas Orais na investigação da História Social. *Projeto História*, 22. São Paulo, Educ, 2001, pp, 79-103
- KHOURY, Yara Aun. "Viveres e Fazeres na/dá Cidade: Os Libaneses e a Cidade de São Paulo". In PROJETO HISTÓRIA 18, São Paulo, EDUC, 1999, pp, 309-318.
- KHOURY, Yara Aun. **Guia de Fontes Sobre Igreja e Movimentos Sociais**. São Paulo: CEDIC, 1992.

- KHOURY, Yara Aun. "Documentos Orais e Visuais: Organização e Usos Coletivos". In REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL – Memória e Ação Cultural, n°200, São Paulo: IMESP, 1992, pp.77-97.
- KOWARICK, Lucio (org.) *AS LUTAS SOCIAIS E A CIDADE*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEME, H. J. de C; NEDER, H. D. (coord.) *Condições sócio-econômicas das famílias de Uberlândia*.Uberlândia: UFU, novembro 2001.
- LOPES, J. R. B. "Brasil 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbanas". Cadernos NEPP, n.º 25, Campinas: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, 1993.
- MACHADO, Maria Clara Tomaz. A Disciplinarização da Pobreza no Espaço Urbano Burguês: Assistência social institucionalizada – Uberlândia, 1965/1985. Dissertação de Mestrado. SÃO PAULO. Dep. História /USP, 1990.
- MACIEL, Laura Antunes. *A NAÇÃO POR UM FIO. CAMINHOS, PRÁTICAS E IMAGENS DA COMISSÃO RONDON*, São Paulo: EDUC, 1998.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedaço**, São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MAGNANI, José Guilherme C. & TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na Metrópole, Textos de Antropologia Urbana**, São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1996.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.
- MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo. Novos extudos sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**, São Paulo: Hucitec, 1992.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A Crise Do Governo Collor E A Tática Do PT. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Campinas. Unicamp, 2005.
- MEDEIROS. E. Antunes. TRABALHADORES E VIVERES URBANOS: TRAJETÓRIAS E DISPUTAS NA COMPOSIÇÃO DA CIDADE – UBERLÂNDIA – 1970 – 2000. Programa de Pós-graduação em História Social. Dissertação de Mestrado, Uberlândia. UFU, 2002.
- MÉSZÁROS, István. **A Necessidade do Controle Social**. 2ª Edição. SÃO PAULO. Ensaio, 1993.
- MORAIS, S. P. TRABALHO, CULTURA E VIDA URBANA - DEGRADAÇÃO DO TRABALHO E EXCLUSÃO SOCIAL (UBERLÂNDIA – 1980-2001). Uberlândia: Pontifícia Universidade Católica: 2002. (Projeto de Pesquisa).

MORAIS, S. P. TRABALHO E CIDADE: TRAJETÓRIAS E VIVENCIAS DE TRABALHADORES CARROCEIROS NA CIDADE. UBERLÂNDIA 1970-2000. Programa de Pós-graduação em História Social. Dissertação de Mestrado, Uberlândia. UFU, 2002.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**, São Paulo: Martins Fontes/UNB, 1982.

NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Sérgio (org.). **THOMPSON E. P – As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos**. Campinas, SÃO PAULO. Ed. da UNICAMP, 2001.

NEVES, Magda. **Trabalho e Cidadania**, Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

NUNES, Leandro José. CIDADE E IMAGENS: PROGRESSO, TRABALHO E QUEBRA-QUEBRA – UBERLÂNDIA, 1950/1960. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História. PUC/SP. SÃO PAULO., 1993.

PAOLI, Maria C. *Trabalhadores Urbanos na Fala de Outros. Tempo Espaço e Classe Operária Brasileira*. In: **Cultura & Identidade Operária**. Marco Zero, 1987.

PACHECO, Fábio Piva. MÍDIA E PODER: REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS DO AUTORITARISMO NA POLÍTICA – UBERLÂNDIA - 1960-1990. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal de Uberlândia. 2001.

PASSERINI, L. **Ideologia e Consenso do Trabalho Sob o Fascismo Italiano**. Traduzido por Helen Hedges e Yara Khoury. *History Workshop*, 1979, n. 8, pp. 84-92.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Paisagens Urbanas**, São Paulo: SENAC/Marca d'Agua, 1996.

PERROT, Michele. **Os Excluídos da História**, São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade sobre os Ombros, Trabalho e Conflito No Porto De Manaus, 1889-1925**, Manaus: EDUA, 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, Violência e Poder**, São Paulo: Brasiliense, 1983.

PORTELLI, Alessandro. **O Que Faz a História Oral Diferente**. Trad. Maria T. J. Ribeiro. SÃO PAULO, CEDIC-PUC/SP, mimeo, 1995.

PORTELLI, Alessandro. e nas fontes orais, em **TEMPO**, Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro; vol. I, número 2, 1996, pp. 59-72.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como gênero*. **Projeto História** 22. São Paulo, Educ, 2001, pp. 9-36.

PRATES, A. C. M. ESTUDO DO FARELO DE TRIGO, PÓ DE FOLHA DE MANDIOCA E PÓ DE CASCA DE OVO EM CRIANÇAS COM RISCO DE DESNUTRIÇÃO. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.

PROCAD. Projeto: *Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias.* (0035/009). Capes/2000.

PROJETO HISTÓRIA 16. Cultura e trabalho. São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de História. PUC, fev.1998.

PROJETO HISTÓRIA 17. Trabalhos da memória. São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de História. PUC, nov.1998.

PROJETO HISTÓRIA 24. Artes da história & outras linguagens. São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de História. PUC, jun.2002.

RAMA, Angel. **A Cidade das Letras**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Maria Alice (org.). **Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional**, Campinas: UNICAMP, 1986.

RODRIGUES, Jane de Fátima. TRABALHO, ORDEM E PROGRESSO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A CLASSE TRABALHADORA UBERLANDENSE – SETOR DE SERVIÇOS – 1924-1964. Dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História /USP. SÃO PAULO., 1989.

ROLNIK, Raquel. Lei e Política: *A Construção dos Territórios Urbanos*. Revista **PROJETO HISTÓRIA: Espaço e Cultura**. nº. 18, SP. EDUC/ Fapesp, maio.1999. p.135-154.

RUDÉ, George. **A Multidão na História: Estudo dos Movimentos Populares Na França E Na Inglaterra**, Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALES, Telma Bessa. **Experiências de João Ferrador em Tempos De Reestruturação Produtiva: Vw Anchieta – Sbc**, São Paulo: AnnaBlume, 2002.

SAMUEL, Raphael (org.). **Historia Popular y Teoria Socialista**, Barcelona: Crítica/Grijalbo, 1984.

SANTANA, Charles d'Almeida. **Fartura e Ventura Camponesas. Trabalho, Cotidiano e Migrações. Bahia. 1950-1980**, São Paulo: Anna Blume/ Universidade Estadual de Feira de Santana. 1998.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice, o Social e o Político na Pós-Modernidade**, São Paulo: Cortez, 1995.
- SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**, São Paulo: EDUSP, 1997.
- SARLO, Beatriz. **Cenas da Vida Pós Moderna.. Intelectuais, Arte E Vídeo Cultura Na Argentina**, Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **LUZES E SOMBRA NA CIDADE: NO RASTRO DO CASTELO E DA PRAÇA ONZE, 1920/1945**, Doutorado em História, PUC/SP, 2002.
- SILVA, Luiz A. Machado (org.). **Condições de Vida das Camadas Populares**, Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- SILVA, Luzia Márcia Resende. **CARREGADORES DE MERCADORIAS: MEMÓRIAS E LUTAS, UBERLÂNDIA, 1970-2000**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.
- SIMONINI, Giselda C. da Silva. **TELEFONIA: RELAÇÃO EMPRESA CIDADE. 1954-1980**. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História. PUC/SP. SÃO PAULO, 1994.
- SOARES, Beatriz R. **DA CIDADE JARDIM AO PORTAL DO CERRADO: IMAGENS E REPRESENTAÇÕES NO TRIÂNGULO MINEIRO**. Tese de doutorado. ICH/USP. São Paulo. 1995.
- SOUZA, João Carlos de. **NA LUTA POR HABITAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS VALORES**, São Paulo: EDUC, 1996.
- STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. **PLURALIDADE, PUBLICIZAÇÃO E MULTIPLICAÇÃO DO FAZER POLÍTICO: A AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO (1992/1997)**. Programa de Pós-graduação em Geografia. Tese de Doutorado. Presidente Pudente/ SP. Faculdade de Ciências e Tecnologia/ UNESP, 2002.
- TELLES, Vera. *Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida*. in: MARTINS, Heloisa de Souza e RAMALHO, José Ricardo. (org). **Terceirização, Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho**. SP. Hucitec/CEDI-NETS, 1994. pp. 85-111
- THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum, Estudos Sobre A Cultura Popular Tradicional**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3v.

- THOMPSON, Edward P. **a miséria da teoria: ou, um planetário de erros**, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- THOMSON, Alistair. **Anzac Memories -Living With The Legend**, Melbourne: Oxford University Press, 1994.
- VALLE, Edenio e outros. *A Cultura do Povo*, São Paulo: Cortez, 1988.
- VELHO, Gilberto e ALVITO, Marcos (orgs). **Cidadania e Violência**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura e Sociedade**, Rio de Janeiro: Cia. Ed. Nacional, 1969.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**, Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- WILLIAMS, Raymond. **Cultura**, São Paulo: Paz e Terra, 1992.